Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

PATRÍCIA REGINA CAVALEIRO PEREIRA

“Há muito tempo que não te escrevo...”

REUNIÃO DA CORRESPONDÊNCIA ALENCARIANA
(EDIÇÃO ANOTADA)

VERSÃO CORRIGIDA

O EXEMPLAR ORIGINAL ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO CENTRO DE APOIO À PESQUISA
HISTÓRICA (CAPH) DA FFLCH

São Paulo

2012

PATRÍCIA REGINA CAVALEIRO PEREIRA

“Há muito tempo que não te escrevo...”

REUNIÃO DA CORRESPONDÊNCIA ALENCARIANA
(EDIÇÃO ANOTADA)

Dissertação de mestrado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Literatura Brasileira
Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes

VERSÃO CORRIGIDA

O EXEMPLAR ORIGINAL ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO CENTRO DE APOIO À PESQUISA
HISTÓRICA (CAPH) DA FFLCH

São Paulo

2012

AUTORIZO A DIVULGAÇÃO DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO – CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO – PARA FINS DE PESQUISA OU ESTUDO, DESDE QUE CITADA A FONTE. VETO, EXPRESSAMENTE, A REPRODUÇÃO DAS IMAGENS QUE NELE CONSTAM.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Pereira, Patrícia Regina Cavaleiro

“Há muito tempo que não te escrevo...”: reunião da correspondência alencariana (edição anotada)

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ instituição: _____

julgamento: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____ instituição: _____

julgamento: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____ instituição: _____

julgamento: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____ instituição: _____

julgamento: _____ assinatura: _____

Em memória de Orzila de Oliveira Cavaleiro,
a quem muito amei.

Agradeco

ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; e ao Conselho Nacional de Pesquisa, que financiou este trabalho, tornando possível a sua concretização.

ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes, pelos anos de acolhimento e, sobretudo, por ter me apresentado a um novo mundo das letras, o da epistolografia.

às Prof.^{as} Dr.^{as} Cilaine Alves Cunha e Mirhiane Mendes de Abreu, pelos essenciais apontamentos apresentados no exame de qualificação, que muito me incitaram a prosseguir.

ao Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria, pelas lições sobre José de Alencar, pelo estágio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, pelas indicações de leituras e de pesquisadores, e pelo incentivo contínuo.

ao Prof. Dr. José Rodrigues Seabra Filho, pela prontidão e gentileza que teve ao me receber para esclarecer dúvidas.

à Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Jurado de Andrade, pelo precioso curso de Paleografia, oferecido pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que tanto enriqueceu a mim e a este trabalho.

à Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Albuquerque de Moraes, do Curso de Letras do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, por ter me apresentado ao Prof. Dr. Marcelo Almeida Peloggio, da mesma instituição, a quem sou imensamente grata pela disponibilidade em me atender.

à Prof.^a Dr.^a Eliane Vasconcellos, ao Daniel Melo e à Laura Xavier, do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa; ao Claudio Vitena, ao Leonardo Cunha e à Luciana de Medina, da área de consulta da mesma instituição, pelo prestimoso auxílio e, especialmente, pela pródiga concessão de cópias de missivas.

à Alessandra Fraguas, à Neibe Costa, à Silvana Gonçalves e à Thais Martins, do Arquivo Histórico do Museu Imperial, por terem me recebido atenciosamente em Petrópolis e contribuído com informações e fac-símiles, generosa e prontamente, para a concretização deste trabalho.

à Camila Costa, à Cátia Soares, à Fabiane Martins e ao Paulino Cardoso, chefe do arquivo Múcio Leão, da Academia Brasileira de Letras, pela rapidez em me atender e, principalmente, pela cessão de cópias dos documentos solicitados.

à Deize Albernaz, bibliotecária da Divisão de Obras Gerais, à Vera Failace, chefe da Divisão de Manuscritos, ao Alberth Silva e à Rosane Nunes, em especial, pelo grande auxílio na busca de arquivos conservados na Biblioteca Nacional.

à Marinez Alves, do Instituto do Ceará, à Stella Valadares e à Walderez Dias, da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, pelas informações tão necessárias.

ao Marino Ziggiatti, presidente, e à Juraci Silva, assistente cultural do Centro de Ciências, Letras e Artes – Museu Carlos Gomes, pela inestimável atenção com que fui recebida e pelos fac-símiles concedidos.

ao César Ismael, pesquisador da correspondência de Carlos Gomes, pela imensa generosidade em colocar ao meu alcance o seu trabalho e outras informações extremamente relevantes para a consecução desta pesquisa.

à Angela Guedes, da Assessoria de Comunicação, e à Rosangela Bandeira e Daniella Santos, do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, pelo compartilhamento de importantes dados epistolares.

aos membros da Academia Cearense de Letras e do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, pelo rápido estabelecimento de contatos.

ao Pedro Moreira, do Departamento de Projetos Especiais do *Jornal do Commercio*, pela prontidão em esclarecer minhas dúvidas e pela indicação bibliográfica complementar; e ao Marcelo Campos, do Departamento de Pesquisa do periódico *O Globo*, pela brevidade com que atendeu à minha solicitação.

ao Alexandre Nagasse, ao Bruno Santana, ao Denis Rossi, à Elisabete Ribas e ao José Almeida Júnior, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, pelo atendimento eficiente e pela ajuda com a leitura e digitalização de microfilmes.

aos maestros João Maurício Galindo e Júlio Medaglia, pelas sugestões de leitura e pela cortesia e prodigalidade com que responderam às minhas questões.

ao Damião Fernandes e ao Wellington Oliveira, responsáveis pelas cópias desta dissertação; ao Valdeni Faleiro, pela simpatia e prestatividade acadêmico-administrativa; e ao senhor Vasili Uzum (*in memoriam*), pelo valioso apoio tecnológico.

a todos os meus colegas e alunos do Centro de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pelos anos de troca cotidiana de conhecimento.

à Ângela e à Terezinha Alves, pela fraterna disposição em me receber e hospedar na cidade maravilhosa; à Elizabete Kutner, à Maria Viana e à Patrícia Nakagome, pela amizade e pelos momentos de encorajamento.

ao muito querido Pavel Moshin, que esteve comigo nas horas de angústia e de deleite que este trabalho me proporcionou. Нет слов, чтобы выразить тебе мою благодарность. Спасибо за всё, мой русский ангел.

aos meus pais e à minha irmã, pela paciência e compreensão de sempre.

Podemos dizer que todos revelam
a própria alma em suas cartas.

DEMÉTRIO
Sobre o estilo

RESUMO

Apresentamos, nesta dissertação, a correspondência reunida do escritor e político José Martiniano de Alencar (1829-1877) em uma proposta de edição anotada. Trata-se do estudo e da organização de 279 cartas, acompanhadas de notas e de 61 fac-símiles de documentos conservados em diferentes instituições brasileiras (Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e Museu Imperial). Para melhor análise das missivas, objetivando abarcar por diferentes ângulos a trajetória biográfica da personalidade em questão, propomos a divisão do epistolário alencariano (ativo e passivo) em quatro categorias: cartas pessoais, jornalísticas, literárias e políticas.

Palavras-chave: epistolografia, século XIX, José de Alencar.

ABSTRACT

We present here the correspondence gathered of the writer and politician José Martiniano de Alencar (1829-1877) in an annotated edition. It is a study and organization of 279 letters, accompanied by notes, and of 61 facsimiles of documents, stored in various Brazilian institutions (the Brazilian Academy of Letters, the National Library, the House of Rui Barbosa Foundation, and the Imperial Museum). For a better analysis of the letters, in order to cover various angles of the biography of the person in question, we have chosen to divide his correspondence (active and passive) into four categories of letters: personal, journalistic, literary, and political.

Keywords: epistolary writing, nineteenth century, José de Alencar.

“HÁ MUITO TEMPO QUE NÃO TE ESCRIVO...”
REUNIÃO DA CORRESPONDÊNCIA ALENCARIANA (EDIÇÃO ANOTADA)

SUMÁRIO

1. A carta e suas faces.....	10
2. Sobre a correspondência de José de Alencar: uma introdução.....	19
3. Acervos e coleções.....	23
4. A correspondência: proposta de edição.....	26
4.1 Critérios adotados para a organização e a transcrição das cartas.....	26
4.2 Correspondências ativa e passiva de José de Alencar.....	30
5. De Messejana à Tijuca: cartas pessoais.....	36
5.1 Correspondência ativa.....	39
5.2 Correspondência passiva.....	67
6. <i>Non ti scordar di me</i> : cartas jornalísticas.....	70
6.1 Correspondência ativa.....	72
6.2 Correspondência passiva.....	80
7. Escritor e missivista: cartas literárias.....	82
7.1 Correspondência ativa.....	100
7.2 Correspondência passiva.....	146
8. Um conservador epistológrafo: cartas políticas.....	173
8.1 Correspondência ativa.....	191
8.2 Correspondência passiva.....	370
9. Notas expandidas da correspondência alencariana.....	411
9.1 Abreviaturas.....	411
9.2 Dados biográficos dos correspondentes.....	413
9.3 Periódicos citados nas cartas.....	417
Referências.....	421
Anexos.....	427

1. A carta e suas faces

Le XIX^e siècle est-il le siècle des correspondances?
José-Luiz Diaz¹

A questão colocada como epígrafe aparece no artigo “Le XIX^e siècle devant les correspondances”, no qual José-Luiz Diaz reflete a respeito da produção epistolográfica do século XIX europeu, comparando-a aos precedentes, especialmente ao XVII e XVIII. Ao voltar os olhos para a produção de cartas do século oitocentista, no entanto, talvez já se possa ter ideia do quanto as missivas foram relevantes para o período.

“Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar.” É com essa assertiva que J. I. Roquette² define o quadro de relações sociais em voga no século XIX, período que interessa fundamentalmente à proposta deste trabalho.

Partindo dessa premissa, é válido notar que, apesar do conceito comum, a carta não é um simples veículo de comunicação, como pode parecer à primeira vista. Possuidora de diferentes faces, além de pertencer à esfera pessoal, concernente à intimidade, é também, em diversos casos, lida por muitos, quando publicada abertamente, como forma de manifestação crítica, geradora de polêmicas.

Antes de se iniciar um estudo a respeito de correspondências, pelo menos duas definições de carta merecem ser consideradas; trata-se da indispensável distinção entre *carta pessoal* e *carta-aberta*.

Diferentemente da *carta pessoal*, “[...] uma unidade comunicativa que existe para que sujeitos conhecidos entre si possam trocar mensagens de caráter privado/pessoal, por meio da modalidade escrita da língua”³, as *cartas-abertas*, publicadas, “[...] émanent des personnes privées, connues ou non, des groupes plus ou moins organisés ou dissimulent leur auteur par l’utilisation de pseudonymes ou par l’anonymat [...]”⁴.

Esse tipo de texto epistolar, em geral, apresenta caráter panfletário, de manifesto, exposição de ideias críticas e/ou inovadoras que provocam discussão e, muitas vezes,

¹ DIAZ, José-Luiz (org.). *Romantisme: j’ai toujours aimé les correspondances*, p.07.

² SCHWARCZ, Lília Moritz (org.); ROQUETTE, José Ignacio. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, p.266.

³ CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil e GIL, Beatriz Daruj (orgs.). *Modelos de análise linguística*, p.120.

⁴ ROGER, Chartier. (org.). *La correspondence: les usages de la lettre au XIX^e siècle*, p.427.

calorosas alterações. Em função disso, as cartas-abertas podem até mesmo representar o papel de precursoras dos manifestos que invadiriam os meios literários no século XX; com a diferença de que carregam, na maioria das vezes, um tom mais amistoso por envolver um suposto ou efetivo destinatário, que, pelo menos teoricamente, será seu interlocutor.

Ambas as faces da carta, a privada e a pública, podem ser encontradas frequentemente quando se analisa obras e/ou documentos do século XIX. Nora Bouvet⁵, refletindo a respeito do assunto, chama de

“cerradas”, “auténticas”, “verdaderas”, “históricas” o “reales” a las cartas efectivamente enviadas a un destinatario determinado (“privadas”) y “abiertas”, “inventadas”, “ficticias”, “imaginadas” o “apócrifas” a las cartas publicadas (“públicas”). En principio, se entiende por “auténtica” o “verdadera” la carta privada, es decir, dirigida y enviada efectivamente a un destinatario determinado, y por “inventada” o “ficcional” la que no cumple esos requisitos.

Nota-se que a epistolografia, fascinante aos olhos de estudiosos de diferentes épocas, pátrias e áreas de atuação – do grego Demétrio de Faleros (350 a.C.-280 a.C.), ao francês Gustave Lanson (1857-1934) –, é campo de produção textual que ainda conta com a reflexão das gerações atuais, de onde procede, por exemplo, Tzvetan Todorov⁶, pensador franco-búlgaro que inclui a correspondência dentre os chamados escritos íntimos de “lugar privilegiado”.

Ainda segundo conclusões dele – relativas ao estudo de missivas dos escritores Marina Tsvetaeva, Oscar Wilde e Rainer Maria Rilke –, as cartas encontram-se “a meio caminho entre o puramente íntimo e o público”, já que o missivista está sempre à exposição de outrem, um “indivíduo conhecido, não uma massa impessoal”. Logo, por mais que a carta possa ser detentora de um caráter privado, o missivista está sempre diante do julgamento de seu leitor, seja ele um amigo próximo e querido ou toda uma sociedade com os seus desconhecidos e múltiplos pontos de vista.

As considerações acerca do gênero epistolar são variadas e aguçam a imaginação de estudiosos, ou apenas curiosos, que não obstante o caráter íntimo das missivas, assumem a indiscrição para se instituírem como leitores anônimos de cartas.⁷ Levantados os primeiros pontos acerca da discussão sobre o gênero epistolar, conclui-se que o leque de possibilidades que a epistolografia oferece àqueles que se dedicam à sua

⁵ BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura epistolar*, p.114-115.

⁶ TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo: Wilde, Rilke e Tsvetaeva (os aventureiros do absoluto)*, p.20.

⁷ Ibidem, p.21.

produção, ou ao seu estudo, são muitas. É justamente o desenvolvimento do tema, atrelado especificamente a José Martiniano de Alencar (1829-1877), que se verificará nas próximas linhas.

A pena epistolográfica de José de Alencar: apontamentos

Direcionando o olhar para a correspondência alencariana, nota-se, nas cartas verídicas do escritor-político, a existência de material que contribui para um entendimento mais aprofundado de sua biografia. Já as missivas fictícias – levando-se em conta a utilização abundante de cartas em suas tramas, a produção de romances epistolares⁸, ou ainda o emprego das cartas-abertas para a manifestação de sua crítica literária e em sua carreira política – promovem a compreensão do ideário de José de Alencar. Essas missivas eram cativantes aos olhos do leitor de seu tempo, pois favoreciam maior aproximação com o público, estratégia de uma personalidade que se relacionou intensamente com a literatura e a política.

Dono de uma personalidade forte, pode-se assegurar que José de Alencar foi um homem de projetos, dado o seu temperamento ambicioso e determinado. Pouco ou quase nada fazia fortuitamente; premeditava os passos que dava, ainda que por vezes se exaltasse em demasia. Logo, conclui-se que era o retrato do escritor-político que – embora aparentasse fragilidade e, realmente, tivesse suas suscetibilidades – trazia em mente grandiosos planos, tanto para a esfera artística quanto para a política.

A relevância de recordar esse traço marcante do perfil alencariano está na associação direta que se pode estabelecer entre o seu aguçado espírito romântico, que ainda mais se intensifica quando envolvido pelas singularidades de sua têmpera, e a sua produção epistolográfica programática, considerando-se, então, as cartas-abertas, para as quais tinha uma notável queda, visto os grandes conjuntos epistolares trazidos a lume em periódicos ou como panfletos.

No tocante a missivas fictícias, Antonio Candido⁹, referindo-se à presença da técnica epistolar no interior de enredos, afirma:

Os que estudaram esta modalidade narrativa indicam entre as suas características a proximidade maior com o leitor, que parece estar vendo a realidade se formar à medida que o missivista escreve. Isto

⁸ Os romances *Cinco Minutos* (1856), *A Viuvinha* (1857), *Lucíola* (1862) e *Diva* (1863) são estruturados como extensas missivas, embora o traço epistolar, talvez, passe despercebidamente no decorrer das narrativas.

⁹ CANDIDO, Antonio. *Recortes*, p.61.

ajudaria a verossimilhança, porque o missivista é uma espécie de testemunha fidedigna da informação.

Ao analisar o tema pelo ângulo da maior aproximação pessoal que a mais simples das mensagens epistolares pode proporcionar, vê-se a razão pela qual não apenas José de Alencar mas muitos outros escritores se dedicaram a incluir missivas em suas tramas. No caso do romancista cearense, a recorrência de cartas inseridas nas narrativas tem a finalidade especial e, muitas vezes única, de mudar a direção de um enredo proposto.¹⁰

Dada a abrangência do tema, é conveniente que ele seja discutido mais profunda e exclusivamente em projeto futuro, no qual o texto epistolar (enquanto parte da ficção romanesca alencariana) seja o foco.

Colocando de lado as cartas fictícias e voltando às missivas reais, é sabido que a correspondência do “nosso pequeno Balzac”¹¹, assim como a de Machado de Assis, eventualmente pouco contribui para que se conheça “a sua criação ficcional [...], mas vale muito para ampliar o conhecimento de sua contida personalidade.”¹²

É levando em conta a asserção de José Luiz-Diaz, “tant vaut la lettre, tant vaut l’homme: entendons celui qui l’a écrite et qui a ainsi proposé involontairement son portrait à nu”¹³, que se constata a existência, na correspondência privada de José de Alencar, de um homem de “temperamento concentrado, de gênio pouco expansivo [, que] possuía admiradores e amigos dedicados, mas preferia a ação isolada.”¹⁴ Como é de se esperar, portanto, esse cearense traz em suas cartas verdadeiramente enviadas, não as minúcias de sua vida, estivessem elas ligadas aos universos literário ou político, mas

¹⁰ É o que ocorre, por exemplo, no romance *Senhora* (Alencar, vol. I, 1960:738), em que uma carta deixada por Pedro Camargo, pai de Aurélia (protagonista da narrativa), ao avô da moça, Lourenço Camargo, provoca a principal reviravolta da história. Ao ler a missiva de Pedro, o rico senhor “afigurou-se receber as últimas palavras do filho; e lembrou-se quanto fora injusto [...]” É, portanto, a partir dessa tomada de consciência (ocorrida graças ao conhecimento da carta), que, em reparação dos equívocos passados, Aurélia torna-se herdeira de seu avô e entra, definitivamente, no mundo dos abastados. Foi, portanto, a entrada do elemento epistolar responsável pela fundamental alteração da trama.

¹¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*, p.546.

¹² COUTINHO, Eduardo F. e OLIVEIRA, Teresa Cristina Meireles de. (orgs.). *Empréstimo de ouro: cartas de Machado de Assis a Mário de Alencar*, p.11. Gerard Genette (2009:328), referindo-se aos epistolários europeus, afirma que “[...] as correspondências anteriores ao século XIX não incluem muitas confidências a respeito da atividade literária de seus autores.” Essa característica, contudo, estende-se – nos trópicos – ao século dos oitocentos, já que tal postura de reserva quanto ao processo de criação da escrita ficcional permanece fortemente fixada.

¹³ DIAZ, José-Luiz; opus citatum, p.20.

¹⁴ MOTTA, Arthur. *José de Alencar: o escritor e o político*, p.58.

linhas que permitem ao leitor de hoje conhecer um pouco mais o cotidiano, os dissabores e enlevos de suas trajetórias pública e pessoal.

José de Alencar, como escritor e homem público, trocou cartas com diferentes personalidades do século XIX, dentre brasileiros e estrangeiros, literatos e políticos, amigos e desafetos. Em suas missivas privadas encontram-se, por conseguinte, temas de interesse para uma compreensão mais aprofundada dos laços fraternos estabelecidos entre os intelectuais do período; da história sócio-política do Segundo Império; ou das dificuldades pessoais que o escritor cearense enfrentou, demonstradas nos poucos momentos de expansão familiar.

Logo, afirma-se que os projetos literários, os posicionamentos políticos, as polêmicas de natureza variada, os rompantes de entusiasmo e satisfação, e as tantas decepções desse multifacetado Alencar, que segundo um de seus maiores desafetos¹⁵, “era um homenzinho inteligente, mas muito malcriado”, estão fortemente presentes em sua correspondência.

Como breve conclusão do tema, que tantas possibilidades de exploração oferece, assegura-se que os estudiosos da carta, especificamente da missiva pertencente ao século XIX, têm um terreno amplo e fértil a explorar. Quando se debruçam sobre arquivos e coleções, com a finalidade de desvendar o que há de mais trivial e inesperado na vida de personalidades, vêem-se, muitas vezes, diante de impasses que os fazem recorrer ao auxílio de diferentes áreas do conhecimento, como a História, a Crítica Literária e Textual/Edótica¹⁶, e a Paleografia.¹⁷

¹⁵ Referência a D. Pedro II (Menezes, 1977b:362).

¹⁶ “No sentido mais restrito ou estreito (*stricto sensu*), a Filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário (antigo e moderno, manuscrito e impresso), para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. [...] É aqui também que encontramos o conceito de crítica textual, ecdótica ou edótica.” (Cardoso, Condé e Gil, 2009:224); ou seja, o termo edótica “abarca não apenas o processo de restituição da forma genuína de um texto mas também os procedimentos técnicos para apresentar o texto ao público” (Cambráia, 2005:14).

¹⁷ Manoel M. Santiago-Almeida (Cardoso, Condé e Gil, 2009:224), no artigo “Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica”, define Paleografia como o “[...] estudo das antigas formas de escrita, incluindo sua datação, decifração, origem, interpretação, etc.”, que tem como finalidade pragmática a “capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado” (Cambráia, 2005:23).

MEMÓRIA EPISTOLAR

Tomando certo distanciamento do universo das letras, mas não perdendo de vista o caráter documental de que as correspondências são portadoras, observe-se a indagação que Maria Elisa Peretti Pasqualini¹⁸ fez, recentemente, para profissionais e estudiosos de arquivos públicos e pessoais: “Por que a música sinfônica brasileira pouco é executada nas salas de concerto do exterior e até mesmo nas do Brasil?”

A reflexão e resposta da musicóloga relaciona a precária conservação das partituras nacionais ao consequente desinteresse dos músicos, que, diante dos muitos reveses, abandonam a ideia de difundir parte relevante da cultura brasileira. A observação remete à importância da conservação e transcrição de documentos, já que tais textos desempenham o papel de guardiães da memória.

No caso exemplificado por Maria Pasqualini, a apropriada restauração e preparação de partituras contribui para que a música sinfônica brasileira seja levada por todo o país e para além de suas fronteiras, disseminando-se. A concretização da tarefa só se dá completamente quando dois pontos fundamentais dialogam de maneira harmônica; sejam eles, a preservação da memória através da manutenção dos documentos – no caso, as composições – e a sua difusão por meio da execução musical, realizada pelas orquestras, em turnês mundo a fora.

Consideradas as devidas proporções, é possível afirmar que o mesmo “colóquio” faz-se necessário com outros tipos de documentos, que – por melhor arquivados que estejam – se não postos à luz para a eficaz divulgação de suas ideias, nada trazem àqueles que poderiam ser beneficiados por seus conteúdos.

Eis uma das principais finalidades desta pesquisa: apresentar documentos relativamente antigos¹⁹ que, embora muitas vezes resguardados por instituições públicas – nos arquivos de bibliotecas, centros de documentação, museus – permanecem longe dos olhos do leitor.

A publicação de correspondências é, pois, uma maneira de restaurar um passado que não se alia, geralmente, apenas ao universo particular do missivista; é elemento testemunhal que contribui para a composição, por meio de seus fragmentos, de algumas

¹⁸ Trata-se da musicóloga e coordenadora do Centro de Documentação Musical da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, em palestra proferida no último dia do seminário “Oneyda Alvarenga, um pouco”, realizado no IEB/USP em 28, 30/06 e 05/07/2011; disponível pelo Sistema IPTV USP Experimental.

¹⁹ Os documentos mais recentes aqui transcritos datam de 1877, distanciando-se, portanto, cento e trinta e cinco anos de 2012.

décadas de História, afastadas dos chamados “dias de hoje”. Uma tentativa de valorizar o espaço reservado à recordação, já que a carta também é lugar de memória, como bem assinala José-Luiz Diaz²⁰:

Comme le XIXe siècle est le siècle de l’historisation généralisée des phénomènes et des énoncés, la lettre, – y compris le billet qu’on écrit le matin même –, est comme dédoublée: émouvante notation de l’instant éphémère, elle est d’emblée aussi “lieu de mémoire”.

E esse espaço, de que fala o professor francês, é valorizado, sobretudo, por aqueles que têm inclinação ao estudo de “reliquias” (*papéis velhos* para os desavisados), para quem nada substitui a satisfação de ter em mãos, literalmente, as folhas amareladas de cartas manuscritas há muito tempo, de preferência séculos.

Todavia, algumas vezes, apenas o gélido – mas fundamental – microfilme²¹ é disponibilizado, sendo o único meio pelo qual se torna possível o contato com os cobiçados documentos, cuja necessária (geralmente lenta e árdua) tarefa de desvendamento tanta satisfação traz aos pesquisadores, ainda que a empreitada “[...] parfois fait mal à l’épaule en tiraillant le cou [...]”, como bem lembra Arlette Farge quando se refere à tarefa de transcrição dos manuscritos.²²

A anotação desses fragmentos de memória requer um minucioso exercício que envolve não apenas a busca de dados históricos, mas também – e talvez essencialmente – a sensibilidade²³ de compreender complexas relações entre texto e contexto, no interesse de apresentar os resultados do trabalho científico, não de maneira burocrática e protocolar, mas com o grau máximo de interferência cabível no contexto documental.

É tendo em vista a consideração anterior, que se apresentam, na sequência, pontos relevantes sobre o nascimento deste projeto de pesquisa, já que talvez seja válido conhecer os primeiros passos dessa caminhada de quatro anos de labor, assim como os principais objetivos que, com ela, pretendeu-se atingir.

²⁰ DIAZ, José-Luiz; opus citatum, p.10.

²¹ Segundo definição do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (versão eletrônica), microfilme é o produto do processo denominado microfilmagem, “sistema de documentação que se baseia na redução de livros, jornais, processos”. Arlette Farge (1989:23) demonstra o seu ponto de vista quanto à essencial diferença entre materiais manuscritos e microfilmados, afirmando que o “archive manuscrite est un matériau vivant, sa reproduction microfilmée est un peu lettre morte, quand bien même elle s’avère nécessaire.”

²² FARGE, Arlette. *Le goût de l’archive*, p.26.

²³ Ecléa Bosi (1984:81), no livro em que examina memórias de velhos, afirma que “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.”

MISSIVAS, APRECIÇÕES & PROJETOS

Em poucas palavras, pode-se dizer que a ideia que originou esta dissertação surgiu “às avessas”. Durante a graduação em Letras, o interesse pela produção literária do século XIX, em especial a alencariana, levou-me à leitura dos romances do escritor cearense, o que concorreu para a observação do grande número de missivas presentes em suas narrativas.

Entretanto, visto a necessidade de conhecer um pouco mais a vida de José de Alencar – ter acesso às suas fontes de inspiração, já que ele apresentou fecunda imaginação ficcional e estilo muito próprio –, não foi possível restringir-me ao universo romanesco, era preciso ler algumas das várias páginas biográficas que versavam sobre o autor de *Iracema*. Essa leitura complementar muito contribuiu para um aprofundamento na compreensão dessa personalidade brasileira.²⁴

À medida que avançava a leitura das biografias, encontrava indícios de um epistolário vasto e diversificado. Cartas integralmente transcritas, trechos de missivas, instigantes referências quanto à localização de um material epistolar palpável, conservado por diferentes instituições. Tudo concorreu, então, para o acendimento da fagulha pelo desejo de busca e posterior divulgação dessa correspondência.²⁵

Logo, conclui-se que o plano inicial de estudo, mais próximo da análise e interpretação literária, deu lugar ao posterior. Seguindo, portanto, um caminho inverso do imaginado, ou talvez esperado, o tema desta pesquisa surgiu da reflexão sobre as cartas inventadas – como assim as chamou Nora Bouvet – e culminou no conhecimento do epistolário verdadeiro de José de Alencar.

Foi tendo em vista a realização de um trabalho inédito que, primeiramente, pensou-se em coligir apenas as cartas relacionadas à atividade literária do escritor, visto que se trataria de pesquisa ainda não publicada isoladamente; entretanto, à medida que

²⁴ Apesar da consideração de Todorov (2011:18) de que a “mais forte violência exercida pelo biógrafo sobre o indivíduo impotente caído em suas mãos é [...] o gesto que consiste em atribuir um sentido a sua experiência vivida”, acredita-se que não há como não recorrer a essa categoria textual, que – especialmente nos casos em que a distância entre o leitor e o biografado é considerável – muito auxilia os interessados em conhecer o seu “personagem”, mesmo tendo em vista a necessária moderação quanto a crer cegamente na veracidade que os biógrafos podem atribuir aos fatos por eles narrados.

²⁵ Gérard Genette (2009:329) afirma que se pode “[...] utilizar – [e] é isso que os especialistas fazem – a correspondência de um autor (em geral) como uma espécie de testemunho sobre a história de cada uma de suas obras: sobre sua gênese, sobre sua publicação, sobre a acolhida do público e da crítica, e sobre a opinião do autor a respeito de todas as fases dessa história.” No caso de Alencar, as cartas que compõem seu epistolário não se associam tanto ao processo de criação de sua obra, mas contribuem para a reconstituição de parte da historiografia literária e política brasileira.

se conhecia a sua vida, notava-se uma expressiva produção epistolográfica intimamente relacionada, também, aos outros ramos de atividade a que ele se dedicou.

Embora não tenha formação específica na área de História, não foi possível resistir ao prazeroso desafio de estudar – por meio de pesquisa bibliográfica, especialmente – as missivas que traziam apontamentos político-históricos, montando assim um quebra-cabeças de informações antigas, e redescobrimdo fatos do século XIX que puderam ser recuperados.

É importante ressaltar, contudo, que não se pretende esgotar o levantamento de temas presentes nos textos epistolares de um homem tão ilustre e sobre quem tanto já se refletiu e escreveu.

É por isso que, tendo em vista o fato de parte das cartas de José de Alencar já ter sido publicada e estar disponível de maneira esparsa em, ao menos, quatro importantes biografias e dois relevantes trabalhos acadêmicos²⁶, a proposta que se faz ao elaborar esta dissertação é a de – complementando a tarefa de todos os que já lidaram com essas missivas – apresentar uma criteriosa reunião (organizada, anotada e, sempre que possível, acompanhada de fac-símiles) da correspondência do escritor-político José de Alencar.

Espera-se, dessa forma, que a correspondência reunida favoreça a reflexão sobre a singularidade da epistolografia alencariana, podendo servir como fonte para novas pesquisas sobre vida e obra do escritor, bem como sobre aspectos da literatura e da política do século XIX.

Após o primeiro capítulo, A CARTA E SUAS FACES, a dissertação encontra-se dividida em mais nove partes – SOBRE A CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ DE ALENCAR: UMA INTRODUÇÃO, ACERVOS E COLEÇÕES, A CORRESPONDÊNCIA: PROPOSTA DE EDIÇÃO, NOTAS EXPANDIDAS DA CORRESPONDÊNCIA ALENCARIANA, REFERÊNCIAS, e quatro capítulos²⁷ com a transcrição das cartas (acompanhadas de textos que complementam a leitura das missivas) – por vezes, subdivididas, e que um índice onomástico dos correspondentes encontra-se ao final do trabalho, como apêndice.

²⁶ Trata-se das biografias publicadas por Luís Viana Filho, Oswaldo Orico, Raimundo de Magalhães e Raimundo de Menezes, e das dissertações de mestrado de Kátia Mendes Garmes e Tâmis Parron; as indicações bibliográficas completas estão disponíveis no item Referências.

²⁷ Trata-se dos capítulos “De Messejana à Tijuca: cartas pessoais”, “*Non ti scordar di me*: cartas jornalísticas”, “Escritor e missivista: cartas literárias” e “Um conservador epistológrafo: cartas políticas”.

2. Sobre a correspondência de José de Alencar: uma introdução

A vontade?... A vontade é a soberania da alma, a acentuação de sua superioridade moral; é o rei que temos em nós, e que pode tornar-se de repente um déspota...

José de Alencar²⁸

Dentre os escritos memorialísticos do Visconde de Taunay (1843-1899), encontra-se um dedicado a José Alencar, no qual o escritor-político é descrito como homem

de compleição franzina, barbado demais para as feições miúdas e delicadas, de estatura pouco elevada e sem característica ou qualidade física que o impusesse a atenção pública com um todo [sic], pelo contrário, [era] repassado de timidez, que jamais pode totalmente perder.²⁹

Embora tenha nascido na província de Messejana, no Ceará, José de Alencar passou a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, lugar em que exerceu a advocacia³⁰ e onde deu início a atividades relacionadas ao jornalismo.

Entre 1853 e 1858, trabalhou nos jornais *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*³¹, e em ambos publicou os folhetins *Ao Correr da Pena*, nos quais apresentava relatos do cotidiano da corte fluminense, textos em que já se podia encontrar um esboço do estilo e da linguagem de seus futuros romances.

Foi por meio do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, que Alencar apresentou uma série de oito cartas nas quais criticava, com severidade, *A Confederação dos Tamoios*³², dando início a uma desavença – que se arrastaria até o fim de sua vida – com o Imperador D. Pedro II (1825-1891), responsável pelo financiamento do livro, e mostrando, pela primeira vez e com muita ousadia, a pena de crítico literário.

Depois de iniciada publicamente a sua atividade como escritor, através da elaboração das crônicas diárias e das cartas sobre o poema de Gonçalves de Magalhães,

²⁸ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. I, p.583.

²⁹ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Reminiscências*, p.81-82.

³⁰ José de Alencar formou-se bacharel em Direito, em 1849, pela Faculdade de Direito de São Paulo.

³¹ O *Correio Mercantil* (1848-1868) foi o jornal em que José de Alencar trabalhou entre 1853 e 1855. No jornal o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), exerceu a função de redator-chefe de 1855 a 1858.

³² O poema épico *A Confederação dos Tamoios*, do poeta Gonçalves de Magalhães (1811-1882), foi publicado em 1856.

José de Alencar enceta efetivamente a sua produção literária. Mantendo um sólido vínculo com o *Diário do Rio de Janeiro*, ele dá os primeiros passos como romancista, publicando em forma de folhetins, além das novelas *Cinco Minutos* (1856) e *A Viuvinha* (1857), um dos seus mais importantes romances indianistas, *O Guarani* (1857).

Paralelamente ao trabalho na imprensa, surgem também as primeiras peças de teatro, *O Rio de Janeiro, verso e reverso* (1857), *O Demônio Familiar* (1857), *O Crédito* (1857) e *As Asas de um Anjo* (1858). No entanto, a 20 de julho de 1858, depois de dissabores enfrentados com a apresentação de sua última peça, o jovem escritor coloca de lado – por pouco tempo – o trabalho com as letras; deixa o *Diário do Rio de Janeiro* e dirige-se ao escritório de advocacia, tendo como próximo destino a política, herança familiar.

Como se pode ver, as atividades literária e jornalística de Alencar fundiam-se no início de sua carreira como literato, e nesse universo já se registra a existência de uma breve, mas importante produção epistolar, que viria a adquirir um considerável vulto no decorrer de sua vida.

Embora Raimundo de Menezes³³ tenha afirmado que o romancista cearense “jamais [...] cultivou a epistolografia”, Kátia Garmes³⁴ assegura que, “na pesquisa acerca [da correspondência alencariana], feita em arquivos, jornais de época e diversas biografias do escritor, colhemos agradáveis surpresas. Alencar cultivou, sim, a epistolografia, de forma tão voraz quanto suas outras atividades.”

E é a fim de demonstrar essa prática de escrita – não apenas relacionada ao universo da intimidade³⁵, como também presente na produção intelectual do romancista –, que se lembra de uma das cartas-abertas mais célebres de seu epistolário, *A Comédia Brasileira*³⁶, destinada a Francisco Otaviano³⁷ e considerada um de seus textos

³³ MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*, p.05.

³⁴ GARMES, Kátia Mendes. *Achados e esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos*, p.08.

³⁵ A tocante missiva de 30/04/1875, destinada a Leonel de Alencar, é um bom exemplo da prática epistolar no universo íntimo do romancista cearense. Trata-se da carta (número 24) na qual o irmão relata os graves problemas de saúde de que já é acometido e os planos de passar, pela primeira e única vez, uma temporada na Europa.

³⁶ A missiva foi publicada como carta-aberta pelo jornal *Correio Mercantil*, em 07/11/1857, e em forma de folhetim, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 14/11/1857; estando reproduzida em *José de Alencar (Obra Completa)* da Editora José Aguilar.

³⁷ Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), um dos grandes amigos de José de Alencar. Jornalista que o conheceu quando ainda era estudante na Faculdade de Direito de São Paulo, foi o

autobiográficos que, seguindo a mesma linha de *Como e Porque sou Romancista*³⁸, poderia ser denominada “Como e Porque sou Dramaturgo”.

Outra carta-aberta importante é aquela através da qual o poeta Castro Alves é apresentado a Machado de Assis, em fevereiro de 1868.³⁹ Depois de receber a visita do jovem baiano, Alencar, encantado com seu talento, escreve ao amigo Machado de Assis, apresentando-o e pedindo-lhe que fosse o “Virgílio do jovem Dante”, que o conduzisse do anonimato ao reconhecimento da sociedade literária fluminense.

Integrante de uma família ligada à política, assume o fado de prosseguir pelos mesmos passos que sua avó, dona Bárbara Pereira de Alencar⁴⁰ (1760-1832), e seu pai, José Martiniano Pereira de Alencar⁴¹ (1794-1860), deram no início do século. Prestes a completar trinta anos de idade, recebe o título de Conselheiro, trabalhando como Consultor dos Negócios da Justiça; tornou-se Deputado Geral pela província do Ceará em 1861 e exerceu o cargo de Ministro da Justiça de 1868 a 1870.

Obstinado e possuidor de uma índole “já de si orgulhosa”, que “chegou até a criar-lhe na própria intimidade uma fama de grosseiro”, nas palavras de Araripe Júnior⁴², adepto de uma postura conservadora durante sua carreira política, aliou-se a poucos e indispôs-se com muitos. Foi durante os anos de atividade política que Alencar manteve a sua correspondência mais volumosa, na qual se pode encontrar parte da história da política brasileira do século XIX.

As cartas e os bilhetes destinados ao Imperador D. Pedro II⁴³, as missivas dirigidas aos aliados e inimigos políticos, como os Barões de Lucena (1835-1913) e Cotegipe (1815-89), por exemplo – em que se pode encontrar a manifestação de acordos e conflitos políticos –, também estão presentes em sua correspondência. A trajetória de

responsável pela introdução do cearense no jornal *Correio Mercantil*, no qual começou, em 1853, a publicar as crônicas de *Ao Correr da Pena*.

³⁸ Trata-se de texto autobiográfico em que Alencar apresenta apontamentos sobre sua trajetória literária. Embora elaborado em 1873, veio a público somente em 1893, dezesseis anos após a morte do escritor.

³⁹ Carta publicada no jornal *Correio Mercantil*, em 22/2/1868.

⁴⁰ Em 1817, dona Bárbara Pereira de Alencar, apoiando os filhos, dentre eles, José (seminarista na época), e outros familiares, participou da Insurreição do Crato.

⁴¹ José Martiniano Pereira de Alencar tornou-se senador pela província do Ceará em 10/04/1832; cargo também almejado pelo filho, mas inalcançado em função de desentendimentos com D. Pedro II.

⁴² ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *José de Alencar: perfil literário*, p.77-78.

⁴³ Referência aos muitos bilhetes trocados entre o monarca e Alencar (Menezes, 1977b:232), e às missivas estampadas em panfletos – *Cartas Políticas de Erasmo (ao Imperador)*, publicadas entre 1865 e 1866, e *Novas Cartas Políticas de Erasmo (ao Imperador)*, trazidas a público entre 1867 e 1868.

José de Alencar, enquanto candidato à senatoria está claramente traçada em suas missivas; é por meio da correspondência estabelecida durante o período eleitoral que se tornam visíveis as angústias, preocupações e anseios do político cearense.

Lendo a correspondência política alencariana é possível aproximar-se mais – além dos desentendimentos partidários em que o autor das cartas de Erasmo se envolveu, primeiramente com Partido Liberal e posteriormente com o Conservador – da crise do partido que o acolheu, pelo qual consolidou sua carreira política, e que entrava nos últimos anos do império consideravelmente enfraquecido, em especial, após a publicação do Manifesto Liberal, em 30 de março de 1869.

Como já demonstrado nos apontamentos do primeiro capítulo, a reflexão acerca da correspondência de José de Alencar faz com que se conheça com maior profundidade as suas veias jornalística, literária e política, além da sua discreta vida pessoal: um aprofundamento na história de um importante literato e político do século XIX. Conhecendo as cartas desse cearense de tantos ofícios, é possível compreender um pouco mais a sua, não muito longa, mas bastante intensa trajetória de vida.

Considerando a proposta de apresentar, por meio desta pesquisa, toda a correspondência alencariana atualmente conhecida, seria importante que a dissertação trouxesse um título que remetesse o leitor tanto às missivas do epistolário ativo quanto às do epistolário passivo de José de Alencar: cartas de teor político, literário, jornalístico e pessoal.

Desde o início do projeto cogitamos diferentes denominações sem, no entanto, encontrarmos uma que revelasse a essência da persona epistolar alencariana, ou que não se limitasse a apenas um dos aspectos do epistolário de José de Alencar. Somente pouco antes de concluir o trabalho foi possível chegar ao nome definitivo: “Há muito tempo que não te escrevo”; trecho extraído da carta ao Barão de Pinto Lima (número 5).

A expressão selecionada, além de não estar restrita às missivas da correspondência ativa ou passiva, carrega o tom saudosista recorrente em epistolários e coloca em evidência a relevância do papel da carta enquanto elemento de sociabilidade do século oitocentista, em especial.

3. Acervos e coleções

A duração material da carta se articula a regras de coleção, preservação, continuação da memória social.

Luiz Neves⁴⁴

Quanto aos acervos e coleções em que as cartas/bilhetes das correspondências ativa e passiva de José de Alencar foram encontradas, graças fundamentalmente às indicações de seus biógrafos, pode-se enumerar pelo menos cinco fontes importantes:

1. Arquivo Histórico/Museu Histórico Nacional (RJ);
2. Arquivo Histórico/Museu Imperial (RJ);
3. Arquivo Múcio Leão/Academia Brasileira de Letras (RJ);
4. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ);
5. Seção de Manuscritos/Biblioteca Nacional (RJ).

O Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional conserva, na Coleção José Martiniano de Alencar (sigla JRcr), apenas uma carta assinada pelo escritor cearense, doada por Léo de Alencar, neto do autor de *O Guarani*. O documento não foi obtido para inclusão nesta pesquisa até a presente data.

As trinta e oito missivas disponibilizadas para este trabalho pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, situado em Petrópolis, podem ser encontradas nas seguintes coleções:

- Aquisição Museu Imperial (AMI), em que cada caso deve ser especificado em virtude dos documentos terem sido comprados pela instituição.
- Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB), recebido – em 1948 – do castelo do Conde d’Eu, D. Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans (1842-1922), situado na França.
- Coleção do Arquivo da Casa Imperial (classificação Maço e I-DDP), que contém documentos doados em 1948 pelo príncipe D. Pedro Gastão (1913-2007), neto da Princesa Isabel, para cumprir a vontade de seu pai, D. Pedro de Alcântara – o Príncipe do Grão-Pará –, filho primogênito da princesa e do príncipe D. Luís Gastão de Orléans.

⁴⁴ NEVES, Luiz Filipe Baêta. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais*, p.193.

- Doação Família Barbosa (DFB), recebida em 1957; trata-se de documentos pertencentes ao niteroiense Arthur Alves Barbosa (1868-1947) que, em Petrópolis, tornou-se profissional do jornalismo e da política, tendo sido eleito prefeito da cidade, em 1922, embora não empossado.
- Doação Pedro Paranaguá (DPP), realizada a partir de 1941; trata-se de documentos pertencentes à família Paranaguá, cuja reunião recebe o nome do neto de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), mais conhecido como Marquês de Paranaguá.

Na Academia Brasileira de Letras, os documentos referentes a José de Alencar, dentre os quais duas missivas, encontram-se no Fundo José de Alencar do Arquivo Múcio Leão.

Consultando os livros do tomo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, encontram-se, em 13 de outubro de 1981, mais de cem registros de doações de Fábio de Alencar, bisneto do escritor, dentre as quais estão as quatorze cartas presentes nesta pesquisa.

A Biblioteca Nacional conserva, em diferentes fundos/coleções da Seção de Manuscritos, as cinco cartas disponibilizadas em microfilme para este trabalho; essas missivas, microfilmadas, foram digitalizadas pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo a fim de serem incluídas na dissertação.

Além das cartas conservadas em acervos situados no estado do Rio de Janeiro, Raimundo de Menezes, Luís Viana Filho e Kátia Mendes Garmes mencionam ainda a existência de missivas da correspondência alencariana em instituições localizadas no nordeste do Brasil, especificamente, na Academia Cearense de Letras, no Arquivo Público de Pernambuco, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. No entanto, o material referido não foi encontrado durante esta pesquisa.

Dois fac-símiles aqui reproduzidos não foram encontrados em coleções ou acervos públicos. Um deles (carta 14) foi extraído do catálogo do 12º Leilão de Livros Raros e Papéis Antigos realizado na cidade de São Paulo em três de outubro de 2009; o

outro (missiva 24) foi trazido à luz pelo biógrafo Arthur Motta em seu livro *José de Alencar: o escritor e o político, sua vida e sua obra*, de 1921.

Como se pôde notar, a consulta bibliográfica também foi essencial para a concretização deste trabalho. No volume IV da *Obra Completa* de José de Alencar foram encontradas, além das cartas-abertas como *A Comédia Brasileira*, *O Nosso Cancioneiro*, as *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* e as cartas de Erasmo, nove missivas localizadas no Epistolário.

Em 1967, Raimundo de Menezes publicou o primeiro livro de missivas alencarianas denominado *Cartas e documentos de José de Alencar*⁴⁵. Nesta dissertação, foi utilizada a segunda edição do livro (de 1977), “aumentada”, em que o biógrafo apresenta setenta e quatro cartas enviadas pelo romancista, além de reproduzir cinquenta e cinco bilhetes de D. Pedro II ao Ministro da Justiça do Gabinete Itaboraí, e trinta e cinco missivas de sua correspondência passiva, publicadas na *Revista do Brasil*, em 1918, em uma reunião organizada pelo filho mais novo do escritor, Mário de Alencar (1872-1925).

Otacílio Colares publicou doze cartas da correspondência ativa política de José de Alencar, encontradas em 1977 no Instituto Histórico e Antropológico do Ceará, pelo Prof. Dr. Pedro Alberto de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará.

Trabalho complementado, em três décadas, por Kátia Garmes – que, pesquisando em diferentes instituições, apresentou em sua dissertação de mestrado, *Achados e esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos* (1998), setenta e oito transcrições, entre cartas e bilhetes, além de três fac-símiles – e Tâmis Parron, que trouxe à luz, em 2008, sete importantes missivas relacionadas à presença alencariana no universo político do século XIX, o conjunto epistolar denominado *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo*.

⁴⁵ Volume publicado pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo.

4. A correspondência: proposta de edição

Qualquer edição crítica representa, sempre, uma tentativa de restauração de um texto, provisoriamente definitiva enquanto não surjam outras, naturalmente baseadas em novos achados ou em diferentes perspectivas metodológicas, que possam lançar novas luzes sobre o original.

Segismundo Spina⁴⁶

4.1 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A ORGANIZAÇÃO E A TRANSCRIÇÃO DAS CARTAS

Em face do volume expressivo de cartas/bilhetes – correspondência ativa e passiva, documentos a serem coligidos e organizados – e do objetivo de apresentar textos fidedignos, foram surgindo no decorrer da pesquisa alguns critérios para a organização e transcrição dos manuscritos.

Temática epistolar

Diferentemente da habitual configuração trazida por livros de cartas, cuja organização epistolar se dá por meio do agrupamento dos correspondentes, pensou-se, aqui, em realizar uma estruturação que destacasse os diferentes ângulos da biografia do missivista retratado. Em função desse propósito, foram estabelecidos temas que colocam em evidência o envolvimento da prática epistolar com as distintas áreas em que José de Alencar atuou.

Esses *temas epistolares*, portanto, estão diretamente relacionados às atividades desempenhadas pelo escritor, vinculadas ao jornalismo, à literatura e à política. E, como não poderia deixar de ser, também foi reservado espaço para a sua vida pessoal. O quadro a seguir sintetiza a classificação proposta.

TIPO DE CARTA	TEMA
<i>ativa</i>	<p>pessoal</p> <p>literária</p> <p>jornalística</p> <p>política</p>

⁴⁶ SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*, p.127.

<i>passiva</i>	pessoal literária jornalística política
----------------	--

Para que uma carta/bilhete fosse considerada pertencente às categorias jornalística, literária, política ou pessoal levou-se em consideração o seu assunto *predominante*. Em alguns casos, contudo, em uma mesma missiva encontravam-se traços de uma ou mais categorias – o que impediria seu encaixe em apenas uma das correspondências estabelecidas –, nessas circunstâncias, classificou-se a mensagem epistolar na classe em que mais se adequava o seu tema principal; por exemplo, em uma carta cujos assuntos centrais eram a política e a vida pessoal, mas que o traço íntimo salientava-se mais que o político, optou-se pela classificação da missiva como pertencente à correspondência pessoal.

Missivas públicas

Para não prolongar demasiadamente o trabalho e, mormente, visando não reproduzir pesquisas recentemente publicadas, foram incluídas nesta dissertação apenas as missivas trazidas a lume, individualmente, por periódicos; *A Comédia Brasileira* e a carta a Machado de Assis são dois exemplos desse tipo de texto epistolar.⁴⁷ Portanto, não foi incluída nem a transcrição dos conjuntos epistolares publicados no formato panfleto, como as cartas de Erasmo, nem a das missivas que compunham os projetos ensaístico-literários de José de Alencar, como as *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* e *O Nosso Cancioneiro*.

No entanto, devido à importância de tais documentos na produção epistolar alencariana, não seria possível deixar de mencioná-los. Assim sendo, a fim de não apresentar uma lacuna na reunião da correspondência, foram elaborados textos com informações concernentes às missivas públicas no sétimo e oitavo capítulos da dissertação.

Procedimentos de anotação

No pós-escrito em forma de carta da primeira edição de *Iracema*, Alencar justifica o abandono do poema indígena *Os Filhos de Tupã*. Uma de suas razões era a

⁴⁷ Divulgada pelo *Diário do Rio de Janeiro* em 1857.

necessidade de lançar mão de estratégias extra-romanescas para que se pudesse realizar uma melhor leitura de sua composição poética. Angustiado, questiona: “Que fazer? Encher o livro de grifos que o tornariam mais confuso [,] e de notas que ninguém lê?”⁴⁸. Ainda que o mesmo receio exposto pelo escritor esteja presente nesta proposta de edição, as notas tornam-se necessárias porque constituem bases para compreensão de uma escrita cuja natureza é “*alusiva e sincopada*.”⁴⁹

Os casos em que foi estabelecido critério de inclusão das notas foram os seguintes: objetivando fazer um levantamento de publicações das missivas, o título das biografias e dos trabalhos acadêmicos em que a transcrição integral ou parcial de cada carta pode ser encontrada foi indicado no rodapé da página; ao se verificar carta-resposta na correspondência ativa ou passiva, o número da missiva correspondente também foi mencionado em nota.

O nono capítulo da dissertação foi criado com vistas à minimização do número de notas de rodapé. As chamadas “notas expandidas” trazem informações biográficas de personalidades que mantiveram correspondência com José de Alencar, assim como dados referentes aos periódicos citados nas cartas e às abreviaturas inseridas nas assinaturas das missivas.

Introdução às cartas

Com a finalidade de melhor apresentar cada uma das cartas, antes das transcrições, foi incluído um cabeçalho no qual se podem encontrar, sempre que disponíveis, quatro importantes dados: o local e a data em que foram elaboradas, e o nome do remetente e do destinatário. Lembra-se ainda, que, no tocante à organização temporal, as mensagens epistolares foram organizadas de acordo com a sequência cronológica: da mais antiga à mais recente.

⁴⁸ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. III, p.254.

⁴⁹ BECKER, Colette. “Le discours d’escorte: l’annotation et ses problèmes (à propos de la correspondance de Zola)” in FRANÇON, André; GOYARD, Claude (orgs.) *Les correspondances inédites*. Paris: Economica, 1984 (tradução para uso didático feita por Claudio Hiro), p.04.

Leitura de manuscritos antigos

Paralelamente à etapa de organização, foi realizado o trabalho de transcrição e cotejo das cartas que se encontravam em forma manuscrita, além da anexação, sempre que possível, de seus fac-símiles⁵⁰ (mencionados no terceiro capítulo da dissertação).

Ainda que se tenha pensado em adotar a transcrição semidiplomática⁵¹, a fim de manter uma maior fidelidade aos manuscritos autógrafos⁵², diante da impossibilidade de serem encontradas todas as cartas em forma manuscrita, optou-se pela transcrição modernizada⁵³, objetivando manter uniformidade textual.

Referindo-se aos diferentes tipos de adversidades que podem ocorrer no trabalho com manuscritos, Antonio Candido⁵⁴ lembra que existem “[...] dificuldades de leitura, devidas, seja a elementos formais, seja a elementos de redação. No primeiro caso estão a caligrafia e as abreviações; no segundo, o vocabulário e a sintaxe.”

Considerando a observação anterior, esclarece-se que a ortografia apresentada nas cartas foi atualizada, a pontuação e as abreviaturas⁵⁵ foram mantidas como encontradas nos manuscritos. As eventuais intervenções do transcritor estão entre colchetes; ressalta-se ainda que, quando não foi possível ter acesso ao documento original ou a seu fac-símile, foram respeitadas as observações – também apresentadas entre colchetes – daqueles que transcreveram a missiva primeiramente.

⁵⁰ Segismundo Spina (1977:77-78) faz uma definição do termo, afirmando que “a fotografia do texto é o fac-símile, que reproduz com muita fidelidade as características do original: o formato, o papel, as ilustrações, as margens, e até a cor e o tamanho.”

⁵¹ A transcrição semidiplomática é aquela que “permite algumas intervenções no texto”, como “separar as palavras unidas indevidamente e unir as palavras separadas indevidamente”, ou “desdobrar certas palavras abreviadas quando, de fato, apoiadas por signos ou sinais abreviativos” (Samara, 2010:64), mas determina a “manutenção de aspectos do nível linguístico (sintaxe, incluindo a pontuação; morfologia; semântico-lexical) e ortográfico, incluindo a acentuação gráfica” (Cardoso, Condé e Gil, 2009:227-228).

⁵² Segundo Antonio Candido, “chama-se autógrafo ao manuscrito feito em letra de mão pelo próprio autor [, portanto,] não se pode, evidentemente, chamar autógrafo a qualquer original de autor, mas apenas aos manuscritos” (Candido, 2005:23).

⁵³ A transcrição modernizada é a “reprodução tipográfica que atinge o maior grau de interferência de quem edita. Nela é possível haver alteração de aspectos nos níveis linguístico e ortográfico, além dos pontos descritos na reprodução semidiplomática”, restando, nesse caso, “apenas a possibilidade de estudo no âmbito histórico” (Cardoso, Condé e Gil, 2009:228).

⁵⁴ CANDIDO, Antonio. *Noções de análise histórico-literária*, p.27.

⁵⁵ Pode-se dizer que, de maneira geral, as abreviações encontradas nas cartas do século XIX são chamadas, paleograficamente, de abreviações “por suspensão ou apócope”, em que “a última letra ou últimas letras não tenham sido escritas através de signos do alfabeto” (Samara, 2010:62), e abreviações por “síncope [, que se] formam mediante a supressão de elementos gráficos do meio do vocábulo.” (Spina, 1977:46).

4.2 CORRESPONDÊNCIAS ATIVA E PASSIVA DE JOSÉ DE ALENCAR

Foram coligidos e transcritos cento e setenta e dois documentos, entre cartas e bilhetes, que José de Alencar dirigiu a quarenta e seis destinatários identificados, entre 1853 e 1877. Do número total de cartas/bilhetes, destacam-se dezesseis, enviados a receptores não-identificados, e uma missiva-aberta.

Seguem, em ordem alfabética, os nomes completos dos correspondentes, o número de cartas/bilhetes enviados e as datas em que foram redigidos.

CORRESPONDÊNCIA ATIVA PESSOAL

(27 transcrições)

ALENCAR, Leonel Martiniano de	3	9 dez.1873, 3 jan.1875 e 30 abr.1875
Barão de Lucena [LUCENA, Henrique Pereira de]	1	6 jan.1876
Barão de Pinto Lima [LIMA, Francisco Xavier Pinto]	3	5 dez.1861, 6 abr.1863 e 17 jul.1865
BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa	4	25 jan.1858, 8 jan.1860, 1 dez.1860 e 21 mar.1867
DIAS, João Paulo Ferreira	1	23 nov.1867
FONSECA, Paulino Nogueira Borges da	3	5 jul.1873, 10 dez.1873 e 9 jan.1875
GUIMARÃES, Américo Militão Freitas	1	15 set.1873
MENDONÇA, Salvador de Menezes Drummond Furtado de	1	25 mar.1873
SOMBRA, Joaquim José de Sousa	5	14 fev.1870, 31 dez.1870, 7 set.1872, 10 jul.1873 e 8 jan.1875
Visconde de Ourém [AREIAS, José Carlos de Almeida]	1	30 set.1876
destinatários não-identificados	4	22 mar.1860, 10 jan.1862, 27 maio 1869 e 23 maio1875

CORRESPONDÊNCIA ATIVA JORNALÍSTICA

(8 transcrições)

BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa	1	sem data definida
CÂMARA, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso	3	1 ago.1856 e duas sem data definida
FERREIRA, Félix	1	14 jun.1870
LAMARTINE, Alphonse Marie Louis de Prat de	1	12 jul.1857
ROSA, Francisco Otaviano de Almeida	2	9 ago.1853 e 8 jul.1855

CORRESPONDÊNCIA ATIVA LITERÁRIA

(21 transcrições)

ASSIS, Joaquim Maria Machado de	1	18 fev.1868
CASTRO, Luís Joaquim d'Oliveira e	1	28 abr.1875
COARACY, José Alves Visconti	1	3 mar.1874
Conselheiro Souza Ferreira	1	9 out.1862
COSTA E SILVA, Juvenal Galeno da	1	31 mar.1872
GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz	1	sem data definida
GARNIER, Baptiste Louis	2	11 set.1863 e 6 set.1872
JAGUARIBE, Domingos José Nogueira	2	maio e agosto de 1865
OLIVEIRA SOBRINHO, Francisco Antônio de	1	10 nov.1873
redatores da <i>Revista Lux</i>	1	26 nov.1874
redatores de <i>A República</i>	1	31 out.1871
ROSA, Francisco Otaviano de Almeida	1	13 nov.1857
SERRA SOBRINHO, Joaquim Maria	1	sem data definida
SISSON, Sébastien Auguste	1	4 mar.1856
SOMBRA, Joaquim José de Sousa	1	31 mar.1872
TORRES, José Joaquim Fernandes	1	17 mar.1867
Visconde de Benalcanfor [GUIMARÃES, Ricardo Augusto Pereira]	1	21 set.1876
ZALUAR, Augusto Emílio	1	sem data definida
sem destinatário/carta-aberta	1	28 ago.1877

CORRESPONDÊNCIA ATIVA POLÍTICA

(116 transcrições)

ANDRADE, João Alfredo Correia de Oliveira	1	14 jul.1867
Barão de Cotegipe [WANDERLEY, João Maurício]	1	12 maio1867
Barão de Lucena [LUCENA, Henrique Pereira de]	9	23 jun.1869, 23 set.1869, 12 out.1869, 15 jun.1870, 14 fev.1872, 9 fev.1877, 14 out.1877 e duas sem data definida
Barão de Muritiba [TOSTA, Manuel José Vieira]	1	sem data definida
BRASIL, Thomas Pompeu de Sousa	10	26 out.1856, 22 abr.1859, 5 jun.1859, 6 maio 1860, 6 jun.1860, 22 jul.1860, 28 nov.1868 e três sem data definida.
Câmara Municipal de Fortaleza	1	17 ago.1877
CÂMARA, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso	4	20 abr.1859, 10 jan.1861, 31 jan.1861 e uma sem data definida
Conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto e Silva	1	sem data definida
Conselheiro João M. Lourenço Viana	1	sem data definida
Conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos	1	14 jan.1862
D. Pedro II [GONZAGA, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael]	32	21 jul.1868, 8 set.1868, 9 set.1868, 18 set.1868, 28 set.1868, 27 jan.1869, duas de 1 fev.1869, uma de maio de 1869, outra de 14 maio 1869, duas de 20 jun.1869, uma de 17 jul.1869, e outras de 18 set.1869, 9 out.1869, 23 out.1869, 28 out.1869, 20 nov.1869, duas de 28 nov.1869, quatro de 29 nov.1869 e oito sem data definida
FONSECA, Paulino Nogueira Borges da	18	6 jun.1859, 17 jul.1859, 21 nov.1867, 30 dez.1867, 8 jan.1868, 20 jul.1868, 8 out.1868, 31 maio 1869, 12 jul.1869, 15 jul.1869, 31 jul.1869, 1 set.1869, 22 set.1869, 30 set.1869, 17 out.1869, 21

		dez.1870, 14 fev.1872 e 30 set.1872
KALKUHL, Hermann	1	sem data definida
MACIEL, Luis Inácio de Oliveira	1	29 dez.1860
Marquês de Paranaguá [PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha]	4	28 nov.1859, 12 nov.1860, 1 dez.1860 e 27 dez.1860
SOMBRA, Joaquim José de Sousa	1	20 maio 1863
VASCONCELOS, José Smith de	1	sem data definida
Visconde de Itaboraí [TORRES, Joaquim José Rodrigues]	12	28 ago. 1868, 1 abr.1869, 14 abr.1869, 13 maio 1869, 14 jun.1869, 15 jul.1869; duas de 23 dez.1869; uma de 11 jan.1870 e três sem data definida
Visconde do Rio Branco [PARANHOS, José Maria da Silva]	3	5 jul.1873, 6 set.1873 e uma sem data definida
Visconde Nicolau Nogueira da Gama	1	4 ago.1869
destinatários não-identificados	12	20 set.1861, 3 out.1861, 7 jan.1862, 9 jan.1862, 30 abr.1867, 27 jan.1869, 13 mar.1869, 24 set.1869, 27 nov.1869, 30.nov.1869 e duas sem data definida

Foram coligidos e transcritos cento e sete documentos, entre cartas e bilhetes, que José de Alencar recebeu de trinta e oito emissários, entre 1855 e 1877. Desse conjunto, destaca-se apenas uma missiva cujo autor não foi identificado.

Os mesmos critérios de organização das cartas e de seus correspondentes estabelecidos na correspondência ativa aplicam-se à correspondência passiva.

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA PESSOAL

(5 transcrições)

CÂMARA, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso	1	18 set.1858
FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto	1	8 maio 1856
ROCHA, Justiniano José da	1	sem data definida
ROSA, Francisco Otaviano de Almeida	1	sem data definida
SILVA, José Luís A. Pereira da	1	26 nov.1855

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA JORNALÍSTICA

(3 transcrições)

CASTRO, Augusto Olímpio Gomes de	1	20 out.1877
BOCAIUVA, Quintino Antônio Ferreira de Sousa	1	2 nov.1871
Marquês de Abrantes [ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e]	1	1 fev.1857

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA LITERÁRIA

(25 missivas)

ALVES, Antônio Frederico de Castro	2	sem data definida
ASSIS, Joaquim Maria Machado de	1	29 fev.1868
BIVAR, Diogo Soares da Silva de	1	27 set.1857
BOCAIUVA, Quintino Antônio Ferreira de Sousa	1	25 mar.1860
COARACY, José Alves Visconti	1	sem data definida
CUNHA, Antônio Luís Fernandes	1	1 out.1857
DIAS, Antônio Gonçalves	1	27 jun.1860
GEYLER, Carlos	1	17 jun.1856
GOMES, Antônio Carlos	1	21 set.1866
GUIMARÃES JÚNIOR, Luís	3	14 abr.1872, 22 set.1874 e uma sem data definida
LAMARTINE, Alphonse Marie Louis de Prat de	2	24 jun.1856 e 27 ago.1856
LEAL, Antônio Henriques	2	19 dez.1871 e 19 maio 1873
LISBOA, Joaquim Marques	1	7 set.1857
MACEDO, Antônio Teixeira de	1	12 mar.1872
MENDONÇA, Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de	1	15 mar.1877
RIBEIRO, Júlio César Ribeiro Vaughan	1	7 nov.1877
SERRA, João Duarte Lisboa	1	8 mar.1855
SERRA SOBRINHO, Joaquim Maria	1	18 jun.1872

Visconde de Benalcanfor [GUIMARÃES, Ricardo Augusto Pereira]	1	sem data definida
Visconde de Sapucaí [VIANA, Cândido José de Araújo]	1	3 out.1857

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA POLÍTICA

(74 transcrições)

AMARAL, José Maria do	1	1 out.1857
Barão de Itaúna [Monteiro, Cândido Borges]	1	19 nov.1869
Barão de Pirapama [Lacerda, Manuel Inácio Cavalcanti de]	1	10 nov.1863
Conselheiro João M. Lourenço Viana	1	4 abr.1863
D. Pedro II [GONZAGA, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael]	56	54 bilhetes enviados entre agosto de 1868 e outubro de 1869; dois sem data definida
FERRAZ, Ângelo Moniz da Silva	2	17 fev.1856 e 23 jul.1858
FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto	1	28 dez.1855
LEAL, Antônio Henriques	1	8 set.1877
Marquês de Paranaguá [PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha]	1	19 abr.1860
Oliveira, Cândido Batista de	1	sem data definida
Visconde de Itaboraí [TORRES, Joaquim José Rodrigues]	4	sem data definida
Visconde de Maranguape [GAMA, Caetano Maria Lopes]	1	17 nov.1863
Visconde do Rio Branco [PARANHOS, José Maria da Silva]	2	2 ago.1873 e uma sem data definida
emissário não-identificado	1	5 mar.1870

5. De Messejana à Tijuca: cartas pessoais

Muito me penhorou sua carta, porque vi dela como durante vinte e cinco anos conservou a lembrança de uma amizade de infância, que se prende às minhas mais caras recordações.

José de Alencar⁵⁶

Documentos de contida expressão de amizade é o nome que pode ser atribuído ao conjunto de cartas pessoais alencarianas⁵⁷, já que não se trata de textos derramados de intimidade ou sentimento, pois não era desse cearense – que, segundo Arthur Motta⁵⁸, contraria o “caráter nimiammente comunicativo do nortista e do brasileiro em geral” – o feitiço da expansão.

Reservado, José de Alencar não foge muito do estilo comedido e formal presente em cartas a pessoas menos próximas ou a colegas de trabalho, mesmo quando escreve missivas no terreno da intimidade. Quase nenhuma revelação de si e poucos reflexos de emoção são notados em sua correspondência pessoal.

“Tu és meu verbo, meu canto,/Quando em mim tudo se cala,/Meu eu em ti vive e fala.”⁵⁹ Embora dedique alguns de seus escassos versos a Georgiana Cochrane⁶⁰, não foram encontradas cartas suas para a esposa ou outros familiares⁶¹ que não fossem o irmão Leonel (o segundo filho do casal Alencar e Ana Josefina), ou o primo Paulino Nogueira, a quem mostra – ainda com timidez – a face íntima, não apresentada em momento algum a seus amigos, por mais próximos que pudessem parecer.⁶²

Com a leitura dessa correspondência, percebe-se o quanto as tribulações profissionais interferiam na vida privada do escritor e político. Um bom exemplo dessa constatação encontra-se na missiva (número 9) destinada a Thomas Pompeu, a 21 de março de 1867, na qual Alencar, com a habitual objetividade, esclarece questões

⁵⁶ Trecho de uma carta a Joaquim Sombra, 14/02/1870.

⁵⁷ Segundo Tzvetan Todorov (2011:20), as “cartas manifestam sempre uma faceta do autor – sem ser, por isso mesmo, uma janela transparente que se abre sobre sua identidade.” Talvez essa seja a melhor definição a ser atribuída ao conjunto de missivas pessoais de José de Alencar: uma fenestra com vidros opacos; levando em consideração a vida privada de Alencar como apenas mais uma de suas faces, a que recebia constantemente interferência das outras.

⁵⁸ MOTTA, Arthur; opus citatum, p.58.

⁵⁹ Trata-se do poema “Intuição”, presente na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, p.618.

⁶⁰ Referência à Georgiana Augusta Cochrane de Alencar, morta em 1913; com quem Alencar se casara em 20/06/1864.

⁶¹ Não foram encontradas referências a cartas enviadas ou recebidas por parte das quatro irmãs de Alencar: Maria Amélia, Bárbara Augusta, Joaquina Carolina e Argentina Adélia.

⁶² Ainda que José de Alencar os tratasse como “amigos”, dirige-se a eles, regularmente, com pronomes de tratamento como *doutor* e *senhor*.

financeiras da família, mas não deixa de agradecer o amigo por ter se lembrado do falecimento de sua mãe⁶³; ou no trecho da seguinte carta a Paulino Nogueira, de 31 de julho de 1869 (número 165):

“Recomende-me à sua família; e faça-me o favor de comunicar-lhe que Georgiana deu à luz uma menina no domingo, 26 do corrente.

Seu parente amigo colega afetuosos.

*J. de Alencar*⁶⁴”

Os problemas de saúde⁶⁵, que acompanharam Alencar desde a juventude, foram a tônica de alguns de seus textos epistolares, especialmente após 1870, quando agravada a moléstia pelas decepções políticas e angustiantes perspectivas quanto à produção literária de toda sua vida. Ao irmão, escreve em 9 de dezembro de 1873 e em 30 de abril de 1875 (cartas 19 e 24); ao primo, dirige-se a 5 de julho de 1873 (missiva 16); ao político e amigo conterrâneo Américo Militão Freitas Guimarães, redige o bilhete de 15 de setembro de 1873 (número 18); e ao Barão de Lucena, envia uma carta em 6 de janeiro de 1876 (número 26).

Quanto às reminiscências, costumeiramente presentes ao se corresponder com amigos e familiares, pode-se afirmar que, dentre os documentos localizados, é apenas nas três cartas destinadas ao amigo Joaquim Sombra (de 14 de fevereiro, 31 de dezembro de 1870 e 10 de julho de 1873; números 12, 13 e 17) que se encontra o espaço da memória no epistolário pessoal alencariano. Nesses textos, o missivista recorda, sempre contendo a efusão, os felizes dias da infância, lembrando de sua tranquila vida em São Cristóvão⁶⁶, ou de seus primeiros esboços literários, muito incentivados pelo amigo.

Num dos poucos momentos em que transparecem seus sentimentos, Alencar escreve a um amigo (em 22 de março de 1860; missiva 3), referindo-se à morte do pai. Em outras cartas, demonstra apego à nova vida familiar conquistada depois do

⁶³ Referência à Ana Josefina de Alencar.

⁶⁴ Em papel do Gabinete do Ministério da Justiça, Alencar escreve ao primo sobre negócios políticos, mas não deixa de se referir, no final da missiva, ao nascimento de sua segunda filha, Clarice, batizada pelo tio Leonel, que pouco depois seria eleito deputado pela província do Amazonas.

⁶⁵ Foi em 1848 que o jovem José de Alencar, em Olinda, contraiu a tuberculose que o mataria quase trinta anos depois. Em sua autobiografia literária (Alencar, vol. I, 1960:113), revela: “A moléstia tocara-me com sua mão descarnada.” Conforme relata Brito Broca (1979:264), há um depoimento do filho caçula do escritor cearense no *Diário Secreto* de Humberto de Campos, no qual é possível conhecer impressões pessoais e genuínas acerca dos últimos momentos de vida do romancista.

⁶⁶ É em 1837 que Alencar deixa Messejana, no Ceará, e se muda para a corte com a família.

casamento com a caçula da família Cochrane, em que convida os amigos – ou é convidado por eles – a participar de reuniões domésticas.

Ressalta-se que a diminuta correspondência passiva pessoal alencariana é reflexo da ativa; embora apresente passagens de maior descontração, mantém a formalidade característica do epistológrafo destinatário.

É importante destacar que, do conjunto epistolar aqui estabelecido – que compreende missivas de 1858 a 1876 –, há algumas lacunas. Não foi possível localizar cartas (cuja existência é suposta), tanto da correspondências ativa quanto da passiva, dos anos de 1859, 1862, 1863, 1864, 1866, 1868 e 1871.

5.1 CORRESPONDÊNCIA ATIVA

1. Rio de Janeiro, 25 jan.1858 – carta⁶⁷ a Thomas Pompeu.

Am.º e Sr. Dr.

Quando v. saiu daqui eu lhe preveni que com a vida que tinha e que v. presenciou, não seria possível escrever-lhe repetidas vezes, que isto, porém, não impedia de v. trazer-me ao corrente do que aí se passasse.

Combinados também que se eu tivesse alguma coisa de particular a dizer-lhe então lhe escreveria; e como nada se tem dado agora, por isso não lhe tenho escrito.

Não tem, pois, a razão de estar queixoso; continue na oposição, que estou pronto a auxiliá-lo.

Seu patr.º e am.º

*José de Alencar.*⁶⁸

2. [Rio de Janeiro], 8 jan.1860 – bilhete⁶⁹ a Thomas Pompeu.

Dr. Amigo

O único fim desta é dizer-lhe que escrevi longamente por mão particular, para evitar os furtos do Correio até que o J. de Almeida, a quem já falei, se resolva a demitir o Administrador.

Seu am.º obr.º

*J. de Alencar.*⁷⁰

⁶⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:16).

⁶⁸ Como dito anteriormente, nesta carta há uma mescla entre o universo pessoal e o político. Thomas Pompeu, no Ceará, queixa-se do silêncio do amigo Alencar, que, por ser diretor e redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* (do qual Pompeu era correspondente em Fortaleza), andava muito atarefado.

⁶⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:20).

⁷⁰ Alencar queixa-se ao amigo cearense dos problemas enfrentados com o sistema de correio da Corte. A saber, Gustave Lanson (1965:276) afirma que no século XIX duas causas mudaram completamente as condições da correspondência epistolar: as estradas de ferro e o telégrafo (introduzido no Brasil em 1852); o crítico francês, comparando os anos 1800 com os precedentes, lembra que as “communications sont devenues prodigieusement rapides, les intervalles des envois et des réponses ont été étonnamment resserrés.” Não foi possível identificar J. de Almeida.

3. Rio de Janeiro, 22 mar.1860 – carta⁷¹ a destinatário não-identificado.

Meu amigo

É bem triste o momento em que lhe escrevo, V. já deve ter sabido da notícia do falecimento do meu adorado Pai⁷². Sucumbiu no dia [16], às 4 ½ horas da manhã, de uma cruel enfermidade que durou sete dias.

Não tenho coragem para mais dizer.

Seu amigo muito obrigado,

J. de Alencar.

P.S. – Pelo correio passado lhe escrevi uma carta que esqueceram-se de deitar no correio, mas que agora remeto; porque não tenho cabeça para escrever-lhe dentro de tais circunstâncias.⁷³

4. Fortaleza, 1 dez.1860 – carta⁷⁴ a Thomas Pompeu.

Dr. e Amigo

Tenho andado de Herodes para Pilatos desde a noite em que estivemos juntos; andei pelo Alagadiço Novo, Mucuripe, Monguba e Maranguape⁷⁵.

Desculpe-me por isso se não o procurei, para conversarmos a respeito do Pinto⁷⁶. Entendi que, por dias, valia esperar para comunicar-lhe uma resolução definitiva.

Recebi o dinheiro do Joaquim Bento⁷⁷, mas suponho que houve contra v. engano de dois mil-réis. Averigue.

⁷¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:28-29) e em Menezes (1977b:154).

⁷² Trata-se de José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860), sacerdote e político cearense que foi Senador pela província do Ceará entre 1832 e 1860. Faleceu de malária, também conhecida na época como “febre de mau caráter”.

⁷³ O biógrafo Raimundo de Menezes confunde-se quando publica a missiva em seus dois livros (1977a e 1977b). No primeiro, afirma que o correspondente de Alencar é Paulino Nogueira, e que a data de falecimento do Senador é 10/03/1860; no segundo, diz ser Thomas Pompeu o destinatário da missiva e data a morte do político em 15/03 do mesmo ano. No entanto, segundo o site oficial do Senado Federal (http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1958&li=2&lcab=1830-1833&lf=2), o passamento de José Martiniano Pereira de Alencar ocorreu em 16/03/1860. Quanto ao destinatário da missiva, não é possível afirmar com segurança a quem José de Alencar dirigia-se.

⁷⁴ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:23), a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:98).

⁷⁵ Trata-se de municípios cearenses localizados na região metropolitana de Fortaleza. O antigo bairro do Alagadiço Novo, em que José de Alencar nasceu, chama-se desde 26/12/2007, graças à reivindicação popular, “José de Alencar”, em homenagem ao escritor (<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=499523>).

⁷⁶ Alencar refere-se, possivelmente, a Francisco Xavier Pinto Lima (1832-1901), o Barão de Pinto Lima.

⁷⁷ Segundo Raimundo de Menezes (1977a:23), trata-se de um cunhado (médico) de José de Alencar. Não foi possível descobrir com qual das irmãs do escritor o doutor Bento casou-se. Sabe-se, no entanto, que não se trata de Maria Amélia de Alencar, visto que esta desposara o político Victorino do Rego Toscano Barreto, aos 06/10/1857 (Menezes, 1977b:131). Em outras cartas, o nome de Joaquim Bento pode aparecer abreviado, *J. Bento*.

Até um dia desse que lá irei vê-lo.

Seu am.º mt.º colega

J. de Alencar.

[Fortaleza], 1º de dezembro 1860.⁷⁸

5. [Rio de Janeiro], 5 dez.1861 – carta⁷⁹ ao Barão de Pinto Lima.

Pinto Lima:

Há muito tempo que não te escrevo, creio que depois que respondi à tua última, as saudades me apertaram e vou bater-te ao ferrolho⁸⁰ pedindo-te algumas horas de hospitalidade não para a minha *bête* mas para o meu *eu*.

Chego e teu mordomo participa-me que estás na Assembleia; enquanto espero mergulho numa cadeira gigante digna dos homens homéricos. Com pouco entras e acompanham-te dois ou três colegas o Moniz o Japiáçu. Jantamos; palestramos; à noite aparece o Franco ou o Junqueira⁸¹. O vapor fumaça; aperto-te a mão; e creio-me outra vez no meu cubículo do Rocío⁸² acabando esta carta.

Escreve-me: não sigas o exemplo de Páris tolo que pegou a maçã e deu-a toda a Vênus; parte-a em três partes ou mesmo em quatro; e distribui por Minerva, Juno, Júpiter e Plutão. Quanto a Baco e Ceres estou bem convencido que não esperas pelo meu conselho.

Teu o C.

*J. de Alencar.*⁸³

⁷⁸ Alencar, candidato pela província do Ceará à eleição dos Deputados Gerais, realizadas em 10/01/1861, refere-se à campanha política utilizando-se de duas figuras bíblicas: Herodes I ou Herodes, o Grande (73a.C.-1d.C.), imperador palestino que perseguiu Jesus Cristo; e Pôncio Pilatos (século I a.C.), cavaleiro romano que, segundo a Bíblia, era o governador da Judeia quando abandonou Cristo ao arbítrio dos judeus, permitindo sua crucifixação.

⁷⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Viana Filho (1979:108) e, segundo o biógrafo, foi cedida pelo escritor e político paulista Israel Dias Novaes (1920-2009), a quem pertencia o manuscrito autógrafo.

⁸⁰ “Bater ao ferrolho” é expressão popular que significa *visitar*.

⁸¹ Dos nomes citados por Alencar, foi possível identificar dois; supõe-se que “o Moniz” seja o poeta e romancista baiano Rozendo Moniz Barreto (1845-1897), e “o Franco”, seja Bernardo de Sousa Franco (1805-1875), jornalista e político amazonense.

⁸² Era neste bairro, localizado no centro da Corte, que se situava – precisamente no largo – a livraria de Francisco de Paula Brito (1809-1861).

⁸³ José de Alencar escreve a Francisco Xavier Pinto Lima – que em função das férias do Parlamento, onde era Deputado pela província da Bahia, viajara à terra natal – e, curiosamente mais descontraído, refere-se ao seu temperamento: o *eu*, de personalidade agradável, e a *bête*, agressivo político. Ao final da missiva, serve-se das mitologias grega e romana para aconselhar o amigo a manter a amizade daqueles que lhe queriam bem.

6. Rio de Janeiro, 10 jan.1862 – carta⁸⁴ a destinatário não-identificado.

Meu colega e amigo.

O homem põe e Deus dispõe. O dilúvio não foi tamanho que se possa ir de barca de vapor a Nova Friburgo; porém foi bastante para tornar intransitáveis os caminhos.

Não creio que no mês próximo o mais valente burrinho possa galgar incólume os desfiladeiros da Serra. Em todo o caso não quero tentar a experiência.

Fica, pois, a minha viagem para tempos mais bonancosos. Quem perde sou eu, que deixo de apreciar por uma semana a sua amável convivência, e de contemplar os magníficos cafezais desse rico município.

Desejo-lhe fresco verão, e delicioso bem estar que o prepare para as lides parlamentares.

Seu colega e amº.

J. de Alencar.

Corte – 10 de janeiro 1862.⁸⁵

⁸⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:58) e em Menezes (1977a:83); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se conserva o manuscrito autógrafo.

⁸⁵ Segundo Kátia Garmes (1998:58), trata-se de carta a um colega da Câmara dos Deputados, onde (entre 1861 e 1863) Alencar exerceu a função de Deputado pela província do Ceará.

Meo Collega e Amigo.

O homem não é Deus, diz-se. O dilúvio não foi tamanho que se possa ir de barca de vapor a Nova Friburgo; porém foi bastante para tornar intransitáveis os caminhos. -

Não creio que no mar próximo o mais valente burrinho possa galgar incólume as desfiladeiras da Serra. Em todo o caso não quero tentar a experiência.

Fica pois a minha viagem para tempos mais bonancosos. Quem perde sou eu, que deixo de apreciar por uma semana a sua amável convivência, e de contemplar as magníficas euforias desse rico município. -

Depois - the fresco verão, e delicioso bem estar que o prepara para as lidas parlamentares.

Seu collega e am?

J. de Almeida.

Corte - 10 de janeiro 1862.

7. [Rio de Janeiro], 6 abr.1863 – carta⁸⁶ ao Barão de Pinto Lima.

Aqui estou desde o dia 13 [de março], e achei como sabes – *mutação de cena* no drama político. Fico à tua espera para assistirmos juntos à peripécia, eu como espectador, e tu talvez como ator. Recomenda-me aos nossos amigos, Muniz, Franco, Junqueira, Saraiva⁸⁷ e dispõe de quem é com estima e sinceridade teu amº. obrº.

J. de Alencar⁸⁸

8. [Rio de Janeiro], 17 jul.1865 – bilhete⁸⁹ ao Barão de Pinto Lima.

Nós te esperamos e ao Dr. Magalhães para jantar. Se não mandares o contrário jantaremos entre 4 e 4 ½.

Teu amº. e colega obrº.

J. de Alencar.⁹⁰

9. Rio de Janeiro, 21 mar.1867 – carta⁹¹ a Thomas Pompeu.

Ilmo. Exmo. Sr. Senador Pompeu

Estou de posse da carta de V. Exa., datada de 28 de fevereiro de 1867, acompanhando a letra de um conto de réis, sacada contra o Capote, dinheiro recebido de meu tio João Leonel da importância do seu débito a meu mano Leonel de Alencar. Incluso encontrará o título desse débito para V. Exa. retirar seu recibo. Sabendo pelo J.

⁸⁶ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:114), e segundo o biógrafo, pertence a Antônio Araújo Pinho.

⁸⁷ Dos nomes citados por Alencar, foi possível identificar dois; supõe-se que estivesse se referindo ao político baiano José Antônio Saraiva (1823-1895) e ao poeta e romancista baiano Rozendo Moniz Barreto (1845-1897).

⁸⁸ Pouco depois do envio dessa carta, a Câmara é dissolvida; precisamente em 13/05/1863.

⁸⁹ O bilhete encontra-se parcialmente transcrito em Viana Filho (1979:136), que agradece a gentileza de Antônio Araújo Pinho em concedê-lo.

⁹⁰ Um bilhete complementar a este é o de 18/07/1865, em que Alencar escreve: “Estimo que o mau passadio de ontem não te tenha transtornado a saúde” (Viana Filho, 1979:136). O biógrafo faz referência à boa fase pela qual José de Alencar passava, logo depois da publicação de *Iracema* e do nascimento de seu primeiro filho, Augusto Cochrane de Alencar (1865-1927), que também seguiu carreira política. Em 1865, a família Alencar morava na rua dos Arcos, centro do Rio de Janeiro, e recebia visitas de amigos, não muito numerosos. Não foi possível identificar o referido Dr. Magalhães.

⁹¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:23-24) e em Menezes (1977b:224); a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:344).

Bento que V. Exa. ouvira aí nessa Capital⁹² uma missa por alma de minha boa Mãe, cumpro um dever agradecendo-lhe essa prova de amizade a uma pessoa que tanto queria e cuja memória venero.

Sou com estima e consideração

De V. Exa.
Patr. am.º mt.º obr.º
J. de Alencar

Rio de Janeiro, 21 de março de 1867.⁹³

10. Rio de Janeiro, 23 nov.1867 – carta⁹⁴ a João Dias⁹⁵.

Tijuca, 23 de novembro 1867.

O Dr. Costa Pinto⁹⁶, meu especial Amigo, deseja obter de V. S. algumas informações sobre vários pontos em que ele lhe tocará e que V. S. perfeitamente conhece.

Minha intenção era ir pessoalmente à cidade falar-lhe; mas privado por um pequeno incômodo de montar a cavalo, sirvo-me deste meio.

Espero de sua bondade que me fará este obséquio, pelo qual lhe serei grato. Sou com estima e apreço.

De V. S.
Am.º obr.º e cr.º
J. M. de Alencar.

11. Rio de Janeiro, 27 maio 1869 – carta⁹⁷ a destinatário não-identificado.

Gabinete do Ministro da Justiça

Exmo. Amigo e Colega

Ontem V. Exa. me sugeriu o expediente de apresentar-me na procissão de 1ª farda e eu o adotei como a única solução possível. Mas ocorre-me o seguinte: em segunda gala a calça é branca ou azul? A espada branca ou preta? Tenho aversão à espada preta.

⁹² Trata-se de Fortaleza.

⁹³ Segundo Raimundo de Menezes (1977a:23), trata-se de “carta tarjada de luto por motivo do falecimento de D. Ana Josefina de Alencar, mãe de José de Alencar, ocorrido a 3 de fevereiro de 1867”.

⁹⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1331, e em Menezes (1977a:97).

⁹⁵ Não foi possível obter informações a respeito dessa personalidade.

⁹⁶ Possível referência ao político Antônio Carlos da Costa Pinto e Silva (1827-1877).

⁹⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:84) e em Menezes (1977b:236).

Veja V. Exa. em que assuntos profundos e transcendentales se exaure a atividade de um ministro.

Com o maior apreço,

De V. Exa.
Am.º e col. afet.º obr.º
*J. de Alencar.*⁹⁸

12. Rio de Janeiro, 14 fev.1870 – carta⁹⁹ a Joaquim Sombra.

Tijuca, em 14 de fev. 1870.

Meu caro amº. Sr. Cel. Sombra

Muito me penhorou sua carta, porque vi dela como durante vinte e cinco anos conservou a lembrança de uma amizade de infância, que se prende às minhas mais caras recordações.

Tive um prazer, que não imagina, relendo aquelas cartas escritas por mim na idade de 15 anos¹⁰⁰. Pareceu-me um instante haver voltado àquele tempo feliz, dos nossos passeios por S. Cristóvão, e das nossas palestras embaixo das mangueiras.

Que valem as grandezas, a glória, a posição diante daquelas inefáveis alegrias dos primeiros tempos, que nenhum cuidado perturba?

Conte que terá sempre em mim um amigo desejoso de dar-lhe provas da sinceridade com que é

Seu dedicado e grato

*J. de Alencar.*¹⁰¹

⁹⁸ Alencar, então Ministro da Justiça, escreve a um dos colegas do ministério a respeito da roupa que deve trajar em uma cerimônia oficial. Esta carta reflete a aversão do escritor pelos protocolos imperiais; segundo o biógrafo Luís Viana Filho (1979:145), “o papo de tucano, os calções, as longas meias de seda, o beija-mão, tudo aquilo se afigurava ridículo aos olhos plebeus do filho de Ana Josefina. Poderia ele algum dia participar e tolerar a tudo aquilo que renegava?”

⁹⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:63-64) e em Menezes (1977b:47).

¹⁰⁰ Foi aos quinze anos de idade que José de Alencar se mudou para São Paulo com a finalidade de se preparar para o ingresso no Curso de Direito.

¹⁰¹ Alencar refere-se aos anos de sua infância, pois foi nessa fase de sua vida que ele estabeleceu laços de amizade com o alferes Joaquim Sombra, que receberia, quase 30 anos depois, a patente de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Maranguape das mãos do amigo mais novo.

13. [Rio de Janeiro], 31 dez.1870 – carta¹⁰² a Joaquim Sombra.

Ilmo. Amigo e Sr. Cel. Sombra.

Por este correio receberá V. Exa. a patente de coronel comandante superior da Guarda Nacional de Maranguape¹⁰³, para o qual S. M. o Imperador houve por bem nomeá-lo.

É uma prova de amizade que ofereço a V. Exa. em retribuição das muitas com que sempre me distinguiu.

Seu com muita estima e consideração,

Am.º afet.º

J. de Alencar.

14. [Rio de Janeiro], 7 set.1872 – carta¹⁰⁴ a Joaquim Sombra.

Meu Caro Amigo e Tenente Coronel Sombra.

Felicito-o por seu triunfo, assim como por ter escapado às fúrias de adversários canibais, que não podendo vencer, ao menos buscam faltar-se do sangue Cearense.

Que miséria e que ferocidade, meu amigo! Acabam estes homens de dar o documento mais solene de sua perversidade!

Felizmente temos Cearenses de uma dedicação e civismo admiráveis, como o Cunha Freire¹⁰⁵, o senhor, e todos aqueles que aí, em Maranguape, e na Pacatuba¹⁰⁶ arrastaram a sanha dos sicários.

Escrevo-lhe muito em pensar para aproveitar o vapor.

Seu amigo afetuoso e muito obrigado.

J. de Alencar.

7 de setembro

1872

¹⁰² A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:64).

¹⁰³ Município da região metropolitana de Fortaleza.

¹⁰⁴ O fac-símile da carta autógrafa foi divulgado no catálogo do 12º Leilão de Livros Raros e Papéis Antigos realizado, na cidade de São Paulo, em 03/10/2009.

¹⁰⁵ Trata-se, provavelmente, de Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba, presidente da província do Ceará.

¹⁰⁶ Cidades da província do Ceará.

Meu caro Am^o e hum^o L.^o Dombroa.

Relicito - o por seu triumpho, e seu
cora. por ter escapado as fúrias
de adversarios canibales, que não
podendo vencer, ao menos buscaram
pastar - a do sangue Cearense.

Que miséria e que ferocidade, meu
amigo! Acabam estes momentos de
dar o documento mais solenne
de sua perversidade!

Relativamente temos Cearenses de uma
dedicação e civismo admiráveis, como
o Cunha Peire, o Leukor, e todas
aquellas que sahi em Maranguape,
e no Pacatuba arrostarão a
bandeira dos Libercos.

Quero - lhe muito as pressas
para aproveitar o vapor.

Seu am^o affect^o e até Ob^o.

7 de Janeiro

7 de Setembro
1872

15. [Rio de Janeiro], 25 mar.1873 – carta¹⁰⁷ a Salvador de Mendonça.

Meu amigo e col.

Estamos quase no fim do mês, e por isso desejo saber o que posso esperar a respeito da casa de que me falou em Icaraí¹⁰⁸.

Rogo-lhe, pois, o obséquio de dizer-me se o dono a aluga sem prazo certo, e no caso contrário qual o aluguel mensal.

Talvez tenha vagado nestes dias alguma outra casa por esses lados, e então seria favor se me prevenisse.

Agora, ainda mais preciso mudar-me desta casa, depois do golpe que sofremos com a perda de minha sogra.

Seu am. afet. obr.

*José de Alencar.*¹⁰⁹

¹⁰⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:118), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:246); o manuscrito autógrafo pertence à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (localização I-4,2,3,1).

¹⁰⁸ Alencar pretendia mudar-se da Rua do Resende, no centro do Rio de Janeiro, para Icaraí, um bairro nobre, situado no município de Niterói/RJ.

¹⁰⁹ Segundo Kátia Garmes (1998:118), a “carta é circundada por uma tarja preta de luto” em função do falecimento da sogra de José de Alencar, Helena Augusta Nogueira da Gama Cochrane, ocorrido em 24/03/1873, dois meses depois da morte de seu esposo, Thomas Cochrane (1805-1873).

Meu Caro Amigo, Coll!

Estávamos graças ao favor do mar,
e poderíamos desajo saber o que posso
esperar a respeito da cura de que
me fallava em Tenkaley.

Rajo - lheerei o obsequio de deus - me
si o dono a alugue sem prazo certo,
e no caso contrario qual o aluguel
anual.

Palmer temha vagado nestes dias
alguma outra casa por esse lado;
e entao teria favor si me pre-
sencia.

Agora, acorda mais preciso andar
me desta casa, depois do golpe que
sopressos ~~adverte~~ a perda de minha
saude.

Seu am. e affecto obre

J du Klenck.

25 de marzo, 1843.

16. [Fortaleza], 5 jul.1873 – carta¹¹⁰ a Paulino Nogueira.

Meu caro Amigo e Colega.

Aqui me acho desde o dia 26 do p. e por ora nada aproveitei. O inverno continua e eu que vim fugindo das umidades, aqui a encontrei da mesma forma. Fui obsequiado por nossos amigos e devo a seus cuidados, pois do contrário aqui chegaria sem que me esperassem.

Peço-lhe que indague do Presidente e Secretário da Câmara¹¹¹ a respeito do requerimento que na mão de ambos deixei pedindo licença, e que faça darem logo parecer a este respeito. Apenas daí saí já se esqueceram de mim, a ponto de ainda na sessão de 18 de junho me darem como faltando *sem causa*.

Entrego este negócio a seus cuidados. Sua senhora¹¹² vai melhor, mas ainda não de todo livre da moléstia. Tive o prazer de vê-la logo que cheguei.

Seu coll.^a e am.^o afet.^o

J. de Alencar.

[Fortaleza] 5 de julho de 1873.¹¹³

17. Alagadiço Novo, 10 jul.1873 – carta¹¹⁴ a Joaquim Sombra.

Meu prezado amigo, Coronel Sombra.

Brevemente irei a Maranguape agradecer-lhe pessoalmente o seu delicado mimo, e ter o prazer de passar algumas horas em sua companhia, que eu tanto aprecio.

Permita-me oferecer-lhe como lembrança um exemplar de uma de minhas obras, cujo único valor será recordar-lhe os bons tempos de S. Cristóvão, em que eu na idade

¹¹⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:206-207) e em Menezes (1977a:41-42); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:252).

¹¹¹ Referência a Manuel José de Araújo Góis (1839-?), presidente da Câmara dos Deputados entre 10/03/1873 e 08/06/1874.

¹¹² Trata-se de Maria das Graças Nogueira.

¹¹³ José de Alencar, do Ceará, para onde viajara em busca de melhoras para seu estado de saúde, escreve ao amigo e político Paulino, e lhe pede que tome providências quanto à sua vaga na Câmara dos Deputados. Foi durante essa viagem, concluída em fins de novembro do mesmo ano, que Alencar conheceu o poeta Capistrano de Abreu.

¹¹⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:65). Há referência a essa missiva na biografia de Raimundo Magalhães Jr. (1977:323).

de 12 anos me propunha a escrever aquele nosso romance de *Pajeú das Flores*.¹¹⁵ Talvez já nem se lembre desse romance.

Meus filhinhos se recomendam aos seus, e lhes agradecem, e a minha mulher e cumprimentamos a sua Senhora¹¹⁶.

Seu am.º mt.º obr.º e sincero

J. de Alencar.

P.S. – Meu cunhado, Dr. Joaquim Bento, retribuiu afetuosamente suas recomendações.¹¹⁷

18. [Fortaleza], 15 set.1873 – carta¹¹⁸ a Américo Guimarães.

Por ora ainda não consegui restabelecer-me da moléstia que obrigou-me a buscar os ares pátrios; mas tenho colhido algumas melhoras.¹¹⁹

19. [Rio de Janeiro], 9 dez.1873 – carta¹²⁰ a Leonel de Alencar.

Aqui cheguei a 5 do corrente e acho-me restituído a minha casa, senão de todo bom, ao menos muito melhor, pois nutri e ganhei boas cores. Aqui recebi suas cartas de 25 de setembro, 23 e 31 de outubro ao mesmo tempo; e entristeci-me por ver que V. não acha aí distração às saudades que deve sentir dos seus, achando-se tão só e tão distante de nós.

Por que não se casa você? O tempo das ilusões já passou: procure uma boa companheira com quem partilhe suas mágoas e seus prazeres; ou então abandone essa carreira que o obriga a uma triste peregrinação.

Depois disso confesso que não lhe escrevi mais porque no Ceará andei como vagabundo de um lugar para outro, buscando saúde. Compreende você que fora de meus

¹¹⁵ Segundo Arthur Motta (1921:36), tratava-se de um tímido “ensaio de romance histórico, inspirado pelo dileto amigo de Alencar, Joaquim Sombra”, e “aceito com fervor”.

¹¹⁶ Trata-se de Severina Correa Sombra (1834-?).

¹¹⁷ Referindo-se ao epistolário de escritores franceses, como Balzac e Flaubert, Gérard Genette (2009:330) afirma que “[...] a correspondência pode também testemunhar um não-nascimento: obras abortadas das quais às vezes subsistem apenas pistas indiretas, e alguns esboços [...]”; é nesse quadro literário que se encaixa esta missiva. Nesta carta, Alencar se refere ao projeto de romance encetado por ele – embora não levado a cabo – graças aos incentivos do amigo mais velho.

¹¹⁸ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:254); o biógrafo agradece a Olinto Moura a gentileza do fornecimento da missiva para transcrição.

¹¹⁹ Alencar refere-se à viagem que fez ao Ceará, entre junho e novembro de 1873, em busca de melhoras para a saúde debilitada.

¹²⁰ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:255-256).

cômodos, fatigado das viagens, distraído por visitas, não tinha tempo de cuidar nem de minhas afeições, nem de meus interesses. Creio que devo a esse embotamento moral e intelectual por 4 meses, o resultado que felizmente colhi.

Achei minha casa em um estado deplorável; e não é com pouco, que eu poderei reparar o que se estragou e sumiu em minha ausência de seis meses, durante os quais ficou o meu escritório à toa. Fala-me V. na legação do Chile: e ainda eu estava no Ceará quando a vi provida, bem como outra. Lembrei-me bastante de V. e convenci-me cada vez mais que estamos excomungados. Algum favor que recebo na família é para os Podins e Araripes, que a seu tempo me renegaram por parente. Mas você de quem todos sabem que sou extremoso amigo participa de minha excomunhão. Tenha paciência, pois; já que V. não me pode renegar como outros.¹²¹

20. **Rio de Janeiro, 10 dez.1873** – carta¹²² a Paulino Nogueira.

Meu caro primo e amigo:

Aqui chegamos no dia 5 do corrente mês de dezembro: fizemos uma viagem regular mas não isenta de incômodos e inquietações por causa da moléstia do Augusto. Eu tenho passado sem maiores alterações; porém, receoso de que os calores da estação me façam perder a robustez adquirida no torrão natal.

Da parte de Georgiana e minha, peço-lhe que apresente nossos cumprimentos à exma. Prima Dulcineia. No Recife foi entregue a um portador do Dr. José Avelino¹²³ a encomenda que confiou ao nosso cuidado. Desejo-lhe que continue a gozar saúde em companhia de todos os seus.

Do primo, amigo afetuoso,

J. de Alencar

Corte, 10 de dezembro 1873.¹²⁴

¹²¹ Cf. notas da carta 18.

¹²² A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:42).

¹²³ É possível que se trate de José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901), advogado pernambucano.

¹²⁴ Alencar, de volta à corte depois de viagem feita ao Ceará, escreve ao primo. Na carta, o escritor refere-se a um problema de saúde do filho Augusto; não foi possível descobrir do que se tratava.

21. [Rio de Janeiro], 3 jan.1875 – carta¹²⁵ a Leonel de Alencar.

Meu caro Leonel,

A carta que lhe escrevi em outubro foi parar no Amazonas, e naturalmente v. terá recebido a que na mesma ocasião escrevi para o nosso Am.º Barão de S. Leonardo¹²⁶.

Aí lha envio como chegou com a do Barão, onde v. verá a queixa que tem sua. Escreva-lhe, é um bom amigo.

Seu irmão amigo

J. de Alencar

3 de janeiro 1875.

¹²⁵ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:61) e na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1335. O manuscrito autógrafo pertence ao Fundo José de Alencar do Arquivo Múcio Leão, na Academia Brasileira de Letras.

¹²⁶ Trata-se de Leonardo Ferreira Marques (1817-1894), político cearense, que entre agosto e novembro de 1868 foi presidente da província do Amazonas, onde o Barão de Alencar seria deputado a partir de 1869.

Mem. para Leônidas.

P. 8. C. 1

A carta q' me enviou em outubro foi
para os Amigos, e naturalmente
a tua resposta chegou me mesma
ocasião e me fez muito feliz.
Bem - ant. Leônidas.

Muito me alegro como chegou com
a de Buenos, e me v. ver a
gracia q' me dá. Exceção - de,
e um bom amigo.

Seu amigo
F. de Azevedo

3 de janeiro 1925.

22. [Rio de Janeiro], 8 jan.1875 – carta¹²⁷ a Joaquim Sombra.

Meu Prezado Amigo Coronel Sombra.

Que tivesse boas festas e felizes entradas do novo ano em companhia da exma. Família, é o que todos desejamos.

Tenho visto que o meu amigo foi ultimamente o alvo das iras dos liberais, que não podem sofrer a sua legítima e grande influência em Maranguape. Mas estou convencido, que habituado desde muito às lutas, não deve ter-se incomodado com essas impertinências de mosquitos, sobretudo tendo a certeza de que seus amigos o aplaudem.

O nosso amigo Feijó lhe entregará dois retratos; um que minha senhora oferece à sua, em lembrança da boa hospitalidade que recebeu e como prova de amizade; outro meu que lhe envio eu, e que o vai visitar, já que o original não pode como desejava dar-lhe um abraço.

Rogo-lhe que de minha parte ofereça também à senhora do nosso amigo Tenente Coronel Tito o retrato que lhe envia a minha senhora, em vista da promessa que aí lhe fez.

Nossos respeitos à exma. senhora e creia-me com estima e sincera afeição.

Am.obr. e velho

J. de Alencar.

23. [Rio de Janeiro], 9 jan.1875 – carta¹²⁸ a Paulino Nogueira.

Ilmo. colega e amigo,

Boas festas e mui felizes entradas de ano lhe desejamos e à sua família. Não nos têm corrido prósperos estes últimos tempos, pois além dos desgostos com a perda dos nossos parentes daí¹²⁹, a circunstância da estação tem trazido incômodos em todas as pessoas da família.

Outro tanto desejo não lhe tenha acontecido; e que ao contrário se tenha fortalecido com os ares pátrios para as lutas de março.

Sou com estima e consideração

seu colega, amigo e parente afetuoso,

*J. de Alencar.*¹³⁰

¹²⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:124) e foi publicada em 01/05/1929 pelo General Luiz Sombra, filho de Joaquim, no *Jornal do Comércio*, pelo “Centenário de nascimento de José de Alencar”.

¹²⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:197-198) e em Menezes (1977a:43).

¹²⁹ Referência à província do Ceará.

¹³⁰ Com esta carta, Alencar talvez se refira às intempéries que, entre 1877 e 1879, agravar-se-iam, assolando o nordeste brasileiro por meio de uma seca avassaladora.

24. [Rio de Janeiro], 30 abr.1875 – carta¹³¹ a Leonel de Alencar.

Meu caro Leonel

Tem v. razão em parte pela falta de cartas minhas, porém também eu não deixo de ter alguma. O Calado seu antecessor disse-me que v. havia pedido uma licença e ia ser-lhe concedida. Isto há meses. Contando-o em viagem para cá deixei de escrever-lhe. Há dias perguntei pela licença, e não me souberam dar notícia certa.

Pelo Maia lhe tenho remetido regularmente o que publiquei: *Guerra dos Mascates* – 2 vols., *Ubirajara* – 1 vol., *Senhora* – 2 vols.¹³². Estes volumes eram cartas para v., pois lendo-os devia lembrar-se de mim. Mas, desejaria v. notícias mais particulares de mim e dos meus? Não lhas tenho dado regularmente porque não são boas. Eu continuo a sofrer minha bronquite já vai para 4 anos e não cede. Tenho tido não só escarros de sangue, como hemoptises¹³³. Tive uma o ano passado e outra este. Ainda tenho esperança de que sejam da traqueia ou garganta, mas isso entristece-me muito.

Cada vez me firmo mais na ideia de ir à Europa. Já deixei o escritório, e conto partir em abril de 1876. Vou viver pobremente, pois não conto seguros senão oito contos de rendimento sujeitos [à] variação do câmbio e tenho 6 filhos¹³⁴, como v. sabe. Às vezes tremo dessa temeridade, mas a convicção de que o clima do Rio de Janeiro me é nocivo e que preciso retirar-me dele por dois anos, pelo menos, obriga-me a prescindir da minha habitual prudência.

Seria pra mim uma fortuna que v. pudesse transferir-se para algum canto da Europa, pois embora não pudéssemos residir na mesma cidade, pois sou obrigado a procurar clima temperado, contudo nos veríamos frequentemente.

Recebi o precioso mimo que v. enviou-me de um chapéu do Chile finíssimo. Conto estreá-lo na Europa, a fim de mostrar o meu americanismo.

Desde meses que fica sua conta corrente comigo e não a enviei pela razão que é dita. Tenho me reembolsado do dinheiro que lhe adiantei com os alugueres da casa do

¹³¹ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:61-62) e em Menezes (1977b:338-339); o manuscrito foi publicado por Motta (1921:57-59). Nota-se que há referência a essa missiva em Viana Filho (1979:222).

¹³² Os livros referidos foram publicados, respectivamente, em 1871-1873, 1874 e 1875.

¹³³ Hemoptise é a expectoração de sangue proveniente dos pulmões, traqueia e brônquios, mais comumente observável na tuberculose pulmonar.

¹³⁴ Adélia, Augusto, Clarice, Elisa, Mário e Tristão de Alencar são os filhos do escritor.

Rossio. E assim continuarei. José Lino¹³⁵ não fez uma só entrada por sua conta e já mandei receber o dinheiro e ficar com ele as entradas. Estando para quebrar procurou o [ilegível] para J. Bento.

Adeus, meu caro Leonel. Espero eu que em breve para abraçar-te antes de partir para a Europa.

Seu irmão am.º obr.º

*J. de Alencar.*¹³⁶

30 de abril 1875.

¹³⁵ Possível referência a José Lino de Moura, então contador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹³⁶ Com esta missiva, Alencar compartilha de sua angústia em relação ao seu futuro e ao destino de sua família após sua morte. Ele parte para a Europa com a família, em maio de 1876, de lá regressando em novembro do mesmo ano.

Meu caro Leôncio.

Com v. rasas em parte pela falta de cartas mais
podem também em não deixar de ter alguma
o chamado seu antecessor devesse - me que v. tivesse
pedido em... licença e sa-ber- lhe concedida. Lito
em muros. Continuado - o em viagem para cá deixei
a sereno - lhe da devesse perguntar pela licença,
e me se houveram dar notícia certa

Pelo Maria da Tenha remitta de regularmente
- que publicasse Guerra dos Mascates - 2 vol
Ubrayara - 1 volume Remora 2 vol. Estes
volumes têm cartas para v. pois sendo os
devesse lembrar - 2^a de mim. Mas, desejaria v
antecias mais peticionares, de mim. e dos
meus? Não. Mas tenho deas regularmente
porque não em boas. Em continuação a soffrer
minha bronchite já me para 4 annos e não
cede. Tenho todo o tempo os recurros de sangue,
como hemoptises. Tem uma a uns parados
e outra este. Ainda tenho espirações de
que seguem o da trachea ou garganta, mas
em entrecasos - me muito.

Cada um nos me fez. mas na ida de v. a
Europa já deu o exemplo. e com o partir
em abril de 1876. Vou ver, provavelmente,
pori não conto seguros para o conto de
um dinheito respecto a variação de cambis
e tenho 6 filhos com o lake de v. e
tenho de ter de ter de ter, mas a consciência
de q. o clivio do Rei de Janeiro me é ~~destino~~
- que preciso lembrar-me de lá por dois annos.
pelo menos, obrija-me a precidi de umha
habitu al prudencia.

hera para mim uma fortuna q. v. poder ter
fieri - e para algum conto de Europa, pois
embora não gozasse não residir no mesmo local
pela sou obrigado a procurar clivio temperado
contudo me veriamos frequentemente.

Recebi o precio: mais que v. envia-me de
um shape a Chile formigoso. conto atrevo
na Europa, a fim de mostrar o meu americano.
meu.

deu-me que por sua conta comente comigo
e não se esqueça, pelo menos q. d. dita. Tinha
me reembolsado do dinheiro q. lhe e. de. antes
com os alugueres de casa do Ricci. A.
sempre continuarei por seu lado por minha
e entrada por sua conta e por minha de receber
o dinheiro e ficar com elle as entradas.

Estando p. q. querem passar o presente.

rei para J. Bento

Idem, um curso de aula Esperança
boa para abruce. li. antes de partir
para Europa.

Seu muito deus e
J. dublenca

3 de Abril. 1877.

25. [Rio de Janeiro], 23 maio 1875 – carta¹³⁷ a destinatário não-identificado.

Meu caro mano e amigo.

Desejamos que tenham continuado a gozar saúde e paz de espírito que são os verdadeiros bens deste mundo.

Com a minha vida cheia de trabalhos, e de preocupações ainda mais que de trabalho, não lhe tenho escrito com assiduidade, mas acredito que v. não imputa essa omissão à falta de amizade, e sim às lidas de quem tem tanta coisa que o reclama e aborrece.

Estamos atravessando aqui um período terrível; a crise assoberba-nos, e não é só mercantil ou econômica, mas geral. Eu não sei ainda se me salvarei dela sem prejuízo, tenho algumas economias em um banco, e embora [seja] [reputado] um dos seguros, eu não sei o que é seguro neste tempo.

Desejo que v. não sofra em sua casa com estas perturbações comerciais; eu que a sofrer aqui a menos que o possível a um negociante em tais condições.

Recomendações nossas a boa Marocas e a todos os seus.

Teu irmão am.º obr.º

J. de Alencar.

23 de maio 1875.

Pelo correio lhe remeto um volume do *Ubirajara*, a última obra que publiquei.¹³⁸

¹³⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:125) e o fac-símile do manuscrito autógrafa foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DFB-23_05_1875-Ale.c [P01]).

¹³⁸ Esta missiva é destinada, possivelmente, ao irmão Tristão Martiniano de Alencar (1837-1921). Chega-se a essa conclusão, pois José de Alencar já havia enviado o *Ubirajara* a Leonel (carta 24), e o caçula dos oito irmãos da família, Carlos Martiniano de Alencar (1852-?), casara-se com Elisabeth Perrot e não com Marocas.

Meu Caro Manuel Augusto.

Desejamos que tenham continuado a gozar com
de e far de espirito que eu os verde de
bens deste mundo.

Com a minha vida cheia de trabalhos, e
de preoccupações ainda mais que de trabalho,
não lhe tenho scripto com ariedade; mas
acredito que V. não imputa esta omissão
a falta de amizade, e sim ahi lida de
quem tem tanta coisa que o reclama e
aborre.

Estamos atravessando aqui um periodo terri-
vel; a crise atoleira-nos, e não é
so' mercantil ou economica, mas geral.
Eu não sei ainda si me salvaria della
sem prejuizo; tenho algumas economias
em meu banco, e embora seja reputado
um dos seguros, eu não sei o que é de
certo neste tempo.
Desejo que V. não soffra em sua casa

com estas perturbações comerciais; e
que a soffrer aqui o menor que é possi-
vel a um negociante em tais condi-
ções.

Recomendo-vos a boa Marmosa e
a todos os seus.

Respeitosas attenção

J. de Almeida

23 de maio 1878

Pelo correio lhe remetto um volume do
Ubirajara, a ultima obra que publiquei.

26. [Rio de Janeiro], 6 jan.1876 – carta¹³⁹ ao Barão de Lucena.

Exmo. Sr. Des.or Lucena.

Nossos cumprimentos muito sinceros, acompanhados dos votos que fazemos por sua prosperidade e da Exma. família.

Aproveito a ocasião para comunicar-lhe que em março futuro contamos partir para Europa, onde vou buscar alívio para meus incômodos de saúde, que se agravaram ultimamente.

Ali estarei sempre à sua disposição, e ser-me há sumamente agradável ter ensejo de mostrar a V. Exa. minha amizade e gratidão.

Minha mulher muito se recomenda a Exma. Sra. Lília, a quem V. Exa. se dignará apresentar meus respeitos.

Com toda a consideração e estima.

De V. Exa.

Am.º col. afet.º e obr.º

*José de Alencar.*¹⁴⁰

27. [Paris], 30 set.1876 – carta¹⁴¹ ao Visconde de Ourém.

Meu caro Barão.

Tendo perdido o vapor Galícia, resolvi fazer a viagem por caminho de ferro, e aqui cheguei a 19 ao cabo de sete dias de uma jornada horripelantemente incômoda e fatigante. O cansaço e falta de resguardo na viagem agravaram a minha moléstia, e até agora ainda sinto as consequências. Creio que perdi a pouca melhora adquirida em Eaux-Bonnes¹⁴². Pretendo partir para o Brasil nestes quinze dias e de lá lhe escreverei, remetendo os

¹³⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:126).

¹⁴⁰ José de Alencar escreve ao amigo político que conheceu nos tempos ministeriais (1868-1870), referindo-se àquela que seria a sua única viagem para a Europa. Como nota complementar, observa-se Alencar, cioso de seus deveres, que deixa um recado (em 12/03/1876), transcrito por Viana Filho (1979:271), a João Salerno Toscano de Almeida, tutor de seu filho Tristão e a quem “constitui seu procurador”; a ele escreve: “Não deixo dívida de espécie alguma, portanto o Sr. Salerno não deve pagar conta alguma sem minha ordem expressa. Desde dezembro [de 1875] em que se anunciou o leilão de meus trastes por causa de partida para a Europa, qualquer que se julgasse meu credor devia mandar sua carta; nenhuma me foi apresentada. O que tenho comprado é dinheiro à vista.”

¹⁴¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Viana Filho (1979:273).

¹⁴² Trata-se de uma estação termal localizada na região administrativa de Aquitaine, no departamento dos Pirineus, que Alencar fora procurar, possivelmente, por recomendações médicas.

apontamentos que me pediu. Minha mulher muito se recomenda à Exma. Sr.^a. Baronesa e sua filha, a quem envio muitos e respeitosos cumprimentos, assim como lembranças ao nosso jovem doutor.

Seu velho am.^o. e col.^a obr.^o

*J. de Alencar*¹⁴³

¹⁴³ De Paris, depois de turbulenta viagem a Portugal – onde foi noticiado por Pinheiro Chagas, principal redator do *Diário da Manhã* (em Lisboa), em 20/09/1876 –, José de Alencar escreve a José Carlos de Almeida Areias; essa viagem foi realizada em função da saúde do escritor-político, cada vez mais debilitada.

5.2 CORRESPONDÊNCIA PASSIVA

28. **Rio de Janeiro, 26 nov.1855** – carta¹⁴⁴ de Pereira da Silva.

Meu caro Alencar.

Aonde se meteu hoje? Incumbi a um moço que o procurasse para lhe pedir aquela carta que lhe pedi, do nosso excelente Senador¹⁴⁵, e tive resposta de que não foras achado.

Tenho urgência de tal carta, e por isso lha lembro, e rogo-lhe que a entregue ao portador, e que seja boa – porque além de ser para fim justo, é por homem muito de bem, e que eu em tudo desejo servir.

Sempre amigo e colega

Pereira da Silva.

S. C., 26 de novembro de 1855.

29. **[Rio de Janeiro], 8 maio 1856** – carta¹⁴⁶ de Luiz Pedreira.

A S.S. o Sr. Dr. José Martiniano de Alencar

Ilmo. Sr. Dr.

Pode publicar que foi escolhido Senador pela Província da Paraíba o Sr. Comendador Frederico de Almeida Albuquerque.

Hoje à noite minha família recebe em nossa casa do Engenho Velho algumas pessoas de amizade em reunião com caráter inteiramente particular. Muito estimaremos que V. S. e seu estimável irmão façam parte dela.

Sempre com particular consideração,

De V. S.

Am. obr.º e col.

*Luiz Pedreira.*¹⁴⁷

¹⁴⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.349), de novembro de 1918, e em Menezes (1977a:168).

¹⁴⁵ Referência ao pai do escritor, José Martiniano Pereira de Alencar.

¹⁴⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.348), de novembro de 1918, e em Menezes (1977a:139).

30. **Campos, 18 set.1858** – carta¹⁴⁸ de Eusébio de Queirós.

Ilmo. Amg. e Sr. Dr.

Campos¹⁴⁹, 18 $\frac{10}{1}$ 58.

No dia 7, às 9 horas da noite, recebi em Quissamã¹⁵⁰ uma carta sua datada de 2¹⁵¹. Nessa madrugada partia eu com destino a esta cidade, onde cheguei ontem ao meio-dia.

Agora mesmo sei que agora parte o correio, apenas tive tempo para escrever a inclusa. Peço-lhe pois desculpe a pressa de que se ressentir. Recomende-me às Exmas. Senhoras D. Ana e Filhas¹⁵², e a seus Irmãos e Cunhados. Disponha de quem é com estima,

Amg. e col. obr.

*Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara*¹⁵³

31. **[Rio de Janeiro], sem data**¹⁵⁴ – carta¹⁵⁵ de Justiniano da Rocha.

Colega

A ordem terminante com que o ameacei é a seguinte:

De velha usança reúno em minha casa na noite de 18 do corrente as pessoas que me honram com sua amizade, ou dessas as que gosto de ver. Já adivinha pois que nesse dia o desejo ter na choupana da rua nova do Conde nº 176.

¹⁴⁷ O Visconde do Bom Retiro, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, dirigia-se ao Alencar diretor e redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, convidando a ele e, possivelmente, a Leonel para comemorarem a escolha senatorial.

¹⁴⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.349), de novembro de 1918, e em Menezes (1977a:168-169).

¹⁴⁹ É possível que se trate do município fluminense Campos dos Goytacazes.

¹⁵⁰ Município fluminense.

¹⁵¹ Não foi possível localizar a missiva.

¹⁵² Segundo Raimundo de Menezes (1977a:169), trata-se da genitora e das irmãs de Alencar.

¹⁵³ Desde o malfadado desfecho das eleições de 1856 para Alencar, ele mantém relações amistosas com Eusébio de Queirós.

¹⁵⁴ Ainda que a missiva não tenha uma data definida, é possível que tenha sido redigida antes de estabelecer-se o matrimônio entre Alencar e Georgiana, em 1864, visto que não há nenhuma referência a essa senhora, e que o convite para a reunião estende-se, provavelmente, também a Leonel de Alencar.

¹⁵⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 29, ano III, vol. VIII, p.67-68), de maio de 1918, e em Menezes (1977a:159-160).

Ainda mais, rogo-lhe o favor de fazer presente este mesmo convite ao Sr. seu mano, a quem me não dirigi pessoalmente para não dar aparência de solenidade ao que não é senão reunião de amizade, e nem baile nem sarau.

Am.^o e col.^a

Justiniano José da Rocha.

32. [Rio de Janeiro], sem data – carta¹⁵⁶ de Francisco Otaviano.

Juca.

Há muito que não escreves tão bonito desde o princípio até o fim como hoje; mesmo muito bonito. E para quem sabe do teu íntimo, muito bem trabalhado!

Lê o que o Firmino¹⁵⁷ diz de ti e o que te escreve. Há juiz mais competente do que eu.

Teu

F.O.

Nossa viagem fica para amanhã impreterivelmente. Vem cá e vamos juntos. Vem hoje jantar conosco, porque Eponina¹⁵⁸ quer pôr as culpas em mim.

¹⁵⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:140).

¹⁵⁷ Possível referência a Firmino Rodrigues da Silva (1816-1879), jornalista, poeta e político carioca (Pinho, 1977:122).

¹⁵⁸ Trata-se de Eponina Otaviano (1837-1895), filha de Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto, proprietário do *Correio Mercantil* (Pinho, 1977:91).

6. *Non ti scordar di me*: cartas jornalísticas

La presse a le droit d'initiative dans les manifestations publiques; c'est pourquoi vous lirez ici, à la place d'un nom distingué, la signature d'un obscur journaliste.

José de Alencar¹⁵⁹

Assim como grande parte dos escritores do século XIX, José de Alencar envolveu-se intensamente com a imprensa, utilizando-se do amplo espaço de comunicação para expor suas ideias, não apenas através da publicação do *Ao Correr da Pena* e de seus romances-folhetins, mas também, e fundamentalmente, para a manifestação de suas reflexões e posicionamentos controversos acerca dos universos literário e político.

“Non ti scordar di me” é o mote de *Cinco Minutos*, primeiro romance-folhetim alencariano trazido a lume pelo *Diário do Rio de Janeiro*, e – caso sejam permitidas algumas conjecturas – talvez tal súplica também possa ser interpretada como o reflexo da principal aspiração que o escritor trazia intimamente, a de não mais passar de maneira despercebida entre os intelectuais do século XIX.

Foi com esse intuito, possivelmente, que José de Alencar aproveitou-se ao máximo do espaço público para a exposição de seu “projeto epistolar”, que consistia na elaboração de missivas-abertas, como as *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* (publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856), a *Comédia Brasileira* (também veiculada pelo *Diário*, em 1857), ou ainda a carta a Machado de Assis (trazida à luz, em 1868, pelo *Correio Mercantil*) e *O Nosso Cancioneiro* (conjunto epistolar publicado no periódico *O Globo*, em 1874), que podem ser considerados textos ensaísticos nos quais o escritor apresentava a pena de homem das letras ao revelar suas ideias sobre literatura, gerando discussão.¹⁶⁰

Embora os anos dedicados puramente às atividades da imprensa não tenham sido muito numerosos, durante esse breve período, José de Alencar viu-se cercado de amigos e de grandes desafios. Dentre os principais correspondentes do universo jornalístico está o colega dos tempos vividos em São Paulo, Francisco Otaviano, a quem redige, em 9 de agosto de 1853, uma missiva (número 33) cheia de expectativas acerca de seu futuro emprego no *Correio Mercantil*, e outra em 8 de julho de 1855 (número 34), na qual

¹⁵⁹ Trecho de uma carta a Alphonse de Lamartine, 12/07/1857.

¹⁶⁰ As mensagens epistolares mencionadas, porém, serão tratadas com mais atenção no sétimo capítulo, visto todas estarem relacionadas à literatura. Aqui, destaca-se a correspondência jornalística de caráter privado.

justifica, em tom grave, a razão de sua retirada do periódico de Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto (1800-1885), sogro de Otaviano.¹⁶¹

A Thomas Pompeu, político e amigo conterrâneo, Alencar envia uma carta (número 35) na qual pedia ao então deputado pela província do Ceará, que fosse correspondente do *Diário do Rio de Janeiro* em Fortaleza, pois preocupava-se com os problemas financeiros do periódico em que exercia as funções de diretor e redator-chefe.¹⁶²

Ainda como profissional do jornalismo, dirige-se ao político conservador Eusébio de Queirós¹⁶³, solicitando auxílio financeiro por meio de três cartas – uma de 1 de agosto de 1856 e duas de datas desconhecidas; números 36, 39 e 40 – a fim de obter os direitos de “publicação dos atos oficiais da Província do Rio de Janeiro, cujo contrato com o *Correio Mercantil* estava [prestes a] terminar.”¹⁶⁴

Cabe salientar que a correspondência jornalística de José de Alencar não se restringe aos cinco anos (1853-1858) em que o cearense trabalhou na imprensa; duas missivas enviadas a ele, muito próximo de sua morte, ultrapassam em muito esse período. Trata-se da carta (número 43) de Augusto Olímpio Gomes de Castro, advogado e político maranhense que escreve a Alencar, aos 20 de outubro de 1877, comunicando-lhe que um de seus textos (não localizado pela pesquisa) fora publicado no periódico *O País*, também da província do Maranhão, em 15 de outubro de 1877.

A outra carta (número 42) é de Quintino Bocaiúva, jornalista e político carioca. Em 2 de novembro de 1871, na qualidade de redator-chefe de *A República*, Bocaiúva escreve a Alencar agradecendo-lhe por ter autorizado a publicação do romance *Til*, em formato folhetim, no periódico.

Por meio desses textos epistolares de cunho privado já se pode conhecer um pouco mais a singular personalidade de José de Alencar, resoluto e cioso de suas responsabilidades, e o estreitamento dos laços estabelecidos entre jornalismo, literatura e política em sua biografia.

¹⁶¹ Ainda que Alencar já tivesse escrito, em 1851, um texto sobre as *Poesias* de Augusto Emílio Zaluar (1826-1882) – trazido a público pelo *Correio Mercantil* –, foi apenas em 1854 que, do amigo carioca, o cearense recebeu uma carta “particular” de felicitações pela publicação de algumas revistas (não identificadas) no *Diário do Rio de Janeiro*. Note-se que existe referência a essa carta, não-transcrita, nas biografias assinadas por Raimundo Magalhães Jr. (1977:41) e Raimundo de Menezes (1977b:69), que assegura estar transcrito tal episódio nos textos da polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco.

¹⁶² Sobre a busca por apoio que auxiliasse na manutenção das atividades dos jornais da época, Kátia Games (2004:67) afirma que a “publicação dos anais, tanto da Câmara como do Senado, era na época uma disputada receita para uma imprensa ainda em formação”.

¹⁶³ É válido notar que José de Alencar mantém laços com os liberais e conservadores no início de sua vida jornalística; tenta candidatar-se a deputado pelo Partido Liberal, mas, para preservar seu emprego público e manter as finanças do jornal que então dirigia, ligou-se a Eusébio de Queirós, líder conservador.

¹⁶⁴ MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*, p.61.

6.1 CORRESPONDÊNCIA ATIVA

33. [Rio de Janeiro], 9 ago.1853 – carta¹⁶⁵ a Francisco Otaviano.

Otaviano.

Lembras-te do que conversamos domingo à noite vindo de Botafogo, e especialmente de um projeto que me comunicaste, o qual me diz respeito, e se há de realizar em setembro? Se te lembras, debes lembrar-te também do que disse na ocasião, que a seguir uma carreira nova para mim, desejava começá-la a teu lado e debaixo de tuas vistas, porque me sorri essa ideia de continuarmos colegas e amigos, embora já lá vão os tempos de S. Paulo¹⁶⁶. Entretanto, segundo te percebi, qualquer resolução a este respeito não depende unicamente de ti, pois então sei que seria negócio feito. É necessário o acordo de outros e este acordo, bom ou mau para mim, eu precisava sabê-lo hoje. Tive pela manhã um oferecimento vantajoso, o qual facilmente adivinhas, porque direta ou indiretamente concorreste para ele. Não o aceitei por precisar consultar-te. Comprometi-me, porém, a dar uma resposta hoje e por isso volto-me para ti. À noite desejo terminar isto: tu dirás com quem. Preciso dizer-te que te consulto, não só pelo dever rigoroso em que estou, depois do que me disseste, como por interesse meu; quem ganha se contigo eu for, não és tu, sou eu [,] pelo que te disse no começo e por outras razões que te direi. Vem jantar comigo no Hotel da Europa. Conversaremos sobre este respeito com mais largueza. Irei ao *Mercantil* esperar-te às 3 horas.

Todo teu
Alencar.

Post-scriptum

Esqueceu-me dizer-te que qualquer das duas coisas que se realize, *Correio Mercantil* ou *Jornal do Comércio*, desejava que ficasse em segredo. De qualquer dos dois modos te vou substituir, e por conseguinte [,] prefiro que a dificuldade da posição recaia sobre um nome ignorado absolutamente.¹⁶⁷

¹⁶⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1329, em Magalhães Jr. (1977:43-44), Menezes (1977a:45-46), Menezes (1977b:68) e em Orico (1929:73-75).

¹⁶⁶ Referência aos anos de 1840, quando Alencar fez os estudos preparatórios em São Paulo a fim de ingressar na faculdade de direito, e conheceu Francisco Otaviano, de quem tomou emprestado os primeiros grandes romances a que teve acesso.

¹⁶⁷ Esta carta está presente em grande parte das biografias de José de Alencar, pois se trata de uma missiva que marca o seu ingresso na vida jornalística. Com sua saída do *Jornal do Comércio*, onde assinava a revista “A Semana”, Francisco Otaviano sugere como substituto de seu cargo o amigo Alencar,

34. **Rio de Janeiro, 8 jul.1855** – carta¹⁶⁸ a Francisco Otaviano.

Meu colega e amigo

Tendo saído inteiramente estropiado o meu artigo de hoje, é necessário que eu declare o motivo por que entendi não dever continuar a publicação da *Revista Semanal* desta folha, visto como desapareceram algumas frases que o indicavam claramente.

Sempre entendi que a *Revista Semanal* de uma folha é independente e não tem solidariedade com o pensamento geral da redação; principalmente quando o escritor costuma tomar a responsabilidade de seus artigos, assinando-os.

A redação do *Correio Mercantil* é de opinião contrária; por isso, não sendo conveniente que eu continuasse “a hostilizar os seus amigos”, resolvi acabar com o *Correr da Pena* para não comprometê-lo gravemente.

Antes de concluir, peço-lhe que tenha a bondade de fazer cessar o título com que escrevi as minhas revistas. Não tem merecimento algum, há muitos outros melhores; mas é meu filho, e por isso reclamo-o para mim, mesmo porque talvez me resolva mais tarde a continuá-lo em qualquer outro jornal que ma queira dar um pequeno canto.

Agradeço-lhe infinitamente as expressões delicadas que me dirige, e que não mereço. O *Correio Mercantil* nada me deve: sou eu ao contrário quem lhe devo o ter honrado com os meus obscuros artigos admitindo-os nas suas colunas entre tantas produções brilhantes, entre tão distintas inteligências.

Sou, com a maior estima e consideração,

Am.º at.º obrd.º

J. de Alencar¹⁶⁹

Rio, 8 de julho 1855.

não aceito pela direção do jornal, que procurava uma pessoa mais experiente. Tomando a frente do *Correio Mercantil*, propriedade de seu futuro sogro, Otaviano convida Alencar a integrar sua equipe. Aceitando o convite, Juca – como Alencar era chamado pelo amigo – assume na tarde do mesmo dia 09/08/1853. Fica à frente da seção forense e, menos de um mês depois de seu ingresso, aos 03/09/1853, passa a dirigir a revista semanal *Páginas Menores*, onde surgirão os folhetins *Ao Correr da Pena*.

¹⁶⁸ A transcrição integral da carta encontra-se em Magalhães Jr. (1977:59-60) e em Menezes (1977a:46-47); a parcial pode ser lida na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1330. A missiva foi publicada no *Correio Mercantil* em 08/07/1855.

¹⁶⁹ Alencar dirige-se a Francisco Otaviano, redator-chefe do *Correio Mercantil*, apresentando os motivos que o fizeram retirar-se do jornal, do qual fizera parte por menos de um ano. O desentendimento teve início com a publicação, em *Ao correr da Pena*, de críticas referentes ao financiamento da construção da estrada de ferro da Bahia, da qual era concessionário Moniz Barreto, um dos donos do *Correio*. Diante da pena polêmica de Alencar, foram realizados cortes no texto que muito desgostaram ao orgulhoso cearense, que não se submeteu a tal censura; decidiu, então, abandonar o jornal, levando consigo o nome de sua coluna diária para o *Diário do Rio de Janeiro*, e mantendo a amizade com Francisco Otaviano.

35. [Rio de Janeiro], sem data¹⁷⁰ – carta¹⁷¹ a Thomas Pompeu.

Exmo. Sr. Dr. Pompeu.

O *Diário do Rio* vai ser comprado por uma Empresa que se organizou e da qual se dignaram nomear-me Gerente Redator. Conto que de 1º de outubro seguinte tomarei conta da folha.

Peço-lhe, pois, que me faça o obséquio de enviar-me uma correspondência da nossa Província, escrita pela hábil pena que redige o *Cearense* e que tão conhecida é nesta Corte pelos artigos que outrora enviava para o *Mercantil*.

Se me quiser fazer este favor, peço-lhe que na primeira correspondência se ocupe principalmente dos melhoramentos da Província, do desenvolvimento da sua indústria, do comércio, da agricultura, importação e exportação.

Isto por interesse da nossa Província, pois acredite que a minha pouca experiência de jornalista nesta Corte me tem mostrado que são as notícias deste gênero que mais importância e interesse dão a uma Província no espírito da população desta Corte.

É escusado dizer-lhe que o jornal que vou dirigir dedicará uma parte muito importante aos interesses morais e materiais das províncias.

Espero, pois, que não me recusará este favor, e desejo que pelo 1º vapor me mande logo a 1ª correspondência. Se lhe convier se guardará todo o segredo.

Do am.º e obr.º patr.º

J. de Alencar.

Post-scriptum

Pelo vapor seguinte lhe escreverei miudamente sobre outros objetos, advertindo-lhe a respeito de política, e me entenderei diretamente sobre qualquer coisa respectiva à nossa Província.¹⁷²

¹⁷⁰ Segundo observação do biógrafo Raimundo de Menezes (1977a:14), a carta foi escrita possivelmente em 1855.

¹⁷¹ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:13-14), a parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:60-61), Menezes (1977b:82) e em Neto (2006:134-135).

¹⁷² Preocupado com as finanças do *Diário do Rio de Janeiro*, dirige-se ao amigo conterrâneo com a intenção de lhe pedir que fosse correspondente do jornal, em Fortaleza.

36. [Rio de Janeiro], 1 ago.1856 – carta¹⁷³ a Eusébio de Queirós.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara

Tomo a liberdade de lembrar a V. Exa. que o contrato da publicação dos atos oficiais da Província no *Correio Mercantil* termina este mês; e como V. Exa. prometeu-me trabalhar para que este contrato fosse dado ao *Diário*, com o qual estive muitos meses, espero que V. Exa. faça o possível por alcançar-me este favor.

Sou de V. Exa.

Am.º mt.º obr.º e resp.^{or}

José Martiniano de Alencar¹⁷⁴

37. Rio de Janeiro, 12 jul.1857 – carta¹⁷⁵ a Alphonse de Lamartine.

Monsieur.

J'ai l'honneur de vous passer l'*album* que le Brésil offre, comme une¹⁷⁶ simple hommage au plus grand poète de la France.

Vous y trouverez l'expression du sentiment que votre nom a éveillé dans le coeur d'un peuple jeune, mais qui sait honorer les gloires de la vieille Europe, la mère de la civilisation américaine.

La presse a le droit d'initiative dans les manifestations publiques; c'est pourquoi vous lirez ici, à la place d'un nom distingué, la signature d'un obscur journaliste.¹⁷⁷

À Monsieur A. de Lamartine

J. de Alencar

Redacteur du *Diario*¹⁷⁸

¹⁷³ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:79), a parcial pode ser lida em Menezes (1977b:102), em Neto (2006:135) e em Viana Filho (1979:57-58).

¹⁷⁴ Segundo Magalhães Jr. (1977: 61), José de Alencar pede a obtenção dos direitos de “publicação dos atos oficiais da Província do Rio de Janeiro, cujo contrato com o *Correio Mercantil* estava [prestes a] terminar”.

¹⁷⁵ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:48) e a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:63); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-AMI-12.jul.1857-Ale.c), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

¹⁷⁶ José de Alencar equivoca-se com o gênero da palavra francesa *hommage*, que deveria vir precedida do artigo masculino *un*.

¹⁷⁷ Tradução: *Senhor. Tenho a honra de vos entregar o álbum que o Brasil oferece, como uma simples homenagem ao maior poeta da França. O senhor encontrará nele a expressão do sentimento que o vosso nome despertou no coração de um povo jovem, mas que sabe honrar as glórias da velha Europa, a mãe da civilização americana. A imprensa tem o direito de iniciativa nas manifestações públicas; é por isso que o senhor lerá aqui, no lugar de um nome distinto, a assinatura de um obscuro jornalista.*

Monsieur.

J'ai l'honneur de vous passer l'album que le
Brésil offre, comme une simple hommage,
au plus grand poète de la France.

Vous y trouverez l'expression du sentiment
que votre nom a éveillé dans le cœur d'un
peuple jeune, mais qui sait honorer les
gloires de la vieille Europe, - la mère de la
civilisation américaine.

La presse a le droit d'initiative dans
les manifestations publiques; c'est pourquoi
vous lirez ici, à la place d'un nom distingué,
la signature d'un obscur journaliste.

A Monsieur A. de Lamartine

Rio de Janeiro 12 juillet
1857.

J. de Alencar
Redacteur du Diário.

¹⁷⁸ Já envolvido com o universo literário, Alencar observou as dificuldades financeiras que Lamartine enfrentava em sua velhice; publicou no *Diário do Rio de Janeiro*, em 12/06/1856, algumas palavras a respeito da penúria em que vivia o poeta francês. Essas palavras serviram como um apelo, pois com elas foi possível arrecadar assinaturas para o *Cours Familier de Littérature: un entretien par mois*, revista publicada em 28 volumes, entre 1856 e 1869. Segundo Mary Hinrichs (1930:01), o "*Cours Familier* de Lamartine a un intérêt certain pour l'étude de l'histoire littéraire; le grande poète, 'nourri de souvenirs', fait ici profiter les lectures de son expérience, 'la plus longue et la plus riche q'un écrivain de 1856 pût invoquer' (apud Barthou, Louis. *Portraits et Salons Romantiques par A. de Lamartine*. Paris, 1927, p.10). José de Alencar atingiu seu objetivo; o grande número de assinaturas arrecadadas resultou no *Album de Boulanger*, que continha, além de outros, os autógrafos do Imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, e as ilustrações de Louis Alexis Boulanger (1800-1873), desenhista e litógrafo francês desembarcado no Brasil em 1828 (Renault, 1982:85). O álbum foi entregue ao poeta no início de setembro de 1857. As outras missivas que versam sobre esse assunto são: 66, 67, 68 e 69.

38. [Rio de Janeiro], 14 jun.1870 – bilhete¹⁷⁹ a Félix Ferreira.

Ilmo. Sr. Félix Ferreira.

Felicito-o por seu folhetim de domingo, achei-o excelente e o tenho visto gabar por diversas pessoas.

Continue a perseverar que há de colher os frutos brilhantes de suas fadigas.

Seu col. e [ilegível]

J. de Alencar

Em 14 de junho 1870.

¹⁷⁹ A transcrição integral da carta encontra-se Garmes (1998:115) e o manuscrito autógrafo é conservado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (localização I-5,13,17).

I-5,13,17

Almoço Felício Perreira.

Felício - o por seu folhetim de domingo;
achou-o excelente e o tenho visto
gostar por diversas pessoas.
Continue a escrever que pode colher
os frutos brilhantes de sua feitura.

Seu colw e abraços

Francisco.

Em 14 de junho 1870.

39. [Rio de Janeiro], sem data¹⁸⁰ – carta¹⁸¹ a Eusébio de Queirós.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro.

Li as condições que V. Exa. me enviou e antes de ontem à noite procurei a V. Exa. mas não tive o prazer de encontrá-lo; ontem também esperei vê-lo no Instituto dos Surdos-Mudos, mas V. Exa. não foi.

Eu aceito todas as condições; apenas sobre uma tomo a liberdade de submeter algumas considerações a V. Exa. É sobre a quantia de 3:500\$000¹⁸². Quando o mesmo trabalho é feito para a Câmara por 4:000\$000, parece-me que o Senado, querendo obter mais barato, sujeita-se a que se possa dizer que não quer tão bem servido. A única diferença que há entre um e outro contrato é o número de exemplares dos Anais; mas V. Exa. sabe que para uma tipografia custa o mesmo tirar um exemplar como duzentos ou trezentos.

V. Exa. apreciará estas razões; e de qualquer maneira que decidir desde já me submeto, pedindo a V. Exa. que mande lavrar o contrato o mais breve possível, que eu o irei assinar.

De V. Exa.

Amigo muito obrigado e criado

*J. de Alencar*¹⁸³

40. [Rio de Janeiro], sem data¹⁸⁴ – carta¹⁸⁴ a Eusébio de Queirós.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara.

Outro dia achando-me com V. Exa. tive acanhamento de pedir-lhe que por intermédio de seus amigos. V. Exa. fizesse promover algumas assinaturas para o *Diário*; mas a bondade extrema de V. Exa. para comigo me anima a fazer-lhe este pedido.

Entretanto se as ocupações de V. Exa. não lhe permitirem o que peço, desde já desisto, por isso que antes de tudo desejo não causar-lhe a V. Exa. o mais pequeno incômodo.

Desculpe-me V. Exa. por não ir pessoalmente como me cumpria; e creia que sou com a maior consideração e estima.

De V. Exa.

am.º verd.º e mt.º obr.º

José Martiniano de Alencar

¹⁸⁰ Embora a missiva não tenha uma data definida, foi redigida entre 1855 e 1858, período em que José de Alencar esteve diretamente envolvido com a área jornalística.

¹⁸¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:81-82).

¹⁸² Trata-se de três contos e quinhentos réis.

¹⁸³ Alencar escreve ao político Eusébio de Queirós referindo-se à difícil situação financeira pela qual passava o *Diário do Rio de Janeiro*, jornal do qual era diretor.

¹⁸⁴ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:82), a parcial pode ser lida em Menezes (1977b:102) e em Viana Filho (1979:57).

6.2 CORRESPONDÊNCIA PASSIVA

41. [Ingá¹⁸⁵], 1 fev.1857 – carta¹⁸⁶ do Marquês de Abrantes.

Ilmo. amigo e Sr. Dr. Alencar.

Ontem à noite recebi o aviso cuja cópia tenho a honra de oferecer-lhe junto.

Rogo-lhe o especial favor de o fazer publicar, acompanhado de alguma reflexão sua, em abono de uma ideia filantrópica, como a que consta do mesmo aviso.

Pôr a loucura do carnaval ao serviço da caridade pública, não é, e nunca será repugnante.

Conto com o seu apoio a favor dela. Amanhã reunir-se-á a Comissão. Não deixarei de dar-lhe conta do que for deliberado.

Como sempre

De V. S.

amigo e criado certo

Marquês D'Abrantes

42. [Rio de Janeiro], 2 nov.1871 – carta¹⁸⁷ de Quintino Bocaiúva.

Agradecendo tão fino obséquio, devemos¹⁸⁸ acrescentar algumas palavras.

A nossa situação, como republicanos, nos obriga a manter um posto afastado, de vigilância e de hostilidade, contra os princípios e os homens que representam a ideia monárquica no nosso país.

Se, porém, como políticos achamo-nos divorciados de todos os partidos e de todas as individualidades afeiçoadas ao atual regime; como brasileiros teremos sempre orgulho e desvanecimento em prestar a devida homenagem a todos os nobres caracteres e ilustres talentos que são a glória da nossa pátria, qualquer que seja a posição política que ocupem.

¹⁸⁵ A missiva pode ter sido escrita, possivelmente, no bairro de Ingá, pertencente ao município de Niterói/RJ.

¹⁸⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:162) e na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.172), de junho de 1918; a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:107-108).

¹⁸⁷ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:302), em Menezes (1977a:88-89) e em Viana Filho (1979:223); foi publicada em *A República*, aos 02/11/1871.

¹⁸⁸ Enquanto redator-chefe de *A República*, Quintino Bocaiúva escreve em nome dos colegas da redação.

Está neste caso o eminente escritor e parlamentar, cujo nome serve de título a este artigo, e que tão graciosamente acaba de autorizar a publicação de uma de suas obras inéditas nas nossas colunas.¹⁸⁹

A *República* não podia pretender maior lustre para suas páginas, nem melhor serviço aos seus assinantes, do que honrando-se com a publicação de um trabalho devido à pena de tão ilustre escritor, justamente considerado o chefe da moderna literatura brasileira.

O seu nome constitui uma glória nacional e, quaisquer que sejam os acidentes políticos que nos separem, haverá sempre da parte de todos os brasileiros para com o ilustre Sr. Alencar, um traço de união – esse traço é o da admiração imposta a todos os espíritos cultos pela inteligência privilegiada e fecunda que, a cada livro que publica, engasta um nova gema preciosa no diadema da literatura nacional.¹⁹⁰

43. [Maranhão], 20 out.1877 – carta¹⁹¹ de Gomes de Castro.

Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro

*O País*¹⁹², o melhor jornal desta província, propriedade do Sr. Temístocles Aranha¹⁹³, cunhado do nosso amigo Dr. H. Graça¹⁹⁴, publicou em seu número de 15 do corrente o artigo editorial, que junto remeto, espero que outros apareçam no mesmo sentido, e terei o cuidado de enviar-lhos, para que veja o conceito em que nós temos o autor do *Guarani* etc.

Tenha sempre saúde e disponha do seu

Amigo e servo obr.º

A. O. Gomes de Castro

Dê-me notícias da nossa conspiração.

¹⁸⁹ Referência à carta que autoriza a publicação do romance *Til*, em formato folhetim. Esse romance seria publicado como livro, em 1872, pela casa de edição Garnier.

¹⁹⁰ Com esta carta-resposta, Quintino Bocaiúva reafirma a posição do periódico em que exerce o cargo de redator-chefe, sem deixar de render louvores a Alencar. A missiva que deu origem a essa resposta encontra-se transcrita nesta dissertação (carta 52).

¹⁹¹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Menezes (1977a:147) e na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.37), de janeiro de 1918.

¹⁹² Referência ao jornal maranhense *O País*, que “dominaria a imprensa por 20 anos”, e seria o concorrente direto do *Diário do Maranhão* (Mérian, 1988:36-75). Entre 1884 e 1930 existiu um periódico de mesmo nome no Rio de Janeiro.

¹⁹³ Trata-se de Temístocles da Silva Maciel Aranha, jornalista maranhense, redator-chefe do jornal *O País* e responsável pela criação, em novembro de 1880, da Sociedade Abolicionista Maranhense (Mérian, 1988:153); pai do escritor José Pereira da Graça Aranha (1868-1931).

¹⁹⁴ Segundo Raimundo de Menezes (1977a:147), trata-se de Heráclito Graça, cujo nome completo é Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1837-1914), político e escritor carioca.

7. Escritor e missivista: cartas literárias

É uma boa e grande fortuna conhecer um poeta;
melhor e maior fortuna é recebê-lo das mãos de V.
Exa. com uma carta que vale um diploma, com uma
recomendação que é uma sagração.

Machado de Assis¹⁹⁵

Em *Como e por que sou romancista*, José de Alencar recorda os primeiros passos de sua trajetória literária. Da influência de sua mãe, que lhe atribuiu a função de “ledor” oficial da família e das senhoras que frequentavam a casa dos Alencar, à elaboração dos rascunhos de seu primeiro projeto de romance, *Pajeú das Flores*, passando pelas charadas do tio Carlos¹⁹⁶, que despertaram no menino a “faculdade criadora”, e pelo “empréstimo” dos livros de Francisco Otaviano, em sua temporada paulista.¹⁹⁷

Durante sua passagem pela literatura brasileira, o escritor cearense deixou marcas indeléveis que são impressas até os dias atuais e, certamente, seguirão para a posteridade, em resposta à angustiada questão que, em seus derradeiros dias de vida, colocou a um amigo.¹⁹⁸

No entanto, ao contrário do que pode parecer, Alencar não se ocupou apenas de sua obra ficcional. Além de escrever romances, peças de teatro e outros textos destinados à publicação, ele também se dedicou à redação de missivas, de caráter privado, que versavam sobre literatura; cartas que, ao chegar às mãos dos leitores atuais, permitem o desvelamento dos bastidores das letras oitocentistas.

Enquanto escritor, o autor de *O Guarani* se correspondeu com personalidades do universo literário, tais como Alphonse de Lamartine, Auguste Sisson, Baptiste Garnier¹⁹⁹, Gonçalves Dias e Quintino Bocaiúva. Constata-se, ainda, a presença de

¹⁹⁵ Trecho de carta a José de Alencar, 29/02/1868.

¹⁹⁶ Trata-se do padre Padre Carlos Peixoto de Alencar, parente da família. Em sua autobiografia literária (Alencar, vol. I, 1960:107), o escritor afirma: “O dom de produzir, a faculdade criadora, se a tenho, foi a charada que a desenvolveu em mim [...]”.

¹⁹⁷ Segundo relata José de Alencar, a livraria “que maior cabedal trazia à nossa [dos estudantes] comum biblioteca, era a de Francisco Otaviano, que herdou do pai uma escolhida coleção de obras dos melhores escritores de literatura moderna [referindo-se a obras de Balzac, Dumas, Vigny, Chateaubriand e Hugo] a qual o jovem poeta não se descuidava de enriquecer com as últimas publicações” (Alencar, vol. I, 1960:110).

¹⁹⁸ “Você acha que passarei à posteridade? Não nutro essa segurança, e, contudo, quanto alento me daria, no meio dos desconsolos que também me vêm do cultivo das letras!” (Taunay, 1908:88)

¹⁹⁹ Considerando o francês um dos mais importantes editores do século XIX no Brasil, Kátia Garmes (2004:192) lembra que Alencar “[...] foi o primeiro a ter um livreiro, Garnier, a pedir-lhe romances de

intelectuais de outras áreas – como a musical e a dramática, cujos representantes são Carlos Gomes e Visconti Coaracy (missivas 75 e 85) – na correspondência alencariana, evidenciando a amplitude da sociabilidade no universo artístico de seu tempo.

Essas cartas, provenientes da pena íntima, traziam temas relacionados ao cotidiano da vida de escritor; o estabelecimento de acordos financeiros, com Garnier, para o pagamento de direitos autorais (missiva 47) e o envio de um poema por Gonçalves Dias (carta 74) são dois exemplos da presença epistolar no dia-a-dia do romancista.

Depois de consolidar-se como literato, o autor de *Iracema* passa a receber cartas de escritores em início de carreira, ou que lhes dedicavam suas obras; nesses dois casos, encaixam-se, respectivamente, o Conselheiro Souza Ferreira (carta 46) e Antônio Teixeira de Macedo (missiva 79).

Em algumas das missivas alencarianas é possível, ainda, encontrar referência à sua biblioteca, leituras realizadas ou por fazer. É o que se nota nas cartas a Benjamin Galvão e de Júlio Ribeiro (números 64 e 88). O escritor mostrava sua erudição nos textos epistolares, abertos ou provenientes da pena doméstica, lançando mão, frequentemente, de referências à *Bíblia*, à mitologia, a diferentes períodos históricos, e do emprego de frases latinas em suas missivas.²⁰⁰

Nas demais cartas – como a destinada a Auguste Sisson (número 44) – é revelada a tendência de José de Alencar para a criação de biografias²⁰¹, prática adotada pelos românticos como forma de “idolatria do tempo e da história”²⁰², ou o apoio de amigos que se posicionavam favoravelmente quanto ao projeto literário-nacionalista que vinha sendo posto em prática por ele (missivas 78 e 83, de Antônio Henriques Leal).

encomenda. O que deve ter enciumado muitos literatos no período, frente à extrema dificuldade em se editar uma obra.”

²⁰⁰ O artigo-epistolar (número 61), publicado no periódico *O Vulgarizador*, é um dos textos em que é possível notar a diversidade de temas por que percorreram as leituras do romancista, dado o caráter científico do ensaio, que versava sobre os préstimos e as nulidades do positivismo científico na procura de respostas para a origem das espécies. A respeito de *O Vulgarizador*, conferir o nono capítulo da dissertação.

²⁰¹ A elaboração de biografias como parte constituinte do projeto romântico nacionalista é tema presente não apenas na correspondência privada de José de Alencar, como também em suas missivas abertas, incluído o posfácio-epistolar de *Iracema*. A relevância desse tipo de escrita foi notada por Arthur Motta (1921:148), que considera a carta destinada a Machado de Assis, na qual se dá a apresentação de Castro Alves, um dos textos biográficos assinados pelo autor de *O Guarani*. Dentre suas considerações, o crítico cita ainda outras produções alencarianas do mesmo gênero: traços biográficos do Marquês de Paraná (1801-1856), publicados em folheto, em 1856; a biografia de seu pai, José Martiniano de Alencar, trazida a lume pela *Galeria dos Brasileiros Ilustres* de Auguste Sisson, e a de Eusébio de Queirós, apresentada pelo *Diário do Rio de Janeiro*.

²⁰² SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*, p.66.

Além das cartas literárias pertencentes ao epistolário privado, é fundamental mencionar a correspondência literária pública de José de Alencar, na qual o romantismo do escritor se manifesta de forma mais ostensiva.

Em suas cartas-abertas, é nítida a presença de um escritor que – como homem de projetos, nos quais estavam incluídos os epistolares – aborda e difunde reflexões relacionadas à estética romântica, cujas bases, para o autor de *Iracema*, situavam-se na instituição de uma literatura nacional. Nesses textos epistolares, suas reflexões afloravam, pois Alencar apresentava considerações que iam desde aspectos relativos ao que acreditava ser a verdadeira prosa, poesia e dramaturgia brasileiras, até apontamentos acerca do emprego da língua nacional.²⁰³

No centro dos textos literário-epistolares impressos, encontra-se esboço do projeto de nacionalização da literatura brasileira que José de Alencar trazia em mente. Nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*, apresentava crítica e reflexão sobre o papel que o genuíno poeta brasileiro deveria exercer diante da constituição da literatura nacional. Em *A Comédia Brasileira*, expunha a gênese das suas duas primeiras peças, além de posicionamentos referentes ao que considerava o verdadeiro teatro brasileiro.

Com o prefácio e posfácio-missiva de *Iracema*, Alencar formulou as razões que o levaram a afastar-se de *Os Filhos de Tupã*, adiantando-se em relação a seus contemporâneos ao refletir sobre a “língua brasileira”; em *O Nosso Cancioneiro*, mostrou ideias concernentes à poesia popular regional, além de ter se voltado, mais uma vez, para a questão do abasileiramento da língua portuguesa.

Finalmente, na carta de apresentação do poeta Castro Alves, o romancista pronunciou-se quanto aos atributos que o autêntico crítico literário deveria apresentar

²⁰³ Lembra-se que José de Alencar também se serviu das cartas-abertas como válvula de escape para a exteriorização de seus sentimentos, ou melhor dizendo, ressentimentos literários. Em carta a Francisco Otaviano (Alencar, vol. IV, 1960:42-43), por exemplo, Alencar faz a seguinte afirmação: “Embora às vezes me cheguem amortecidos os ecos dessa crítica de esquina, não me ocupo em responder-lhe; não seria digno nem do colega a quem me dirijo, nem do público que nos fará a honra de assistir a esta pequena palestra literária de dois escritores, que no meio das lidas jornalísticas falam de arte e de poesia num canto de sua folha, como dois amigos na Europa *au coin du feu*. Prefiro contar-lhe a história de minha comédia”. Já na missiva destinada a Domingos Jaguaribe (Alencar, vol. III, 1960:255), o escritor se queixa: “Se porém o livro for acoimado de sedição, e *Iracema* encontrar a usual indiferença que vai acolhendo o bom e o mau com a mesma complacência, quando não é silêncio desdenhoso e ingrato; nesse caso o autor se desenganará de mais esse gênero de literatura, como já se desenganou do teatro, e os versos, como as comédias, passarão para a gaveta dos papéis velhos, relíquias autobiográficas”. Por fim, no texto epistolar dirigido a Joaquim Serra (Alencar, vol. IV, 1960:965), o romancista relata: “Uns certos profundíssimos filólogos negam-nos, a nós brasileiros, o direito de legislar sobre a língua que falamos. Parece que os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV.”

para bem avaliar uma peça teatral como a do jovem baiano, assegurando que tais qualidades estavam presentes na pena do amigo carioca Machado de Assis.

No lugar do estilo contido das missivas de caráter privado, em seus ensaios-epistolares, o escritor cearense emprega uma linguagem que se aproxima muito da que se encontra em seus romances – abundante, descritiva e, às vezes, até mesmo poética –, como se observa, em especial, na carta ao autor de *Dom Casmurro*. Nada mais óbvio, visto tais textos não terem um único destinatário que, depois de lê-los, os guardaria em uma de suas gavetas; pelo contrário, seriam levados aos olhos e ao julgamento de todos os que se interessassem em conhecer suas reflexões.

É possível, portanto, a partir do patriotismo notado, principalmente por meio da valorização da história como matéria-prima privilegiada²⁰⁴, compreender a correspondência literária-aberta na qual era nítida a inserção de traços que ratificavam, sempre, os aspectos nacionalistas defendidos por Alencar por meio da presença do elemento pátrio em diferentes campos literários: o teatro, o romance, o texto biográfico, a crítica e até mesmo a língua.

Conclui-se que em todos os seus textos literário-epistolares trazidos a lume pela imprensa há indícios do debate sobre a nacionalidade brasileira. Na realidade, tal manifestação era mais do que esperada e natural vinda de um homem que acreditou ser o Brasil “o berço da humanidade [...]”.²⁰⁵

A PRIMEIRA POLÊMICA LITERÁRIO-EPISTOLAR

As *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*, trazidas a lume em 1856²⁰⁶, foram os primeiros textos epistolares redigidos e publicados por José de Alencar na imprensa fluminense. Em uma série de oito missivas²⁰⁷, o então diretor e redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* criticou duramente a recente obra do conceituado poeta Gonçalves de Magalhães.²⁰⁸

²⁰⁴ Elias Saliba (2003:16) ressalta: “[...] não foi por acaso que a história, como conhecimento e como instituição, foi extremamente valorizada, ocupando um espaço enorme no ideário romântico.”

²⁰⁵ Trecho extraído da carta 61.

²⁰⁶ Precisamente em 18, 22 e 28/06, 05 e 14/07, e em 09, 12 e 15/08/1856; mesmo ano da publicação do poema.

²⁰⁷ Disponíveis no quarto volume da obra completa de José de Alencar (1960:863-922).

²⁰⁸ Antonio Candido (2007:375), referindo-se a Gonçalves de Magalhães, afirma que durante “pelo menos dez anos ele foi a literatura brasileira; a impressão de quem lê artigos e prefácios daquele tempo é que só se ingressava nela com o seu visto.”

Com tais ensaios-epistolares, Alencar, assinando “Ig.”²⁰⁹, mostra a ousadia de um homem que, aos vinte sete anos de idade, sem raízes que o prendessem ao universo da literatura, pretendia lançar-se à produção literária, provocando a reação daqueles que consideravam Magalhães o mais importante vate brasileiro da nova geração de românticos, comprando briga com os “amigos do poeta” – dentre eles, D. Pedro II, financiador do poema²¹⁰ – e colocando em ação o plano de projetar-se na sociedade literária fluminense como a grande promessa das letras pátrias.

Duas são as justificativas para que esse projeto tenha se concretizado com tanto empenho; a primeira seria uma contenda pessoal – já que, com as cartas, “[...] Alencar teria respondido à exclusão de seu nome da relação de convidados para a leitura do poema no Palácio de São Cristóvão”²¹¹ –, a segunda, literariamente mais instigante, é a de que o escritor cearense teria procurado demolir o poema de Magalhães e a sua proposta de literatura nacional para dar início ao seu processo de criação literária, com a finalidade de estabelecer para, posteriormente, cristalizar a imagem de literato verdadeiramente comprometido com o projeto nacionalista da literatura brasileira.

Formado em Direito, José de Alencar dispunha de um vasto arsenal retórico que empregou nas cartas, aspirando convencer os leitores de Ig. de que o poeta d’A *Confederação dos Tamoios* não poderia ser considerado o mais importante nome da literatura nacional devido, essencialmente, à sua infelicidade na abordagem do tema escolhido, associada a problemas estilísticos do poema que, consequentemente, estaria longe da perfeição.

Para alcançar seu objetivo, duas das estratégias epistolares adotadas pelo missivista foram: a invenção de um destinatário imaginário, ou seja, um amigo fictício²¹² a quem se dirigiu de maneira pessoal; e a criação da imagem de um

²⁰⁹ Alencar (1960:863), na nota que precede as *Cartas*, afirma que o pseudônimo “foi tirado das primeiras letras do nome Iguaçu, heroína do poema”.

²¹⁰ Heitor Lyra (1977:214), um dos biógrafos de D. Pedro II, referindo-se à importância que o soberano dava a Magalhães, afirma que o futuro Visconde de Araguaia “era, em janeiro de 1855, nosso Encarregado de Negócios em Turim [...] quando obteve licença, com o apoio do Imperador, para ir ao Rio oferecer ao Monarca o seu poema *A Confederação dos Tamoios*, encetado em 1837, em Bruxelas, e que ele iria ler, numa das salas do Paço de São Cristóvão pelo espaço de sete longas horas [...] Interessado na divulgação da obra, custeou-lhe Dom Pedro II a sua publicação pela Livraria Paula Brito, assim como duas traduções em italiano [...]”.

²¹¹ ELIAS, Rita de Cássia. “O tísico José de Alencar e as porradas literárias”. *Revista Insight Inteligência*, p.152.

²¹² Segundo Rita Elias (2003:151), o “destinatário oblíquo, portanto, longe de ser ‘um amigo’, um suposto editor, seria o próprio autor do poema *A confederação dos Tamoios* [...]”. José de Alencar, a respeito de do anonimato em sua primeira polêmica literário-epistolar, afirma: “Ocultei a princípio o meu nome, não pelo receio de tomar a responsabilidade do escrito; e sim porque obscuro como é, não daria o menor valor às ideias que emiti [...] ninguém dirá pois que *A Confederação dos Tamoios* não é capaz de inspirar,

epistológrafo que vivia “retirado numa casinha de campo”, e que certamente nada almejava com a elaboração das cartas – já que não gostaria nem mesmo que fossem consideradas artigos, caso publicadas –, pois a seu ver, o “estilo epistolar [prestava-se] pouco à gravidade e erudição de uma crítica de imprensa.”²¹³

Segundo Araripe Jr.²¹⁴, primo do polemista, as “cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*, portanto, nenhuma definição melhor teriam do que esta: “plano da epopeia que José de Alencar teria feito se se colocasse no lugar de Magalhães”. Argumento retomado por Campato Jr.²¹⁵, que afirma: “ao mesmo tempo em que Ig põe a nu a falsidade ou artificialidade nacionalista de Magalhães, vai apresentando, nas *Cartas*, sua receita de ‘epopeia nacional’”. Entretanto, o esperado poema épico alencariano não chegou a ser concluído e o projeto indígena *Os Filhos de Tupã*, que seria uma tentativa de preencher a lacuna (cujas existência Alencar sugerira quando trouxe à luz as *Cartas*), não foi publicado integralmente.²¹⁶

Em 1865, menos de dez anos após a elaboração de suas polêmicas missivas, o então experiente escritor reconhece, no posfácio-epistolar à primeira edição de *Iracema*, sua imprudência ao escrever, em “algumas cartas sobre a *Confederação dos Tamoios*”, que

as tradições dos indígenas dão matéria para um grande poema que talvez um dia apresente sem ruído nem aparato, como modesto fruto de suas vigílias. Tanto bastou para que supusessem que o escritor se referia a si, e tinha já em mão o poema; várias pessoas perguntaram-me por ele. Meteu-me isto em brios literários; sem calcular das forças mínimas para empresa tão grande, que assoberbou dois ilustres poetas, tracei o plano da obra, e a comecei com quase tal vigor que a levei de um fôlego ao quarto canto [referência a *Os Filhos de Tupã*].²¹⁷

Surgindo em um periódico de ampla circulação na corte, as missivas do jovem jornalista contribuíram para a conquista da notoriedade almejada por ele, pois os textos

quando suscitou-me a ideia de um pseudônimo que fez quebrar a cabeça de muita gente.” A citação foi extraída de “Uma palavra”, texto de apresentação que acompanha as oito cartas publicadas na *Obra Completa* de José de Alencar.

²¹³ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.868.

²¹⁴ ARARIPE JR., Tristão de Alencar; opus citatum, p.37.

²¹⁵ CAMPATO JR., João Adalberto. *Retórica e Literatura: o Alencar Polemista nas Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, p.17.

²¹⁶ Os versos produzidos estão disponíveis no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar (1960:561-606).

²¹⁷ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. III, p.253. Cf. carta 49.

sobre o poema do Visconde de Araguaia geraram controvérsias acaloradas que envolveram até mesmo uma personalidade de magnitude real.²¹⁸

Tomaram as dores de Magalhães – que, na verdade, em nenhum momento apareceu para defender-se – Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) ou Um Amigo do Poeta, que atribuía ao vate carioca “a chefia da ‘regeneração das nossas letras’”²¹⁹, Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858), e o monarca Pedro II ou Outro Amigo do Poeta, que estreia sua pena de homem letrado no *Jornal do Comércio*, em edições de 12, 15, 21 e 24 de agosto.²²⁰

Ao chegar à quinta missiva sem encontrar um oponente à sua altura, Alencar decide abandonar o projeto epistolar; no entanto, segundo Aderaldo Castello²²¹, ele reposiciona a pena entre os dedos e recomeça a elaboração das cartas quando toma conhecimento dos textos do monarca, chamados de “‘Reflexões às cartas de Ig’, os quais considerou uma refutação digna à sua crítica [...]”.

Conclui-se, portanto, que foram as palavras do Imperador que fizeram com que Alencar se dirigisse novamente à escrivania para redigir mais três ensaios-epistolares, já que ao ler os artigos imperiais tivera “a impressão agradável; apesar de tarde, [de que, afinal] o espírito literário revelava-se.”²²²

“Impressões verdadeiras”

Foi assim que Ig. definiu suas considerações acerca d’A *Confederação dos Tamoios*.²²³ Com as cartas, José de Alencar inscreve-se dentre os leitores do poema de Magalhães assumindo a imagem de um senhor idoso, embora estivesse na casa dos

²¹⁸ Heitor Lyra (1977:214) faz a seguinte observação quanto à polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*: “[...] quando um grupo de críticos e literatos [referência, por exemplo, a Monte Alverne e Manuel de Araújo Porto-Alegre], entre os quais o jovem José de Alencar saiu a combater o poema, o Imperador foi dos primeiros que se colocaram ao lado dos defensores. Mandou um exemplar da obra de Alexandre Herculano, cuja opinião solicitou. A resposta de Herculano devia tê-lo decepcionado um pouco, porque era no fundo uma crítica ao poema. Herculano dizia-lhe sem rodeios o que pensava, com uma independência de julgamento que honrava a sua probidade de crítico. E não se limitava a isso. Com uma elevação de ideias realmente magistral, estendia-se depois em considerações sobre a inoportunidade da epopeia nos tempos modernos, o que era ainda, até certo ponto, uma crítica ao poema de Magalhães.”

²¹⁹ Citação extraída de <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=832&sid=299>, acesso em 16/06/2011. Foi de Araújo Porto-Alegre a publicação da primeira resposta a Ig., em 23/07/1856, no *Correio da Tarde*.

²²⁰ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira, p.74.

²²¹ CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*, p.VIII.

²²² ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.897.

²²³ Ig. não se coloca como um homem de letras; afirma que suas cartas nada mais são que o fruto das questões de um *curioso* (Alencar, vol. IV, 1960:898). Em outra passagem, assinala: “Eu sou franco, meu amigo, e tenho direito de exigir franqueza; já disse uma vez por todas, não tenho nome, nem reputação de literato: o pouco que escrevi outrora já está esquecido; mas tenho o meu *gosto literário*, e julgo por ele aquilo que leio: se entenderem que penso mal, emendem-me” (Alencar, vol. IV, 1960:881).

vingte anos. Em seu texto epistolar, contudo, no lugar da esperada rabugice, o missivista apresenta muita perspicácia: Ig. não se contentava em apontar apenas uma vez os problemas que detectava, repetia as suas considerações em diferentes passagens das missivas.

Pelo menos até a quinta carta, planejada inicialmente para ser a derradeira, o crítico utilizou-se dessa estratégia, artimanha retórica que serviu como um dos elementos de destruição da obra de seu adversário. No primeiro texto, o epistológrafo já assinala que não seguirá a sequência do poema na análise que pretende expor; os leitores dos ensaios epistolares terão, portanto, como fio condutor as impressões causadas pela leitura que o missivista realizou.²²⁴

Logo de início, o crítico sinaliza alguns dos pontos negativos que via no poema²²⁵ e dá prosseguimento a suas reflexões, pretendendo mostrar erudição, item fundamental para contrapor-se ao mais importante poeta da literatura brasileira.

Para isso, além de valer-se de citações que corroboram suas ideias, comparou o poema a livros de escritores estrangeiros e brasileiros, como John Milton, autor de *Paraíso Perdido* (1667); René de Chateaubriand, que publicou *Les Natchez* (1826); Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto, que escreveram, respectivamente, *O Uruguai* (1769) e o poema “Sonho Poético”.²²⁶

A partir da segunda carta, Ig. passa a apontar as razões pelas quais o poema de Magalhães não poderia ser considerado exemplar. Segundo o epistológrafo, havia “defeitos de estilo e dicção, pobreza de linguagem e de sentimento, além da falta de harmonia na forma e de elevação na ideia.”²²⁷

Afora as contestações anteriores, o missivista ainda coloca em xeque os dados históricos de que Magalhães lançou mão, e refuta, sobretudo, a associação do estilo épico ao poema. Para Ig., um poema épico “deve abrir-se por um quadro majestoso, por

²²⁴ Em certo ponto, o missivista afirma: “[...] irei fazendo as minhas reflexões pela mesma ordem em que o meu espírito as formulou” (Alencar, vol. IV, 1960:864).

²²⁵ “Se me perguntarem o que falta, decerto não saberei responder; falta um quer que seja, essa riqueza de imagens, esse luxo da fantasia que forma na pintura, como na poesia, o colorido do pensamento, os raios e as sombras, os claros e os escuros do quadro.” (Alencar, vol. IV, 1960:864)

²²⁶ Cf. *Vida e Obra de Alvarenga Peixoto*, organizado por Manuel Rodrigues Lapa e publicado pelo Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1960, p.44.

²²⁷ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.867, 892 e 896. Ig., “quanto à metrificação”, afirmava concordar inteiramente com o ponto de vista (jamais manifestado) do amigo a quem se dirigia: “o poeta no seu poema descuidou-se inteiramente da forma.” Quanto aos personagens do poema, o missivista os definiu da seguinte maneira: “[...] simples esqueletos, arcabouços informes, que o poeta não quis tomar o trabalho de encarnar, e deixou na sua nudez cronística ou tradicional.” (Alencar, vol. IV, 1960:867-893)

uma cena digna do elevado assunto que se vai tratar”²²⁸; exatamente o que não lhe parecia haver na obra do futuro Visconde de Araguaia.

Reclama igualmente a ausência de ideias poéticas, em especial as que se relacionassem à natureza brasileira; compara *A Confederação* a obras de Alphonse de Lamartine e Victor Hugo e chega à conclusão de que é Gonçalves Dias o vate nacional que mais se aproxima da perfeição.²²⁹

Por fim, em sua quinta carta, o epistológrafo aponta a ausência de ritmo, elemento que considera fundamental em uma epopeia indígena. Depois de sua leitura, o crítico só notava a pobreza de linguagem e de sentimento do poema. Segundo Ig., Magalhães

[...] não escreveu versos; alinhou palavras, mediu sílabas, acentuou a língua portuguesa à sua maneira, criou uma infinidade de sons cacofônicos, e desfigurou de um modo incrível a sonora e doce filha dos romanos poetizada pelos árabes e pelos godos.²³⁰

Em seus últimos textos epistolares, “dialogando com D. Pedro II”, o crítico defende-se da acusação de ter sido excessivamente rígido ao impor suas censuras²³¹; investe-se da erudição livresca mais uma vez. Menciona Homero, Virgílio, Dante, Shakespeare, Camões, Chateaubriand e outros literatos, para, além de exibir sua ilustração, justificar seus pontos de vista com citações que ratificassem o que enunciara.²³²

Ainda que tivesse afirmado, no prefácio à publicação do conjunto de suas cartas, que não tinha pretensão “de fazer delas uma obra”, as missivas sobre *A Confederação dos Tamoios* não deixaram de cumprir esse papel. Esses textos epistolares serviram como ponte de aproximação entre o Imperador e o jovem literato e jornalista, além de,

²²⁸ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.866.

²²⁹ Em duas passagens, Ig. afirma: “Sr. Gonçalves Dias, metrificador perfeito, alma entusiasta e inspirada [...] tem enriquecido a nossa literatura com algumas dessas flores que desabrocham aos raios da inspiração, e cujos perfumes não são levados pela aura de uma popularidade passageira.” (Alencar, vol. IV, 1960: 887-905)

²³⁰ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.890.

²³¹ Nas palavras de Ig., Magalhães “[...] copiou sem embelezar, escreveu sem criar, e acha ainda um amigo tão indulgente, tão cego pela afeição, que não duvida afirmar que ele pintou a natureza brasileira, e descreveu os costumes indígenas com poesia e naturalidade!” Referindo-se a D. Pedro II, o missivista afirma: “O autor do artigo a que respondo trata por diversas vezes de mostrar que fui injusto, negando as belezas de descrição que na sua opinião existem n’*A Confederação dos Tamoios* [...]” (Alencar, vol. IV, 1960:909-903)

²³² Em duas passagens, Ig. refere-se às críticas que recebera dos “amigos do poeta”: “[...] faço a defesa de meu trabalho, e como não quero passar por ter sido desleal, tratarei de descer às menores circunstâncias para justificar a opinião que emiti.”/“Os amigos do poeta chamam simplicidade a essa negligência, a esse descuido e imperfeição na maneira de exprimir a ideia.” (Alencar, vol. IV, 1960:900-902)

sobretudo, ter projetado José de Alencar definitivamente no universo dos grandes escritores brasileiros do século XIX.²³³

COMO E POR QUE SOU DRAMATURGO

Ao ver a comédia *O Demônio Familiar* alvo de censuras em *A Marmota Fluminense*, José de Alencar prova, pela primeira vez, do veneno de que fora portador um ano antes.²³⁴ O teatrólogo iniciante decide, então, por meio de um texto epistolar também conhecido como “A Comédia Brasileira” ou “Como e por que sou Dramaturgo” (número 45), responder às vorazes observações de Francisco de Paula Brito (1809-1861)²³⁵ e expor suas reflexões acerca do que considerava ser o verdadeiro teatro nacional. Essa carta, estampada no *Diário do Rio de Janeiro* em 14 de novembro de 1857, foi dirigida a Francisco Otaviano.²³⁶

Adotando tom impessoal – visto que são poucos os momentos em que o missivista se recorda da presença de seu correspondente²³⁷ – em sua carta-aberta, que muito se aproxima de um verdadeiro ensaio-epistolar, o escritor cearense contesta a acusação de ter plagiado *O Barbeiro de Sevilha* (1775)²³⁸ e mostra-se adepto do realismo teatral, cuja base era a naturalidade e a moralidade.²³⁹

Segundo o professor João Roberto Faria, com esse texto, além de pronunciar-se a respeito de *O Rio de Janeiro, verso e reverso*, “Alencar explicou a gênese da sua

²³³ Campato Jr. (2003:35) afirma que “um dos objetivos de Alencar nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios* é o de se mostrar mais romântico – e, portanto, na sua visão, mais nacionalista – do que Magalhães, preparando o terreno para, com o concurso de sua obra de ficção, tomar as rédeas da literatura nacional”. Para Rita Elias (2003:154), os textos epistolares de Alencar “não podem ser [reduzidos] a uma vindima [pois, trata-se] de uma reflexão que repercutirá em toda a obra de Alencar, especialmente nos romances indianistas [...] com as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, a questão indianista ganhará nuances que estarão presentes em *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*.”

²³⁴ Referência à polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios*, ocorrida em 1856.

²³⁵ Sobre o círculo de intelectuais do século XIX, do qual fazia parte o redator-chefe d’*A Marmota Fluminense* – a chamada, por Paula Brito, Sociedade Petalógica – Vivaldo Coaracy (1955:97) escreve: “era uma espécie de clube livre, sem estatutos e sem diretoria, de que faziam parte todos os frequentadores habituais” de sua livraria e tipografia. Tratava-se de um “ponto seletivo de reunião em que se encontravam [durante mais de trinta anos] as figuras representativas do mundo das letras, do mundo da política, do mundo da elegância”; seus membros eram, dentre outros, Eusébio de Queirós, Francisco Otaviano, João Caetano, Joaquim Manuel de Macedo, Quintino Bocaiúva e Machado de Assis.

²³⁶ Sabe-se que Otaviano, amigo de José de Alencar, tecera elogios à peça por meio de um artigo publicado no *Correio Mercantil*.

²³⁷ Em passagens como “Prefiro contar-lhe a história de minha comédia [...]”, “Desculpe-me essa digressão; conversamos de um objeto que nos interessa a ambos [...]” ou “Eu compreendi perfeitamente, meu colega, a palavra com que começou o seu artigo [...]”, Alencar lembra que a carta é pseudo-destinada a Francisco Otaviano.

²³⁸ Peça do francês Pierre-Augustin Caron de Beaumarchais (1732-1799).

²³⁹ Nas palavras do teatrólogo cearense: “[...] a comédia, a imagem da vida, deve ter suas cenas frias e calmas [...] preferi ser natural, a ser dramático [...]” (Alencar, vol. IV, 1960:45)

segunda comédia e expôs, de modo mais sistematizado do que nos folhetins da série *Ao Correr da Pena*, suas ideias a respeito do teatro brasileiro e do fenômeno teatral.”²⁴⁰

O artigo publicado por Paula Brito apontava para alguns dos pontos controversos da peça de José de Alencar: o moleque endemoniado, por exemplo, fora batizado com o mesmo nome do monarca, e isso nada mais parecia ser que uma provocação do dramaturgo ao Imperador; as muitas semelhanças entre o Pedro, de Alencar, e o Fígaro, de Beaumarchais²⁴¹, também chamaram a atenção do redator d’*A Marmota Fluminense*, agravando-se o fato de que o escritor brasileiro pecava pelo exagero na constituição de sua personagem.

Para finalizar a exposição de seus apontamentos, o polemista questionava a moralidade da peça, criticando a linguagem empregada pelo “demônio familiar”, e acreditando não haver nenhum tipo de lição de moral no desfecho da comédia.²⁴²

Afora o caráter autobiográfico da missiva²⁴³, a importância deste ensaio em forma de carta está na revelação da gênese das duas primeiras peças alencarianas: *O Rio de Janeiro, verso e reverso* e *O Demônio Familiar*. O texto é, portanto, a “prova cabal de que [Alencar] iniciou-se no teatro com um programa definido”²⁴⁴; mesmo procedimento adotado em sua trajetória como romancista.²⁴⁵

CARTAS SOBRE A VIRGEM DOS LÁBIOS DE MEL

Em *Como e Por que Sou Romancista*, José de Alencar revela a raiz de dois de seus romances indianistas, afirmando que foi a viagem à sua terra natal, realizada ainda durante sua juventude, que fez surgir nele a ideia de aproveitar as lendas e tradições

²⁴⁰ FARIA, João Roberto Gomes de. *José de Alencar e o teatro*, p.16.

²⁴¹ Machado de Assis (1959:234), em artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, a 06/03/1866, chama o moleque Pedro de o “Fígaro fluminense”.

²⁴² Segundo Machado de Assis (1959:236), “[...] as conclusões do *Demônio Familiar*, como as conclusões de *Mãe*, têm um caráter social que consolam a consciência; ambas as peças, sem saírem das condições da arte, mas pela própria pintura dos sentimentos e dos fatos, são um protesto contra a instituição do cativo.”

²⁴³ É em função da carta-aberta de José de Alencar seguir a mesma linha do ensaio-epistolar *Como e Porque sou Romancista*, texto no qual o literato apresenta sua trajetória como escritor, que esta também recebeu o subtítulo *Como e Porque sou Dramaturgo*.

²⁴⁴ FARIA, João Roberto Gomes de; opus citatum, p.23.

²⁴⁵ Lembra-se ainda que, depois da alteração com Paula Brito, surge pelo menos mais um desentendimento – revelado pelo epistolário do dramaturgo – que se relaciona à produção teatral alencariana: trata-se da divergência com o ator João Caetano (1808-1863), a respeito da encenação da peça *O Jesuíta*, levada ao palco em 1875. Sabe-se que a peça fora redigida especialmente para o artista carioca, que a havia encomendado a Alencar; no entanto, Caetano se recusou a encená-la sem apresentar justificativa. Não foi possível encontrar o manuscrito, o fac-símile ou a transcrição da carta mencionada; contudo, na biografia assinada por Raimundo de Menezes (1977b:177) há referência a essa missiva.

cearenses em alguma obra literária²⁴⁶; o que deu origem, anos mais tarde, a um romance que “brota, no limite da poesia, como o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica.”²⁴⁷

Acompanhando *Iracema* – uma das duas narrativas mencionadas – estão dois ensaios-epistolares publicados em forma de prefácio e posfácio (números 48 e 49) à primeira edição do romance, trazido a lume em 1865; ambos destinados a Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890), primo do escritor. São mensagens elaboradas em tom amistoso, que evidencia a cumplicidade presente nas correspondências familiares e faz com que o leitor acredite, até mesmo, que se tratam de duas das cartas verdadeiramente enviadas por José de Alencar.²⁴⁸

Embora na primeira missiva confessasse ser “avesso aos prólogos”, José de Alencar redigiu a carta com o propósito de apresentar o seu mais poético romance, “filho de sua alma”, aos leitores, e de rogar ao amigo-parente que o acolhesse e divulgasse entre os conterrâneos, pois temia que o livro fosse recebido como estrangeiro em sua própria pátria.

Na primeira carta, concisa, o escritor indica vivamente não apenas a leitura do romance, como também a da segunda missiva, ao final do livro, que versaria sobre a criação da “lenda do Ceará.”²⁴⁹ O epistológrafo afirma que “Como e por que escrevi *Iracema*” poderia ter sido o título do posfácio, já que nele se encontram as fontes de sua

²⁴⁶ Segundo as palavras do escritor (Alencar, vol. I, 1960:112-113): “Foi somente em 1848 que ressurgiu em mim a veia do romance. Acabava de passar dois meses em minha terra natal.” A viagem à província cearense causou-lhe uma forte impressão: “[...] Cenas estas que eu havia contemplado com olhos de menino dez anos antes, ao atravessar essas regiões em jornada do Ceará à Bahia; e que agora se debuxavam na memória do adolescente, e coloriam-se ao vivo com as tintas frescas da palheta cearense. Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto d’*O Guarani* ou de *Iracema*, flutuava-me na fantasia.”

²⁴⁷ CANDIDO, Antonio; opus citatum, 2007, p.536.

²⁴⁸ Em duas dessas passagens, adotando um tom muito próximo do confidencial, no qual as reminiscências constituem parte relevante, o epistológrafo escreve: “Este livro o vai naturalmente encontrar em seu pitoresco sítio da várzea, no doce lar, a que povoa a numerosa prole, alegria e esperança do casal”/“Conversemos sem cerimônia, em toda familiaridade, como se cada um estivesse recostado em sua rede, ao vaivém do lânguido balanço, que convida à doce prática”.

²⁴⁹ Como bem lembra Renato Janine Ribeiro (1998:413), não se trata de uma história lendária, “*Iracema* é um romance inventado”. Tal assertiva é corroborada pelas palavras da autobiografia literária de Alencar; nela, ele escreve sobre o papel que as belezas naturais brasileiras desempenharam enquanto inspiração para seus romances indianistas: “O mestre que tive foi esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso por onde minha alma penetrou no passado de sua pátria. Daí, desse livro secular e imenso é que eu tirei as páginas d’*O Guarani*, as de *Iracema*, e outras muitas que uma vida não bastaria a escrever” (Alencar, vol. I, 1960:117).

inspiração²⁵⁰ e os propósitos que trazia em mente quando publicou o livro; obra que integrava o plano alencariano de instituir uma literatura genuinamente nacional.²⁵¹

É nesta carta-ensaio que José de Alencar, mantendo a postura romântica, toca em pontos de seu projeto literário. Proclama mais uma vez, retomando o que fizera nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*, Gonçalves Dias o mais representativo dos poetas brasileiros; mas ressalta que, embora o vate maranhense tivesse se proposto a escrever uma “epopeia brasileira”, equivocara-se na linguagem (excessivamente clássica) empregada em seus poemas. Aproveita a mensagem para assinalar a importância do “conhecimento da língua nacional” no estabelecimento do que chama de “verdadeiro poema nacional”.

Prevenindo-se contra possíveis investidas dos críticos, Alencar promete abandonar a literatura caso sua recente obra fosse mal recebida pelos leitores. No entanto, a prosa com “pretensões de poema”, diferentemente do que previa seu autor, não foi alvo nem de indiferença, nem de censuras; ao contrário, foi amplamente reconhecido pela crítica e pelo público.²⁵²

Os únicos comentários mais mordazes vieram de Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), escritor e crítico português, que estranhou a inovação linguística encontrada em *Iracema*. Dizia que alguns escritores brasileiros insistiam em tornar o português do Brasil um idioma distante daquele usado por seus compatriotas lusitanos. Tais críticas não causaram impacto em Alencar.²⁵³

²⁵⁰ Uma dessas fontes, como nota o próprio Alencar na carta-posfácio, foi a biografia do índio Camarão, cuja elaboração foi iniciada durante sua passagem estudantil por São Paulo: fator decisivo para o despertar do romance na imaginação fértil do escritor cearense. Em poucas linhas, o romancista sintetiza a temática de sua narrativa: “O assunto para a experiência, de antemão estava achado. Quando em 1848 revi nossa terra natal, tive a ideia de aproveitar suas lendas e tradições em alguma obra literária. Já em São Paulo tinha começado uma biografia do Camarão. Sua mocidade, a amizade heróica que o ligava a Soares Moreno, a bravura e lealdade de Jacaúna, aliado dos portugueses, e suas guerras contra o célebre Mel Redondo; aí estava o tema. Faltava-lhe o perfume que derrama sobre as paixões do homem e da mulher.”

²⁵¹ Em sua “Bênção Paterna”, o romancista classifica *Iracema* como obra pertencente a uma “literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda – alma mater, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam” (Alencar, vol. I, 1960:495). Renato Janine Ribeiro (1998:407-413), referindo-se à presença de *Iracema* no projeto literário alencariano, lembra que o “propósito de Alencar está em encontrar nossas raízes, descartando o que delas escapa, mas sem pôr em xeque um povo ou outro.”

²⁵² Machado de Assis, no artigo “A tradição indígena na obra de Alencar”, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 23/01/1866, chamou o livro de “fruto do estudo e da meditação, escrito com sentimento e consciência [...] um modelo para o cultivo da poesia americana, que, mercê de Deus, [haveria] de avigorar-se com obras de tão superior quilate”. E para maior deleite do vaidoso José de Alencar, concluiu com as seguintes palavras: “Poema lhe chamamos a este, sem curar saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe-á obra-prima” (Alencar, vol. III, 1960:185-190).

²⁵³ Em *Como e por que sou romancista*, Alencar assegura: “De todos os meus trabalhos deste gênero nenhum havia merecido as honras que a simpatia e a confraternidade literária se [esmeraram] em prestar-

No tocante ao “abrasileiramento” da língua portuguesa, é de se considerar que antes de tornar-se tema defendido pelos modernistas, no século XX, a questão da nacionalidade do idioma foi um dos tópicos presentes nas discussões de românticos. Segundo Mirhiane Mendes de Abreu²⁵⁴, “a linguagem também foi um dos temas condutores da sedimentação do pensamento teórico-literário no período romântico, razão pela qual, escritores diferentes entre si [...] debruçaram-se sobre o problema”.

Com as duas cartas sobre *Iracema*, o romancista se encarregou de amalgamar o gênero epistolar ao ensaístico e colocou à disposição de seus leitores textos relevantes não só acerca de suas próprias expectativas quanto à recepção do livro, como também sobre parte do seu processo de criação.

Prática de certa forma habitual na carreira literária alencariana, já que “paralelamente aos seus livros, José de Alencar escreveu cartas, prefácios, confidências e notas, textos nos quais se exprimem os mecanismos da narração e elucidam com isso o seu trabalho ficcional”²⁵⁵; exemplos de manifestação próprios também de um homem que trazia em mente instituir a literatura nacional, guiando-se, para isso, por meio de um programa literário que “vale sempre como documento da consciência histórica de Alencar em face da sua obra.”²⁵⁶

MACHADO DE ASSIS E CASTRO ALVES, LAÇOS EPISTOLARES

“A sua descrição [da Tijuca] fez-me lembrar a que daí fez seu glorioso pai”, escreve Machado de Assis a Mário de Alencar, em carta de 7 de março de 1907²⁵⁷, recordando as palavras do amigo que lhe atribuiu o título de primeiro crítico brasileiro.²⁵⁸ Foi em 1868 que o reconhecido escritor cearense redigiu uma memorável

lhes. Além de agasalhado por todos os jornais, inspirou a Machado de Assis uma de suas mais elegantes revistas bibliográficas. Até com surpresa minha atravessou o oceano e granjeou a atenção de um crítico ilustrado e primoroso escritor português, o Sr. Pinheiro Chagas, que dedicou-lhe um dos seus ensaios críticos” (Alencar, vol. I, 1960:120). Tais observações concernentes à “língua nacional” – antes de completados dez anos da publicação de *Iracema* – levariam José de Alencar à elaboração de novas cartas-abertas, cuja reunião chamar-se-ia *O Nosso Cancioneiro*.

²⁵⁴ ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página*: a dupla narrativa em José de Alencar, p.131.

²⁵⁵ Ibidem, p.53.

²⁵⁶ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, p.137.

²⁵⁷ COUTINHO, Eduardo F. e OLIVEIRA, Teresa Cristina Meireles de. (orgs.); opus citatum, p.43.

²⁵⁸ Na carta a ser comentada, assinala-se o trecho no qual José de Alencar apresenta suas considerações acerca do elevado conceito em que Machado de Assis era tido por ele: “O senhor foi o único de nossos modernos escritores, [sic] que se dedicou sinceramente à cultura dessa difícil ciência que se chama crítica.[...] Do senhor, pois, do primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária, que se revelou com tanto vigor. [...] Seja o Virgílio do jovem Dante, conduza-o pelos ínvios que são os três círculos máximos da *divina comédia* do talento.”

carta, colocando mais uma vez em evidência a importância do papel epistolar na rede de sociabilidade literária estabelecida no século XIX.

Trata-se da missiva (número 51) destinada a Machado de Assis, em 18 de fevereiro, publicada no *Correio Mercantil* aos 22 do mesmo mês, e que tem como tema a apresentação do poeta Castro Alves, ainda desconhecido na sociedade literária fluminense. Este procura José de Alencar com a finalidade de lhe apresentar o seu primeiro drama, *Gonzaga ou A Revolução de Minas*²⁵⁹, ansiando por uma feliz recepção.

Portando uma carta de recomendação do deputado baiano Fernandes Cunha (1827-1903), o jovem poeta chega à residência que a família Cochrane conservava na Tijuca, onde o então político descansava das lides ministeriais. Desejava consultar o célebre escritor, com quem passou uma tarde lendo sua peça. Referindo-se ao autor de *Espumas Flutuantes*, José de Alencar afirma em sua missiva:

O Sr. Castro Alves é um discípulo de Vítor Hugo, na arquitetura do drama, como no colorido da ideia. O poema pertence à mesma escola do ideal; o estilo tem os mesmos toques brilhantes. [...] Imitar Vítor Hugo só é dado às inteligências de primor. O Ticiano da literatura possui uma palheta que em mão de colorista medíocre mal produz borrões.

A minuciosa descrição²⁶⁰, essencialmente poética, que Alencar faz da “montanha encantadora [que a] natureza colocou a duas léguas da corte, como um ninho para as almas cansadas de pousar no chão”²⁶¹, é um dos pontos altos da carta a Machado de Assis, escrita em tom que evidencia a sóbria amizade mantida entre ambos; prevalecia, na correspondência entre eles, as palavras de respeito e consideração mútuos pelas carreiras que vinham construindo.

Como resposta à missiva-ensaio de Alencar, o crítico carioca também redige uma carta, a 29 de fevereiro de 1868, publicada no *Correio Mercantil* em princípios de março (número 76). Em seu texto epistolar, Machado, lisonjeado por ter sido o nome

²⁵⁹ Elaborado entre 1866 e 1867, e publicado em 1875.

²⁶⁰ É de se notar que tal estratégia palavrosa de escrita era empregada por José de Alencar em diferentes textos, pois provinha de um autor cuja verve literária era romanticamente descritiva e espalhava-se por suas cartas-abertas em geral.

²⁶¹ Alfredo Bosi (2002:245) afirma: “A metáfora romântica mais simples é sempre a que se funda sobre alguma correlação entre paisagem e estado de alma.” Encontra-se, aí, a mais simples e precisa definição que pode ser atribuída à comparação feita por José de Alencar, entre a Tijuca e a sua melancolia cada vez mais acentuada em função dos problemas que vinha enfrentando na política e na literatura; terreno em que sofria, sobretudo, pelo emprego da “língua brasileira” em seus romances (*Iracema*, em especial). Araripe Júnior (1894:03-05) relembra que o primo costumava refugiar-se “no ameno sítio da Tijuca, onde desafogava-se das lutas tão malfadadas, empreendidas por sua titânica inteligência contra mil obstáculos opostos à sua carreira.”

escolhido pelo autor de *O Guarani*, com uma carta que lhe valera como um diploma, expõe as reflexões que surgiram da leitura atenta que providenciou do drama e de alguns poemas do jovem poeta baiano.

A princípio, discorrendo sobre a imparcialidade que o crítico literário tem de apresentar, o escritor do Cosme Velho afirma que é sempre necessário “lutar contra [o] entranhado amor paternal que faz dos nossos filhos as mais belas crianças do mundo”; na sequência, reconhece o legítimo talento de Castro Alves, indicando onde se encontravam seus méritos literários a partir da leitura de *Gonzaga*. Contudo, de sua análise, assim como ocorrera com Alencar²⁶², não surgem apenas elogios; Machado fizera também apontamentos de alguns senões oriundos da inexperiência do jovem poeta.

Por fim, referindo-se aos desgostos que a vida literária vinha trazendo ao escritor cearense – tendo em vista especialmente a indiferença da crítica – coloca uma questão sobre o futuro do moço que acabara de receber: “o sucesso coroará a obra?” E conclui com palavras reconfortantes ao já desiludido amigo: “Contra a conspiração da indiferença, tem V. Exa. um aliado invencível: é a conspiração da posteridade.”

Essa breve correspondência mantida entre Alencar e Machado, sobretudo a missiva do romancista cearense, vinha imbuída também de interesses pecuniários, pois, com a publicação da carta, notava-se “[...] também uma tentativa velada de despertar o interesse dos empresários teatrais pela encenação do [*Gonzaga*, que] só foi encenado em São Paulo, a 25 de outubro de 1868, no teatro de São José, com Joaquim Augusto, um ator de prestígio, e Eugênia Câmara interpretando os papéis principais.”²⁶³

A POESIA POPULAR NA PAUTA EPISTOLOGRÁFICA

Em dezembro de 1874, José de Alencar envolve-se pela derradeira vez em uma “discussão” literária na imprensa, lançando mão de cartas-abertas. A partir de 1871, o romancista

²⁶² Em meio às palavras elogiosas destinadas ao promissor poeta brasileiro, José de Alencar não deixou de apontar alguns problemas que encontrara na peça de Castro Alves; segundo ele, frutos da mocidade que o tempo se encarregaria de emendar.

²⁶³ GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*, 134-136.

[...] é alvo de uma polêmica no periódico fluminense *Questões do Dia*²⁶⁴, dirigido pelo escritor português José Feliciano de Castilho [1810-79] e custeado pelo imperador. O objetivo inicial do periódico, promover um ataque sistemático ao Alencar político, é logo desviado para as questões literárias com a entrada em cena de Franklin Távora [1842-88]. Sob o pseudônimo de Semprônio e Cincinato, Távora e Castilho, respectivamente, trocam cartas a respeito da obra de Alencar, especialmente *O gaúcho* e *Iracema*.²⁶⁵

Tendo em mente defender-se das críticas sobre o emprego da língua nacional em seus romances²⁶⁶ e apresentar de maneira original considerações a respeito da poesia popular do Ceará, o escritor investiu-se novamente de seu autêntico caráter romântico e redigiu cinco missivas, direcionadas ao amigo Joaquim Serra, que as enviou ao jornal *O Globo* para que fossem publicadas. Tratava-se de *O Nosso Cancioneiro*.²⁶⁷

“Considerações mui cabidas”

Deixando de lado seu correspondente, a quem não se dirige de maneira muito próxima, o autor de *Iracema* investe-se do papel de ensaísta e, logo no primeiro texto, propõe-se a refletir sobre a poesia popular²⁶⁸, mais especificamente a sertaneja; em suas palavras: fazer “comentário e glosa das trovas e cantigas populares”.²⁶⁹

²⁶⁴ Segundo Gladstone Melo (1972:15-16), a *Questões do Dia* era “uma revista-panfleto que se editou aqui no Brasil sob a orientação e coordenação de José Feliciano de Castilho [...]. Vários nela colaboraram, escolhendo cada qual um falso-nome”. Ele acredita que só tenham sido publicados quarenta números “enfeixados em dois volumes: *Questões do Dia – Observações Políticas e Literárias*, escritas por vários e coordenadas por Lúcio Quintino Cincinato”.

²⁶⁵ ELIAS, Rita de Cássia; opus citatum, p.154. Antonio Candido (2007:537) refere-se aos estratagemas adotados pelo autor de *Iracema* para redarguir às críticas do escritor conterrâneo: “Em *Ubirajara* (1874) [José de Alencar] tenta de novo o Indianismo, desta vez na fase anterior ao contato do branco e [com] requintes mais eruditos de reconstituição etnográfica, talvez para responder às críticas de Franklin Távora, o Semprônio das *Cartas a Cincinato*.”

²⁶⁶ Gladstone Melo (1972:23) afirma que, para defender-se, além da elaboração das cartas de *O Nosso Cancioneiro*, Alencar “expôs o seu ponto de vista com referência à língua e ao estilo no Pós-Escrito de *Diva*, 2ª ed., no Prefácio de *Sonhos d’Ouro*, no Pós-escrito de *Iracema*, 2ª ed. [e] num ensaio inacabado que ficou inédito até 1919, quando se publicou na revista *América Latina: Questão Filológica* [...]”.

²⁶⁷ As quatro primeiras cartas – de 07, 09, 10 e 17/12/1874 – podem ser encontradas no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar (1960:961-983). A publicação integral de *O Nosso Cancioneiro*, com a inclusão da quinta missiva, de 30/12/1874, só foi realizada posteriormente, em 1962, por Manuel Esteves e M. Cavalcanti Proença. Além de Arthur Motta (1921:145,146 e 221), outros biógrafos que se encarregaram de escrever sobre a vida de José de Alencar também mencionam as cartas de *O Nosso Cancioneiro*: Oswaldo Orico (1929:196), Raimundo Magalhães Jr. (1977:324-325/337) e Raimundo de Menezes (1977b:336). Embora tenha sido possível estabelecer contato com o jornal *O Globo* durante esta pesquisa, os artigos epistolares que constituem *O Nosso Cancioneiro* não foram localizados.

²⁶⁸ Alencar justifica o nome dado a seu ensaio-epistolar com as seguintes palavras: “Podemos nós porém casar esses nomes cultos [xácara e romance], que respondem a trovas de outro gênero, com as inspirações rústicas e aos improvisos incorretos de nossos sertanejos, entre os quais nunca vogaram aquelas denominações? Entendo eu que não. Por isso adotei por título ou pretexto desta palestra literária a palavra mais lata de *cancioneiro* que abrange tudo.” (Alencar, vol. IV, 1960:970-971).

²⁶⁹ Segundo o missivista: “A razão da singularidade [da poesia popular do Ceará] provém de não revestirem as canções cearenses a forma de idílio. Não se inspiram no sentimento lírico, tem cunho épico. São expansões, ou episódios da eterna heróida do homem em luta com a natureza” (Alencar, vol. IV, 1960:962-967).

No entanto, ainda no final da primeira, início da segunda e em toda quinta carta²⁷⁰, Alencar elabora uma série de explicações relativas às mudanças da língua portuguesa do Brasil e, portanto, justifica o emprego da chamada “língua brasileira”²⁷¹ em sua obra literária, não deixando de provocar seus adversários, que o acusavam de “abastardar a língua e enxovalhar a gramática”.²⁷²

Na segunda carta, o escritor retoma o romance de vaqueiros, trazendo trechos do *Boi Espácio*, reminiscência infantil.²⁷³ Lamentando o fato de não se recordar de todos os versos, transcreve apenas duas quadras, e conta ao amigo que muitos esforços fez para obter uma cópia daquele poema – que supunha ser “não só a mais antiga, como também a mais curiosa e interessante das rapsódias sertanejas”²⁷⁴ – e de outros versos populares. Entretanto, não foi bem sucedido em sua empreitada.

A terceira e quarta cartas são destinadas à apresentação e análise de *O Rabicho da Geralda*, poemeto popular cujo eu-lírico, um boi²⁷⁵, “veio a tornar-se herói de uma epopeia sertaneja, e das mais populares”²⁷⁶. Nesta missiva, há um número menor de alfinetadas às severas considerações de Semprônio e Cincinato, pois o epistológrafo detém-se em narrar a anedota sobre a origem dos versos e em explicar o trabalho de reelaboração do poema.

As missivas de *O Nosso Cancioneiro*, que nas palavras de Joaquim Serra²⁷⁷ são de “valor inestimável como lição e como estilo”, constituem a última contenda epistolar alencariana apresentada na imprensa. O escritor morreria três anos depois.

²⁷⁰ Publicada por Manuel Esteves e M. Cavalcanti Proença em um conjunto intitulado *O Nosso Cancioneiro*: cartas ao Sr. Joaquim Serra. Cf. Referências.

²⁷¹ Ao finalizar a sua “Bênção Paterna” (Alencar, vol. I, 1960:498), prefácio a *Sonhos d’Ouro* (1872), José de Alencar manifesta-se com uma provocativa indagação – “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?” –, assinalando mais do que nunca o caráter nacionalista de sua escritura, e retorquindo às censuras que já recebia daqueles que dois anos mais tarde, por meio da correspondência ficcional estabelecida entre Semprônio e Cincinato, contribuiriam para a criação de *O Nosso Cancioneiro*.

²⁷² Em duas citações das cartas é possível notar a exasperação do escritor quando encontrava críticas relativas às alterações da língua portuguesa no Brasil: “Não sou filólogo, nem pretendo para mim os foros de gramático, o que, entretanto, se arroga tanta gente. E é a ponto que já se pode bem parodiar aquele dito chistoso: que todo homem tem por força uma aduela de doudo e outra de médico.” (Alencar, vol. IV, 1960:967)/“Eu desejava que os puristas, ou antes os carranças meditassem a profunda sentença que a Academia Francesa escreveu em 1704: ‘Je n’ai pas la folie de vouloir reglementer et fixer une langue vivante’” (Esteves e Proença, 1962:70).

²⁷³ A declaração do epistológrafo é a seguinte: “Em minha infância, passada nas cercanias da lagoa de Messejana, tão nomeada agora pela salubridade de seus ares e virtudes de suas águas, quase todas as noites, durante os invernos, ouvia eu ao nosso vaqueiro o romance ou poemeto do *Boi Espácio*” (Alencar, vol. IV, 1960:968).

²⁷⁴ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.969.

²⁷⁵ Segundo definição do escritor: “Não há nessa personificação do animal o minino laivo de apólogo. Ao contrário; bem longe de representar o homem por meio do irracional, o trovista sertanejo conserva ao rei da criação a sua forma e excelência, e assim exalta mais o protagonista do drama bucólico.” (Alencar, vol. IV, 1960:977).

²⁷⁶ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.973.

²⁷⁷ ESTEVES, Manuel e PROENÇA, M. Cavalcanti. *O Nosso Cancioneiro*: cartas as Sr. Joaquim Serra, p.13.

7.1 CORRESPONDÊNCIA ATIVA

44. [Rio de Janeiro], 4 mar.1856 – carta²⁷⁸ a Auguste Sisson.

Ilmo Sr. Sisson.

Em resposta à sua carta pedindo-me o programa das biografias que prometi escrever-lhe sob o título de *contemporâneos brasileiros*, tenho a dizer-lhe o seguinte:

As biografias serão unicamente políticas e históricas, o que quer dizer que a vida particular sai do meu programa; descrevo o indivíduo como um ator na história do Brasil; ou por outra escrevo a história do Brasil pelas suas principais personagens.

Direi a verdade e só a verdade; sobre os mortos sem reservas; sobre os vivos com a consideração e o respeito com que se deve falar de pessoas altamente colocadas. Se algum nome houver que não me permita a verdade, por severa demais, deixarei o quadro em branco; enchê-lo-á quem tiver jeito para *pamphlétaire*, ou quem escrever quando a morte já tiver começado para aquele nome a sua posteridade.

Eis o programa quanto a intenção; quanto a realização da obra o homem não pode responder pelos seus sentimentos espontâneos, que muitas vezes o iludem, e fazem da imparcialidade uma questão de simpatia e antipatia. Só lhe direi que escrevendo um trabalho porque tenho gosto, desejo fazer o melhor que me for possível.

Sou com estima

Seu obrº e crº

J. de Alencar²⁷⁹

²⁷⁸ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:47) e a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:67); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (Maço 123, doc. 6124), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

²⁷⁹ Carta a respeito da *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, livro publicado entre 1859 e 1861, cuja segunda edição saíria em 1948 pela Livraria Martins Editora, em São Paulo. Durante o período em que Alencar foi redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, Sisson “imaginou publicar um álbum com os retratos dos brasileiros ilustres, e convidou Alencar para escrever [algumas] das sucintas biografias de cada qual. Pensara dar ao trabalho, editado em 1861 com a designação de *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, o título de *Os Contemporâneos* [...] Boulanger, o famoso desenhista, esboçou a capa que se encontra no Museu Imperial” (Viana Filho, 1979:66-67). Segundo Herman Lima (1963:734), a *Galeria* é a compilação de “noventa pranchas de muitas personalidades”, dentre elas, a Imperatriz Teresa Cristina, os dois imperadores, políticos, sacerdotes e oradores, estando inclusos os retratos de ilustres figuras do século XIX, como o padre Diogo Antônio Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga, Honório Hermeto Carneiro Leão ou Marquês de Paraná, e o frade franciscano e orador Francisco do Mont’Alverne. Para o autor da *História da Caricatura no Brasil*, o livro é obra “artisticamente admirável, [que] permanece isolada, como um monumento gráfico nacional entre grandes edições estrangeiras dedicadas ao Brasil a exemplo das *Viagens* de Debret e de Rugendas, sendo, porém, no seu gênero, única entre nossos livros do passado.”

cm. 123

D. 6124

Emp. nacional
—
DIARIO DO RIO
J. M. D'ALENCAR
Gerente, e redactor
em chefe
—
REDACÇÃO E ADM-
NISTRAÇÃO
rua do rosário
n. 84.

Rio de Janeiro 4 de março de 1856.

Amo seu deus.

Em resposta a' sua carta peduido-me o pro-
gramma das biographias que prometti
escrever. Me sob o titulo de contem por a-
nos brasileiros, tenho a' dizer-me o le-
quinte: -

As biographias serao unicamente po-
liticas e historicas, o que quer dizer
que a vida particular sahe do meu
programma; deverei o individuo co-
mo um actor na historia do Brasil;
ou por outra escrevo a historia do
Brasil pelas seos principais perso-
nagens.

Darei a verdade e só a verdade; so-
bre as montas sem reservas; sobre
os rivais com a consideração e

o respeito com que se deve pallar de pessoas
altamente collocadas. Se algum nome hou-
ver que não me permitta a versidade,
por devera de mais, deixarei o quadro
em branco; e chego - Na quem tiver
goito para pamphletaire, ou quem crever
quanto a morte por tiver começado pa-
ra aquelle nome a sua posteridade.

Ei o programma quanto a intenção;
quanto a realisação da obra o homem
não pode responder pelas suas sentimen-
tos espontaneos, que muitas vezes o illu-
dem, e fazem da imparcialidade uma
questão de simpatia e antipathia. Lo the
direi que escrevendo um trabalho porque que
tenho goito, desejo fazer o melhor que

me for possible.

Don come return

Leobter & Co.

J. de H. can.

45. **Rio de Janeiro, 13 nov.1857** – carta-aberta²⁸⁰ a Francisco Otaviano.

Ao Sr. Dr. Francisco Otaviano.

Esperei que passassem as primeiras impressões boas ou más produzidas pela representação d'*O Demônio Familiar*; deixei que a crítica literária emitisse livremente a sua opinião; para responder à saudação de um colega que respeito, apresentando-lhe a defesa de minha obra, como ao mais competente e ao mais benévolo dos seus juízes.

A imprensa desta Corte entendeu que devia animar generosamente o escritor que deixava um momento a pena de jornalista para traçar um esboço dramático imperfeito, e falta de beleza; ou por espírito de classe, ou por desejo de dar um impulso à literatura do seu país; todas as folhas, exceto aquelas que só falam do que lhes interessa, deram à comédia um merecimento que ela não tem realmente.

A crítica, como é costume entre nós, fugiu da publicidade e refugiou-se em um ou outro círculo onde se comenta a obra, o nome, e as intenções do autor, sem receio de que a resposta faça calar essas pequenas intrigas que não deviam manchar as questões literárias.

Embora às vezes me cheguem amortecidos os ecos dessa crítica de esquina, não me ocupo em responder-lhe; não seria digno nem do colega a quem me dirijo, nem do público que nos fará a honra de assistir a esta pequena palestra literária de dois escritores, que no meio das lidas jornalísticas falam de arte e de poesia num canto de sua folha, como dois amigos na Europa *au coin du feu*.²⁸¹

Prefiro contar-lhe a história de minha comédia; fazer a autópsia desse corpo que eu mesmo criei; dissecar-lhe as fibras e os nervos, para que possa julgar se a carnação, se as formas e o colorido que dei a esse esqueleto não encobrem algum defeito de organismo.

A primeira ideia que tive de escrever para o teatro foi-me inspirada por um fato bem pequeno e, aliás, bem mezinho na cena brasileira.

Estava no Ginásio²⁸² e representava-se uma pequena farsa, que não primava pela moralidade e pela decência da linguagem; entretanto o público aplaudia e as senhoras

²⁸⁰ A missiva foi publicada como carta-aberta pelo *Correio Mercantil*, em 07/11/1857, e em forma de folhetim, pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em 14/11/1857. A transcrição integral da carta encontra-se na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, p.42-46, e em Menezes (1977a:47-54); a parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:103-106/113-115). Existe referência a essa carta em Menezes (1977b:131).

²⁸¹ A tradução é “à lareira”.

²⁸² Referência ao Teatro Ginásio Dramático do Rio de Janeiro, criado em março de 1855.

riam-se, porque o riso é contagioso; porque há certas ocasiões em que ele nos vem aos lábios, embora o espírito e o pudor se revoltem contra a causa que o provoca.

Este reparo causou-me um desgosto, como lhe deve ter causado muitas vezes, vendo uma senhora enrubescer nos teatros, por ouvir uma graça livre e um dito grosseiro; disse comigo: “Não será possível fazer rir sem fazer corar?”

Esta reflexão, coincidindo com alguns dias de repouso, criou *O Rio de Janeiro*²⁸³, espécie de revista ligeira que, na minha opinião, não tem outro merecimento senão o de ser breve e não cansar o espectador.

O público que ouve de bom humor, diz que consegui o primeiro fim, o de *fazer rir*; os homens os mais severos em matéria de moralidade não acham aí uma só palavra, uma frase, que possa fazer corar uma menina de quinze anos.

Quando acabei de escrever *O Rio de Janeiro*, não supunha que ele estivesse destinado a subir à cena tão cedo; partilhava então a opinião geral de que os nossos teatros desprezavam as produções nacionais, e preferiam traduções insulsas, inçadas de erros e galicismos.

Não sei até que ponto é verdadeira essa opinião em relação aos outros teatros que só conheço como espectador; mas tenho motivos para declarar que ela é inteiramente falsa a respeito do Ginásio.

Esse teatro, que soube merecer as simpatias do público, é dirigido por um empresário que não sendo artista, tem contudo esse tato e discernimento necessário para a escolha das peças do seu repertório, e para a sua *positura cênica*. Às vezes é obrigado a transigir com o gosto da época; mas conhece-se que a sua tendência é introduzir nesta Corte a verdadeira escola moderna.

O Rio de Janeiro encontrou um acolhimento muito favorável nesse teatro, tanto da parte do empresário, como dos artistas, que assistiram à sua leitura; podia ser melhor representado do que foi, se não houvesse em todos os teatros certos atores que se desonram em fazer pequenos papéis, e que por isso não se importam de sacrificar uma peça, um autor e o teatro que os sustenta.

Lembro-me que Alexandre Dumas, falando nas suas memórias do grande triunfo que tiveram as tragédias medíocres de Arnaud²⁸⁴, e atribuindo este fato à boa vontade dos atores, diz:

²⁸³ Trata-se de *O Rio de Janeiro, verso e reverso* (1857), primeira comédia de José de Alencar.

²⁸⁴ Referência ao dramaturgo francês François Thomas Marie de Baculard d’Arnaud (1718-1805).

“Feliz época em que homens de merecimento aceitavam papéis em que tinham somente *uma* cena e nesta cena *alguns* versos.”

Se não fosse essa época, o teatro francês não se regeneraria tão depressa; os autores passariam pelo dissabor de ver sua obra sacrificada, e desanimariam no começo da carreira.

Se não tivermos também uma época semelhante, será bem difícil criar um teatro nacional; nenhum autor dramático deseja que o mais pequeno papel desapareça na representação; só quem tem experiência da cena é que sabe quando uma palavra, um gesto, dão realce a uma composição.

Desculpe-me essa digressão; conversamos de um objeto que nos interessa a ambos e a todos que gastam o melhor de seus anos correndo loucamente atrás de um fogo-fátuo que brilha nas noites de vigília; atrás de uma sombra que a esperança chama *a glória* e que a realidade com um riso de escárnio diz ser apenas – *a velhice prematura*.

Quando se mostra a possibilidade de abrir uma carreira brilhante a todo aquele que Deus marcou com o selo da inteligência, para ser como o *Assuerus* da civilização, caminhando sempre e sempre para o futuro, sem parar diante da indiferença do presente; o homem que tem uma pena deve fazer dela um alvião, e cavar o alicerce do edifício que os bons filhos erguerão à glória de sua pátria.

Nós todos jornalistas estamos obrigados a nos unir e a criar o teatro nacional; criar pelo exemplo, pela lição, pela propaganda. É uma obra monumental que excede as forças do indivíduo, e que só pode ser tentada por muitos, porém muitos ligados pela confraternidade literária, fortes pela união que é a força do espírito, como a adesão é a força do corpo.

Eu compreendi perfeitamente, meu colega, a palavra com que começou o seu artigo; a *inveja* que sentia, não era nenhuma palavra humorística de folhetim, nenhum cumprimento feito aos escritores que citou: era uma nobre aspiração de fazer mais, era um grito de consciência que traía a modéstia do escritor.

Obedeça a esse impulso e deixe correr a pena; se não duvidasse de si, não seria o mestre quem hoje animaria o discípulo em sua nova tentativa, e sim o discípulo que seguiria o exemplo de seu mestre; se tivesse querido, a pena que recebi de sua mão em 1854, e que se esforça para seguir o trilho a que a habituou, não ousaria dar um passo em terreno que não tivesse sido preparado por mão experiente.

Outras glórias o atraíram, outros cuidados o ocuparam; mas ainda é tempo; não chega primeiro quem primeiro parte, e sim quem mais veloz caminha; abra as asas ao

pensamento, e desvende à nossa literatura novos horizontes; crie o teatro brasileiro, que ainda não existe.

No momento em que resolvi a escrever *O Demônio Familiar*, sendo minha tenção fazer uma alta comédia, lancei naturalmente os olhos para a literatura dramática do nosso país em procura de um modelo. Não o achei; a verdadeira comédia, a reprodução exata e natural dos costumes de uma época, a vida em ação não existe no teatro brasileiro. Dois escritores, é verdade, começaram entre nós a escrever para o teatro; mas a época em que compuseram as suas obras devia influir sobre a sua escola.

O primeiro, Pena²⁸⁵, muito conhecido pelas suas farsas²⁸⁶ graciosas, pintava até certo ponto os costumes brasileiros; mas pintava-os sem criticar, visava antes ao efeito cômico do que ao efeito moral; as suas obras são antes uma sátira dialogada, do que uma comédia.

Entretanto Pena tinha esse talento de observação e essa linguagem chistosa que primam na comédia; mas o desejo de aplausos fáceis influiu no seu espírito, e o escritor sacrificou talvez suas ideias ao gosto pouco apurado da época.

Se tivesse vivido alguns anos, estou convencido que, saciado dos seus triunfos, empreenderia uma obra mais elevada, e introduziria talvez no Brasil a escola de Molière²⁸⁷ e Beaumarchais, a mais perfeita naquele tempo.

Depois de Pena veio o Sr. Dr. Macedo²⁸⁸, que, segundo supomos, nunca se dedicou seriamente à comédia; escreveu em alguns momentos de folga duas ou três obras que foram apresentadas com muito aplauso.

Podemos dizer deste autor o mesmo que do primeiro; sentiu a influência do seu público; se continuasse, porém, o Sr. Dr. Macedo tem bastante talento e muito bom gosto literário, para que conseguisse a pouco e pouco corrigir a tendência popular, e apresentar no nosso teatro a verdadeira comédia.

Com franqueza dizemos que sentimos ver nas obras dramáticas do Dr. Macedo uns laivos de imitação estrangeira, que lhes tira o cunho de originalidade; se ele não tivesse imaginação e poesia, seria isto desculpável; mas quando pode ser belo, sendo brasileiro, não tem justificação; é vontade de trabalhar depressa.

²⁸⁵ Trata-se do dramaturgo carioca Luis Carlos Martins Pena (1815-1848), considerado o criador da comédia de costumes brasileira.

²⁸⁶ Segundo definição do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (versão eletrônica), farsa é uma pequena peça cômica popular, de concepção simples e de ação trivial ou burlesca, em que predominam gracejos e situações ridículas, e em que se inserem canções; geralmente é curta e apresenta poucos personagens. Surge no século XIV e adquire maior expressão nos dois séculos seguintes.

²⁸⁷ Trata-se de Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), ator e dramaturgo francês.

²⁸⁸ Referência ao romancista carioca Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

Não achando pois na nossa literatura um modelo, fui buscá-lo no país mais adiantado em civilização, e cujo espírito tanto se harmoniza com a sociedade brasileira; na França.

Sabe, meu colega, que a escola dramática mais perfeita que hoje existe é a de Molière, aperfeiçoada por Alexandre Dumas Filho, e de que a *Question d'Argent*²⁸⁹ é o tipo mais bem acabado e mais completo.

Molière tinha feito a comédia quanto à pintura dos costumes e à moralidade da crítica; ele apresentava no teatro quadros históricos nos quais se viam perfeitamente desenhados os caracteres de uma época.

Mas esses quadros eram sempre quadros; e o espectador vendo-os no teatro não se convencia da sua verdade; era preciso que a arte se aperfeiçoasse tanto que imitasse a natureza; era preciso que a imaginação se obscurecesse para deixar ver a realidade.

É esse aperfeiçoamento que realizou Alexandre Dumas Filho; tomou a comédia de costumes de Molière, e deu-lhe a naturalidade que faltava; fez que o teatro reproduzisse a vida da família e da sociedade, como um daguerreótipo moral.

O *jogo de cena*, como se diz em arte dramática, eis a grande criação de Dumas; seus personagens movem-se, falam, pensam como se fossem indivíduos tomados ao acaso em qualquer sala; não representam, vivem; e assim como deve ter suas cenas frias e calmas.

Os franceses vão ao Ginásio em Paris ver uma dessas comédias; e no meio do mais profundo silêncio escutam o ator que só depois de cinco minutos diz uma palavra; acompanham a cena que se arrasta vagorosamente; e aplaudem essa naturalidade com muito maior entusiasmo do que esse lances dramáticos tão cediços, que se arranjam com duas palavras enfáticas, e uma entrada imprevista.

Eles sabem que a naturalidade nas obras de imaginação é o sublime; que a natureza, obra de Deus, é tão perfeita que torna-se bem difícil ao homem imitá-la. Eles sabem que custa pouco fazer rir com um disparate, ou um incidente cômico; mas que nem todos sabem fazer rir pela força do dito espirituoso, e pela graça da observação delicada. Mas o nosso público, não por sua culpa, sim pela nossa e pela de todos, não está ainda muito bem disposto a favor desta escola; ele prefere que aquilo que se representa seja fora do natural; e só aplaude quando lhe chocam os nervos, e não o espírito, ou o coração.

²⁸⁹ A peça estreou em 31/01/1857.

Eu sabia isto, eu via constantemente nos nossos teatros as peças que eram mais aplaudidas, e podia por conseguinte favonear esse gosto, e visar a muito aplauso e a muita risada.

Não quis; preferi resistir, e escrever a minha comédia, como a minha consciência e o meu gosto aconselhassem; preferi ser natural, a ser dramático; preferi ser apreciado por aqueles que sabem o que é uma comédia, a ser aplaudido com entusiasmo pelas plateias.

Fui feliz; o público ilustrado foi mais benévolo do que eu esperava e merecia; *O Demônio Familiar*, escrito conforme a escola de Dumas Filho²⁹⁰, sem lances cedícios, sem gritos, sem pretensões teatrais, agradou.

Consegui, pois, o meu desejo, e creio que fiz bem; porque os que vierem depois não hão de lutar com a prevenção que eu tinha contra mim; e acharão o público disposto a aceitar a comédia como ela é.

Sou o primeiro a reconhecer que minha obra tem grande defeitos; mas também estou convencido que mais tarde hão de reconhecer que ela tem alguma coisa de bom.

*Il tempo è galantuomo*²⁹¹; dizem os italianos. O tempo dirá que muitos defeitos que hoje se notam, são qualidade; o tempo dirá que não existem muitas comédias sem um monólogo e um aparte, como *O Demônio Familiar*. A última comédia de Dumas, que eu já citei, e que é para mim o tipo de escola, não tem um monólogo; mas tem alguns apartes. *O Demi-Monde*²⁹² tem monólogos, porque é ainda uma transição da escola de Molière.

Aquele autor conheceu quanto era absurdo apresentar um homem falando consigo mesmo, tão alto que o público todo o ouvia, enquanto que o personagem que estava a seu lado nada percebia; querendo a naturalidade e unicamente a naturalidade, prescreveu esses recursos da arte antiga.

Quanto aos finais dos atos, outros era costume fazê-los como se costuma praticar com os romances em folhetim; deixando o espectador suspenso sobre um acontecimento inesperado.

Atualmente os mestre baniram semelhante extravagância; o ato termina quando a cena fica naturalmente deserta; é o exemplo de Ronsard²⁹³, de Dumas, e dos melhores autores franceses.

²⁹⁰ Referência ao escritor francês Alexandre Dumas Filho (1824-1895).

²⁹¹ “O tempo é um cavalheiro” é a tradução dos termos italianos.

²⁹² Esta peça, de Alexandre Dumas Filho, é de 1855.

²⁹³ Trata-se do poeta francês Pierre de Ronsard (1524-1585).

Entretanto aqui entre nós o público chama a isso frieza e talvez falta de imaginação; mal sabe ele que os finais dos três primeiros atos *d'O Demônio Familiar* custaram-me mais do que a cena última.

É fácil escrever belas palavras de imaginação, mas é difícil fazer que oito ou dez personagens criados pelo nosso pensamento vivam no teatro como se fossem criaturas reais, habitando uma das casas do Rio de Janeiro.

Tinha ainda muito que dizer-lhe, meu colega, mas temo que ache importunas e baldas de interesse essas reflexões, e por isso paro aqui.

Minha intenção escrevendo-lhe tão largamente não foi encarecer o que fiz; ao contrário quis provar-lhe que, se não fossem as suas palavras e dos nossos colegas, talvez a representação *d'O Demônio Familiar* passasse despercebida; quis mostrar-lhe que para criar-se a comédia brasileira é preciso o concurso de todos.

Este concurso estou certo que meu colega o dará; não só como jornalista, mas principalmente como autor, realizando em mais vasta escala, o que eu desejei fazer.

Terminarei com uma palavra sobre os artistas que apresentaram a minha comédia, e a quem agradeço a boa coadjuvação que me prestaram.

Todos cumpriram mais do que o seu dever de atores, tiveram uma condescendência para com o autor. Todos foram bem; uns melhor, porque o papel os ajudava; outros pior porque o seu gênero não se harmonizava com esses caracteres novos, que pela primeira vez iam aparecer em cena.

Foram as Sras. Velluti, Noronha, e o Sr. Graça. A primeira aceitou de muito boa vontade um papel pequeno e que não era dos seu gênero; a segunda, quer n' *O Rio de Janeiro*, quer no *Demônio*, criou dois papéis que estavam abaixo do seu talento. O Sr. Graça é um artista que tem a habilidade de fazer de uma palavra um grande papel: não recusa parte alguma, porque tem consciência do seu mérito e sabe que pode fazer de nada muita coisa, que pode dar a sua graça e naturalidade ao que não tem.

O Sr. Marins, para quem escrevi de propósito o papel de moleque, foi além do que eu esperava. A Sra. Adelaide e o Sr. Pedro Joaquim são um exemplo de que as obras nacionais é que hão de criar os grandes artistas.

O tempo das caretas e das expressões passou. Inês de Castro²⁹⁴ já foi uma grande tragédia; hoje é para os homens de gosto uma farsa ridícula.

Rio de Janeiro, 13 de novembro 1857.

*J. de Alencar.*²⁹⁵

²⁹⁴ Referência à morte de Inês de Castro (1320/25-1355), assassinada a pedido do próprio pai, D. Afonso IV; essa história serviu como fonte inspiradora para a criação de obras literárias.

46. [Rio de Janeiro], 9 out.1862 – carta²⁹⁶ ao Conselheiro Souza Ferreira²⁹⁷.

Meu colega e amigo.

Recebi com verdadeiro prazer o delicado e modesto oferecimento que me fez de um exemplar da *Lenda do Alfinete*, recebi-o porém como colega e amigo, não como mestre, pois nunca o fui, fomos sim companheiros de trabalho.

A sua lembrança da publicação do *Museu Literário*²⁹⁸ me parece feliz, a execução começou excelente. A grande necessidade para a literatura e criar leitores, toda a empresa que o conseguir prestará serviço real. A sua está neste caso. Deus a fade em bem.

Quanto ao remate da sua carta tomá-lo-ia por um gracejo, se não visse nele apenas uma expressão obsequiosa.

Pedir-me animação, conselhos, censuras e proteção... A mim? A mim, posto a um canto?... Seria o mesmo que pedir ao céu luz e chuva à terra.

Quem devia pedir ao outro, entre nós ambos, seria eu, se já não tivesse chegado ao ponto em que talvez um dia chegue, ao ponto em que o elogio como a censura são indiferentes.

Acredite que hoje estou como os viajantes que só caminham de noite com receio do sol; mal começa a aurora a alvejar o horizonte recolhem-se ao pouso, até que saem com o crepúsculo.

Para o Sr., ao contrário, a jornada deve começar com a aurora: o seu caminho corta devesas floridas; para suavizar a fadiga da marcha, cantam as aves em torno, sussurram as auras na floresta.

Isto quer dizer, bem me compreende, que falta no *Museu Literário* o seu nome como editor e sobretudo como autor. Quantas vezes já lhe disse o que agora repito: “Faça um livro seu; nas folhas esparsas ao vento da publicidade diária, não tem o Sr. consumido quanto bastava para a bela obra? O que falta? Um pouco mais de confiança e um pouco menos de modéstia.”

²⁹⁵ Cf. texto “Como e por que sou dramaturgo”, na primeira parte deste capítulo.

²⁹⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:60), tendo sido publicada no *Jornal do Comércio*, em 01/05/1929, pelo “Centenário de nascimento de José de Alencar.”

²⁹⁷ Segundo nota de Kátia Garmes (1998:60), tratava-se de um jornalista que tinha o título de Conselheiro.

²⁹⁸ Talvez Alencar estivesse se referindo ao Museu de História Literária, hoje vinculado ao Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro (<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=784&sid=284>).

Eis que me apanho em flagrante contradição a dar-lhe conselhos. Mas esse conselho não o é, senão revelação do que sentem e dizem quantos o tem lido e apreciado. Fui eco apenas.

Conte-me sempre entre os seus colegas e amigos mais afeiçãoados.

*J. de Alencar*²⁹⁹

47. [Rio de Janeiro], 11 set.1863 – carta³⁰⁰ a Baptiste Garnier.

As obras de que ainda existem alguns exemplares são *Viuvinha* e as *Asas de um Anjo* e *Mãe*, porém das *Asas de um Anjo* não passam de 20. *O Demônio Familiar* e *Rio de Janeiro* estão esgotados.

[...]

Quanto à importância do preço do contrato pode entregar ao Sr. Adolfo Hubert a quantia de oitocentos mil-réis, passando-lhe o mesmo Sr. Hubert recibo da quantia. Amanhã lhe enviarei os exemplares de *Lucíola*³⁰¹ e nessa ocasião receberei a importância na forma do contrato.

Seu Venor at.º obr.º

*José Martiniano de Alencar.*³⁰²

48. Rio de Janeiro, maio de 1865 – carta³⁰³ a Domingos Jaguaribe.

Meu amigo.

Este livro o vai naturalmente encontrar em seu pitoresco sítio da várzea, no doce lar, a que povoa a numerosa prole, alegria e esperança do casal.

Imagino que é a hora mais ardente da sesta.

²⁹⁹ Segundo observação de Kátia Garmes (1998:60), Alencar trabalhou com o jornalista e Conselheiro Souza Ferreira, genro de Joaquim Francisco Alves Branco Moniz Barreto, no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*. Não foi possível obter dados a respeito da *Lenda do Alfinete*.

³⁰⁰ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:118-119).

³⁰¹ As obras citadas foram publicadas na seguinte sequência: *Viuvinha*, *O Rio de Janeiro, verso e reverso* e *O Demônio Familiar* (1857), *As Asas de um Anjo* (1858), *Mãe* (1860) e *Lucíola* (1862).

³⁰² De acordo com Viana Filho (1979:126), o rascunho da carta foi redigido abaixo do contrato de José de Alencar com Baptiste Louis Garnier, assinado em 11/09/1863. Sobre a trajetória do editor, Alexandra Pinheiro (2004:03-08) afirma: “a empresa de Garnier funcionou durante um longo período, de 1844 a 1934, sendo que, até 1852, divulgava o nome ‘Garnier Irmãos’, e só depois se torna ‘B. L. Garnier’”. Foi por meio de sua livraria que o francês se tornou editor-chefe e publicou dois periódicos bastante vendidos, a *Revista Popular* (1859-1862) e o *Jornal das Famílias* (1863-1878). Não foi possível localizar informações a respeito do mencionado Adolfo Hubert.

³⁰³ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. III, p.193 e 194; existe referência a essa missiva em Menezes (1977b:206) e em Viana Filho (1979:130).

O sol a pino dardeja raios de fogo sobre as areias natais; as aves emudecem; as plantas languem. A natureza sofre a influência da poderosa irradiação tropical, que produz o diamante e o gênio, as duas mais brilhantes expansões do poder criador.

Os meninos brincam na sombra do outão, com pequenos ossos de reses, que figuram a boiada. Era assim que eu brincava, há quantos anos, em outro sítio, não mui distante do seu. A dona da casa, terna e incansável, manda abrir o coco verde, ou preparar o saboroso creme do buriti para refrigerar o esposo, que pouco há recolheu de sua excursão pelo sítio, e agora repousa embalando-se na macia e cômoda rede.

Abra então este livrinho, que lhe chega da corte imprevisto. Percorra suas páginas para desenfastiar o espírito das coisas graves que o trazem ocupado.

Talvez me desvaneça amor do ninho, ou se iludam as reminiscências da infância avivadas recentemente. Se não, creio que, ao abrir o pequeno volume, sentirá uma onda do mesmo aroma silvestre e bravio que lhe vem da várzea. Derrama-o, a brisa que perpassou nos espantos da carnaúba e na ramagem das aroeiras em flor.

Essa onda é a inspiração da pátria que volve a ela, agora e sempre, como volve de contínuo o olhar do infante para o materno semblante que lhe sorri.

O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul e depois vazado no coração cheio das recordações vivaces de uma imaginação virgem. Escrevi-o para ser lido lá, na varanda da casa rústica ou na fresca sombra do pomar, ao doce embalo da rede, entre os murmuros do vento que crepita na areia, ou farfalha nas palmas dos coqueiros.

Para lá, pois, que é o berço seu, o envio.³⁰⁴

Mas assim mandado por um filho ausente, para muitos estranho, esquecido talvez dos poucos amigos, e só lembrado pela incessante desafeição, qual sorte será a do livro?

Que lhe falte hospitalidade, não há temer. As auras de nossos campos parecem tão impregnadas dessa virtude primitiva, que nenhuma raça habita aí, que não a inspire com o hálito vital. Receio, sim, que o livro seja recebido como estrangeiro e hóspede na terra dos meus.

Se, porém, ao abordar as plagas do Mocoripe,³⁰⁵ for acolhido pelo bom cearense, prezado de seus irmãos ainda mais na adversidade do que nos tempos prósperos, estou certo que o filho de minha alma achará na terra de seu pai, a intimidade e conchego da família.

³⁰⁴ José de Alencar dedica o livro ao Ceará, sua província natal.

³⁰⁵ Referência a Mucuripe, nome atualizado de bairro e praia de Fortaleza.

O nome de outros filhos enobrece nossa província na política e na ciência; entre eles o meu, hoje apagado, quando o trazia brilhantemente aquele que primeiro o criou.³⁰⁶

Neste momento mesmo, a espada heróica de muito bravo cearense vai ceifando no campo da batalha ampla messe de glória. Quem não pode ilustrar a terra natal, canta as suas lendas, sem metro, na rude toada de seus antigos filhos.

Acolha pois esta primeira mostra para oferecê-la a nossos patrícios a quem é dedicada.

Este pedido foi um dos motivos de lhe endereçar o livro; o outro saberá depois que o tenha lido.

Muita coisa me ocorre dizer sobre o assunto, que talvez devera antecipar à leitura da obra, para prevenir a surpresa de alguns e responder às observações ou reparos de outros.³⁰⁷

Mas sempre fui avesso aos prólogos; em meu conceito eles fazem à obra, o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário. Por isso me reservo depois.

Na última página me encontrará de novo; então conversaremos a gosto, em mais liberdade do que teríamos neste pórtico do livro, onde a etiqueta manda receber o público com a gravidade e reverência devida a tão alto senhor.

Rio de Janeiro, maio de 1865.

*J. de Alencar.*³⁰⁸

49. [Rio de Janeiro], agosto de 1865 – carta³⁰⁹ a Domingos Jaguaribe.

Eis-me de novo, conforme o prometido.

Já leu o livro e as notas que o acompanham; conversemos pois.

Conversemos sem cerimônia, em toda familiaridade, como se cada um estivesse recostado em sua rede, ao vaivém do lânguido balanço, que convida à doce prática.

³⁰⁶ Referência ao difícil momento político pelo qual o escritor passava desde a dissolução da Câmara Conservadora, em maio de 1863, e à intensa história política da família Alencar; destacando, em especial, a história de seu pai, Senador pela província do Ceará, de 1832 a 1860, participante da conspiração a favor da maioridade de D. Pedro II e da Confederação do Equador (1824).

³⁰⁷ Ciente das inovações (vocabulares e gramaticais, além da própria estrutura prosa-poética) que seriam encontradas nas linhas/versos de *Iracema*, José de Alencar receava o julgamento da crítica.

³⁰⁸ Cf. texto “Cartas sobre a virgem dos lábios de mel”, na primeira parte deste capítulo.

³⁰⁹ A transcrição integral da carta encontra-se na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. III, p.252-255; a parcial pode ser lida em Menezes (1977b:179/201) e em Viana Filho (1979:134).

Se algum leitor curioso se puser à escuta, deixá-lo. Não devemos por isso de mudar o tom rasteiro da intimidade pela frase garrida das letras.

Sem mais.

Há de recordar-se você de uma noite que, entrando em minha casa, quatro anos a esta parte, achou-me rabiscando um livro.³¹⁰ Era isso em uma quadra importante, pois que uma nova legislatura, filha de nova lei, fazia sua primeira sessão; e o país tinha os olhos nela, de quem esperava iniciativa generosa para melhor situação.

Já estava eu meio descrido das coisas, e mais dos homens; e por isso buscava na literatura diversão à tristeza que me infundia o estado da pátria entorpecida pela indiferença. Cuidava eu porém que você, político de antiga e melhor têmpera, pouco se preocupava com as coisas literárias, não por menospreço, sim por vocação.

A conversa que tivemos então revelou meu engano; achei um cultor e amigo da literatura amena; e juntos lemos alguns trechos da obra, que tinha, e ainda não perdeu, pretensões a um poema.

É como viu e como então lhe esbocei a largos traços, uma heróida que tem por assunto as tradições dos indígenas brasileiros e seus costumes. Nunca me lembrara eu de dedicar-me a esse gênero de literatura, de que me abstive sempre, passados que foram os primeiros e fugaces arroubos da juventude.³¹¹ Suporta-se uma prosa medíocre, e até estima-se pelo quilate da ideia; mas o verbo medíocre é a pior triaga que se possa impingir ao pior leitor.

Cometi a imprudência quando escrevi algumas cartas sobre a *Confederação dos Tamoios* de dizer: “as tradições dos indígenas dão matéria para um grande poema que talvez um dia apresente sem ruído nem aparato, como modesto fruto de suas vigílias”.

Tanto bastou para que supusessem que o escritor se referia a si, e tinha já em mão o poema; várias pessoas perguntaram-me por ele. Meteu-me isto em brios literários; sem calcular das forças mínimas para empresa tão grande, que assoberbou dois³¹² ilustres poetas, tracei o plano da obra, e a comecei com quase tal vigor que a levei de um fôlego ao quarto canto.³¹³

Esse fôlego susteve-se cerca de cinco meses, mas amorteceu; e vou lhe confessar o motivo.

³¹⁰ Trata-se do esboço de *Iracema* (1861).

³¹¹ Alencar refere-se à biografia do índio Camarão.

³¹² Trata-se de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias.

³¹³ Referência a *Os Filhos de Tupã*.

Desde cedo, quando começaram os primeiros pruridos literários, uma espécie de instinto me impelia a imaginação para a raça selvagem indígena. Digo instinto, porque não tinha eu então estudos bastantes para apreciar devidamente a nacionalidade de uma literatura; era simples prazer que me deleitava na leitura das crônicas e memórias antigas.

Mais tarde, discernindo melhor as coisas, lia as produções que se publicavam sobre o tema indígena; não realizavam elas a poesia nacional, tal como me aparecia no estudo da vida selvagem dos autóctones brasileiros. Muitas pecavam pelo abuso dos termos indígenas acumulados uns sobre os outros, o que não só quebrava a harmonia da língua portuguesa, como perturbava a inteligência do texto. Outras eram primorosas no estilo e ricas de belas imagens; porém faltava-lhes certa rudez ingênua de pensamento e expressão, que devia ser a linguagem dos indígenas.

Gonçalves Dias é o poeta nacional por excelência; ninguém lhe disputa na opulência da imaginação, no fino labor do verso, no conhecimento da natureza brasileira e dos costumes selvagens. Em suas poesias americanas aproveitou muitas das mais lindas tradições dos indígenas; e em seu poema não concluído dos *Timbiras*, propôs-se a descrever a epopeia brasileira.

Entretanto, os selvagens de seu poema falam uma linguagem clássica, o que lhe foi censurado por outro poeta de grande estro, o Dr. Bernardo Guimarães; eles exprimem ideias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil tivessem no estado da natureza.

Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem.

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida.

É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino.

Cometendo portanto o grande arrojo, aproveitei o ensejo de realizar as ideias que me fluíam no espírito, e não eram ainda plano fixo; a reflexão consolidou-as e robusteceu.

Na parte escrita da obra foram elas vazadas em grande cópia. Se a investigação laboriosa das belezas nativas, feita sobre imperfeitos e espúrios dicionários, exauria o espírito; a satisfação de cultivar essas flores agrestes da poesia brasileira, deleitava. Um dia porém fatigado da constante e aturada meditação ou análise para descobrir a etimologia de algum vocábulo, assaltou-me um receio.

Todo este ímprobo trabalho que às vezes custava uma só palavra, que seria levado à conta? Saberiam que esse escrúpulo d'ouro fino tinha sido desentranhado da profunda camada, onde dorme uma raça extinta? Ou pensariam que fora achado na superfície e trazido ao vento da fácil inspiração?

E sobre esse, logo outro receio.

A imagem ou pensamento com tanta fadiga esmerilhados seriam apreciados em seu justo valor, pela maioria dos leitores? Não os julgariam inferiores a qualquer das imagens em voga, usadas na literatura moderna?

Ocorre-me um exemplo tirado deste livro. Guia, chamavam os indígenas, senhor do caminho, *piguara*. A beleza da expressão selvagem em sua tradução literal e etimológica, me parece bem saliente. Não diziam sabedor do caminho, embora tivessem termo próprio, *couab*, porque essa frase não exprimiria a energia de seu pensamento. O caminho no estado selvagem não existe; não é coisa de saber; faz-se na ocasião da marcha através da floresta ou do campo, e em certa direção; aquele que o tem e o dá, é realmente senhor do caminho.

Não é bonito? Não está aí uma jóia da poesia nacional?

Pois haverá quem prefira a expressão – rei do caminho, embora os brasis não tivessem rei, nem ideia de tal instituição. Outros se inclinaram à palavra guia, como mais simples e natural em português, embora não corresponda ao pensamento do selvagem.

Ora, escrever um poema que devia alongar-se para correr o risco de não ser entendido, e quando entendido não apreciado, era para desanimar o mais robusto talento, quanto mais a minha mediocridade. Que fazer? Encher o livro de grifos que o tornariam mais confuso e de notas que ninguém lê? Publicar a obra parcialmente para que os entendidos proferissem o veredito literário? Dar leitura dela a um círculo escolhido, que emitisse juízo ilustrado?

Todos estes meios tinham seu inconveniente, e todos foram repelidos: o primeiro afeava o livro; o segundo o truncava em pedaços; o terceiro não lhe aproveitaria pela cerimoniosa benevolência dos censores. O que pareceu melhor e mais acertado foi desviar o espírito dessa obra e dar-lhe novos rumos.

Mas não se abandona assim um livro começado, por pior que ele seja; aí nessas páginas cheias de rasuras e borrões dorme a larva do pensamento, que pode ser ninfa de asas douradas, se a inspiração fecundar o grosseiro casulo. Nas diversas pausas de suas preocupações o espírito volvia pois ao livro, onde estão ainda incubados e estarão cerca de dois mil versos heróicos.

Conforme a benevolência ou serenidade de minha consciência, às vezes os acho bonitos e dignos de verem a luz. Outras me parecem vulgares, monótonos, e somenos a quanto prosa charra tenho eu estendido sobre o papel. Se o amor de pai abrandava afinal esse rigor, não desvanecia porém nunca o receio de “perder inutilmente meu tempo a fazer versos para caboclos.”³¹⁴

Em um desses vultures do espírito à obra começada, lembrou-me de fazer uma experiência em prosa. O verso pela sua dignidade e nobreza não comporta certa flexibilidade de expressão que entretanto não vai mal à prosa mais elevada. A elasticidade da frase permitiria então que se empregassem com mais clareza as imagens indígenas, de modo a não passarem despercebidas. Por outro lado conhecer-se-ia o efeito que havia de ter o verso pelo efeito que tivesse a prosa.

O assunto para a experiência, de antemão estava achado. Quando em 1848 revi nossa terra natal, tive a ideia de aproveitar suas lendas e tradições em alguma obra literária. Já em São Paulo tinha começado uma biografia do Camarão.³¹⁵ Sua mocidade, a amizade heróica que o ligava a Soares Moreno³¹⁶, a bravura e lealdade de Jacaúna, aliado dos portugueses, e suas guerras contra o célebre Mel Redondo; aí estava o tema. Faltava-lhe o perfume que derrama sobre as paixões do homem e da mulher.

Sabe você agora o outro motivo que eu tinha de lhe endereçar o livro; precisava dizer todas estas coisas, contar o como e por que escrevi *Iracema*. E com quem melhor conversaria sobre isso do que com uma testemunha de meu trabalho, a única, das poucas, que respira agora as auras cearenses?

³¹⁴ José de Alencar conclui sua explicação referente ao “abandono” de *Os Filhos de Tupã*.

³¹⁵ Trata-se do índio Poti ou Potiguaçu, cujo nome significa “camarão”; ele lutou ao lado dos portugueses contra os invasores da Holanda, em prol da reconquista de Olinda e do Recife, nos anos de 1630.

³¹⁶ Soares Moreno é considerado o fundador do Ceará; trata-se de um militar português que lutou contra os invasores holandeses.

Este livro é pois um ensaio ou antes amostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da literatura nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. A etimologia de nomes das diversas localidades, e certos modos de dizer tirados da composição das palavras, são de cunho original.

Compreende você que não podia eu derramar em abundância essas riquezas no livrinho agora publicado, porque elas ficariam desfloradas na obra de maior vulto, a qual só teria a novidade da fábula. Entretanto há aí de sobra para dar matéria à crítica e servir de base ao juízo dos entendidos.

Se o público leitor gostar dessa forma literária que me parece ter algum atrativo, então se fará um esforço para levar ao cabo o começado poema, embora o verso tenha perdido muito de seu primitivo encanto. Se porém o livro for acoimado de sedição, e *Iracema* encontrar a usual indiferença que vai acolhendo o bom e o mau com a mesma complacência, quando não é silêncio desdenhoso e ingrato; nesse caso o autor se desengana de mais esse gênero de literatura, como já se desenganou do teatro, e os versos, como as comédias, passarão para a gaveta dos papéis velhos, relíquias autobiográficas.³¹⁷

Depois de concluído o livro e quando o reli já apurado na estampa, conheci que me tinham escapado senões que se devam corrigir; noto algum excesso de comparações, repetição de certas imagens, desalinho no estilo dos últimos capítulos. Também me parece que devia conservar aos nomes das localidades sua atual versão, embora corrompida.

Se a obra tiver segunda edição será escoimada destes e doutros defeitos, que lhe descubram os entendidos.

Agosto, 1865.

J. de Alencar.³¹⁸

³¹⁷ José de Alencar, ressentido com a crítica, que não se pronunciou quando *O Guarani* foi publicado (1857), e ainda mais decepcionado com o triste fim de sua peça *As Asas de um Anjo* (1858), considerada imoral e cuja apresentação foi proibida, prepara-se para o lançamento de mais uma obra às mãos dos críticos.

³¹⁸ Cf. carta 48.

50. [Rio de Janeiro], 17 mar.1867 – carta-aberta³¹⁹ a José Torres.

Ilmo. Exmo. Sr.

Publicou a folha oficial hoje que S. Majestade o Imperador houve por bem nomear-me Oficial da Ordem da Rosa em virtude de serviços relevantes prestados nas letras.

Acatando as resoluções do Governo Imperial, e reconhecido à honra, não devo contudo aceitar a mercê. Dita-me a consciência que nenhum serviço prestei às letras, esta convicção, o próprio Governo a confirmou, em treze anos dedicados ou à imprensa diária da Corte ou à edição de várias obras sem importância. [*E realmente no trabalho literário nunca tive*] em mente outra coisa que não fosse uma diversão, e [*um contentamento para o espírito*].

Rogo a V. Exa. se digne levar à presença de S. Majestade o Imperador esta escusa, acompanhada de meu profundo respeito, e receber a manifestação de estima e consideração que tributo à pessoa de V. Exa.

Guarde Deus a V. Exa. muitos anos.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres.

Ministro do Império.

Em 17 de Março de 1867

José Martiniano de Alencar³²⁰

³¹⁹ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:62) e o fac-símile do rascunho autógrafo foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

³²⁰ José de Alencar se recusa a receber a nomeação imperial merecida depois de publicados alguns de seus romances, inclusive *Iracema* (1865). Escreve ao Ministro do Império do Gabinete presidido por Zacarias de Góes e Vasconcellos, pedindo-lhe que transmitisse a mensagem a D. Pedro II. Os trechos entre colchetes foram rasurados pelo missivista, como poder-se-á notar no fac-símile.

Sublato

Publicou a
folha official hoje
o Imperador houve por bem nomear-me Official do Ordem
da Rosa em virtude de serviços relevantes prestados nos letes.

Atentando as resoluções do Governo Imperial, e reconhe-
cido a' honra, não devo contur acento a' mereço. Dixi-me
a consciencia que nenhum serviço prestei ás letas; este conhecimento,
o proprio Governo a confirmou, em tres annos dedicados ou
a' imprensa diaria da Corte ou a' edição de varias obras
sem injusticia. ~~Realmente no trabalho literario nunca tive~~
em mente outra coisa que não fosse uma diversão, e
isto contentamente para o espirito.

Rogo a V. Ex. se digna levar a' presença do Sr. Magistral
o Imperador esta accão, acompanhada de meu profundo
respeito, e receber a manifestação de attenção e consideração
que tributo a' pessoa de V. Ex.

Guarde Deus a V. Ex. muitos annos

José da Conceição José Joaquim Fernandes Torres

Mestre do Imperio

Em 17 de Maio de 1864

José Martiniano de Almeida

Ex. Sr. M.
Requero de
fidei-jussor
por

51. **Rio de Janeiro, 18 fev.1868** – carta-aberta³²¹ a Machado de Assis.

Ilmo. Sr. Dr. Machado de Assis.

Tijuca, 18 de fevereiro de 1868.

Recebi ontem a visita de um poeta.

O Rio de Janeiro não o conhece ainda; muito breve o há de conhecer o Brasil. Bem entendido, falo do Brasil que sente; do coração e não do resto.

O Sr. Castro Alves é hóspede desta grande cidade, de alguns dias apenas. Vai a S. Paulo concluir o curso que encetou em Olinda.

Nasceu na Bahia, a pátria de tão belos talentos; a Atenas brasileira que não cansa de produzir estadistas, oradores, poetas e guerreiros.

Podia acrescentar que é filho de um médico ilustre³²². Mas para quê? A genealogia dos poetas começa com seu primeiro poema. E que pergaminhos valem estes selados por Deus?

O Sr. Castro Alves trouxe-me uma carta do Dr. Fernandes da Cunha³²³, um dos pontífices da tribuna brasileira. Digo pontífice, porque nos caracteres dessa têmpera, o talento é uma religião, a palavra um sacerdócio.

Que júbilo para mim! Receber Cícero³²⁴ que vinha apresentar Horácio³²⁵, a eloquência conduzindo pela mão a poesia, uma glória esplêndida mostrando no horizonte da pátria a irradiação de uma límpida aurora!

Mas também quanto, nesse instante, deplorei minha pobreza, que não permitia dar a tão caros hóspedes régio agasalho. Carecia de ser Hugo³²⁶ ou Lamartine, os poetas-oradores, para preparar esse banquete da inteligência.

³²¹ A missiva foi publicada abertamente, em 22/02/1868, pelo *Correio Mercantil*. A transcrição integral da carta encontra-se em Faria (2008:468-473), em Menezes (1977a:55-60), em Menezes (1977b:211-214), na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Ensaios Literários, p.931-935, e no número 18 da *Revista da Academia Brasileira de Letras*, publicado em 1921; a parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:206-207) e em Viana Filho (1979:121). Os fac-símiles que se apresentam na sequência são de recortes do jornal – que trazem emendas autógrafas – entregues por Mário de Alencar, em 11/01/1922, a Afrânio Peixoto (1876-1947), então membro da Academia Brasileira de Letras, instituição na qual os documentos são conservados, no Fundo José de Alencar do Arquivo Múcio Leão. É importante salientar que a transcrição que se segue traz todas as alterações feitas por Alencar; as de 24/02/1868, quando “o jornal estampou uma pequena errata, assinada pelo autor, com quatro correções” (Faria, 2008:467), e as dos recortes do jornal.

³²² Referência à Antônio José Alves, morto em 1866 (Silva, 2006:182).

³²³ Trata-se de Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha (1827-1903), juiz e político baiano. Luís Viana Filho (1979:151) e Raimundo de Menezes (1977b:210) fazem alusão a essa missiva, entregue a Alencar em 17/02/1868.

³²⁴ Referência ao filósofo e escritor romano Marcus Tullius Cicero (106 a.C.- 43 a.C.).

³²⁵ Trata-se de Quintus Horatius Flaccus, (65 a.C.-8 a.C.), poeta e filósofo romano.

³²⁶ Referência ao poeta francês Victor-Marie Hugo (1802-1885).

Se ao menos tivesse nesse momento junto de mim a plêiade rica de jovens escritores, a qual pertencem, o senhor, o Dr. Pinheiro Guimarães, Bocaiúva, Muzzio, Joaquim Serra, Varela, Rozendo Muniz³²⁷ e tantos outros!...

Entre estes [por que] não lembrarei o nome de Leonel de Alencar, a quem o destino fez ave de arribação na terra natal? Em literatura não há suspeições: todos nós, que nascemos em seu regaço, não somos da mesma família?

Mas a todos, o vento da contrariedade os tem desfolhado por aí como flores de uma breve primavera.

Um fez da pena espada para defender a pátria. Alguns têm as asas crestadas pela indiferença; outros, como douradas borboletas, presas da teia da aranha, se debatem contra a realidade de uma profissão que lhes tolhe os vôos.

Felizmente estava eu na Tijuca.

O senhor conhece esta montanha encantadora. A natureza a colocou a duas léguas da corte, como um ninho para as almas cansadas de pousar no chão.

Aqui tudo é puro e são. O corpo banha-se em águas cristalinas, como o espírito na limpidez deste céu azul.

Respira-se à larga, não somente os ares finos que vigoram o sopro da vida, porém aquele hálito celeste do Criador, que bafejou o mundo recém-nascido. Só nos ermos em que não caíram ainda as fezes da civilização, a terra conserva a divindade do berço.

Elevando-se a estas eminências, o homem aproxima-se de Deus. A Tijuca é um escabelo entre o pântano e a nuvem, entre a terra e o céu. O coração que sobe por este genuflexório, para se prostrar aos pés do Onipotente, conta três degraus: em cada um deles, uma contrição.

No Alto da [*Boa Vista*], quando se descortina longe, serpejando pela várzea, a grande cidade réptil, onde as paixões pululam; a alma que se havia atrofiado no foco do materialismo, sente-se homem. Embaixo era uma ambição; em cima uma contemplação.

Transposto esse primeiro estádio, além para as bandas da Gávea, há um lugar que chamam *Vista Chinesa*. Este nome lembra-lhe naturalmente um sonho oriental pintado em papel de arroz. É uma tela sublime, uma decoração magnífica deste inimitável cenário fluminense. Dir-se-ia que Deus entregou a algum de seus arcanjos o pincel de Apeles³²⁸, e mandou-lhe encher aquele pano do horizonte. Então o homem sente-se religioso.

³²⁷ Trata-se do dramaturgo carioca Pinheiro Guimarães (1832-1877), do jornalista carioca Quintino Bocaiúva (1836-1912), do jornalista Henrique César Muzzio (morto em 1874), do poeta e jornalista maranhense Joaquim Serra (1838-1888), do poeta paulista Fagundes Varela (1841-1875) e do poeta e romancista baiano Rozendo Muniz Barreto (1845-1897).

³²⁸ Referência ao pintor grego que viveu durante o século IV a.C.

Finalmente chega-se ao *pico da Tijuca* o ponto culminante da serra, que fica do lado oposto. Daí os olhos deslumbrados veem a terra como uma vasta ilha a submergir-se entre dois oceanos, o oceano do mar e o oceano do éter. Parece que estes dois infinitos, o abismo e o céu, abrem-se para absorver um ao outro. E no meio dessas imensidades, um átomo, mas um átomo, rei de tanta magnitude. Aí o ímpio é cristão e adora o Deus verdadeiro.

Quando a alma desce destas alturas e volve ao pó da civilização, leva consigo uns pensamentos sublimes que de mais baixo remontam à sua nascença, pela mesma lei que faz subir ao nível primitivo a água derivada do topo da terra.

Nestas paragens não podia meu hóspede sofrer jejum de poesia. Recebi-o dignamente. Disse à natureza que pusesse a mesa, e enchesse as ânforas das cascatas de linfa mais deliciosa que o falerno do velho Horácio.

A Tijuca esmerou-se na hospitalidade. Ela sabia que o jovem escritor vinha do norte, onde a natureza tropical se espaneja em lagos de luz diáfana, e orvalhada de esplendores abandona-se lasciva como uma odalisca às carícias do poeta.

Então a natureza fluminense que também, quando quer, tem daquelas impudências celestes, fez-se casta e vendou-se com as alvas roupagens das nuvens. A chuva a borrifou de aljôfares; as névoas delgadas resvalavam pelas encostas como as fímbrias da branca túnica roçagante de uma virgem cristã.

Foi assim, a sorrir entre os nítidos véus, com um recato de donzela, que a Tijuca recebeu nosso poeta.

O Sr. Castro Alves lembrava-se, como o senhor e alguns poucos amigos de uma antiguidade de minha vida; que eu outrora escrevera para o teatro. Avaliando sobre medida minha experiência neste ramo difícil da literatura, desejou ler-me um drama, primícia de seu talento.

Essa produção já passou pelas provas públicas em cena competente para julgá-la. A Bahia aplaudiu com júbilos de mãe a ascensão da nova estrela de seu firmamento. Depois de tão brilhante manifestação, duvidar de si, não é modéstia unicamente, é respeito à santidade de sua missão de poeta.

*Gonzaga*³²⁹ é o título do drama que lemos em breves horas. O assunto, colhido na tentativa revolucionária de Minas, grande manancial de poesia histórica ainda tão pouco explorado, foi enriquecido pelo autor com episódios de vivo interesse.

³²⁹ O texto teatral *Gonzaga ou A Revolução de Minas* foi elaborado entre 1866 e 1867, e publicado em 1875.

O Sr. Castro Alves é um discípulo de Victor Hugo, na arquitetura do drama, como no colorido da ideia. O poema pertence à mesma escola do ideal; o estilo tem os mesmos toques brilhantes.

Imitar Victor Hugo só é dado às inteligências de primor. O Ticiano³³⁰ da literatura possui uma palheta que em mão de colorista medíocre mal produz borrões. Os moldes ousados de sua frase são como os de Benevenuto Cellini³³¹; se o metal não for de superior afinação, em vez de estátuas saem pastichos.

Não obstante, sob essa imitação de um modelo sublime desponta no drama a inspiração original, que mais tarde há de formar a individualidade literária do autor. Palpita em sua obra o poderoso sentimento da nacionalidade, essa alma da pátria, que faz os grandes poetas, como os grandes cidadãos.

Não se admire de assimilar eu o cidadão e o poeta, duas entidades que no espírito de muitos andam inteiramente desencontradas. O cidadão é o poeta do direito e da justiça; o poeta é o cidadão do belo e da arte.

Há no drama *Gonzaga* exuberância de poesia. Mas deste defeito, a culpa não foi do escritor; foi da idade. Que poeta aos vinte anos não tem essa prodigalidade soberba de sua imaginação, que se derrama sobre a natureza e a inunda?

A mocidade é uma sublime impaciência. Diante dela a vida se dilata, e parece-lhe que não tem para vivê-la mais que um instante. Põe os lábios na taça da vida, cheia a transbordar de amor, de poesia, de glória, e quisera estancá-la de um sorvo.

A sobriedade vem com os anos; é virtude do talento viril. Mais entrado na vida, o homem aprende a poupar sua alma. Um dia, quando o Sr. Castro Alves reler *Gonzaga*, estou convencido que ele há de achar um drama esboçado, em cada personagem desse drama.

Olhos severos talvez enxerguem na obra pequenos senões.

Maria, achando em si forças para enganar o governador em um transe de suprema angústia, parecerá a alguns menos amante, menos mulher, do que devera. A ação, dirigida uma ou outra vez pelo acidente material, antes do que pela revolução íntima do coração não terá na opinião dos realistas, a naturalidade moderna.

Mas são esses defeitos da obra, ou do espírito em que ela se reflete? Muitas vezes já não surpreendeu seu pensamento a fazer a crítica de uma flor, de uma estrela, de uma aurora? Se o deixasse, creia que ele se lançaria a corrigir o trabalho do supremo artista. Não somos homens debalde: Deus nos deu uma alma, uma individualidade.

³³⁰ Trata-se do pintor italiano Ticiano Vecellio ou Vecelli (1473/1490-1576).

³³¹ Referência a Benvenuto Cellini (1500-1571), escultor italiano.

Depois da leitura do seu drama, o Sr. Castro Alves recitou-me algumas poesias. A *cascata de Paulo Afonso*, as *duas ilhas* e a *visão dos mortos*³³², não cedem às excelências da língua portuguesa neste gênero. Ouça-as o senhor que sabe o segredo desse metro natural, dessa rima suave e opulenta.

Nesta capital da civilização brasileira que o é também de nossa indiferença, pouco apreço tem o verdadeiro mérito, quando se apresenta modestamente. Contudo, deixar que passasse por aqui ignorado e despercebido o jovem poeta baiano, fora mais que uma descortesia. Não lhe parece?

Já um poeta o saudou pela imprensa; porém não basta a saudação: é preciso abrir-lhe o teatro, o jornalismo, a sociedade, para que a flor desse talento cheio de seiva se expanda às auras da publicidade.

Lembrei-me do senhor. Em nenhum concorrem os mesmos títulos. Para apresentar ao público fluminense o poeta baiano, é necessário não só ter foro de cidade na imprensa da corte, como haver nascido neste belo vale do Guanabara, que ainda espera um cantor.

Seu melhor título, porém, é outro. O Sr. foi o único de nossos modernos escritores, [sic] que se dedicou sinceramente à cultura dessa difícil ciência, que se chama crítica. Uma porção do talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-lo em criações próprias, teve a abnegação de aplicá-lo a formar o gosto e desenvolver a literatura pátria.

Do Sr[.], pois, do primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária que se revelou com tanto vigor.

Seja o Virgílio³³³ do jovem Dante³³⁴, conduza-o pelos ínvios caminhos por onde se vai à decepção, à indiferença e finalmente à glória, que são os três círculos máximos da *divina comédia* do talento.

J. de Alencar³³⁵

A seguir, encontra-se fac-símile da carta-aberta anteriormente transcrita, publicada no *Correio Mercantil* em 22 de fevereiro de 1868, com alterações feitas a mão por José de Alencar. Os recortes foram entregues, em 11 de janeiro de 1922, por Mário de Alencar a Afrânio Peixoto (1876-1947), então membro da Academia Brasileira de Letras, onde podem ser encontrados no Fundo José de Alencar do Arquivo Múcio Leão. E, na sequência, segue a carta autógrafa de Mário de Alencar a Afrânio Peixoto, também pertencente ao Fundo José de Alencar do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras, e sua transcrição.

³³² Trata-se de “A Cascata de Paulo Afonso”, publicado em 1876, “As Duas Ilhas”, presente em *Espumas Flutuantes* (1870), e a “Visão dos Mortos”, poema que se encontra em *Os Escravos* (1883).

³³³ Referência a Publius Vergilius Maro (70 a. C.-19 a. C.), poeta romano.

³³⁴ Trata-se do poeta italiano Dante Alighieri (1265-1321).

³³⁵ Cf. texto “Machado de Assis e Castro Alves, laços epistolares”, na primeira parte deste capítulo.

COFFEEIO MERCANTIL 22/2/1868

LITTERATURA.

Um poeta.

Ilm. Sr. Machado de Assis, Tijuca, 18 de fevereiro de 1868.

Recebi hontem a visita de um poeta.

O Rio de Janeiro não o conhece ainda; muito breve o ha de conhecer o Brasil. Bem entendido, fello do Brasil que sente; do coração e não do resto.

O Sr. Castro Alves é hospede desta grande cidade, de alguns dias apenas. Vai a S. Paulo concluir o curso que encetou em Olinda.

Nasceu na Bahia, a patria de tão bellos talentos. a Athenas brasileira que não cansa de produzir esta distas, oradores, poetas e guerreiros.

Podia accrescentar que é filho de um medico illustre. Mas para que? A genealogia dos poetas começa com seu primeiro poema. E que pergaminhos valem estes sellados por Deus?

O Sr. Castro Alves trouxe-me uma carta do Dr. Fernandes da Cunha, um dos pontífices da tribuna brasileira. Digo pontífice, porque nos caracteres dessa tempera, o talento é uma religião, a palavra um sacerdocio.

Que jubilo para mim! Receber Cicero que vinha apresentar Horacio, a elegancia conduzindo pela mão a poesia, uma gloria esplendida mostrando no horizonte da patria a irradiação de uma limpida aurora!

Mas tambem quanto, nesse instante, deplorei minha pobreza, que não permittia dar a tão caros hospedes regio agaxalho. Carecia de ser Hugo ou Lamartine os poetas-oradores, para preparar esse banquete de intelligencia.

Se ao menos tivesse nesse momento junto de mim a pleiade rica de jovens escriptores, a qual pertencem, o senhor, o Dr. Pinheiro Guimarães, Bucayava, Mazzi, Joaquim Serra, Varella, Rozendo Musiz e tantos outros!...

Entre estes porque não lembrei o nome de Leonel de Alencar, a quem o destino fez ave de arribação na terra natal? Em litteratura não ha suspeição todos nós, que nascemos em seu regaço, não somos da mesma familia?

Mas á todos, o vento da contrariedade os tem desfolhado por ahi como flores de uma breve primavera.

Um fez da penna espada para defender a patria. Alguns têm as azas cristadas pela indifferença; outros, como douradas borboletas, presas da teia da ironha, se debatem contra a realidade de uma proissão que lhes tolhe o vôo.

Finalmente estava eu na Tijuca.

O Sr. conhece esta montanha encantadora. A natureza a collocou á duas leguas da corte, como um ninho para as almas cansadas de pousar no chão.

Aqui tudo é puro e são. O corpo banha-se em aguas cristalinas, como o espirito na limpidez deste céu azul.

Respira-se á larga, não sómente os ares finos que vigorão o sopro da vida, porém aquelle halito celeste do Creador, que bafejou o mundo recém-nascido. Só nos ermos em que não cahirão ainda as fezes da civilisação, a terra conserva essa divindade do berço.

Elevando-se á estas eminencias, o homem aproxima-se de Deus. A Tijuca é um escabello entre o pantano e a nuvem, entre a terra e o céu. O coração que sóbe por este genusflexorio para se prostrar aos pés do Omnipotente, conta tres degrãos: em cada um delles, uma contricção.

No alto da Boavista, quando se descortina longe, serpejando pela varzea, a grande cidade reptil, onde as paixões ~~ateizam~~; a alma que se havia atrophiado ~~no~~ fóco do materialismo, sente-se homem. Em baixo era uma ambição; em cima uma contemplação.

11 cols:

12

13/13 Felicidade

10

11 juliação
11 no

Ha no drama *Gonzaga* exuberancia de poesia. Mas deste defeito a culpa não foi do escriptor; foi da idade. Que poeta nos vinte annos não tem essa prodigalidade soberba de sua imaginação, que se derrama sobre a natureza, e a inunda?

A mocidade é uma sublimis impaciencia. Diante della a vida se dilata, e parece-lhe que não tem para vive-la mais que um instante. Põe os labios na taça da vida, cheia á transbordar de amor, de poesia, de gloria, e quizera estanca-la de um sorvo.

A sobriedade vem com os annos; é virtude do talento viril. ~~Ma~~ Entrado na vida, o homem aprende a poupar sua alma. Um dia, quando o Sr. Castro Alves leu o *Gonzaga*, estou convencido que elle ha de achar um drama esboçado; em cada personagem desse drama.

Olhos severos talvez enxerguem na obra pequenos senões.

Maria, achando em si forças para enganar o governador em um transe de suprema angustia, parecerá a alguns menos amante, menos mulher, do que de verá. A acção dirigida uma ou outra vez pelo accidente material, antes do que pela revolução intima do coração, terá na opinião dos realistas, a naturalidade moderna.

Mas são esses defeitos da obra, ou do espirito em que ella se reflecte? Muitas vezes já não sorprendem seu pensamento a fazer a critica de uma flor, de uma estrella, de uma aurora. Se o deixasse, creia que se elle lançaria á corrigir o trabalho do supremo artista. Não somos homens debalde: Deus nos deu uma alma, uma individualidade.

Depois da leitura de seu drama, o Sr. Castro Alves recitou-me algumas poesias. *A cascata de Paulo Afonso, as duas ilhas e a visão dos mortos*, não cederam ás excellencias da lingua portugueza neste genero. Ouça-as o senhor que sabe o segredo desse metro natural, dessa rima suave e opulenta.

Nesta capital da civilização brasileira que o é também da nossa indiferença, pouco aprego tem o verdadeiro merito, quando se apresenta modestamente. Contudo, deixar que passasse por aqui ignorado e desaperecebido o joven poeta bahiano, fôr mais que uma descortezia. Não lhe parece?

Já um poeta o saudou pela imprensa; porém não basta a saudação: é preciso abri-lhe o theatro, o jornalismo, a sociedade, para que a flor desse talento cheio de seiva se expanda ás auras da publicidade.

~~Do Sr. Virgilio, do joven Dante nesse invio caminha~~
~~na vida litteraria, lembrei-me do senhor. Não~~
~~tem os mesmos titulos. Para apresentar ao publico~~
fluminense o poeta bahiano, é necessario não só ter foro de cidade na imprensa da corte, como haver nascido neste bello valle do Guanabara, que ainda espera seu cantor.

Seu melhor titulo, porém, é outro. O Sr. foi o unico de nossos modernos escriptores que se dedicou á cultura dessa difficil sciencia, que se chama a critica. Uma porção do talento que recebeu da natureza, em vez de aproveitá-lo em creações proprias, não duvidei applicá-lo a formar o gosto e desenvolver a litteratura patria.

Do Sr., pois, o primeiro critico brasileiro, confio a brilhante vocação litteraria que se revelou com tanto vigor.

Deja o Virgilio do joven Dante, ~~que~~ ^{condemna-o}
pelas invios caminhas por onde se
vae ~~seguida~~ a decência, a indifferença
e principalmente a gloria, que são as tres
circulas maximas da divina comedia
do talento

H. Maes

/ não

2/

/ 2

Lembrei-me do
Sr. Em nenhuma
concordancia

H um cantor

/ sinceramente

H tive a abnegação de

/ d

J. de Almeida

P. 8. 0. 4

A quem Afranio faço presente
este autographo, que em tempo offereci
a Mathias de Assis e por morte d'elle
me veio de novo ás mãos, para dar-o
a quem o merece ~~por~~ equivalente
Cilubus do Amizade e de Talentos.

Rio, 11 de agosto de 1920

Mauro Alvim

A Academia Brasileira, digna
de conservar esta preciosidade.

Rio, 11 de janeiro de 1922

Afranio de Azevedo

Ao querido Afrânio faço procedente este autógrafo, que em tempos ofereci a Machado de Assis e por morte dele me veio de novo às mãos, para dá-lo a quem o merece favor equivalente [ilegível].

Rio, 11 de agosto de 1920

Mario de Alencar

A Academia Brasileira digna de conservar esta preciosidade.

Rio, 11 de janeiro de 1922

Afranio Peixoto

52. Rio de Janeiro, 31 out.1871 – carta³³⁶ aos redatores de *A República*.

Meus ilustrados colegas.

Por minha parte, de boa vontade, convenho na cessão que lhes fez o meu editor, o Sr. B. L. Garnier, de algumas folhas de lavra tosca, pois são da minha, para que v. v. as publiquem em folhetim do seu diário.³³⁷

Lembrança como esta, que partindo de qualquer me lisonjearia; neste caso, vale honras, porque provém de antagonistas políticos mais propensos entre si e por natural tendência a se mostrarem severos na censura, do que pródigos no apreço.

Sinto que a estreiteza do tempo reclamado por vários trabalhos já em via de impressão, não me permita destinar-lhes outras coisas, além do ligeiro esboço de costumes que aí vai e cujo título bem indica a folga da fantasia, não apurada pelo estudo.

Não me demove a consideração de se ter sua folha consagrado à opinião adversa; embora esteja bem convencido de que há de ser o fato mui explorado pela intriga, que de antemão já me assinalou como um republicano disfarçado.

Não sou, malgrado eles, que tanto se incomodam com os monarquistas da ideia; por isso empenham-se em tratar-nos de hereges.

Pese-lhes embora; sou monarquista sincero e convicto. Mas, como nunca professei o *fetichismo* da realza, espero o triunfo para minhas ideias, da civilização do povo, nunca de sua ignorância.

³³⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:301-302) e em Menezes (1977a:87-88); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979: 223). A carta-resposta a essa missiva é a de número 42.

³³⁷ Referência ao jornal *A República*.

Quero que o meu país seja monarquista, não pela rotina, mas por verdadeira fé nessa instituição; e, para isso, é necessário que estude as doutrinas opostas e esclareça com a livre discussão.

Se o encanto da república, a magia que exerce nos espíritos entusiastas, está, permitam-me a fraqueza, no *fruto proibido*: a cárie das monarquias, o que lhes rói o cerne, é a *presumida infalibilidade*.

Convencidos, nós os monarquistas, de que é possível atacar a cidade invencível, correremos a defender a brecha, por onde no momento do perigo hão de fugir espavoridos os gansos do Capitólio³³⁸.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1871.

*J. de Alencar.*³³⁹

53. [Rio de Janeiro], 31 mar.1872 – carta³⁴⁰ a Juvenal Galeno.

Meu prezado colega.

Recebi e cordialmente agradeço os seus dois mimos literários, as *Cenas* e a *Lira*³⁴¹. O primeiro já devorei; e confesso-lhe que há muito tempo não leio páginas que me causassem tão íntimo prazer. Parecia-me que estava no Ceará, na formosa praia do Mucuripe, entre as palhoças dos pescadores, à sombra dos cajuais, onde tantas vezes fui em ranchos de famílias a improvisadas pescarias.

Outras vezes me supunha nas Pedrinhas³⁴², quando ela era fazenda de criação e íamos lá assistir à ferra do gado; tinha eu então uns sete anos.

³³⁸ Referência ao Monte Capitólio, uma das sete colinas de Roma, sendo a mais importante delas. Segundo a lenda, quando os gauleses invadiram Roma, em 390 a.C., o Monte Capitólio foi a única região da cidade que não foi tomada pelos bárbaros.

³³⁹ Alencar redige a carta (publicada em *A República* aos 02/11/1871), autorizando a publicação – em formato folheto – de *Til* (1871), e reafirmando sua posição monarquista. O editor-chefe de *A República* durante o período era Quintino Bocaiuva.

³⁴⁰ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:77-78), a parcial pode ser lida em Menezes (1977b:304). Segundo o mesmo biógrafo (1977a:77), a carta pertence ao arquivo da família Juvenal Galeno.

³⁴¹ Referência ao livro *Cenas Populares* (1871) e ao periódico *Lira Cearense* (1872), “que saía aos domingos, sempre com novas produções poéticas” (Nobre, 1974:109).

³⁴² Referência ao distrito cearense do atual município de Icó.

Creia-me, livro tão original ainda não se escreveu entre nós e o Ceará deve lisonjear-se de ter quem lhe dê na literatura pátria um lugar em que não tem outras províncias mais ricas e adiantadas em progresso material.

Continue, pois, a coligir as nossas tradições e a ilustrar o nome cearense.

Com estima e verdadeiro apreço,

De V. S.

Admor. e patr^o. afet^o. e obr^o.

*José de Alencar.*³⁴³

54. [Rio de Janeiro], 31 mar.1872 – carta³⁴⁴ a Joaquim Sombra.

31 de março de 1872.

Am^o. Sr. Coronel Sombra.

Há muito que não tenho notícias suas e escrevo-lhe esta com o fim de obtê-las; e faço votos para que sejam as melhores, como é mister para a nossa Província e para seus amigos.

Remeto-lhe por esta ocasião uma obrinha que publiquei ultimamente³⁴⁵ e que servirá para desenfastiar-lhe o espírito durante a sesta, aí no seu belo Maranguape. Há de lhe fazer lembrar daquele nosso projetado romance de *Pajeú das Flores*³⁴⁶, do qual era o Sr. o *Aquiles* e eu o *Homero*.³⁴⁷

Lembra-te? Na casa nova da chácara de Maruí³⁴⁸? Recordo-me bem que ainda escrevi a primeira página dessa obra prima, que perdeu-se!

Perda irreparável para as letras pátrias!

Disponha sempre com franqueza de quem é

Seu am^o. patr^o. obr^o. e afet^o.

J. de Alencar

³⁴³ Segundo Raimundo de Menezes (1977b:304), a segunda edição de *Cenas Populares* (1902) traz carta-prefácio de José de Alencar.

³⁴⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:64-65) e em Menezes (1977b:47).

³⁴⁵ Segundo Raimundo de Menezes (1977b:47), trata-se de *Til*, publicado em 1871.

³⁴⁶ Projeto de romance inacabado, cuja indicação temática fora dada pelo militar Joaquim Sombra – frequentador da casa dos Alencar – ao menino José, que tinha apenas treze anos de idade. A proposta era escrever a história do “movimento sedicioso do Exu e sertões de Pernambuco”, do qual Sombra tinha sido participante. Pajeú, o título do livro, é o nome de um rio que banha o estado de Pernambuco. Segundo o escritor, referindo-se à incompletude do romance, o “rascunho foi-se com os folguedos da infância que o viram nascer” (*Obra Completa*, vol. I, 1960, p.108).

³⁴⁷ Referência a Aquiles, herói da Guerra de Tróia e personagem principal do poema épico *Ilíada*, elaborado por Homero, poeta de origem jônica (região da Grécia Antiga pertencente, hoje, à Turquia) que teria vivido no século IX a. C..

³⁴⁸ Trata-se da chácara em que Alencar morava com a família, em 1842, localizada na Rua de Maruí, nº 7 – cidade do Rio Janeiro – de onde, segundo ele “também saíram importantes acontecimentos da nossa história política” (*Obra Completa*, vol. I, 1960, p.107).

55. [Rio de Janeiro], 6 set.1872 – bilhete³⁴⁹ a Baptiste Garnier.

Ilmo. Sr. Garnier.

Se ainda não tirou a lume³⁵⁰ a segunda parte dos *Sonhos d'Ouro*³⁵¹ peço-lhe o favor de mandar imprimir o incluso pós-escrito que leva a última notícia de nossos personagens.

Amigo e atento venerador.

*Sênio*³⁵²

56. [Ceará], 10 nov.1873 – carta³⁵³ a Francisco de Oliveira Sobrinho.

Ilmo. Sr. Dr. Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho.

Com imenso prazer recebi o exemplar que se dignou remeter-me de sua bela produção – *O Sonho do Livre* – e li comovido as nobres palavras que V. S. me dirige na dedicatória. Não podia receber mais honrosa visita, do que o canto inspirado do poeta cearense, possuído dos santos entusiasmos da liberdade. Sinto não ter ocasião de o conhecer pessoalmente, mas espero que a confraternidade literária que, nos faz em relação, acabará por fazer-nos amigos. Conto partir, no dia 22 do corrente, para o Rio de Janeiro, onde lhe peço que disponha de mim, com franqueza.

Sou com o maior apreço

de V.S. muito afetuoso colega e admirador.

*J. de Alencar*³⁵⁴

³⁴⁹ O bilhete encontra-se integralmente transcrito em Menezes (1977b:309).

³⁵⁰ A expressão *tirar a lume* significa imprimir, publicar uma obra.

³⁵¹ Livro publicado em 1862.

³⁵² O romancista *Sênio* que assina a carta já é o José de Alencar que inicia a segunda fase de sua carreira como escritor, ou a sua “velhice literária”, como ele mesmo a rotulou. É essa difícil e produtiva fase de sua vida, antecedida por decepções relacionadas à atividade política, que lhe sugere um pseudônimo senil, adotado a partir de 1870, quando tinha pouco mais de quarenta anos de idade, e com o qual autografa seus últimos livros. Ainda que *Sonhos d'Ouro* não seja considerado o grande romance de Alencar, é o livro em que ele apresenta o prefácio intitulado “Benção Paterna”, no qual se encontra o seu projeto literário. Segundo Araripe Júnior (1894: 03-13), é na Tijuca, “no remanso deste ócio que ele [José de Alencar] compôs os livros de *Sênio*. Escrevia ele os *Sonhos d'ouro* [...], romance que ia lendo à família, capítulo por capítulo, à proporção que os compunha. Jovial, como quem acabava de [sair de] um pesadelo, sua alma mostrava-se desanuviada de todos os pesadumes que por vezes a enegreciam [...] só os íntimos conheciam a vastidão da inteligência que se aninhava em corpo tão frágil.”

³⁵³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:101).

³⁵⁴ Tendo viajado para o Ceará no início de junho de 1873, em busca de melhoras para a saúde debilitada, José de Alencar escreve ao então Juiz de Jaguaribe-Mirim e também escritor conterrâneo, a fim de lhe agradecer pelo envio de seu livro, que lhe havia sido dedicado (Menezes, 1977a:101). O Barão de Studart nota que, além de *O Sonho do Livre*, Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho foi autor do drama *O Escravo* (1870), tendo ainda deixado os manuscritos de uma biografia do Senador Thomas Pompeu.

57. [Rio de Janeiro], 3 mar.1874 – carta³⁵⁵ a Visconti Coaracy.

Ilmo. Sr. V. Coaracy

Envio-lhe pelo portador o manuscrito que me confiou e que lhe pertence.

Quanto, porém, à representação do drama tirado do meu romance *O Guarani*, permita-me V. S. dizer-lhe que não pode ele ter lugar sem que previamente o Diretor do Teatro se tenha obrigado pelas condições de que já falei a V. S.

Uma delas é como lhe disse o número de representações.

No mais tenho o maior desejo de lhe ser agradável.

De V. S.

Mt.º at.º venor. e cr.º

*José de Alencar*³⁵⁶

58. [Rio de Janeiro], 26 nov.1874 – carta³⁵⁷ aos redatores da revista *Lux*³⁵⁸.

Il^{mos} Srs. Redatores da Lux.

Cordialmente agradeço a V. S.^{as} os exemplares que se dignam remeter-me do seu interessante periódico; e faço votos para que a *Revista Científica e Literária* medre e prospere, como promete a sua ilustrada Redação.

Muita satisfação tive ao ler as observações com que em um dos números anteriores, a Revista acompanhou alguns apontamentos sobre ortografia, que às pressas espalhei pelas notas da 2ª edição de *Iracema*, edição incorretíssima, feita por uns compositores franceses que mal algaraviavam o português.

Nós os brasileiros temos descurado inteiramente o máximo assunto da nacionalidade de nossa literatura; e por uma timidez censurável nos deixamos governar pela férula do pedagogismo português que pretende o monopólio da ciência e polimento de nossa língua.

³⁵⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:337) e em Menezes (1977a:93); a missiva 85 é a resposta de Coaracy.

³⁵⁶ A missiva versa sobre a apresentação de uma versão dramática (sem música) de *O Guarani*, no Teatro Lírico Fluminense, em maio de 1874. *O Novo Guarani*, como foi batizado, era uma adaptação da autoria de Visconti Coaracy e José Luís A. Pereira da Silva.

³⁵⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977b:334-335) e em Garmes (1998:122-123); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DP-26_11_1874-Ale.c [L15 P01], I-DP-26_11_1874-Ale.c [L15 P02], I-DP-26_11_1874-Ale.c [L15 P03] e I-DP-26_11_1874-Ale.c [L15 P04]), onde são conservados os manuscritos autógrafos.

³⁵⁸ Segundo Raimundo de Menezes (1977b:334), trata-se de revista “científico-literária” publicada com o apoio financeiro da Sociedade Brasileira de Beneficência, em Campos dos Goytacazes/RJ.

Eu insurgi-me contra essa tirania literária; e não por acinte, senão por uma natural impulsão do gênio brasileiro, que eu sinto em mim e no país que me cerca, tão outro do português, embora seu irmão carnal pela origem e pela língua.

Coloquem-se ao lado um do outro, dois exemplares das várias classes portuguesas e brasileiras, desde a base até o cimo da sociedade. Ao cabo de uma hora de prática e de observação, não há quem não os distinga perfeitamente. Eles se destacam por suas excelências e defeitos recíprocos, assim como pelos seus ridículos e cacoetes próprios.

Ora a teima em negar o fato que se impõe, a pretensão de destruir a realidade para substituí-la por uma convenção impossível sob o nome de *classicismo*, é a insana tarefa de Sísifo³⁵⁹. Rolem os *puristas*, que o não são porque há muitas feras no tal purismo; rolem a pedra, quantas vezes queiram, que ela há de retroceder e tornar ao chão: onde a colocou a revolução dos tempos e o progresso da humanidade.

Quando Portugal descobriu o Brasil, encontrou o seu sucessor. E assim como a Lusitânia glorificada por Camões³⁶⁰ não é o *Portus cale* do conde de Borgonha³⁶¹, também o Brasil de nossos dias, não é e não pode ser a colônia das Índias Ocidentais.

Eis porque me enche de prazer e de estímulos a conformidade que porventura encontro neste ou naquele irmão nas letras, quando se trata da nacionalidade de nossa literatura.

Somos nós, é o Brasil, quem deve fazer a lei sobre a sua língua, o seu gosto, a sua arte e a sua literatura. Essa autonomia, que não exclui a lição dos mestres antigos e modernos, é não só um direito, mas um dever.

Quanto dinheiro se não tem gasto entre nós por causa de algumas nesgas de terra disputadas pelos nossos vizinhos? [Bastam] as guerras, sem falar das embaixadas e tratados.

Entretanto o meu patriotismo se revolta com muito maior força, quando vejo que brasileiros há e escritores de talento, que nos submetem ao bolo da férula lusitana; do que se cedêssemos umas tantas léguas de terra, que não nos fariam falta.

Seria da maior conveniência que em todos os pontos do Brasil onde a literatura nacional desponta nessas generosas expansões da imprensa periódica, fosse um dos artigos do programa das revistas essa preocupação de nossa individualidade literária.

³⁵⁹ Referência ao Mito de Sísifo, personagem da mitologia grega conhecida pelo exercício de quotidianas tarefas fatigantes, que lhes foram imputadas como castigo por ele desprezar o poder dos deuses.

³⁶⁰ Trata-se do português Luís Vaz de Camões (1524-1580), um dos mais célebres poetas da língua portuguesa, cuja obra mais importante é *Os Lusíadas*, publicada em 1572.

³⁶¹ Depois da tomada da Península Ibérica pelos romanos, durante a Segunda Guerra Púnica (218 a.C.-201 a.C.), a cidade de Cale foi conquistada e rebatizada *Portus Cale*.

Se tivesse a felicidade de ver aceita a ideia, eu concorreria por minha parte indicando os meios que me parecem mais idôneos ao fim, e dos quais já tenho cogitado.

Com muito apreço.

De V. Sas.

Col. e mt.^o. att.^o ven.^{or}

*José de Alencar*³⁶²

26 de novembro 1874.

³⁶² Conforme relata o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:335), a carta foi publicada em artigo assinado pelo professor Helio Viana sob o título de “Alencar, precursor do Nacionalismo Linguístico e Literário”, em folhetim do *Jornal do Comércio* de 20/03/1964.

Mmas. Leirs Reductores da Luz

Cordialmente agradeço a V^{tes} os exemplares
que se dignaram ~~remetter~~ - me do seu interessante
periódico, e faço votos para que a
Revista Scientifica e litteraria medre e
prospere, como promete a sua illustrada
Redacção.

Muita satisfação tive ao ler as obser-
vações com que em um dos numeros
anteriores, a Revista acompanhava alguns
apontamentos sobre orthographia, que
as pressas sepalhei pelas notas da 2^a edição
de Graa sena, edição ^{compositores} incorrectissima, feita
por uns franceses que mal algaraviavam
o portuguez.

Nos os brasileiros temos descuidado inteira-
mente o maximo assumpto da nacionali-
dade de nossa litteratura, e por uma tri-
nidade censuravel nos deixamos governar
pela perula do pedagogismo portuguez.

que pretende o monopolio da sciencia e polimento
de nossa lingua.

Eu insurgi-me contra essa Tyrannia litte-
raria; e nao por acinte, senao por uma
natural impulsao do genio brasileiro, que
eu sinto em mim e no povo que me cerca, tao
outro do portuguez, embora seu irmao carnal
pela origem e pela lingua.

Colloquem-se ao lado um do outro, dois
exemplares das varias classes portuguezas e
brasileiras, desde a base ate o cimo da socie-
dade. Ao cabo de uma hora de pratica e
de observacao, nao ha quem nao os distingua
perfeitamente. Elles se destacam por suas
excellencias e defeitos reciprocos, assim como
pelos seus ridiculos e cacoethes proprias.

Ara a ^{essa} ~~terceira~~ ^{segunda} ~~terceira~~ fazer o facto que se impoe, a
pretensao de destruir a realidade para substitui-la
por uma convencao impossivel sob o nome
de classismo, e a misera tarefa de Sisifus.

Rolem os privilegiados, que o nao faz porque
ha muitas peras no tal jurisimo; rolem

a pedra, quantos vires queriam, que ella hade
retroceder e tomar ao chao; onde a collocou
a revolução dos tempos e o progresso da huma-
nidade.

Quando Portugal descobriu o Brasil, encontrou
o seu successor. E assim como a Luritania
glorificando por Caman não é o Portugal cathe
do conde de Barganha, tambem o Brasil
de nossos dias, não é e não pode ser
a colonia das Indias Occidentaes.

Ei porque me make de prater e de arti-
mulos a conformidade que por ventura
encontre neste ou naquella irrisão nas lettras,
quando se trata da nacionalidade de
nova litteratura.

Bommas nos; é o Brasil, quem deve
fazer a lei sobre a sua lingua, o seu
gosto, a sua arte e a sua litteratura. Essa
autthonomia, que não exclue a lição
dos mestres antigos e modernos, é não
so' um direito; mas um dever.

Quanto dinheiro se não tem gasto entre

nos por causa de algumas vergas de terra
disputadas pelas novas vizinhas? bastam as
guerras, sem fallar das embaiçadas e
tratados.

Entretanto o meu pectus tem-se de revolta
com muito maior força, quando vejo que
brasilhas ha e escriptores de talento, que
nos submettem ao ^{bolo} juizo da perula britânica;
~~mas~~ de que hi ~~cerdezas~~ umas tantas
leças de terra, que não nos fariam falta.

Hei da maior conveniencia que em
todos os pontos do Brasil onde a litteratura
nacional aponta novos generos e espaços
da imprensa periodica; fazer um dos
artigos do programma das revistas uma preo-
cupação de nossa individualidade litteraria.

Hi tive a felicidade de ver accerta-
a ideia, em conversação por minha parte in-
dicando os meios que me parecem mais
idoneos ao fim, e dos quaes hei tentos cogita-
do.

Com muito apuro
Seffar

coll. e mto attos venhos

26 de novembro 1876.

J. dublencar

59. [Rio de Janeiro], 28 abr.1875 – bilhete³⁶³ a Luís Castro³⁶⁴.

Sr. Redator.

Seu espirituoso e elegante folhetinista me atribui em sua revista de domingo parte de uma diálogo que não foi exatamente reproduzido por lapso de memória. Nem a frase é minha, nem a ideia.³⁶⁵

60. Lisboa, 21 set.1876 – carta³⁶⁶ ao Visconde de Benalcanfor.

Ilmo. Sr. Visconde de Benalcanfor

Foi para mim uma fortuna e honra, ao entrar nesta bela e laureada capital de Portugal, receber a saudação amiga de uma das glórias mais legítimas da terra ilustre, a que me prende a fraternidade da língua, da raça e das tradições, que são comuns, como comuns devem ser nossos esforços para restituir a essa família da humanidade os seus brilhantes destinos.

A essa fortuna acresceu a do recebimento do volume ultimamente publicado por v. – *De Lisboa ao Cairo* – e no qual deu v. mais uma expansão às poderosas faculdades do seu elegantíssimo engenho.

Espero ter breve ocasião para apresentar-lhe pessoalmente os meus cumprimentos. – Sou de V. S.

J. de Alencar.

Lisboa, 21 de setembro de 1876.³⁶⁷

³⁶³ O bilhete foi publicado pelo *Jornal do Comércio* e sua transcrição parcial encontra-se em Viana Filho (1979:116).

³⁶⁴ Trata-se do redator -chefe do *Jornal do Comércio*, que permaneceu no cargo de março de 1868 a maio de 1888, ano em que veio a falecer.

³⁶⁵ O bilhete é uma resposta à publicação – autorizada segundo o *Folhetim* do *Jornal do Comércio*, 25/04/1875 – de um diálogo mantido entre Ferreira de Meneses (o folhetinista a quem se refere o escritor) e José de Alencar. Nessa conversa, transcrita por Viana Filho (1979:116), o romancista se queixa do prejuízo que lhe era causado quando a sua imagem política era relacionada a de escritor.

³⁶⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:369) e em Menezes (1977a:91).

³⁶⁷ José de Alencar escreve ao Visconde de Benalcanfor respondendo à missiva de 20/09/1876. Trata-se de carta em agradecimento pelo recebimento do livro *Na Itália*, publicado por Benalcanfor, e enviado a José de Alencar, que continuava em Lisboa. Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes, os vínculos de amizade entre eles estreitaram-se tanto, em virtude da troca de livros, que o português sai de Caiscais para visitá-lo na capital do país.

61. [Rio de Janeiro], 28 ago.1877 – trecho do artigo-epistolar³⁶⁸ publicado em *O Vulgarizador*.

Reconhecendo e aplaudindo os altivos cometimentos da ciência moderna, todavia não sacrifico ao ídolo de ontem todas as conquistas de uma civilização milenária. Em meu conceito isso que já consideram a última palavra da ciência, não é mais do que uma revolução, na qual como em todas as revoluções da humanidade vai de envolta com as verdades que surgem, muitas vezes, o erro, o absurdo e o fanatismo. Por enquanto estamos ainda na elaboração. Mais tarde, quando as doutrinas que pululam e formam seitas forem divulgadas e passarem pelo cadinho do tempo e da opinião, só então nascerá a ciência nova, a qual espero que não há de ser exclusivamente materialista, como se anuncia.

[...]

Mas a primeira merece as minhas simpatias. Por um como pressentimento do passado, semelhante à profecia de Vieira³⁶⁹, penso que o Brasil é o berço da humanidade; e que o Adão da Bíblia, o homem vermelho, feito de argila, foi o tronco dessa raça americana, que supõem a degeneração das outras, quando ao contrário é a sua estirpe comum.

Eis uma utopia, que lisonjeia ao nosso patriotismo, e sobre a qual se eu tivesse tempo escreveria um devaneio arqueológico, só pelo malicioso prazer de mostrar aos antiquários que a imaginação pode reproduzir o mundo pré-histórico da mesma forma e com o mesmo fundamento que eles o fazem.

Suas musas são a analogia e a experiência: seriam também as minhas. A diferença está em que eles trabalham sobre um crânio ou um granito, enquanto eu prefiro estudar o grande túmulo que se chama a *história*, e onde se encontra o esqueleto, não de um indivíduo, mas da humanidade. Faltam a esse esqueleto alguns ossos antediluvianos; mas é tão fácil supri-los, como na carcaça dos fósseis.

A ciência positiva tem prestado grandes serviços aos pensadores, fornecendo-lhes fatos e observações importantes; mas este precioso cabedal só poderá ser aproveitado

³⁶⁸ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:396-398).

³⁶⁹ Referência ao Padre Antônio Vieira (1608-1697), português.

quando os sábios se desprenderem do materialismo que os invadiu e desistirem da pretensão de governar o mundo moral pelo microscópio [...] ³⁷⁰

62. [Rio de Janeiro], sem data ³⁷¹ – carta ³⁷² a Joaquim Serra.

Hão de ter ouvido alguns que sou um mimoso do público, cortejado pela imprensa, cercado de uma voga de favor, vivendo de falsa e ridícula idolatria e a um nome oficial. Aí têm as provas cabais; e por ela avaliem dessa nova conspiração do despeito, que veio substituir a antiga conspiração do silêncio e da indiferença. ³⁷³

63. [Rio de Janeiro], sem data ³⁷⁴ – carta ³⁷⁵ dirigida a Augusto Zaluar.

Agora mesmo tenho no prelo um acervo de versos que fiz em outros tempos, e que de tão guardados já criaram mofo. Era preciso dar um nome a essa quimera literária; chamei-a poema, usando da mesma liberdade com que um indivíduo qualquer pode batizar o filho de Homero ou de Virgílio. Nesses versos ³⁷⁶, descrevendo a raça tupi, digo acerca da tez:

[.....] a cor morena
Crestada ao sol brilhava com reflexos
Do cobre encandecido pelo raio.

³⁷⁰ Magalhães Jr. (1977:396) recorda que, estando Alencar muito ligado, no fim de sua vida, a Joaquim Serra, foi por este convidado, em nome do diretor do periódico – Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), português naturalizado brasileiro – a colaborar com alguns artigos. Foi nesse espaço que o autor de *Iracema* “publicou os seus últimos escritos”. O biógrafo ainda lembra que o texto saiu a lume “no n.º5, do mês de setembro de 1877, sob a forma de uma carta, que Alencar datou de 28 de agosto.”

³⁷¹ Ainda que a data da missiva não esteja expressa, trata-se de novembro de 1877.

³⁷² A carta encontra-se parcialmente transcrita em Menezes (1977a:343).

³⁷³ Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:343), a carta encontra-se no *Testamento Literário* de José de Alencar, elaborado um mês antes de sua morte. Não foi possível obter informações a respeito do documento.

³⁷⁴ Ainda que o texto epistolar não tenha uma data expressa, afirma-se com segurança que se trata de carta redigida entre setembro e dezembro de 1877, quando morre José de Alencar.

³⁷⁵ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:398-400).

³⁷⁶ Para o biógrafo Magalhães Jr. (1977:399), “essa passagem deixa claro que Alencar estava imprimindo *Os Filhos de Tupã*, iniciativa que, interrompida por sua morte, não foi levada adiante. Mas o fragmento, com dois versos e metade de outro, citado na carta, não consta da parte do poema impresso na *Revista* da Academia Brasileira de Letras e, posteriormente, no quarto volume da obra alencariana editada pela Aguilar”.

Se estou em erro, desejo ser corrigido, e a tempo de o corrigir.

[...]

Seus leitores tomarão estes artigos pelo que são realmente; meros devaneios de quem, sentindo não sobrar-lhe tempo para estudos tão interessantes, colhe das investigações do sábio todas as ideias que trazem luz ao espírito.

A imaginação, que representa a faculdade criadora do homem, não é, como supõem alguns, uma profana ciência.

Basta ler a obra de Haeckel³⁷⁷, o mais belo romance biológico até hoje escrito sobre a geração do homem, para convencer-se daquela verdade

Le Verrier³⁷⁸, se não tivesse imaginação, notaria impassível as perturbações do planeta Uranus, e a sua álgebra celeste não profetizaria o aparecimento de Netuno.

Lembro isto àqueles que por ventura estranhem o fato de escrever sobre questões de ciência um homem dado ao trabalho da imaginação.

[...]

Para fazer a exata classificação da história natural e determinar a justa posição do homem no sistema da criação terrena, é indispensável abstrair do que sabemos acerca do nosso íntimo, e estudar os fatos biológicos sem nos preocuparmos de suas causas.

Por esse processo, não será difícil mostrar que o homem, apesar de sua analogia zootômica, representa, na história natural, um reino distinto e superior, caracterizado pelo que se pode bem chamar a sua biologia social.³⁷⁹

64. [Rio de Janeiro], sem data – bilhete³⁸⁰ a Benjamin Galvão.

Ilmo. Sen.

Vai esta obra, *Geórgicas* de Virgílio que tinha em meu poder, e rogo-lhe o obséquio de mandar-me o *Palmeirim*.³⁸¹

Alto. []

J. de Alencar³⁸²

³⁷⁷ Provável referência a Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919), médico naturalista alemão, e, possivelmente, ao livro *Anthropogenie ou histoire de l'évolution humaine* (1877).

³⁷⁸ Trata-se de Urbain Jean Joseph Le Verrier (1811-1877), astrônomo francês.

³⁷⁹ As passagens transcritas são da carta dirigida a Augusto Emílio Zaluar, juntamente com o segundo e último artigo do autor de *O Guarani*, intitulado “O Reino Social” e publicado na revista *O Vulgarizador*. Segundo Magalhães Jr. (1977:398), “na carta, Alencar dizia devolver a Zaluar a obra *L'espèce humaine*, de Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau [1810-92], que lhe fora emprestada pelo diretor da revista, e na qual encontrara ‘o esclarecimento relativo à questão sobre que pretendia escrever o prometido artigo’. A carta, como o artigo, é um comentário à obra de Quatrefages, que, segundo Alencar, copia o naturalista, também francês, Alcide d'Orbigny [1802-57], autor de *L'Homme Américain*, que esteve no Brasil, mas aqui só teria visto o Rio de Janeiro e, assim mesmo, de passagem.”

³⁸⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Garmes (1998:131).

³⁸¹ Referência ao *Palmeirim de Inglaterra*, cujo nome completo é *Crônica do famoso e muito esforçado cavaleiro Palmeirim d'Inglaterra*, romance de cavalaria escrito pelo português Francisco de Moraes (1500-1572), entre 1541 e 1543.

7.2 CORRESPONDÊNCIA PASSIVA

65. **Rio de Janeiro, 8 mar.1855** – carta³⁸³ de João Serra.

Am.º e colega

Andaraí, 8 – março – 1855

Amo tanto o seu estilo fácil, natural e fluente, tanto me seduz a cadente harmonia do seu sempre espirituoso dizer que por ela me deixo embevecido, mesmo quando reconheço a supina exageração do pensamento, como nas lisonjeiras palavras do seu obsequioso bilhete, acusando a recepção do meu primeiro (e talvez último) relatório sobre a penitenciária, pobre trabalho, filha da mais incompleta e longínqua observação durante o mês em que me coube a inspeção do estabelecimento.

Desde então uma moléstia grave (e talvez mortal) me veio pôr inteiramente fora da lei, entregando-me corpo e alma ao despótico e arbitrário poder da Medicina. Se tivesse certeza de que esta imprevista ocorrência já houvesse chegado ao conhecimento do nosso amabilíssimo Presidente, não teria motivo para ir ainda do meu leito de dores aborrecê-lo com a leitura destas linhas, cujo único fim é pedir-lhe que lhe explique a razão por que não chegaram ao seu complemento os trabalhos de que por essa ocasião se dignou ele com tanto favor encarregar-me.

Adeus.

Bem quisera terminar mandando-lhe em paga deste obséquio alguma viçosa flor, colhida como por encanto no meio das vastas e monótonas campinas deste meu prosaico retiro, mas apenas deparo com ramos de ciprestes, verde-negros, e não irei, por certo, plantar o emblema da morte em meio dos floridos jardins do jovem poeta benquisto das musas dos amores, nem empanar com o hálito subterrâneo dos túmulos a límpida atmosfera de fragrância em que bebe as suas inspirações.

Acode-me porém neste momento uma reminiscência que me faz mudar de resolução: – O meu amigo tem uma veia romântica, e os poetas românticos misturam essas coisas admiravelmente. Ainda bem. Sempre farei o meu brinde. E leia o doce

³⁸² Não foi possível saber quais vínculos eram mantidos entre José de Alencar e o autor de *O púlpito no Brasil* (1867). Sabe-se apenas que, como Alencar, Benjamin Galvão também exerceu funções públicas devido ser muito próximo do Imperador D. Pedro II, de quem recebeu, inclusive, o título de *Barão de Ramiz*.

³⁸³ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 29, ano III, vol. VIII, p.65-66), de maio de 1918, e em Menezes (1977a:155-157); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:76).

cantor, que também simboliza a esperança, as duras e secas estrofes do desengano; e receba neste grito do moribundo uma lembrança indelével do amigo: é a minha oração da manhã.

*“Domine, exaudi orationem mean”*³⁸⁴

Morrer tão moço ainda! Quando apenas
começava a pagar à pátria amada
o escasso tributo que devia
a seus doces extremos!

Morrer, tendo no peito tanta vida!
tanta ideia na mente, tanto sonho,
tanto afã de servi-la, caminhando
ao futuro com ela!...

Se ao menos de meus filhos eu pudesse,
educados por mim, legar-lhe o esforço...
Mas há! Que os deixo, tenras florezinhas
à mercê dos tufões!

Vencerão das paixões o insano embate?
Sucumbirão na luta do egoísmo?
As crenças, a virtude, o sentimento
quem lhes há de inspirar?

Não te peço, meu Deus, mesquinhos gozos
deste mundo ilusório, mas suplico
tempo de vida, quando baste apenas
para educar meus filhos.

É curto o prazo; dai-me embora o fel
dos sofrimentos – sorverei contente:
lúcida a mente, maceraí-me as carnes,
estortegai meu corpo.

E após tranquilo, volverei aos seio
da eternidade. A fímbria do teu manto,
face em terra, beijando, o meu destino
ouvirei de teus lábios.

(Andaraí, 28 – fevereiro – 1855)

P.S. Ainda um pedido. E vem a ser que denuncie ao nosso Conselheiro Presidente o Dr. José [Hermenegildo] Xavier de Morais³⁸⁵, que além de ser moço talentoso e

³⁸⁴ A tradução dos termos latinos é “Ó Senhor, ouve a minha oração”.

instruído, acaba de fazer na Europa estudos especiais sobre a questão penitenciária, para substituir-me efetiva ou interinamente na nossa comissão, pois ainda, na hipótese mais favorável para mim, não poderei tão cedo voltar ao trabalho.

Acredite na profunda simpatia que soube impor

ao seu colega muito obr.º

João Duarte Lisboa Serra³⁸⁶

66. [Rio de Janeiro], 17 jun.1856 – carta³⁸⁷ de Carlos Geyler.

Exmo. Sr. Dr. J. M. de Alencar, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*.

Incumbido pelo Sr. A. de Lamartine da propaganda do *Curso de Literatura*, que ora se publica, esperava certamente encontrar auxílio e simpatia no Brasil. Não podia ser de outra forma: a nação acessível a todas as grandes ideias nobres e generosas deveria acolher com decisão uma obra do grande poeta, do gênio imortal que, como dissestes ultimamente, pertence mais à humanidade que à França. Entretanto, confesso que estava longe de esperar esse entusiasmo. Permita-me que tanto em nome do Sr. A. de Lamartine, quanto no meu próprio nome, dirija por vosso intermédio os mais calorosos agradecimentos às pessoas que nos prestaram o seu concurso. Honra à nação brasileira! Ela sabe que o gênio pertence a todas as pátrias. Os brasileiros, correspondendo como fizeram ao apelo do grande poeta, provaram uma vez ainda que as fronteiras da França são apenas morais e que existem franceses por toda a parte. Queira aceitar, etc.

Carlos Geyler³⁸⁸

³⁸⁵ Sobre o Conselheiro Xavier de Moraes, sabe-se que a ele foi dedicado o drama *Leonor de Mendonça* (1847), de Gonçalves Dias.

³⁸⁶ Trata-se de carta do intelectual e Conselheiro João Duarte Lisboa Serra, enviada em agradecimento pela publicação de uma de suas poesias no *Correio Mercantil*. Os versos que acompanham esta missiva foram trazidos a público, por José de Alencar, no seu *Ao Correr da Pena* do dia 22/04/1858 (Alencar, vol. IV, 1960:761-762), juntamente com breve texto intitulado “Uma cena de luto: Lisboa Serra”, em homenagem ao amigo recentemente morto.

³⁸⁷ A carta encontra-se parcialmente transcrita Menezes (1977b:97).

³⁸⁸ Carlos Geyler agradece as assinaturas conquistadas para a publicação do *Cours Familier de Littérature*, do poeta Alphonse de Lamartine. Cf. cartas 37, 67, 68 e 69.

67. Paris, 24 jun.1856 – carta³⁸⁹ de Alphonse de Lamartine.

Monsieur.

J'ai reçu avec une vive reconnaissance les nouvelles si favorables et si inattendues de l'accueil fait par les Brésiliens à mon oeuvre et à mon nom. Je n'avais d'autre titre à leur intérêt que mon respect pour une nation qui a transplanté la Poésie de Camoens, l'honneur du vieux monde, dans le nouveau monde. Le théâtre sur lequel les Portugais du Brésil exercent maintenant leur héroïsme, leur sprit de conquête morale et commerciale et leur génie littéraire est plus vaste et plus magnifiquement decore par la nature que leur propre patrie européenne. De grandes destinées heureusement commencées les y attendent. Ces destinées leur étaient dues, ils ont ouvert à l'Europe savante et industrielle les portes de l'Inde et de la Chine. C'est à eux maintenant de poetiser un autre continent. Un de mes désirs les plus inveterés a été toujours d'aller visiter une fois cet Eden de l'Amérique méridionale e qu'on appelle *Rio de Janeiro*. Les vicissitudes de la vie qui me font libre me permettent de me bercer quelquefois de cette esperance. D'après ce que vous m'écrivez, Monsieur, je n'y serais pas seulement un voyageur mais un concitoyen intellectuel de ce peuple de Lusiades. Remerciez-le en mon nom de cette naturalisation par mes oeuvres et continuez à m'y faire des lecteurs. Je n'ai eu q'un mérite dans ma vie littéraire et politique; j'ai semé sur ma route de l'amitié et je recolte des amis dans tout l'univers.³⁹⁰

Paris, 24 mai 1856.

Lamartine³⁹¹

³⁸⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita, em francês, na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.30), de janeiro de 1918, e em Menezes (1977a:167-168); a transcrição integral – em português – pode ser lida em Menezes (1977b:97-98), e há também um pequeno trecho da missiva transcrito em Viana Filho (1979:63).

³⁹⁰ Tradução: *Senhor. Recebi com vivo reconhecimento as notícias favoráveis e tão inesperadas do acolhimento feito pelos brasileiros à minha obra e ao meu nome. [Eu não tinha nada a mais a oferecer além do] meu respeito por uma nação que transplantou a Poesia de Camões, honra do velho mundo, para o novo mundo. O teatro no qual os portugueses do Brasil exercem agora seu heroísmo, seu espírito de conquista moral e comercial [,] e seu gênio literário é mais vasto e mais magnificamente decorado pela natureza que sua pátria europeia. Grandes destinos [,] felizmente iniciados [,] os esperam aí. Esses destinos lhes eram devidos, eles abriram à Europa, sábia e industrial, os portos da Índia e da China. Cabe a eles agora poetizar um outro continente. Um dos meus desejos mais constantes foi sempre de ir visitar esse Éden da América meridional que chamam Rio de Janeiro. As vicissitudes da vida, que me tornam livre, me permitem embalar algumas vezes essa esperança. Segundo o que me dizeis, Senhor, eu não serei somente um viajante, mas um cidadão intelectual desse povo de Lusíadas. Agradeça-o em meu nome essa naturalização pelas minhas obras e continue a me arranjar leitores. Não possuo outro mérito na minha vida literária e política; semeei no meu caminho a amizade e recolhi amigos em todo o universo.*

³⁹¹ Lamartine escreve a Alencar em agradecimento pela intervenção do jornalista brasileiro na publicação do seu *Cours Familier de Littérature*. Cf. cartas 37, 66, 68 e 69.

68. [Paris], 27 ago.1856 – carta³⁹² de Alphonse de Lamartine.

Senhor.

Recebi vossa carta de 17 de julho e as boas notícias que ela me anunciou. Deverei o restabelecimento de meus negócios à simpatia da nobre Nação brasileira, da qual vós fizestes para mim um povo de amigos. A alegria que sentis pelo bom resultado de vossos esforços é uma prova de sinceridade e da energia dos sentimentos que me dedicais. O álbum do Sr. Alencar será, para mim, uma carta de naturalização no Brasil. Eu o transformarei em um monumento da maior duração, para que ele passe a meus descendentes; e se, graça a vós e a meus numerosos amigos do Brasil, eu puder salvar meu teto paterno, os nomes escritos sobre o papel serão gravados sobre o bronze, e ilustrarão meu humilde albergue. Será a reprodução *aero publico*³⁹³ que alguns grandes homens, cidadãos, filósofos ou poetas da antiguidade, tinham a honra de fazer gravar nas fachadas de suas casas. Tenha a bondade de dizer a Sua Majestade o Imperador quanto me sensibilizaram as palavras que se dignou juntar à sua assinatura. Não tenho senão um meio de exprimir-lhe, assim como a Sua Majestade a Imperatriz e à nobre Nação brasileira, a força do sentimento de que me sinto possuído; e será de ir breve, em pessoa, lhe apresentar a homenagem de meu respeito. Tomei essa resolução, ao receber as vossas cartas; e espero que, no começo da primavera, terminando meus negócios, poderei dar a meu coração essa satisfação, que se torna ao mesmo tempo um dever. O Rio de Janeiro há muito tempo que é *miragem* de meus olhos, e se alguma coisa puder ainda reanimar a minha imaginação, será o aspecto desse Éden do novo mundo, que a amizade do povo brasileiro transformou para mim quase em um país natal. Aceite, senhor, a segurança da minha cordialidade.

Al. de Lamartine

Saint-Point, 27 de agosto [de 1856].³⁹⁴

³⁹² A carta encontra-se integralmente transcrita Menezes (1977b:98-99).

³⁹³ A tradução dos termos latinos é “com bronze público”.

³⁹⁴ Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:98), a missiva, relativa ao episódio da publicação do *Cours Familier de Littérature*, é publicada por Alencar na edição de 10/10/1856 do *Diário do Rio de Janeiro*. Cf. cartas 37, 66, 67 e 69.

69. **Paris, 7 set.1857** – carta³⁹⁵ de Marques Lisboa.

Paris, 7 de setembro de 1857.

Ilmo. Sr. Dr. José Martiniano de Alencar.

Recebi a carta com que me honrou V. S. e o *Álbum* que nela se anunciava, destinado a Mr. de Lamartine, a quem com a maior satisfação entregá-lo-ei logo que a esta Corte regressar este Poeta.

A chave e a fechadura da caixa em que veio o álbum chegaram algum tanto danificadas, mas foram logo convenientemente consertadas e douradas.

Aqui fico às suas ordens, e tenho a honra de ser

De V. S.

Muito At.º Vdor e Obr.

[Joaquim] Marques Lisboa³⁹⁶

70. **Rio de Janeiro, 27 set.1857** – carta³⁹⁷ de Diogo de Bivar.

Com muita satisfação, conformando-me com a judiciosa censura, dou licença para que esta comédia possa subir à cena em qualquer dos teatros desta Corte. Caracteres bem desenhados e tipos verdadeiros; o ridículo apanhado sem afetação mas com chiste; cenas de família naturais e, todavia, espirituosas; linguagem vulgar, por vezes filosófica, tudo constitui esta composição uma verdadeira comédia de costumes, que só nós, brasileiros, podemos aquilatar. Em nome, pois, do Conservatório, dirijo ao seu autor os mais sinceros encômios, e como tenho de nominativamente indicar ao governo imperial o nome dos autores nacionais distintos por suas produções dramáticas, encarrego o Sr. 1º Secretário de me informar quem seja e de quem se trata.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1857.

Diogo de Bivar, presidente.³⁹⁸

³⁹⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.349), de novembro de 1918, e em Menezes (1977a:169). Nota-se que ambas as transcrições trazem o nome do autor da missiva grafado de maneira incorreta.

³⁹⁶ Estando na Europa com a finalidade de acompanhar sua esposa, em tratamento médico, foi atribuída a Marques Lisboa (o Almirante Tamandaré), pelo governo brasileiro, a realização de tarefas oficiais na França e Grã-Bretanha. Devido à oportuna localização geográfica, solicitaram-lhe a entrega do referido livro de autógrafos ao poeta francês. Cf. cartas 37, 66, 67 e 68.

³⁹⁷ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:111).

³⁹⁸ Com esta missiva, o presidente do Conservatório Dramático Brasileiro, em meio a elogios à peça *O Demônio Familiar*, comunica a seu autor que a mesma poderá ser encenada. É em razão desta carta que

71. **Rio de Janeiro, 1 out.1857** – carta³⁹⁹ de Antônio Cunha.

Ilmo. Sr. Dr. José Martiniano d'Alencar.

Na qualidade de 1º Secretário do Conservatório Dramático Brasileiro⁴⁰⁰, fui pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente⁴⁰¹ encarregado de indagar o nome do autor da comédia em 4 atos *O Rio de Janeiro – Demônio Familiar*, que tendo sido ultimamente apresentada à censura do mesmo Conservatório, mereceu os maiores elogios, tanto pela naturalidade do enredo, como pela elegância do estilo – sinais reveladores de um brilhante talento e não vulgar erudição.

Cumprindo determinação do Exmo. Sr. Presidente, tratei de informar-me a semelhante respeito, e afinal entrei na convicção de que a V. S. pertenciam os louros de tão assinalada vitória.

Rogo pois, a V. S. por meio desta carta, que se digne permitir que eu comunique ao Exmo. Sr. Presidente o feliz resultado de minhas pesquisas.

Acredito que V. S., para não ser egoísta, e até para não ofuscar o brilho de um dos mais cintilantes raios da literatura brasileira, prestar-se-á de boa mente ao meu pedido.

Sou com a maior consideração.

De V. S.

At. Vener. e Cr.do

Antônio Luís Fernandes Cunha

Rio, 1 de outubro de 1857.⁴⁰²

Antônio Luís Fernandes Cunha, Primeiro Secretário do Conservatório Dramático Brasileiro, escreve a Alencar, em 01/10/1857 (carta 71).

³⁹⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.172-173), de junho de 1918, em Magalhães Jr. (1977:111) e em Menezes (1977a:162-163); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:134-135). Arthur Motta (1921:123-124) também faz referência a essa missiva.

⁴⁰⁰ Segundo Mérian (1988:355), o Conservatório Dramático Brasileiro foi um “organismo de censura”, sendo considerado um “dos principais obstáculos para o desenvolvimento do teatro, na opinião da maioria dos autores dramáticos.” Afirma, ainda, que a “instituição, conhecida sob o nome de ‘Conservatório Dramático’[,] foi criada a 20/04/1843. Sua finalidade principal era de velar pela moralidade das peças apresentadas ao público. O governo exercia, através do ‘Conservatório Dramático’, um controle sobre a atividade teatral na capital. Esta atitude era justificada, a seus olhos, pelo fato de que certos teatros eram subvencionados pelo Estado e de que outros tiravam substanciais recursos da loteria. Os membros do ‘Conservatório Dramático’ eram escolhidos e nomeados pelo governo. [...] Nenhuma peça podia ser representada no Rio de Janeiro sem o parecer dos censores.” Machado de Assis (1959:20-23), em texto publicado no periódico *O Espelho*, a 25/12/1859, também se refere ao órgão censor: “Dois são, ou devem ser, os fins desta instituição: o moral e o intelectual. Preenche o primeiro na correção das feições menos decentes das concepções dramáticas; atinge ao segundo analisando e decidindo sobre o mérito literário – dessas mesmas concepções [...] Julgar do valor literário de uma composição, é exercer uma função civilizadora, ao mesmo tempo que praticar um direito do espírito; é tomar um caráter menos vassalo, e de mais iniciativa e deliberação.”

⁴⁰¹ Referência a Diogo Soares da Silva de Bivar (1785-1865); informação extraída de João Roberto Gomes de Faria (1987:25).

⁴⁰² Carta do Primeiro Secretário do Conservatório Dramático Brasileiro, revelando a descoberta da autoria da peça *O Demônio Familiar*.

72. **Rio de Janeiro, 3 out.1857** – carta⁴⁰³ do Visconde de Sapucaí.

Ilmo. Sr. Dr. José de Alencar.

Tenho a satisfação de participar a V. S. que Sua Majestade, a Imperatriz⁴⁰⁴, há por bem permitir que lhe seja dedicada a interessante comédia intitulada – *O Demônio Familiar* – cujo autógrafo devolvo a V. S. para a representação.

Dando cumprimento à ordem imperial, aproveito a ocasião para congratular-me com V. S. pela feliz concepção e execução da obra. Sou, com muita consideração

De V. S.

Admdor. e obr.

Visconde de Sapucaí

Paço, 3 de Outubro de 1857.⁴⁰⁵

73. **Rio de Janeiro, 25 mar.1860** – carta⁴⁰⁶ de Quintino Bocaiúva.

Alencar.

Tendo tido, infelizmente impedimentos reais para dar-te uma prova da consideração que me mereces, acompanhando-te de presença como de longe te acompanhei no justo sentimento que te veio amargar, espero que de ti e de tua família obterá esta carta o indulto que te mereço.

Nem pela falta da formalidade tens o direito de supor que não soube eu aquilatar em ti a maior dor de que sejamos suscetíveis e de que eu próprio já experimentei o espinho. Participando-te que me acho hoje na redação do nosso antigo *Diário* aproveito a ocasião para oferecer-te seu préstimo de que não terás de certo ocasião de precisar.

⁴⁰³ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.348), de novembro de 1918, em Magalhães Jr. (1977:112), Menezes (1977a:139-140) e Menezes (1977b:138).

⁴⁰⁴ Referência a Teresa Cristina Maria de Bourbon-Duas Sicílias (1822-1889), cujo nome completo era Teresa Cristina Maria Giuseppa Gasparre Baltassarre Melchiorre Gennara Rosalia Lucia Francesca d'Assisi Elisabetta Francesca di Padova Donata Bonosa Andrea d'Avelino Rita Liutgarda Geltruda Venancia Taddea Spiridione Rocca Matilde di Borbone-Due Sicilie; esposa de D. Pedro II.

⁴⁰⁵ Conforme lembra o biógrafo Magalhães Jr. (1977:112), o Visconde de Sapucaí – como ex-professor de D. Pedro II – “gozava do maior prestígio e intimidade no Paço de São Cristóvão”. Foi em função da proximidade com a família real, que o “antigo Ministro da Fazenda e do Império” transmitiu a autorização desejada a Alencar.

⁴⁰⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.33), de janeiro de 1918, em Menezes (1977a:140-141) e em Menezes (1977b:152-153); a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:142).

Fui assistir à representação do drama que se executou ontem no Ginásio⁴⁰⁷ e que sei ser teu. Tudo o que posso dizer-te acerca dele é que o considero a melhor das tuas obras, conhecidas e por conhecer. Tolera esta hipótese. Só quem tem uma mãe, poderia escrever um poema desses. É um milagre de inspiração, principalmente atentando-se na condição do tipo proeminente da peça.

Adeus; desculpa-me e dispõe de mim como de um antigo

Colega e amigo

Teu

Q. Bocaiúva

S. C. 25 de março 1860.⁴⁰⁸

74. **Ceará, 27 jun.1860** – carta⁴⁰⁹ de Gonçalves Dias.

Am.º e Sr. Alencar.

Desculpe-me de lhe escrever apenas duas linhas: levantei-me de uma enfermidade que me deixou prostrado, e ainda me sinto mal convalescido.

Remeto-lhe a poesia que me pede, feita às carreiras, e quando já me achava enfermo. Sinto somente que ela se deva a um motivo que tanto desgosto lhe terá causado. Perdi meu Pai; ainda criança, deixou-me esse acontecimento uma impressão tal que me faz bem compreender o que será tal golpe para aqueles que, por desgraça, melhor podem avaliar quanto perderam.

Aceite os meus sinceros pêsames, e acredite-me.

De V. Exa.

muito afeiçoado amigo e admirador

A. Gonçalves Dias

Ceará, 27 de Junho de 1860.

Eis a poesia:

Traz zeloso Pastor ao moribundo
Da nossa Religião final conforto;
Mas vê do amigo o transe, e deixa o mundo
Feliz a unir-se desta sorte ao morto.

Ambos felizes! Com viçosas palmas
Remontam ambos aos longínquos Céus;
E qual a morte, as extremosas almas

⁴⁰⁷ Referência ao drama *Mãe*, encenado no Teatro Ginásio Dramático, cuja criação deu-se “em março de 1855, pelo empresário Joaquim Heleodoro Gomes dos Santos” (Faria, 1987:03).

⁴⁰⁸ Com esta missiva, Quintino Bocaiúva refere-se à morte do Senador Alencar, recentemente falecido (16/03/1860) em decorrência de um “acesso pernicioso”, moléstia também conhecida como malária.

⁴⁰⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.33-34), de janeiro de 1918, em Menezes (1977a:141-142) e em Menezes (1977b:157). A transcrição datilografada do manuscrito é conservada pela Biblioteca Nacional.

Juntas descansam na mansão de Deus.
 Tu, porém, ALENCAR, serás querido
 E dos teus na lembrança suspirado
 Enquanto o amor da Pátria, não movido
 De prêmio vil, for pelos bons honrado.

Prestante Cidadão, Herói, exulta!
 Pois foste escudo à liberdade, quando
 Ser escravo era glória! Agora escuta
 A Pátria em torno os restos teus chorando!⁴¹⁰

75. Milão, 21 set.1866 – carta⁴¹¹ de Carlos Gomes.

As suas observações são demasiado justas para que eu não envide todos os meus esforços a fim de que sejam aceitas pelo Dr. Scalvini⁴¹² fazendo assim desaparecer os defeitos que existem no libreto. Qualquer observação que V. Exa. julgue conveniente ainda fazer aceitarei com sumo gosto e aqui me empenharei para que seja aceita.

Já tenho composto alguns pedaços da música que tem aqui merecido aprovação de pessoas competentes, as quais me têm feito entrever a probabilidade de fazer cantar aqui a minha ópera talvez mesmo no Teatro Scala⁴¹³.

Aqui fico trabalhando e rogo a V. Exa. que me considere no número dos seus mais sinceros admiradores e creia que sou

De V. Exa.
 Atº. venor. crº.
 A. Carlos Gomes

Milão, 21 de setembro de 1866.⁴¹⁴

⁴¹⁰ José de Alencar, ainda muito comovido com a morte do pai, pede a Gonçalves Dias um poema dedicado à sua memória. Segundo nota do biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:157), a poesia foi “impressa em uma folha de papel pequena, com tarja preta, sem título, e apenas com a indicação *Poesia do Exmo. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Dias*, sem data, junto a uma cópia manuscrita da carta referida, encontrada pelo advogado [e bibliófilo carioca] Plínio Doyle [1906-2000] na Biblioteca Nacional, no vol. *Gonçalves Dias*, com diversos folhetos e cópias (catálogo: II, 322, 1, 23). Tudo leva a crer que Alencar manda imprimir a poesia, em papel de luto, para distribuição entre os amigos. Não é publicação de jornal ou revista, pois o reverso está em branco.”

⁴¹¹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:218).

⁴¹² Trata-se do italiano Antonio Scalvini (1835-1881), autor e adaptador de textos dramáticos, responsável pela elaboração do libreto da ópera *Il Guarany*.

⁴¹³ O Teatro alla Scala ou La Scala foi inaugurado em 1778, na cidade italiana de Milão.

⁴¹⁴ Alencar, manifestando-se insatisfeito ao assistir à primeira apresentação da ópera *Il Guarany*, realizada em 02/12/1870 no Teatro Lírico Fluminense, faz a seguinte declaração: “o Gomes fez do meu *Guarani* [publicado em 1857] uma embrulhada sem nome, cheia de disparates, obrigando a pobrezinha da Ceci a cantar duetos com o cacique dos Aymorés, que lhe oferece o trono da sua tribo e fazendo Peri jactar-se de ser o leão das nossas matas. Desculpo-lhe, porém, tudo, porque d’aqui a tempos, por causa talvez das suas espontâneas e inspiradas harmonias, não poucos hão de ir ler esse livro, senão relê-lo – o maior favor que pode merecer um autor.” (Taunay, 1908:87-88). Segundo o maestro Julio Medaglia (2008:107), a ópera-baile em quatro atos, “estreada praticamente junto com a *Aida* de Verdi, está muitos graus à frente desta em termos de técnica cênico-musical. Obtendo enorme sucesso quando foi apresentada no Scala de Milão em [19 de março de] 1870, *O Guarani* fez Gomes tornar-se conhecido da noite para o dia em toda a

76. **Rio de Janeiro, 29 fev.1868** – carta⁴¹⁵ de Machado de Assis.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1868.

Exmo. Sr.

É uma boa e grande fortuna conhecer um poeta; melhor e maior fortuna é recebê-lo das mãos de V. Exa. com uma carta que vale um diploma, com uma recomendação que é uma sagração. A musa do Sr. Castro Alves não podia ter mais feliz intróito na vida literária. Abre os olhos em pleno Capitólio. Os seus primeiros cantos obtêm o aplauso de um mestre.

Mas se isto me entusiasma, outra coisa há que me comove e confunde, é a extrema confiança, que é ao mesmo tempo um motivo de orgulho para mim. De orgulho, repito, e tão inútil fora dissimilar esta impressão, quão arrojado seria ver nas palavras de V. Exa. mais do que uma animação generosa.

A tarefa da crítica precisa destes parabéns; é tão árdua de praticar, já pelos estudos que exige, já pelas lutas que impõe, que a palavra eloquente de um chefe é muitas vezes necessária para reavivar as forças exaustas e reerguer o ânimo abatido.

Confesso francamente, que, encetando os meus ensaios de crítica, fui movido pela ideia de contribuir com alguma coisa para a reforma do gosto que se ia perdendo, e efetivamente se perde. Meus limitadíssimos esforços não podiam impedir o tremendo desastre. Como impedi-lo, se, por influência irresistível, o mal vinha de fora, e se impunha ao espírito literário do país, ainda mal formado e quase sem consciência de si? Era difícil plantar as leis do gosto, onde se havia estabelecido uma sombra de literatura, sem alento nem ideal, falseada e frívola, mal imitada e mal copiada. Nem os esforços dos que, como V. Exa, sabem exprimir sentimentos e ideias na língua que nos legaram os mestres clássicos, nem esses puderam opor um dique à torrente invasora. Se a

Europa. Ela foi representada em toda a Itália e em outros vários países, sendo elogiada por grandes músicos, não apenas italianos [...] Sua música representa a passagem do estilo *grand opéra* para o chamado verismo do fim do século. A maioria dos compositores deste estilo (Puccini, Ponchielli, Mascagni e outros) foram seguidores de Gomes.” Quanto às críticas de Alencar, uma justificativa plausível para as alterações realizadas por Gomes e Scalvini é dada pelo mesmo maestro, afirmando que Peri, “quando se tornou personagem de Carlos Gomes [...] foi aceito em um teatro porque cantava árias semelhantes às de Verdi [...] e os índios, em seguida, dançavam barcarolas no famoso balé da ópera” (Medaglia, 2008:242). Cabe ressaltar que Carlos Gomes, em missivas de 04/09/1864 e 03/02/1865, dirigidas a Francisco Manuel da Silva (1795-1865), compositor e maestro carioca, faz comentários sobre a composição da ópera. As referidas cartas autógrafas são conservadas pelo Centro de Ciências, Letras e Artes-Museu Carlos Gomes, situado em Campinas/SP.

⁴¹⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Faria (2008:473-481); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:215) e em Viana Filho (1979:154-155). A missiva foi publicada em 01/03/1868 no *Correio Mercantil*.

sabedoria popular não mente, a universalidade da doença podia dar-nos alguma consolação quando não se antolha remédio ao mal.

Se a magnitude da tarefa era de assombrar espíritos mais robustos, outro risco havia: e a este já não era a inteligência que se expunha, era o caráter. Compreende V. Exa. que, onde a crítica não é instituição formada e assentada, a análise literária tem de lutar contra esse entranhado amor paternal que faz dos nossos filhos as mais belas crianças do mundo. Não raro se originam ódios onde era natural travarem-se afetos. Desfiguram-se os intentos da crítica, atribui-se à inveja o que vem da imparcialidade; chama-se antipatia o que é consciência. Fosse esse, porém, o único obstáculo, estou convencido que ele não pesaria no ânimo de quem põe acima do interesse pessoal o interesse perpétuo da sociedade, porque a boa fama das musas o é também.

Cansados de ouvir chamar bela à poesia, os novos atenienses resolveram bani-la da república.

O elemento poético é hoje um tropeço ao sucesso de uma obra. Aposentaram a imaginação. As musas, que já estavam apeadas dos templos, foram também apeadas dos livros. A poesia dos sentidos veio sentar-se no santuário e assim generalizou-se uma crise funesta às letras. Que enorme Alfeu não seria preciso desviar do seu curso para limpar este presepe de Augias⁴¹⁶?

Eu bem sei que no Brasil, como fora dele, severos espíritos protestam com o trabalho e a lição contra esse estado de coisas; tal é, porém, a feição geral da situação, ao começar a tarde do século. Mas sempre há de triunfar a vida inteligente. Basta que se trabalhe sem trégua. Pela minha parte, estava e está acima das minhas posses semelhante papel; contudo, entendia e entendo – adotando a bela definição do poeta que V. Exa. dá em sua carta – que há para o cidadão da arte e do belo deveres imprescritíveis, e que, quando uma tendência do espírito o impele para certa ordem de atividade, é sua obrigação prestar esse serviço às letras.

Em todo o caso não tive imitadores. Tive um antecessor ilustre, apto para este árduo mister, erudito e profundo, que teria prosseguido no caminho das suas estreias, se a imaginação possante e vivaz não lhe estivesse exigindo as criações que depois nos deu. Será preciso acrescentar que aludo a V. Exa.?

Escolhendo-me para Virgílio do jovem Dante que nos vem da pátria de Moema, impõe-me um dever, cuja responsabilidade seria grande se a própria carta de V. Exa não

⁴¹⁶ Personagens da mitologia grega; Alfeu era o deus do rio de mesmo nome.

houvesse aberto ao neófito as portas da mais vasta publicidade. A análise pode agora esmerilhar nos escritos do poeta belezas e descuidos. O principal trabalho está feito.

Procurei o poeta cujo nome havia sido ligado ao meu, e, com a natural ansiedade que nos produz a notícia de um talento robusto, pedi-lhe que me lesse o seu drama e os seus versos.

Não tive, como V. Exa., a fortuna de os ouvir diante de um magnífico panorama. Não se rasgavam horizontes diante de mim: não tinha os pés nessa formosa Tijuca, que V. Exa. chama um escabelo entre a nuvem e o pântano. Eu estava no pântano. Em torno de nós agitava-se a vida tumultuosa da cidade. Não era o ruído das paixões nem dos interesses; os interesses e as paixões tinham passado a vara à loucura: estávamos no carnaval.

No meio desse tumulto abrimos um oásis de solidão.

Ouvi o *Gonzaga* e algumas poesias.

V. Exa. já sabe o que é o drama e o que são os versos, já os apreciou consigo, já resumiu a sua opinião. Esta carta, destinada a ser lida pelo público, conterà as impressões que recebi com a leitura dos escritos do poeta.

Não podiam ser melhores as impressões. Achei uma vocação literária, cheia de vida e robustez, deixando antever nas magnificências do presente as promessas do futuro. Achei um poeta original. O mal da nossa poesia contemporânea é ser copista – no dizer, nas ideias e nas imagens. Copiá-las é anular-se. A musa do Sr. Castro Alves tem feição própria. Se se adivinha que a sua escola é a de Vitor Hugo⁴¹⁷, não é porque o copie servilmente, mas porque uma índole irmã levou-o a preferir o poeta das *Orientais* ao poeta das *Meditações*⁴¹⁸. Não lhe aprazem certamente as tintas brancas e desmaiadas da elegia; quer antes as cores vivas e os traços vigorosos da ode.

Como o poeta que tomou por mestre, o Sr. Castro Alves canta simultaneamente o que é grande e o que é delicado, mas com igual inspiração e método idêntico; a pompa das figuras, a sonoridade do vocábulo, uma forma esculpida com arte, sentindo-se por baixo desses labores o estro, a espontaneidade, o ímpeto. Não é raro andarem separadas estas duas qualidades da poesia: a forma e o estro. Os verdadeiros poetas são os que as têm ambas. Vê-se que o Sr. Castro Alves as possui; veste as suas ideias com roupas finas e trabalhadas. O receio de cair em um defeito, não o levará a cair no defeito contrário? Não me parece que lhe haja acontecido isso; mas indico-lhe o mal, para que

⁴¹⁷ Trata-se do escritor francês Victor-Marie Hugo (1802-1885), autor do poema *Les Orientales*, de 1829.

⁴¹⁸ Referência a Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790-1869), escritor francês; e às suas *Premières méditations poétiques* (1820).

fuja dele. É possível que uma segunda leitura dos seus versos me mostrasse alguns senões fáceis de remediar; confesso que os não percebi no meio de tantas belezas.

O drama, esse li-o atentamente; depois de ouvi-lo, li-o, e reli-o, e não sei bem se era a necessidade de o apreciar, se o encanto da obra, que me demorava os olhos em cada página do volume.

O poeta explica o dramaturgo. Reaparecem no drama as qualidades do verso; as metáforas enchem o período; sente-se de quando em quando o arrojo da ode. Sófocles pede as asas a Píndaro. Parece ao poeta que o tablado é pequeno; rompe o céu de lona e arroja-se ao espaço livre e azul.

Esta exuberância que V. Exa. com justa razão atribui à idade, concordo que o poeta há de reprimi-la com os anos. Então conseguirá separar completamente a língua lírica da língua dramática; e do muito que devemos esperar temos prova e fiança no que nos dá hoje.

Estreando no teatro com um assunto histórico, e assunto de uma revolução infeliz, o Sr. Castro Alves consultou a índole do seu gênio poético. Precisava de figuras que o tempo houvesse consagrado; as da Inconfidência tinham além disso a auréola do martírio. Que melhor assunto para excitar a piedade? A tentativa abortada de uma revolução, que tinha por fim consagrar a nossa independência, merece do Brasil de hoje aquela veneração que as raças livres devem aos seus Espártacos. O insucesso fê-los criminosos; a vitória tê-los-ia feito Washingtons. Condenou-os a justiça legal; reabilita-os a justiça histórica.

Condensar estas ideias em uma obra dramática, transportar para a cena a tragédia política dos Inconfidentes, tal foi o objeto do Sr. Castro Alves, e não se pode esquecer que, se o intuito era nobre, o cometimento era grave. O talento do poeta superou a dificuldade; com uma sagacidade, que eu admiro em tão verdes anos, tratou a história e a arte por modo que, nem aquela o pode acusar de infiel, nem esta de copista. Os que, como V. Exa., conhecem esta aliança, hão de avaliar esse primeiro merecimento do drama do Sr. Castro Alves.

A escolha de Gonzaga para protagonista foi certamente inspirada ao poeta pela circunstância dos seus legendários amores, de que é história aquela famosa Marília de Dirceu. Mas não creio que fosse só essa circunstância. Do processo resulta que o cantor de Marília era tido por chefe da conspiração, em atenção aos seus talentos e letras. A prudência com que se houve desviou da sua cabeça a pena capital. Tiradentes, esse era o agitador; serviu à conspiração com uma atividade rara; era mais um conspirador do dia

que da noite. A justiça o escolheu para a forca. Por tudo isso ficou o seu nome ligado ao da tentativa de Minas.

Os amores de Gonzaga traziam naturalmente ao teatro o elemento feminino, e de um lance, casavam-se em cena a tradição política e a tradição poética, o coração do homem e a alma do cidadão. A circunstância foi bem aproveitada pelo autor; o protagonista atravessa o drama sem desmentir a sua dupla qualidade de amante e de patriota; casa no mesmo ideal os seus dois sentimentos. Quando Maria lhe propõe a fuga, no terceiro ato, o poeta não hesita em repelir esse recurso, apesar de ser iminente a sua perda. Já então a revolução expira; para as ambições, se ele as houvesse, a esperança era nenhuma; mas ainda era tempo de cumprir o dever. Gonzaga preferiu seguir a lição do velho Horácio corneiliano: entre o coração e o dever a alternativa é dolorosa. Gonzaga satisfaz o dever e consola o coração. Nem a pátria nem a amante podem lançar-lhe nada em rosto.

O Sr. Castro Alves houve-se com a mesma arte em relação aos outros conjurados. Para avaliar um drama histórico, não se pode deixar de recorrer à história; suprimir esta condição é expor-se a crítica a não entender o poeta.

Quem vê o Tiradentes do drama não reconhece logo aquele conjurado impaciente e ativo, nobremente estouvado, que tudo arrisca e empreende, que confia mais que todos no sucesso da causa, e paga enfim as demasias do seu caráter com a morte na forca e a profanação do cadáver? E Cláudio, o doce poeta, não o vemos todo ali, galhofeiro e generoso, fazendo da conspiração uma festa e da liberdade uma dama, gamenho no perigo, caminhando para a morte com o riso nos lábios, como aqueles emigrados do Terror? Não lhe rola já na cabeça a ideia do suicídio, que praticou mais tarde, quando a expectativa do patíbulo lhe despertou a fibra de Catão, casando-se com a morte, já que se não podia casar com a liberdade? Não é aquele o denunciante Silvério, aquele o Alvarenga, aquele o padre Carlos? Em tudo isso é de louvar a consciência literária do autor. A história nas suas mãos não foi um pretexto; não quis profanar as figuras do passado, dando-lhes feições caprichosas. Apenas empregou aquela exageração artística, necessária ao teatro, onde os caracteres precisam de relevo, onde é mister concentrar em pequeno espaço todos os traços de uma individualidade, todos os caracteres essenciais de uma época ou de um acontecimento.

Concordo que a ação parece às vezes desenvolver-se pelo acidente material. Mas esses raríssimos casos são compensados pela influência do princípio contrário em toda a peça.

O vigor dos caracteres pedia o vigor da ação; ela é vigorosa e interessante em todo o livro; patética no último ato. Os derradeiros adeuses de Gonzaga e Maria excitam

naturalmente a piedade, e uns belos versos fecham este drama, que pode conter as incertezas de um talento juvenil, mas que é com certeza uma invejável estreia.

Nesta rápida exposição das minhas impressões, vê V. Exa. que alguma coisa me escapou. Eu não podia, por exemplo, deixar de mencionar aqui a figura do preto Luís. Em uma conspiração para a liberdade, era justo aventar a ideia da abolição. Luís representa o elemento escravo. Contudo o Sr. Castro Alves não lhe deu exclusivamente a paixão da liberdade. Achou mais dramático pôr naquele coração os desesperos do amor paterno. Quis tornar mais odiosa a situação do escravo pela luta entre a natureza e o fato social, entre a lei e o coração. Luís espera da revolução, antes da liberdade, a restituição da filha; é a primeira afirmação da personalidade humana; o cidadão virá depois. Por isso, quando no terceiro ato Luís encontra a filha já cadáver, e prorrompe em exclamações e soluços, o coração chora com ele, e a memória, se a memória pode dominar tais comoções, nos traz aos olhos a bela cena do *Rei Lear*, carregando nos braços Cordélia morta. Quem os compara não vê nem o rei nem o escravo: vê o homem.

Cumprimento mencionar outras situações igualmente belas. Entra nesse número a cena da prisão dos conjurados no terceiro ato. As cenas entre Maria e o governador também são dignas de menção, posto que prevalece no espírito o reparo a que V. Exa. aludiu na sua carta. O coração exigira menos valor e astúcia da parte de Maria; mas, não é verdade que o amor vence as repugnâncias para vencer os obstáculos? Em todo o caso uma ligeira sombra não empana o fulgor da figura.

As cenas amorosas são escritas com paixão; as palavras saem naturalmente de uma alma para outra, prorrompem de um para outro coração. E que contraste melancólico não é aquele idílio às portas do desterro, quando já a justiça está prestes a vir separar os dois amantes!

Dir-se-á que eu só recomendo belezas e não encontro senões? Já aponte os que cuidei ver. Acho mais — duas ou três imagens que me não parecem felizes; e uma ou outra locução suscetível de emenda. Mas que é isto no meio das louçanias da forma? Que as demasias do estilo, a exuberância das metáforas, o excesso das figuras devem obter a atenção do autor, é coisa tão segura que eu me limito a mencioná-las; mas como não aceitar agradecido esta prodigalidade de hoje, que pode ser a sábia economia de amanhã?

Resta-me dizer que, pintando nos seus personagens a exaltação patriótica, o poeta não foi só à lição do fato, misturou talvez com essa exaltação um pouco do seu próprio sentir. É a homenagem do poeta ao cidadão. Mas, consorciando os sentimentos pessoais aos dos seus personagens, é inútil distinguir o caráter diverso dos tempos e das

situações. Os sucessos que em 1822 nos deram uma pátria e uma dinastia, apagaram antipatias históricas que a arte deve reproduzir quando evoca o passado.

Tais foram as impressões que me deixou este drama viril, estudado e meditado, escrito com calor e com alma. A mão é inexperiente, mas a sagacidade do autor supre a inexperiência. Estudou e estuda; é um penhor que nos dá. Quando voltar aos arquivos históricos ou revolver as paixões contemporâneas, estou certo que o fará com a mão na consciência. Está moço, tem um belo futuro diante de si. Venha desde já alistar-se nas fileiras dos que devem trabalhar para restaurar o império das musas.

O fim é nobre, a necessidade é evidente. Mas o sucesso coroará a obra? É um ponto de interrogação que há de ter surgido no espírito de V. Exa. Contra estes intuitos, tão santos quanto indispensáveis, eu sei que há um obstáculo, e V. Exa. o sabe também: é a conspiração da indiferença. Mas a perseverança não pode vencê-la? Devemos esperar que sim.

Quanto a V. Exa., respirando nos degraus da nossa Tijuca o hausto puro e vivificante da natureza, vai meditando, sem dúvida, em outras obras-primas com que nos há de vir surpreender cá embaixo. Deve fazê-lo sem temor. Contra a conspiração da indiferença, tem V. Exa. um aliado invencível: é a conspiração da posteridade.

*Machado de Assis*⁴¹⁹

77. [São Paulo], sem data⁴²⁰ – carta⁴²¹ de Castro Alves.

Exmo.º Am.º Sr. Conselheiro.

Escrevo a V. Exa. para manifestar o meu reconhecimento pela magnífica apresentação do meu pequeno trabalho. V. Exa. é grande, por consequência tem a prodigalidade de um milionário de glórias.

Mas para que dizer palavras? [À] – carta – de V. Exa., àquele diploma literário eu só posso responder de uma maneira digna de mim e do meu ilustre mestre, é fazendo com que, um dia, à força de trabalho, possa ser realizada, senão todas, ao menos parte das profecias benévolas de V. Exa.

⁴¹⁹ Esta carta-aberta é a resposta de Machado de Assis à missiva (número 51) de José de Alencar acerca da apresentação do poeta Castro Alves à sociedade literária fluminense.

⁴²⁰ Ainda que a carta não traga a data expressa, pode-se atribuí-la ao ano de 1868, quando se deu a correspondência a respeito de Castro Alves. Cf. cartas 51 e 76.

⁴²¹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.34), de janeiro de 1918, em Magalhães Jr. (1977:207-208) e em Menezes (1977a:142-143); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:215).

Trabalhar é o meio que empregarei para ser digno do meu ilustre mestre.

E agora tenho a pedir-lhe perdão de não ter ido receber pessoalmente as ordens de V. Exa. Repellido pelo teatro do Furtado⁴²², lutando depois para a publicação do meu drama, tive os dias uns após outros de tal sorte ocupados de “nada” que não pude receber a honra de ir cumprimentar V. Exa.

Entretanto apelo a V. Exa. que aceite as minhas despedidas e apresente as minhas considerações à Exma. Família.

Agora permita-me V. Exa. que me assine, com toda a efusão d’alma.

De V. Exa. muito amigo, admirador, muito agradecido

*Castro Alves*⁴²³

78. Lisboa, 19 dez.1871 – carta⁴²⁴ de Henriques Leal.

Ilmo. e Ex.^{mo} Sr. Cons.^o José de Alencar.

Desde que estou aqui desterrado pela enfermidade que me afugentou da pátria, que não tive mais o prazer de ler os primorosos escritos de sua fecunda e brilhante pena além da 2ª edição de *Iracema*, que me foi remetida por um amigo. Quisera no entanto, ter à mão tudo quanto V. Exa. tem escrito, quer com o seu nome, quer sob o pseudônimo e isso não só para dá-lo a ler a alguns literatos, como para matar saudades da pátria, tendo um pedaço dela tão bem representado pelas esplêndidas produções de V. Exa. para ufanar-me ainda mais de ser brasileiro.

Se lhe não parecer estranho e importuno este pedido, e aceder a ele, poderá entregar a coleção ao Sr. Antônio Enoque dos Reis, à Praça da Aclamação nº 29, que de certo me remeterá com toda a segurança.

Pedindo a V. Exa. mil desculpas, rogo-lhe considerar-me

Sincero admirador e Rev.^{te} Cr.^o

De V. Exa.

Dr. Antônio Henriques Leal

Lisboa, 19 de dezembro 1871.⁴²⁵

⁴²² Segundo o biógrafo Magalhães Jr., quando Castro Alves refere-se ao “teatro do Furtado”, faz menção “ao ator e empresário [português] Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado Coelho”.

⁴²³ Cf. missivas 51 e 76.

⁴²⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.175), de junho de 1918, e em Menezes (1977a:166); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:274).

79. Porto, 12 mar.1872 – carta⁴²⁶ de Antônio de Macedo⁴²⁷.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Será talvez temeridade minha pedir a V. Exa. a quem todos proclamam competentíssimo, sua esclarecida opinião acerca duma poesia minha (“Pedro II”), publicada no *Jornal do Porto*, nº 50.

Jornal que por este paquete dirijo a V. Exa. E mais do que temeridade será rogar-lhe a fineza de me dar alguns esclarecimentos em relação ao libreto da ópera Guarani, do maestro brasileiro Carlos Gomes. Fala-se aqui com bastante interesse nesta ópera: é de que crer a vejamos, mais cedo ou mais tarde, em alguns dos nossos teatros, tencionando eu então escrever alguma coisa sobre isto.

Já V. Exa. vê o que me determina a importunar V. Exa., de quem sou sincero admirador e a quem todos, que conhecem o nosso formoso idioma, rendem o maior culto, como a uma das primeiras glórias literárias do Brasil.

Subcrevo-me com a maior consideração

De V. Exa.

At.º v.or & cr.º obrig.do

Antônio Teixeira de Macedo

Ilmo. Exmo. Sr. José d’Alencar

Rio de Janeiro.

Porto, 12 de março de 1872.

⁴²⁵ Com esta carta, Antônio Henriques Leal demonstra o respeito que José de Alencar lhe inspirava, embora, em meados do mesmo ano, tenha se dedicado à elaboração de folhetins contendo críticas à linguagem empregada em *Iracema*. Tais textos foram divulgados no jornal *O País* (cf. notas da carta 43) e reunidos em um volume intitulado *Lucubrações*, em 1874. O escritor maranhense atingiu o suscetível cearense, que decidiu responder, publicando a *Questão Filológica*, texto incompleto que se encontra no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar. Em sua missiva, Leal refere-se à segunda edição do romance indianista, a qual Alencar chama de “incorretíssima” na carta aos redatores da revista *Lux* (número 58).

⁴²⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.167-168), de fevereiro de 1918, e em Menezes (1977a:152-153).

⁴²⁷ Trata-se de Antônio Teixeira de Macedo.

80. [Rio de Janeiro], sem data⁴²⁸ – carta⁴²⁹ de Luís Guimarães Júnior.

Meu Ilustre Mestre e Amigo:

Beijo-lhe as mãos em primeiro lugar pelo mimosíssimo e delicado noturno – Lembra-te de mim – que como tudo quanto sai dos tesouros de sua inteligência, é jóia de subido preço. Em segundo lugar quero queixar-me a V. Exa., pois não tenho outra pessoa a quem o faça – do que sofri e sofro com a publicação dos *Noturnos*. O tal editor ou editores erraram prodigiosamente a minha obra e não quiseram por forma alguma admitir correções, que ainda estavam em tempo. Oxalá não fosse também comprometido o que V. Exa. escreveu: Estou triste e fica-me por lição a desastrosa ideia de ter procurado outro editor que não fosse o Garnier.⁴³⁰

81. Rio de Janeiro, 14 abr.1872 – carta⁴³¹ de Luís Guimarães Júnior.

Meu ilustre mestre e amigo.

Não é só V. Exa., primeiro vulto da nossa literatura, que sofre o ataque brutal dos Cincinatos e dos Semprônios⁴³². Faltava à minha glória essa semelhança com V. Exa., e os *Noturnos*⁴³³, os pobres *Noturnos*, estão quase a assumir para mim a posição de um purgatório literário.

A grande imprensa disse lindíssimas coisas a respeito do meu livro, fez mais do que poderia desejar a minha infantil ambição de pai estreante. Os meus inimigos, porém, baixos e traidores, começam agora a sua ímpia obra de destruição; ainda ultimamente saíram artigos em jornais de pouca circulação é verdade, mas lidos, em que os *Noturnos*, sofreram como se diz – bordoadas de cego.

Sabe V. Exa., meu querido mestre, que entre nós a crítica torpe encontra mais eco do que o louvor justo e a circumspecta análise. Eis o motivo por que um escritor novel

⁴²⁸ Embora a data não esteja expressa, sabe-se que a missiva é de 1872, pois o biógrafo Luís Viana Filho indica duas datas (02 e 12/03/1872) para a sua elaboração.

⁴²⁹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:280-281).

⁴³⁰ O biógrafo Viana Filho lembra que o delicado noturno de que fala Luís Guimarães Júnior é um conto que serviu de prefácio ao seu livro de poemas, *Noturnos* (1872).

⁴³¹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.35-36), de janeiro de 1918, e em Menezes (1977a:144-145); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:281).

⁴³² Referência aos pseudônimos adotados por Franklin Távora e José Feliciano de Castilho, respectivamente, para tecer ácidas críticas à obra de Alencar, polémica que deu origem a *O Nosso Cancioneiro*. Cf. texto “A poesia popular na pauta epistolográfica”, na primeira parte deste capítulo.

⁴³³ Coletânea de poemas, publicada em 1872.

como eu deve arreçar-se dos ataques desses beócios das letras, que estão enxovalhando a Atenas de J. de Alencar.

Animo-me a pedir-lhe um favor: duas linhas acerca dos *Noturnos*.

Tremo de medo dirigindo-me ainda uma vez à sua inesgotável bondade; mas (é forçoso dizê-lo) só a autoridade de V. Exa. poderá escudar o meu livro aos botes da selvageria.

Já lhe devo muito, já lhe devo tudo, e mais do que tudo; os *Noturnos* sem a introdução talvez passassem despercebidos. Mas o quer V. Exa.? Recorro com crescente segurança ao generoso espírito que de há muito admiro e venero, certo de que a urna de suas inspirações e de seu coração grandioso, mais de uma vez ainda perfumará a minha vida.

Não se constranja, porém; havendo motivo para não aceder ao meu pedido, rogo-lhe que esqueça esta carta.

Eu sempre serei o entusiasta admirador do primeiro nome das letras brasileiras, e quando me quero consolar das visagens horrendas que por vezes me acometem na sombra, lembro-me das figuras angélicas de Berta, de Ceci e de Alice⁴³⁴, – e consolo-me.

Permita-me que assine com o maior respeito

amigo, criado e discípulo obscuro

De V. Exa.

Luís Guimarães Júnior

Rio, 14 de abril de 1872.⁴³⁵

82. [Rio de Janeiro], 18 jun.1872 – carta⁴³⁶ de Joaquim Serra.

Exmo. amigo.

Li os fragmentos e confesso-lhe que esperava aquilo mesmo. A pintura do Amazonas e da floresta virgem abalaram-me. Não sei e nem devo importuná-lo com banalidades encomiásticas.

⁴³⁴ Referências às personagens dos romances *Til*, *O Guarani* e *O Tronco do Ipê*, respectivamente.

⁴³⁵ Cf. carta 80.

⁴³⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.35), de janeiro de 1918, em Menezes (1977a:143-144) e em Menezes (1977b:180); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:291).

Precisávamos de alguma coisa nacional e grandiosa que nos reabilitasse depois dos *Tamoios* e *Colombo*⁴³⁷. Em boa hora aparecem os *Filhos de Tupã*.

Amanhã sairão os trechos em folhetim. Posso mandar-lhe as provas hoje às 5 horas da tarde? Onde?

Como deixou-me liberdade na escolha das variantes adotei as que sairão impressas. As notas não julgo indispensáveis na publicação do jornal, sendo aliás boas como comentário e elucidário quando sair o livro. Se, porém, quer que as imprima, fá-lo-ei.

Até sempre.

Felicita-o com estima.

Amigo, colega e admirador

J. Serra

S.C., junho 18, 1872.⁴³⁸

83. Lisboa, 19 maio 1873 – carta⁴³⁹ de Henriques Leal.

Ilmo. e Exmo. Sr. Cons. José d'Alencar.

Lisboa, 19 de maio, 1873

Não respondi há mais tempo ao delicado e inesperado favor com que V. Exa. honrou-me; porque, não querendo interromper suas tão bem aproveitadas horas senão com uma carta minha, aguardei a remessa do precioso e riquíssimo brinde de V. Exa. Beijo-lhe as mãos por ele que me tem proporcionado tão deliciosos momentos.

Dos seus Discursos vieram-me 3 volumes; um da sessão de 1869, e dois exemplares das de 1871. Foi para mim surpresa e grande. Revelou-se-me V. Exa. por mais este aspecto, novo e desconhecido de mim, na altura do romancista e do dramaturgo que muito aprecio e admiro.

Com a leitura do seu *Til* deixa-me sedento pela continuação de tão bem arquitetado e engenhoso livro. Já conhecia do *Tronco do Ipê* o 1º volume⁴⁴⁰. Visitando S. M. no

⁴³⁷ Referência às obras poéticas *A Confederação dos Tamoios* (1856) e *Colombo* (1866), de Gonçalves de Magalhães (1811-1882).

⁴³⁸ Por meio desta carta, Joaquim Serra – com quem os manuscritos permaneceram até 1882 – escreve ao amigo José de Alencar, emitindo sua opinião sobre os versos de *Os Filhos de Tupã*. No entanto, os versos coligidos por Mário de Alencar foram publicados, segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:180), na *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1910), números I, II e III, e no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar. Segundo nota do biógrafo Luís Viana Filho (1979:299), esta missiva foi publicada no *Jornal do Brasil* em 01/05/1929.

⁴³⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.168), de fevereiro de 1918, e em Menezes (1977a:153-154).

⁴⁴⁰ Os romances *Til* e *O Tronco do Ipê* foram publicados em 1871.

lazareto, conversamos largamente sobre literatura, dando-me ele para ler esse volume, tecendo ao mesmo tempo merecidos louvores ao autor.

Quanto a mim, V. Exa. não tem feito às letras pátrias apenas o serviço de opulentá-las em tão riquíssimos tesouros, porém outro maior – o de ter criado uma escola, nacionalizando de todo em todo a nossa literatura. E felizmente para ele, que a política ativa não tem morto esse fecundíssimo e imaginoso talento. Creia V. Exa. que é isso um fenômeno, não só raro, senão único de que eu tenho notícia. Faço votos ardentes para que se a política preponderar algum dia no espírito de V. Exa. a ponto de esterelizar a fantasia, deixe-a antes V. Exa. Percamos embora o estadista, mas conserve-se sempre nessa primavera florida a frutear tão esplêndidos e saborosos primores quem pode e deve levar longe e bem alto a arte brasileira.

Conto que V. Exa. tomará minhas palavras pelo que valem e pelo que são – sincera expressão de um seu patrício que se desvela pelas nossas coisas e aplaude as manifestações de gênio onde quer e como se expandam.

Resta-me reiterar os meus agradecimentos e pedir a V. Exa. que me considere

At.º ven.or adm.or sincero e cr.do obr.º e Rev.º

Dr. Antônio Henriques Leal

84. **Londres, 22 set.1874** – carta⁴⁴¹ de Luís Guimarães Júnior.

Londres, 22 de setembro de 1874.

Meu caro mestre e amigo.

Acabo de passar pelos olhos a coleção dos folhetins *Ao Correr da Pena*; amanhã com vagar os lerei. Desde já, porém, peço-lhe que aceite os meus agradecimentos por este novo raio de sol, que me mandou a sua inteligência, o seu coração, o seu espírito. Eu não tenho expressões capazes de significarem o sentimento de orgulho e de desvanecimento que me causam as vitórias literárias de V. Exa., primeiro entre os primeiros e portanto grande do Império, digno segundo as velhas e soberanas fórmulas, de conservar o chapéu na cabeça, perante a majestade do trono e das leis.

O espírito que cintila nessas fugitivas páginas do livro *Ao Correr da Pena* é (bem se vê) do mesmo foco, donde sai a luz que enche o talento e a fama literária de V. exa.

⁴⁴¹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.36-37), de janeiro de 1918, e em Menezes (1977a:145-146).

Desculpe estas toscas linhas, escritas no meio de um nevoeiro londrino triste, pesado, britânico, “encarbonado”. A sua, porém, meu caro Mestre, tem o poder de transformar, como a contadora das *Mil e uma noites*, as horas do meu aborrecimento em meses de flores e sinfonias.

Adeus. Receba deste exilado coração os maiores e melhores sentimentos com que sou

De V. Exa discípulo e amigo certo,

Luís Guimarães Júnior

85. [Rio de Janeiro], sem data⁴⁴² – carta⁴⁴³ de Visconti Coaracy.

Exmo. Sr. Conselheiro José de Alencar

Muito atarefado nestes dias, não me foi possível, como desejaria e era dever meu, procurar V. Exa. e não querendo retardar a comunicação que tenho de fazer, uso deste meio que V. Exa. se dignará relevar.

Com o drama, apresentei ao empresário do Fênix⁴⁴⁴ as condições indicadas por V. Exa. e ele aceitou-as. Tendo em vista as grandes despesas que fará para montar a peça do Teatro Lírico⁴⁴⁵, do pessoal que terá que empregar etc., marcou o número de 100 representações que aceitei atendendo aos poucos lucros que o teatro hoje deixa aos empresários.

⁴⁴² Embora a data da missiva não esteja expressa, trata-se dos anos 1874 e 1875, em que foram representadas dez ou doze vezes a peça *O Novo Guarani*, suspensa por Alencar devido falta de pagamento dos direitos autorais por parte do empresário (Menezes, 1977b:372).

⁴⁴³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:337).

⁴⁴⁴ Sabe-se que o Teatro Fênix fora chamado anteriormente de Fênix Dramática e ainda de Teatro Eldorado. Não foi possível, no entanto, identificar o nome do referido empresário.

⁴⁴⁵ Segundo informações do maestro João Maurício Galindo, o Teatro Lírico Fluminense (1854-1875) teve uma história curiosa: foi construído para durar no máximo três anos. Em 1851, a principal sala de ópera do Rio de Janeiro, o Teatro São Pedro de Alcântara, incendiou-se; foi decidido, então, que seria construído, o mais rapidamente possível, um teatro provisório que receberia as companhias de ópera e teatro que chegavam à cidade enquanto se aguardava a reconstrução do São Pedro de Alcântara. A sala ficou pronta em apenas seis meses e recebeu o nome de Teatro Provisório; conforme o previsto, três anos depois, o Teatro São Pedro foi inaugurado. Decidiu-se, no entanto, manter o Teatro Provisório em funcionamento e rebatizá-lo como Teatro Lírico Fluminense, que se tornaria pelas duas décadas seguintes o principal teatro lírico da Corte, onde foram apresentadas as primeiras óperas de Carlos Gomes antes da partida dele para a Itália. A decadência do Teatro Lírico começou em 1871, com a inauguração do Teatro D. Pedro II, maior, com melhor acústica, e localizado numa região mais nobre da cidade. Quatro anos depois de entrar em funcionamento a sala que levava o nome do Imperador, o Teatro Lírico Fluminense seria demolido; nota-se que a sala de espetáculos fecha as portas em 30/04/1875, com a encenação da peça extraída (por Visconti Coaracy) do romance de José de Alencar.

É isto o que cumpro o dever de participar a V. Exa.

De quem me subscrevo

Respor. e admor. mt.º at.º

*Visconti Coaracy.*⁴⁴⁶

86. [Lisboa], sem data⁴⁴⁷ – carta⁴⁴⁸ ao Visconde de Benalcanfor.

Ilmo. Sr. Visconde de Benalcanfor.

Guardei a resposta à última carta de v. para depois da leitura do seu belo livro *Na Itália*; e fiz bem porque assim posso agradecer ao mesmo tempo o mimo delicadíssimo, e o enlevo dessas páginas encantadoras, onde se reflete com todo seu fulgor nativo [,] mas vestida das galas mais esplêndidas da língua portuguesa, e dourada pelas irradiações de uma imaginação opulenta, a pátria imortal do Virgílio e de Horácio, a *magna parens*⁴⁴⁹ do povo rei.

Se não me tolhessem os achaques da velhice literária, eu iria a Cascais, não só para conhecer suas praias favoritas da creme lisbonense, mas principalmente para ter a honra de cumprimentar v. e manifestar-lhe de viva voz os meus sentimentos. Desejava retribuir a fineza de v. mas nunca eu senti como agora a minha pobreza.

Resolvo-me afinal por dois volumes: um discurso que lhe mostrará o homem político, porventura mais sincero e mais ardente do que o suporta a arte das conveniências, e um romance que não tem outra razão em seu favor senão a de ser o último publicado.⁴⁵⁰

Desculpe-me v. tão exígua oferta, que não é mais do que franco testemunho do muito elevado apreço.

De V. S.

am.º at.º obrd.º

José de Alencar

⁴⁴⁶ Trata-se de carta-resposta à missiva enviada em 03/03/1874 (número 57). João Roberto Gomes de Faria (1987:01), referindo-se ao Teatro Lírico Fluminense e ao São Pedro de Alcântara, ressalta que esses “dois edifícios eram os únicos no Rio de Janeiro que funcionavam regularmente em fins de 1854.”

⁴⁴⁷ Embora a data da missiva não esteja expressa, ela foi enviada possivelmente entre 1876 e 1877, depois da viagem de Alencar para a Europa.

⁴⁴⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:369) e a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977a:92).

⁴⁴⁹ A tradução dos termos latinos é “a grande mãe”.

⁴⁵⁰ Trata-se de *O Sertanejo*, publicado em 1875.

P.S. Os volumes que tomo a liberdade de oferecer a v. lhe serão entregues pelo nosso amigo Urpia⁴⁵¹, a quem vou pedir para os transmitir a V.⁴⁵²

87. Rio de Janeiro, 15 mar.1877 – carta⁴⁵³ de Lúcio de Mendonça.

Permita-me que sem ter a felicidade de o conhecer senão pelas suas obras – o que, aliás, é conhecê-lo muito – atreva-me a dirigir-lhe um pedido, que é, de minha parte, o cumprimento de um dever literário. Tratei com um editor da Corte a publicação de um livro em que, com o título de “Hugoanas”, se colecionem as poesias de Victor Hugo traduzidas por poetas brasileiros. A V. Exa., como primeiro representante das letras pátrias, lembrou-nos pedir o prefácio do livro, que será uma homenagem da literatura brasileira ao maior poeta do século. Se o nosso pedido merecer, como esperamos, benévolo acolhimento de V. Exa., dignar-se-á de mandar o trabalho pedido, com endereço à *Gazeta de Notícias*⁴⁵⁴, ao signatário destas linhas, que é de V. Exa., com profunda estima.

Admirador obscuro e entusiasta,

Corte, 15 de março de 1877.

*Lúcio de Mendonça*⁴⁵⁵

88. Campinas, 7 nov.1877 – carta⁴⁵⁶ de Júlio Ribeiro.

Campinas, 7 de novembro de 1877.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José de Alencar:

⁴⁵¹ Talvez a referência seja a Horácio Fortunato Urpia (1822-1890), diplomata português; não é possível afirmar com certeza pois Horácio Urpia teve um filho de mesmo nome, Horácio Urpia Júnior (1842-1916), aristocrata português.

⁴⁵² Ainda que a carta não esteja datada é possível determinar o período de sua elaboração, pois trata-se da única viagem que o autor de *Iracema* fez ao exterior. Sabe-se que, nos últimos dias de setembro de 1876, Alencar chega a Lisboa, depois de passar por Paris e Londres, de onde possivelmente escreve ao amigo Benalcanfor.

⁴⁵³ A carta encontra-se parcialmente transcrita Viana Filho (1979:281).

⁴⁵⁴ Trata-se de um periódico de posição republicana e abolicionista que circulou no Rio de Janeiro entre 1875 e 1942.

⁴⁵⁵ Segundo observação do biógrafo Luís Viana Filho, a coletânea de poemas de Victor Hugo não foi publicada.

⁴⁵⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.175), de junho de 1918, e em Menezes (1977a:167); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:282).

Admiro-o, Senhor. E basta. Não sei dizer lisonjas, nem de lisonjas se paga quem se chama José de Alencar. Envio meu livro em homenagem ao pai do romance brasileiro. Se há temeridade, merece perdoadada.

*Júlio Ribeiro*⁴⁵⁷

89. **Rio de Janeiro, sem data** – carta⁴⁵⁸ de Castro Alves.

Exmo Sr. Conselheiro

Outro fora o livro que eu quisera oferecer a V. Exa. Seria a florescência de um espírito que não desmentisse o prognóstico de futuro que fez-me V. Exa. Se o sopro do infortúnio matou a seiva que por acaso vigorava-me o estro, não gelou no seio o sentimento de gratidão que prende ao meu ilustre Mestre e Amigo.

Ao primeiro literato brasileiro, eu entrego cheio de alegria o meu trabalho porque sei que o receberão mãos de amigo e benevolências de um talento soberano.

Exa. sabe com que prazer eu me declaro sempre, Sr. Conselheiro,

Muito amigo, muito admirador

*Castro Alves*⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Com esta carta, Júlio Ribeiro mostra-se admirador de José de Alencar. É possível que ele tenha enviado ao escritor cearense o romance *Os fenícios no Brasil*, publicado em 1877 no Almanaque de São Paulo.

⁴⁵⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 25, ano III, vol. VII, p.34-35), de janeiro de 1918, e em Menezes (1977a:143); nas duas transcrições, encontra-se a indicação de que a carta está em um exemplar de *Espumas Flutuantes*.

⁴⁵⁹ Não foi possível saber de que livro Castro Alves fala em sua missiva.

8. Um conservador epistológrafo: cartas políticas

[...] admira-me que tenha tido forças para estar sempre na brecha; só entranhado patriotismo e a consciência do dever obrigam-no a sacrificar assim uma saúde tão necessária e preciosa para a família e para as letras.

Henriques Leal⁴⁶⁰

AS PRIMEIRAS MISSIVAS

As primeiras cartas de configuração exclusivamente política da correspondência de José de Alencar (a que se teve acesso durante a pesquisa) datam da década de 1850 e estendem-se por quase três decênios, até o ano de sua morte.⁴⁶¹

Entre 1856 e 1858, ainda ligado ao universo jornalístico⁴⁶², o escritor estabelece correspondência com os membros do Partido Liberal. Preocupado com sua candidatura ao cargo de Deputado-Geral, através do qual representaria o Ceará nas eleições de 1856, ao lado dos liberais, Alencar escreve ao conterrâneo Thomas Pompeu (carta 90). Essa primeira tentativa de ingresso no sistema político imperial, no entanto, não foi bem sucedida.

De 1858 a 1861, antes de tornar-se deputado de sua província natal⁴⁶³, é sabido que muitos foram os eventos na vida de José de Alencar. Deixa a imprensa em meados de 1858 e dirige-se ao escritório de advocacia; torna-se Diretor da Segunda Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, em 15 de fevereiro de 1859; e também exerce o magistério, dando aulas de Direito Comercial no Instituto Mercantil até 1860.

Meses depois, em maio, torna-se Consultor dos Negócios da Justiça, promoção que vem acompanhada do título de Conselheiro, concedido pelo Senador e também Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, além de Chanceler do Império do Gabinete do Visconde de Abaeté⁴⁶⁴ (1858-1859).

⁴⁶⁰ Trecho de carta a José de Alencar, 08/09/1877.

⁴⁶¹ Com poucas palavras, Kátia Garmes (2004:09) define bem a tônica da correspondência política alencariana, afirmando tratar-se de cartas que comentavam “a burocracia do Estado Imperial, o fisiologismo tão típico da política brasileira, a aquisição de cargos entre os aliados, desentendimentos e mágoas.”

⁴⁶² Para Brito Broca (Alencar, vol. IV, 1960:1040), é possível acreditar que foi antes o “título de jornalista que o [de] romancista o principal motivo da [eleição de José de Alencar] a deputado geral pelo Ceará.”

⁴⁶³ Alencar ocupou a cadeira de deputado pela província do Ceará em quatro legislaturas: 1861-1863, 1869-1872, 1873-1875 e em 1877.

⁴⁶⁴ Antônio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883).

Eis o início da carreira política de José de Alencar. A sua produção epistolográfica, nos primeiros onze anos de vida pública (entre 1856 e 1867), que antecipam o convite para integrar o Gabinete Itaboraí, evidencia um grande número de manobras políticas que tinham como participantes, sobretudo, o amigo cearense Thomas Pompeu, Eusébio de Queirós, líder do Partido Conservador, e João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro dos Negócios da Justiça do Gabinete presidido pelo Barão de Uruguiana⁴⁶⁵, entre 1869 e 1861.

Uma das missivas que bem ilustra os ambiciosos projetos do político ainda novato é a de 20 de abril de 1859, dirigida a Eusébio de Queirós (número 93). No início de sua carreira, Alencar estabeleceu breve troca de cartas com o líder conservador⁴⁶⁶; além da missiva mencionada, as cartas de 10 e 31 de janeiro de 1861 (números 108 e 109), trocadas durante o período das eleições para Deputado-Geral, realizadas em 10 de janeiro de 1861, também mostram a aproximação entre os dois.⁴⁶⁷

Observando a organização eleitoral do Segundo Império, nota-se a presença de uma importante segregação administrativa na denominada “eleição de dois graus”, indireta e censitária: os círculos⁴⁶⁸ (também chamados de distritos eleitorais) que eram, então, compostos por três deputados. Nas cartas relativas ao processo eleitoral de 1861, encontram-se referências constantes, não apenas aos políticos Eusébio de Queirós, Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890) e irmãos Manuel e Miguel Fernandes Vieira (1816-1862), como também aos distritos por que se candidataram.⁴⁶⁹

⁴⁶⁵ Ângelo Moniz da Silva Ferraz (1812-1867).

⁴⁶⁶ Chefe dos *carcarás*, denominação de um dos subgrupos do Partido Conservador.

⁴⁶⁷ Kátia Garmes (2004:79) aponta as razões que fizeram com que José de Alencar se afastasse dos liberais, ressaltando, em especial, a importância de sua correspondência política: “Seguindo, pelas epístolas, pudemos perceber que até junho de 1860, Alencar ainda tentava disputar a eleição pelo “partido que o vira nascer”. Depois dessa data, ele interrompe a correspondência com a província, tanto com Pompeu, o ‘liberalão’, como com Paulino Nogueira, da família Alencar, ambos apoiadores de sua candidatura no Ceará [...]”.

⁴⁶⁸ A “Lei dos Círculos” ou Decreto nº 842, de 19/09/1855, posteriormente alterado pelo Decreto nº 1.082, de 18/08/1860, traz as definições desse importante item do sistema eleitoral do Segundo Império. Ambas as leis estão disponíveis na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1855, página 49, vol. 1, pt. I e Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, página 26, vol. 1 (publicações originais).

⁴⁶⁹ Enquanto Manuel candidatara-se pelo círculo de Inhamuns, Miguel fora candidato pelo terceiro distrito, Crato; Jaguaribe, pelo segundo, Sobral; e Alencar, conquistara a eleição pelo primeiro distrito, Fortaleza.

A crise conservadora: reorganização de um partido

As tensões entre os poderes executivo e legislativo, especialmente após a dissolução da Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 1863⁴⁷⁰, acentuaram o interesse de união dos conservadores, em oposição aos liberais, que se encontravam em crise.

Apartado desde a perda do mandato de deputado, José de Alencar só retornaria oficialmente à política em 1868, como Ministro da Justiça. Durante o período de afastamento, manteve-se ocupado com o trabalho como Consultor dos Negócios da Justiça e com a literatura.⁴⁷¹

O escritor, contudo, permanecia atento às mudanças ocorridas no espaço público. Em 1867, após desentendimentos com os membros do ministério em vigor, perde o emprego na administração imperial e se volta inteiramente para a consolidação da união partidária conservadora, que o levaria em breve ao Paço de São Cristóvão.⁴⁷²

Alencar ajuda a reestruturar o Partido Conservador, que, assim como o liberal, encontrava-se abalado desde a dissolução da Câmara. Utiliza-se, para isso, da pena epistolar. Procurou chamar os correligionários Viscondes de Muritiba e do Rio Branco, assim como o Barão de Cotegipe, posteriormente ferrenho inimigo político, para reunião que teria a finalidade de restabelecer as bases do partido dos carcarás.

As cartas que versam sobre os problemas do Partido Conservador são as de número 120, 122, 123 e 125. Destaca-se a carta de 14 de julho de 1867 (número 121), que deve ser considerada em especial, visto ser aquela na qual Alencar, abordando as causas da decadência do seu partido, escreve ao amigo de Pernambuco, João Alfredo Correia de Oliveira Andrade (1835-1919)⁴⁷³, a respeito da reorganização do Partido Conservador, não apenas na Corte como também nas províncias.

⁴⁷⁰ Conforme o decreto nº 3.092 disponível na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1863, página 205, vol. 1 (publicação original). Em 1862, formou-se a Liga Progressista ou Partido Liberal Progressista também com membros dissidentes do Partido Conservador.

⁴⁷¹ José de Alencar foi agraciado com o Oficialato da Ordem da Rosa, em 14/03/1867, pelos “relevantes serviços prestados às letras pátrias”; no entanto, recusou a condecoração publicamente, escrevendo uma “Declaração” trazida a lume pelo *Jornal do Comércio* (Menezes, 1977a:370).

⁴⁷² José de Alencar tornou-se um dos líderes do Partido Conservador em 1867, antes de ser convidado a ocupar a cadeira de Ministro dos Negócios da Justiça, em 1868, e retornar à Câmara dos Deputados em 1869.

⁴⁷³ Alencar conheceu João Andrade durante as lides parlamentares, em 1861.

ERASMO E SUAS CARTAS

Foi em 17 de novembro de 1865 que o político-epistológrafo José de Alencar, adotando o pseudônimo de Erasmo, voltou-se à elaboração da primeira missiva que comporia o conjunto de cartas-abertas⁴⁷⁴, publicado como panfleto e posto à disposição da população fluminense durante quase três anos; precisamente até o dia 15 de março de 1868.⁴⁷⁵

Os vinte e seis textos em forma de carta, dirigidos ao Povo e ao Imperador, levam àqueles que os lêem, temporalmente distantes de sua produção, a constatar tendências românticas que traspassavam a personalidade de Alencar e contribuíam para que ele elaborasse textos que estimulariam discussão pública acerca da valorização do passado, um dos traços mais presentes de sua pena nacionalista.

Quando José de Alencar escolheu o gênero epistolar para manifestar seus posicionamentos políticos e suas opiniões sobre a atuação de Pedro II⁴⁷⁶, associou a habilidade da escrita envolvente – própria de um homem dedicado à produção de romances-folhetins, cuja publicação diária era a garantia de seu sustento – à coragem de manifestar ideias polêmicas sobre a política imperial.⁴⁷⁷

Deverei dizer-vos, senhor?

Os anos da segunda metade do século XIX não foram dos mais fáceis para o Imperador e seus súditos; a herança deixada pela Política de Conciliação⁴⁷⁸ e a crise do

⁴⁷⁴ Há referência a essas cartas na biografia de Oswaldo Orico (1929:112). Ressalta-se que comentários acerca dos textos epistolares de Erasmo ao Marquês de Olinda, ao Visconde de Itaboraí e ao redator do *Diário do Rio de Janeiro* não foram incluídos nesta dissertação; tais cartas encontram-se disponíveis no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar.

⁴⁷⁵ Raimundo de Menezes (1977b:218) nota que as missivas de Erasmo foram reveladas nos mesmos moldes do *Libelo do Povo*, redigido pelo político e jornalista Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876) dezesseis anos antes. Sob o pseudônimo de “Timandro”, em 1849, o liberal Torres Homem publicou, por meio do *Correio Mercantil*, veículo em que exercia o cargo de redator-chefe desde o ano anterior, duras críticas à família imperial.

⁴⁷⁶ Alencar não tinha intenção de confrontar-se diretamente com D. Pedro, como se pode observar nas seguintes passagens: “Aprendi, sim, a venerar-vos como um homem de bem e um príncipe virtuoso” e “O imperador constitucional é um princípio e, portanto, representa sempre o bem [...] só erra quando o povo é ruim, os ministros péssimos e a opinião nula” (Parron, 2008:153-154).

⁴⁷⁷ Tanto as *Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador*, quanto as *Novas Cartas Políticas de Erasmo ao Povo*, encontram-se no quarto volume da *Obra Completa* de José de Alencar. A reunião completa das missivas de Erasmo, no entanto, foi realizada em 2009, por José Murilo de Carvalho, que inseriu em sua organização as *Novas Cartas de Erasmo ao Imperador*, ausentes da obra completa, e trazidas à luz por Tâmis Peixoto Parron em sua dissertação de mestrado “A política da escravidão no império do Brasil: 1826-1865” ou *Cartas a favor da escravidão*.

⁴⁷⁸ Em síntese: a política da Conciliação, que entrou em vigor em 1853 e resistiu até 1857, consistia na alternância de poder ministerial dos dois partidos que dominaram o Segundo Império, o Conservador e o

Poder Moderador⁴⁷⁹, assim como o conflito com o Paraguai (1864-1870) e as atribuições com o sistema escravista eram problemas que culminariam no enfraquecimento do regime monárquico, dando origem, nos últimos anos do século, às manifestações de ordem republicana.

Em meados de novembro 1865, José de Alencar vê-se diante do frágil quadro econômico e social desenhado desde o início da década. Tendo o parlamento britânico (no qual o soberano atuava concretamente ao lado do poder executivo) como o ideal a ser atingido, e julgando que somente o poder do Imperador poderia “arrancar o país da crise em que se [debatia]”⁴⁸⁰, toma da pena para iniciar a série de cartas⁴⁸¹ sobre as dificuldades que o Brasil enfrentava, em decorrência da inabilidade do monarca em administrar o país.

O escritor não se revela de imediato; oculta-se sob de um pseudo-epistológrafo⁴⁸², segundo ele, não por receio, mas em razão de não ter um “nome respeitado, cheio de prestígio e autoridade”, itens fundamentais para abordar o Imperador com a “franqueza precisa”.⁴⁸³

Para a autoria das provocadoras missivas, escolheu o sugestivo nome de Erasmo de Roterdã (1467-1536)⁴⁸⁴. Tâmis Parron⁴⁸⁵, no entanto, lembra que não se trata de

Liberal. Durante esses anos, Alencar encontrava-se envolvido em atividades de imprensa, e sentia-se cerceado pelo ambiente nebuloso criado pela indefinição político-partidária do período, o qual não seria muito “adequado para popularizar um jornal” (Viana Filho, 1979:56).

⁴⁷⁹ Sobre o Poder Moderador, instaurado pela Constituição Brasileira de 1824, Boris Fausto (2006:81) esclarece: “A ideia da instituição de um Poder Moderador provinha do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por D. Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou Moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando ‘a vontade e o interesse nacional’. No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do Imperador. Pelos princípios constitucionais do Poder Moderador, a pessoa do Imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara, convocando eleições para outra que a substituísse, o direito de aprovar ou vetar as decisões da Câmara e do Senado.”

⁴⁸⁰ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.1049.

⁴⁸¹ Segundo as recordações do Visconde de Taunay (1908:99), a “primeira dessas cartas é de 17 de novembro de 1865, a última de 24 de janeiro do ano seguinte, ao todo dez, que constituem precioso depoimento de eminente pensador contemporâneo [...]”, que se comprometia a apresentar “estudo consciencioso da atualidade” (Alencar, 1960:1049).

⁴⁸² Ao se referir às estratégias utilizadas pelo escritor cearense, que não pretendia tornar-se conhecido, de imediato, por seus leitores, Antonio Candido (2005:87) observa o quão “interessante [é] notar que um homem tímido, vaidoso, suscetível, como José de Alencar, [tenha usado de] vários pseudônimos nos 20 anos da sua vida literária, sem falar no anonimato puro e simples com que também se cobriu: Ig., Sênio, G. M., Erasmo etc.”

⁴⁸³ PARRON, Tâmis Peixoto. *Cartas a favor da escravidão*, p.150.

⁴⁸⁴ Assim como outros pensadores renascentistas, o holandês Desiderius Erasmus divulgou suas reflexões guiando-se pelo *specula principis*, “gênero retórico-político” que, grosso modo, compreendia a

decisão impensada, já que o cearense “viu nos escritos de Erasmo uma espécie de metonímia dos *specula principis*⁴⁸⁶ e em sua conduta pessoal o paradigma da relação entre um letrado conselheiro e um governante.”

O propósito com a elaboração dos textos epistolares – dizer “a verdade inteira a respeito do país, sobre os homens, como sobre as coisas [...]”⁴⁸⁷ – já aparece no início de suas primeiras dez cartas, que causaram *frisson* na corte pelo breve anonimato que logo se esclareceu.

Apesar da impressão de hostilidade que as primeiras palavras de Erasmo podem causar, o tom adotado por ele não é puramente o de enfrentamento; o epistológrafo oscila entre o elogio venerável ao monarca⁴⁸⁸ e o desejo de apontar os equívocos de sua administração política.⁴⁸⁹

Em discurso que será exaustivamente reiterado nas outras cartas, Erasmo reclama uma postura mais proeminente do soberano quanto ao enfrentamento dos problemas relativos à crise financeira e social pela qual o Brasil passava, questionando a fraca interferência do Imperador e o papel desempenhado por ele na escolha dos políticos que o auxiliariam, cobrando a autoridade que lhe fora atribuída.

Interpela D. Pedro, ao julgar que a política conciliadora estabelecida entre liberais e conservadores era perniciosa à nação brasileira⁴⁹⁰. Declara que tal medida favorecia a “[...] corrupção geral dos partidos e [a] dissolução dos princípios, que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil.”⁴⁹¹

Outra questão problemática, insistentemente abordada pelo missivista, é a guerra contra o Paraguai, à qual atribui grande parte das dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, e cuja existência confere à má gestão de D. Pedro. O escritor considera que se trata de “[...] uma guerra mais pecuniária que belicosa”⁴⁹², que levaria o Brasil a um desastre econômico.

apresentação de “normas morais aos governantes para a realização de uma administração justa” (Parron, 2008:16).

⁴⁸⁵ PARRON, Tâmis Peixoto; opus citatum, p.16-17.

⁴⁸⁶ A tradução dos termos latinos é “espelhos de príncipe”.

⁴⁸⁷ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.1052.

⁴⁸⁸ “Homem, eu vos prezo e admiro [...] sois para a sociedade brasileira mais do que um rei, sois um exemplo.” (Alencar, 1960:1051)

⁴⁸⁹ “É doloroso, mas é necessário patentear-vos toda a profundez da úlcera que chaga a nação e de instante a instante se conflagra!” (Alencar, 1960:1056)

⁴⁹⁰ “É preciso ainda mais nausear-vos com o aspecto repugnante dessa putrefação dos partidos?” (Alencar, 1960:1064)

⁴⁹¹ ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vol. IV, p.1061.

⁴⁹² Ibidem, p.1058.

Ousado, sugere ao monarca que adote uma política definida, liberal ou conservadora, mas “firme, honesta e franca, enunciada ante o país com civismo, realizada com energia”, e lhe roga afincado na formação de “estadistas eminentes; [pois tanto] suas obras, como seus nomes [, tornar-se-iam] raios”⁴⁹³ da glória imperial.

Não sabeis o que vos falta, brasileiros?

No ano seguinte ao da publicação dos primeiros textos político-epistolares, entre junho e agosto de 1866, são lançadas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, dessa vez, destinadas *Ao Povo*. Com mais nove missivas, redigidas em moldes semelhantes aos do primeiro conjunto, Erasmo volta a apontar as dificuldades políticas e sociais do período e, portanto, não deixa de alfinetar o Imperador.

“Mais que o mesmo homem, sou a mesma opinião, a mesma ideia, o mesmo sentimento. Ante o povo, como ante o imperador, sempre *Erasmo*; sempre a verdade e nada mais do que a verdade”⁴⁹⁴. Garantindo a permanência do mesmo controverso epistológrafo de outrora, o escritor mantém os temas abordados anteriormente, dando ênfase aos problemas econômicos que a guerra cisplatina vinha causando à sociedade brasileira.

A alteração que se observa nessas cartas encontra-se, fundamentalmente, no tom persuasivo que Erasmo aplica a seus textos, pois agora o polemista dirige-se à população fluminense, que representa todo o povo de seu país, a quem afirma que “o Brasil não pode ser arrancado ao abismo, para onde se precipita, pela mão de seu amado imperador”⁴⁹⁵. Alerta os leitores sobre a corrupção instalada no governo devido à postura apática de D. Pedro quanto à política de conciliação.

Os biógrafos de José de Alencar aludem à existência de um folheto em que se encontra contestação às ideias propostas por Erasmo. A *Resposta à 1ª Carta de Erasmo* foi “[publicada] com o pseudônimo de *Scaligero*”⁴⁹⁶ pela Livraria Laemmert. José Murilo de Carvalho⁴⁹⁷ afirma que se trata de Eduardo de Sá Pereira de Castro, o Scaligero ou Scaliger, como indica, e que além da primeira publicação, realizada em 1865, também divulga outro texto, intitulado *Resposta de Scaliger à Segunda Carta de Erasmo a S. M. o Imperador*, em 1866.

⁴⁹³ Ibidem, p.1103-1106.

⁴⁹⁴ Ibidem, p.1132.

⁴⁹⁵ Ibidem, p.1131.

⁴⁹⁶ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.140.

⁴⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de (org.). *Cartas de Erasmo*: José de Alencar, p.XXII.

Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível

Não encontradas na obra completa de Alencar, que teve como um dos organizadores o seu filho mais novo, Mário Cochrane de Alencar (1872-1925), as *Novas Cartas Políticas de Erasmo ao Imperador*, além de trazerem linhas sobre o conflito com o Paraguai, expressam o posicionamento do político em face da escravidão.

Elaboradas entre junho de 1867 e setembro de 1868, as últimas missivas de Erasmo apresentam um epistológrafo preocupado com os efeitos que a abolição da escravatura causaria a seu país, uma “nação jovem” ainda, que sofreria a pior das crises (social e econômica) caso tal “utopia” viesse a se tornar realidade pelas mãos de um “rei filantropo”.

Com a entrada em vigor do Bill Aberdeen (1845)⁴⁹⁸ e de sua concretização no Brasil através da Lei Eusébio de Queirós (1850)⁴⁹⁹, D. Pedro II se sentia pressionado, tanto pelos ingleses quanto pelos franceses⁵⁰⁰, a solucionar definitivamente a questão escravista. Por outro lado, enfrentava a manifestação desfavorável dos latifundiários, que contavam com a mão de obra escrava para o desempenho de seus negócios.⁵⁰¹

É diante de tal painel sócio-econômico que Erasmo se pronuncia, pela última vez. Afora o discurso, presente na pauta dos escravocratas⁵⁰², em defesa das finanças brasileiras, que sofreriam um grande abalo em função do desequilíbrio gerado quando os escravos fossem libertos⁵⁰³, o missivista dá a conhecer outros de seus pontos de vista sobre a emancipação.

⁴⁹⁸ O Slave Trade Suppression Act ou Aberdeen Act – assim chamado por ter sido proposto pelo Ministro das Relações Exteriores, George Hamilton-Gordon, Lord Aberdeen – foi uma lei britânica que vetava a comercialização de escravos entre América e África, visando a ampliação do nascente mercado consumidor que muito viria a crescer após a Revolução Industrial.

⁴⁹⁹ Eusébio de Queirós – então Ministro da Justiça do ministério conservador (1848-1852) presidido por José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre – propôs um projeto de lei que reforçava a de 07/11/1831, já proibitiva do tráfico negreiro.

⁵⁰⁰ Em 1866, após a abolição dos escravos nos Estados Unidos (1865), o Comité Français d'Émancipation exigia que Brasil e Cuba, únicos países que ainda mantinham a escravidão no ocidente, também a extirpassem de suas sociedades.

⁵⁰¹ Segundo Alencar (Parron, 2008:85-86), “os principais ramos de nossa produção, aqueles que provêm quase exclusivamente do braço escravo, saem dos grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas.”

⁵⁰² Kátia Garmes (2004:160) relembra que, em um “país agrícola, onde os escravos compunham um quarto da população e podiam ser considerados os únicos trabalhadores existentes, falar em abolição, para muitos, era um suicídio nacional, que abalaria definitivamente os alicerces do país, já muito endividado com a guerra com o Paraguai.”

⁵⁰³ Alencar afirma: “Rompa-se este freio [o respeito à instituição, à escravidão], e um sopro bastará para desencadear a guerra social, de todas as guerras a mais rancorosa e medonha” (Parron, 2008:86).

Alguns dos argumentos apresentados pelo epistológrafo criado por Alencar são: a chamada educação pelo cativo⁵⁰⁴, “conceito elástico de raça [...] que permite conceber a escravidão [...] como estágio social propedêutico, em que o povo dominado se preparava para o exercício competente da liberdade futura”⁵⁰⁵; o caráter contribuidor da escravatura para a evolução social, “um dos resultados benéficos do tráfico”⁵⁰⁶; e a escravidão como instituição nacional, que não poderia ser simplesmente extirpada pelo monarca, encurralado por falsos altruístas europeus.⁵⁰⁷

Conclui-se que, para Erasmo, a mão de obra escrava brasileira acabaria somente com muita paciência, já que seria necessário aguardar a evolução natural dos acontecimentos⁵⁰⁸, pois segundo o epistológrafo, “[...] a escravidão não se extingue por ato de poder; e sim pela caducidade moral, pela revolução lenta e soturna das ideias.”⁵⁰⁹

Das sete cartas que compõem a última série – além da segunda, terceira e quarta missivas, sobre a emancipação –, a primeira, a sexta e a sétima têm como tema a guerra do Paraguai, assunto abordado em termos muito semelhantes aos utilizados nos textos epistolares anteriores:

Ah, senhor! Se quereis ser generoso para com esta nossa pátria, tão deserdada do amor de seus filhos e tão órfã de seu monarca, não é atirando-lhe aos centos de contos de esmola que lograreis essa glória. Não! Será pondo termo a esse esbanjamento desordenado que tem exaurido todas as reservas do país e vai sorver os últimos recursos do futuro.⁵¹⁰

⁵⁰⁴ Ideia observável nos seguintes excertos: “O escravo deve ser, então, homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização” e “Se algum dia, como é de esperar, a civilização projetar-se pelo continente africano adentro, penetrando os povos da raça negra, a glória desse imenso acontecimento, amargue embora aos filantropos, caberá exclusivamente à escravidão. Foi ela que preparou os precursores negros da liberdade africana” (Parron, 2008:67-93/94).

⁵⁰⁵ PARRON, Tâmis Peixoto; opus citatum, p.24.

⁵⁰⁶ Na formulação de Alencar: “Desde que por uma necessidade suprema e indeclinável a raça africana entrou neste continente e compôs em larga escala a sua população; infalivelmente submeteu-se à ação desse princípio adesivo [reunião de raças], ao qual não escapou ainda uma só família humana.” (Parron, 2008:77)

⁵⁰⁷ Alencar avalia: “Toda a lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e representa uma nova situação, embora imperfeita, da humanidade. Neste caso está a escravidão. É uma forma rude embora, do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba”; “O filantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excelente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias e arroja contra estes países [Cuba e Brasil] uma aluvião de injúrias por manterem o trabalho servil” (Parron, 2008:65-89).

⁵⁰⁸ “A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutareis: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz então a uma tutela benéfica.” (Parron, 2008:113)

⁵⁰⁹ PARRON, Tâmis Peixoto; opus citatum, p.88.

⁵¹⁰ Ibidem, p.119.

Raimundo de Menezes considera que essas missivas colocaram Alencar “numa posição destacada na opinião pública.”⁵¹¹ Meses após a publicação da última carta, precisamente em 15 de julho de 1868, o político cearense recebe o convite do Visconde de Itaboraí para integrar o ministério conservador Dezesseis de Julho, no qual exercerá a função de Ministro da Justiça, trabalhando diretamente com D. Pedro II.⁵¹²

Os posicionamentos do Alencar político não se transformariam com o decorrer do tempo. Anos mais tarde, em 1870, depois de passar pelo Gabinete Itaboraí, o ex-Ministro da Justiça voltava a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados quando, em discurso⁵¹³, proferiu palavras que reiteravam as ideias expressas em suas cartas de Erasmo. Kátia Garmes⁵¹⁴, retomando os dizeres do discurso de 14 de maio de 1870, lembra que para o “deputado conservador, a mudança [do sistema escravista] deveria ocorrer pela iniciativa individual, pela educação e pelos costumes, não ‘por meio de leis expressas, que [seriam] letras mortas se não germes de graves perturbações, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade.’”⁵¹⁵

Cerca de seis anos após a publicação das cartas de Erasmo, entre 1871 e 1872, Alencar endereçou mensagem a Hermann Kalkuhl, guarda-livros da casa de edição Garnier, solicitando que se retirasse da Livraria Laemmert, responsável pela venda do semanário *Questões do Dia*⁵¹⁶, de José Feliciano de Castilho e Franklin Távora, as *Cartas de Erasmo*, pois “não admitia o menor contato com a ‘gralha imunda.’”⁵¹⁷

⁵¹¹ MENEZES, Raimundo de; opus citatum, p.223.

⁵¹² De acordo com Kátia Garmes (2004:121), ao organizar o ministério, Joaquim José Rodrigues Torres “recebeu o pedido do próprio imperador para que uma pasta fosse oferecida ao grande escritor. Talvez naquele difícil momento do país, o monarca quisesse ter o apoio daquele homem ilustre.”

⁵¹³ Segundo Kátia Garmes, trata-se de discurso proferido em 14/05/1870.

⁵¹⁴ GARMES, Kátia M.. *O terrível amolador: romantismo e política* em José de Alencar, p.159.

⁵¹⁵ A título de ilustração, o fac-símile da primeira folha que constitui o panfleto número um do conjunto *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo* será anexado na sequência, já que estes foram os únicos da série localizados, durante esta pesquisa, em instituições públicas. O material foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DPP-24.06.[1866]-Ale.d-L.nº15 [p01-p08]).

⁵¹⁶ Cf. texto “Periódicos citados nas cartas”, no nono capítulo desta dissertação.

⁵¹⁷ Essas informações foram encontradas em Viana Filho (1979:237).

AO IMPERADOR

NOVAS CARTAS POLITICAS

DE

ERASMO

PRIMEIRA CARTA

SENHOR

Não posso mais conter a vehemencia do sentimento que me assoberba.

Uma voz funesta, que abala a nação até ás entranhas ; voz preenhe de calamidades, percorre neste momento, não já a cidade mas o imperio.

E fostes vós, senhor, que a lançastes como um anathema ao paiz ?

Em principio era um susurro apenas que se esgueirava na sombra. Agora já a opinião articulou distinctamente esse verbo de revolução ; o echo repercutio no senado brasileiro.

Rompeu-se o véo.

Comtudo vacillo. Apesar da incomprehensivel coacção em que desgraçadamente vos collocastes, não se concebe este estranho desfallecimento da magestade.

Será real que vossos labios sellados sempre pela reserva e prudencia se abrirão para soltar a palavra fatal ? É possivel que subita allucinação desvaire a tal ponto um espirito solido e recto ?

Não creio, não posso, não devo crer.

Recebendo a nova incrível, a população ficou attonita. Voz nenhuma elevou-se até o throno para exprimir-lhe o justo e profundo ressentimento do povo brasileiro : o espanto lhe embargara a falla. Porém que magnitude de eloquencia nessa privação da palavra ! *Quanta magna est inania verba*, exclamou Cicero observando o tumultuoso estupor do povo romano.

CARTAS DE UM MINISTRO

O divisor de águas na carreira política de Alencar foi a nomeação como Ministro dos Negócios da Justiça. Ainda que tivesse relutado⁵¹⁸, inicialmente, em aceitar o convite imperial e fazer parte do Ministério Dezesseis de Julho (1868-1870), Alencar toma posse de seu cargo na mesma data de criação do gabinete conservador, que substituiu o ministério liberal presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877), entre 1866 e 1868.⁵¹⁹

O Gabinete Itaboraí, dentre os trinta e seis grupos ministeriais que fizeram parte do Segundo Império (1840-1889), era composto pelos seguinte membros:

Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda	<i>Visconde de Itaboraí</i> Joaquim Rodrigues Torres
Ministro dos Negócios do Império	Paulino José Soares de Souza II
Ministro dos Negócios da Justiça	José de Alencar
Ministro dos Estrangeiros	<i>Visconde do Rio Branco</i> José Maria da Silva Paranhos
Ministro da Marinha	<i>Barão de Cotegipe</i> João Maurício Wanderley
Ministro da Guerra	<i>Visconde de Muritiba</i> Manuel Vieira Tosta
Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	Joaquim Antônio Fernandes Leão

Inicialmente, na correspondência ministerial alencariana, encontra-se registrado tom informal e jocoso dos bilhetes trocados entre os membros do gabinete durante as

⁵¹⁸ Foi em seu diário íntimo, entregue ao biógrafo Oswaldo Orico e parcialmente transcrito por Raimundo de Menezes (1977b:226-228), que Alencar começou, no início de agosto de 1868, a rascunhar as seguintes declarações, não concluídas, acerca do início de sua carreira ministerial: “refletindo, reconheci que não podia ser necessário ao ministério, que minha falta seria vantajosamente suprida [...] Respondi ao Sr. Paulino [Soares de Souza] que não podia aceitar o ministério; não me achava com forças para desempenhar o cargo como pedia a situação que se inaugurava. Entendia que no partido havia homens de mais serviços, os quais deviam ser preferidos. [...] Finalmente disse que a minha recusa daria lugar a certa combinação, da qual ele, Dr. Paulino, não podia em caso algum fazer parte, e então o Sr. Visconde não organizaria gabinete. Compreendi que esta última razão era que me tornava necessário ao gabinete; era indispensável que eu preenchesse o lugar, que em minha falta seria ocupado por outro. Devia sacrificar-me para evitar aos organizadores uma indisposição, contra a qual eu servia de argumento. Confesso que foi de todas as considerações desenvolvidas por meu colega a que mais pesou em meu espírito; porque reconheci que em verdade eu podia ser necessário, não pelo merecimento e influência, mas sob aquele ponto de vista.”

⁵¹⁹ Hamilton Monteiro (1986:53-54) afirma que, ao “aceitar a demissão do presidente do Conselho de Ministros, o chefe de Estado, pela natureza do sistema parlamentar, teria de escolher entre os liberais, já que eram a maioria da Câmara, um nome para formar o novo gabinete. Preferiu, no entanto, a fórmula legal, mais discutível e criticável, isto é, chamou um conservador, o Visconde de Itaboraí, e dissolveu a Câmara.”

reuniões ministeriais. Dentre essas mensagens, há uma em que Alencar se refere à idade avançada do Barão de Muritiba. Escreve, então, para o Barão de Cotegipe, com quem ainda mantinha laços de cordialidade: “V. Exa. já reparou nas diferentes mutações da beatitude ministerial que se operam no rosto do nosso colega da Guerra durante o despacho?” A este bilhete, o Ministro da Marinha não deixou de responder: “Tanto tenho reparado que estou quase pedindo a Deus que me conceda a graça da surdez”.⁵²⁰

Em mais um desses textos⁵²¹, Paulino de Souza, outro futuro desafeto ministerial, escrevia ao Ministro dos Negócios da Justiça:

“Sou um pouco romano, acredito nos presságios. Sábado passado o carro em que voltei do despacho espedaçou-se no caminho; hoje o mesmo carro foi de encontro ao portão das *Quintas*⁵²² e partiram-se os arreios, tendo eu de subir a pé. Portanto, estou persuadido que o caminho do Paço de São Cristóvão não é o que me foi talhado. Em todo o caso é preciso tratar da volta. Quem de V. Exa. me dá condução segura e gratuita?”⁵²³

No entanto, passada a fase de descontração, observa-se que das “dissensões que atritaram os ministros nenhuma tão grave quanto a havida entre Alencar e Cotegipe”⁵²⁴. Dentre os integrantes do Gabinete Itaboraí, além de ser o político mais inexperiente, o Ministro da Justiça também era escritor⁵²⁵, dado que contribuía para que se tornasse alvo das críticas de muitos membros do ministério; em especial, de João Maurício Wanderley.

Desde os tempos da primeira eleição como Deputado-Geral que Alencar planejava “reformular, senão abolir a Guarda Nacional”⁵²⁶, importante instrumento do Partido Conservador, em função dos atos de opressão que sabia praticados por ela (cf. discurso de 20 de julho de 1870, presente nos anais da Câmara dos Deputados). Além desse projeto, a reforma dos sistemas judiciário e eleitoral também era ponto de discussão constante entre Alencar e Cotegipe.

⁵²⁰ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.165. Muritiba estava surdo por causa da idade avançada, portanto, embora comparecesse, não participava efetivamente das reuniões ministeriais.

⁵²¹ O bilhete encontra-se parcialmente transcrito em Viana Filho (1979:165).

⁵²² Trata-se de palavra de uso informal que designa hospitais.

⁵²³ Este bilhete do Conselheiro e Ministro dos Negócios do Império é um dos textos epistolares trocados nas reuniões ministeriais; em resposta, Alencar escreveu a seguinte nota: “A pesar do seu calistismo, sacrífico-me a correr o mesmo risco. Em todo caso esta ladeira é melhor de descer que de subir” (Viana Filho, 1979:165).

⁵²⁴ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.180.

⁵²⁵ Elias Saliba (2003:92) lembra que o francês Alphonse Lamartine também fora chamado de “ministro-poeta” quando tentou, frustradamente, participar de negócios políticos.

⁵²⁶ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.164.

Das atitudes inesperadas do Ministro da Justiça, pode-se ressaltar um dos episódios que contribuiu para que ele se tornasse ainda menos querido pelos colegas do Gabinete Itaboraí. Com o desmembramento do Partido Liberal em dois grupos, Históricos e Progressistas, foi elaborado o Manifesto Liberal⁵²⁷, no qual se encontrava ataque contumaz a D. Pedro II e ao Partido Conservador.

Diante das palavras dos opositores, nenhum dos ministros do gabinete conservador se manifestou; o único que decidiu se pronunciar foi o Ministro dos Negócios da Justiça, que redigiu uma série de artigos, publicados pelo *Correio Mercantil*, em defesa de seu partido.⁵²⁸ No entanto, embora tivesse se expressado em favor dos colegas do gabinete, não escapou das críticas dos correligionários.

Desse episódio envolvendo o ministro cearense, seus desafetos e poucos amigos políticos, surgiu uma interessante troca de cartas e bilhetes, a partir da qual se torna possível vislumbrar alguns dos elementos que comporiam as tramas políticas do conturbado ministério Itaboraí, em que os desentendimentos pessoais foram preponderantes.

O chefe Itaboraí e as cartas do Ministro dos Negócios da Justiça

Missivista pertinaz é o revelado pelo Ministro dos Negócios da Justiça ao se corresponder com o líder do gabinete conservador. Alencar sentia-se perseguido pelo Ministro da Marinha, que se infiltrava comumente nos negócios da pasta da Justiça; desgostava do comportamento vigilante do monarca em relação às tarefas ministeriais, sobretudo, no que concernia a ele; isso, sem contar o fato de que se via com as mãos atadas em função de seus projetos de reforma não terem a aprovação dos demais membros do ministério.

A primeira vez em que decide pedir exoneração de seu cargo é ainda no início de abril de 1869, antes do gabinete completar um ano. Em carta particular ao Visconde de Itaboraí (número 148), o Ministro da Justiça apresenta as razões por que se sentia desconfortável na função exercida. Nas palavras do remetente, além da falta de

⁵²⁷ A reunião encabeçada pelo Senador Joaquim Nabuco de Araújo (1849-1910), líder do Partido Liberal em abril de 1869, culminou na fragmentação partidária e na redação do Manifesto Liberal, que resumia “os ressentimentos e as reivindicações dos que a vontade imperial havia afastado do poder”. O documento foi trazido a público em junho do mesmo ano, em discurso proferido pelo mesmo senador (Viana Filho, 1979:170).

⁵²⁸ Em decorrência desse episódio, José de Alencar rompeu relações até mesmo com o amigo Francisco Otaviano.

experiência e de praticidade, faltava-lhe a adequada educação para a política militante.⁵²⁹

O presidente do conselho consegue, na ocasião, demovê-lo do intento. Em junho de 1869, entretanto, usando como justificativa as dificuldades enfrentadas para a composição do governo cearense⁵³⁰ – resolvida pelo Imperador, posteriormente (em 28 de julho de 1869), com a nomeação do Desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1822-1903) –, José de Alencar toma a pena em suas mãos, mais uma vez, e escreve a Joaquim Rodrigues Torres, a quem se queixava, solicitando afastamento do ministério (missiva 150). O Ministro dos Negócios da Justiça, contudo, permaneceria no cargo por mais algum tempo.

Passados poucos meses, tornaram-se mais uma vez intensos os desentendimentos entre os membros do ministério. Diante da demissão do Comandante da Guarda Nacional (cartas 204 e 276) e dos ataques de Cotegipe – ocorridos especialmente via imprensa, pois o Ministro da Marinha estava, então, à frente do *Diário do Rio de Janeiro* –, coadunados aos do Visconde do Rio Branco, Alencar sugeriu, por meio de uma missiva redigida em 23 de dezembro de 1869 ao Visconde de Itaboraí (número 190), que o ministério fosse dissolvido, consideradas as muitas divergências que lá haviam.⁵³¹

Como Rodrigues Torres conseguisse colocar panos quentes na situação, acalmando os ânimos, o Ministro da Justiça reiteraria o seu pedido de demissão depois que Joaquim de Antão Fernandes Leão se retirasse do ministério; é quando redige outra carta em que reforçava a ideia de seu afastamento (número 191). Entretanto, foi somente após o Barão de Cotegipe declarar-se publicamente incompatibilizado com o

⁵²⁹ José de Alencar referia-se, provavelmente, ao caso de defesa do Partido Conservador ante o Manifesto Liberal de 1869.

⁵³⁰ Na carta de 14/06/1869, Alencar apresenta a Itaboraí os problemas relativos à posição de D. Pedro II quanto à presidência da província cearense: a não aceitação dos nomes do político Leandro Bezerra Monteiro (1826-1911) e do desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1822-1903) para ocupação do cargo de presidente, e de Henrique Pereira Lucena (1835-1913) como vice-presidente, faziam-no chegar à conclusão de que a “persistência de Sua Majestade neste ponto [revelava] um sentimento de desconfiança gerado por [sua] presença no ministério.”

⁵³¹ Note-se a trama epistolar preparada pelo Barão de Cotegipe, que escreve ao Ministro dos Estrangeiros a respeito da decisão de retirar-se do ministério devido, sobretudo, aos constantes desentendimentos com o Ministro dos Negócios da Justiça: “[...] Assaz hei sacrificado opiniões, interesses e até amor próprio, mas tudo tem limite, e para mim chegou aquele, além do qual não passarei. O novo ano não me verá ministro.” A missiva, parcialmente transcrita, encontra-se na biografia de Luís Viana Filho (1979:182), e recebe a resposta de Silva Paranhos que, seguido de Manuel Vieira Tosta, também decide deixar o gabinete, não restando outra alternativa ao Visconde de Itaboraí senão a dissolução do ministério.

autor das cartas de Erasmo, que Itaboraí o autoriza a fazer uso de seu pedido de afastamento do gabinete.⁵³²

José de Alencar, então, mesmo contrariando os conselhos de D. Pedro⁵³³, candidata-se às eleições indiretas para a composição da lista sêxtupla⁵³⁴, de onde sairiam, à escolha do Imperador, os nomes dos futuros senadores de cada província.

Em 12 de dezembro de 1869, o resultado das eleições vem ao encontro das expectativas daquele que, muito em breve, deixaria o cargo de Ministro da Justiça: Alencar estava eleito com 1.185 votos. Imaginando-se então afortunado, a 9 de janeiro de 1870, procurou o monarca, a quem solicitou exoneração do cargo de ministro alegando dar-lhe, assim, a isenção necessária para a escolha senatorial.

No entanto, em 27 de abril de 1870, D. Pedro II escolhe os nomes de Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890) e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1809-1878) para o cargo de senadores que representariam a província do Ceará. Acaba, por fim, o sonho que José de Alencar cultivava: atingir o mais alto posto elegível do governo imperial.

UMA CORRESPONDÊNCIA IMPERIAL

“Mesmo nas melhores horas, eles não lograriam aproximar-se inteiramente”, afirma Luís Viana Filho⁵³⁵, referindo-se à difícil relação mantida entre o ministro-escritor e o monarca D. Pedro II. Na correspondência com José de Alencar, o Imperador tratava de “mil e uma pequeninas coisas, às vezes banais incidentes, ocorridos na corte ou nas províncias”.⁵³⁶

⁵³² Segundo o biógrafo Oswaldo Orico (1929:151), esses últimos fatos estão presentes nos anais da Câmara de 1870, pois Alencar fora deputado pela província do Ceará ao mesmo tempo em que exercia o cargo de Ministro dos Negócios da Justiça.

⁵³³ D. Pedro acreditava que Alencar era jovem demais para ocupar a cadeira de Senador. Cf. carta 155.

⁵³⁴ Sobre a lista, de onde eram retirados os nomes dos senadores durante o Segundo Império, Boris Fausto (2006:81) afirma: o “Poder Legislativo foi dividido em Câmara e Senado [...] o processo eleitoral, no caso do Senado, destinava-se a eleger uma lista [sêxtupla] em cada província, cabendo ao Imperador escolher um dos três nomes eleitos. Na prática, essas restrições fizeram com que o Senado fosse um órgão cujos membros [eram] nomeados pelo Imperador em caráter vitalício”. Quanto ao resultado das eleições, afora os números relativos ao ex-Ministro da Justiça, Domingos José Nogueira Jaguaribe obteve 1.112 votos; Manuel Fernandes Vieira, 1.109; Domingues, 1.053; Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, 1.040; e Pedro de Araújo Lima, 1.023. É relevante notar que, devido a esta ocasião, José de Alencar escreve aos amigos do Ceará, comunicando-lhes a boa nova. Há referência a tais missivas na biografia de Raimundo de Menezes (1977b:256).

⁵³⁵ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.145.

⁵³⁶ Quanto aos bilhetes redigidos por D. Pedro II, é relevante notar que embora alguns biógrafos de José de Alencar afirmem que tais textos se localizam na Seção de Manuscritos e Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, nada lá foi encontrado durante esta pesquisa. Brito Broca (Alencar, vol. IV,

O controle que o monarca exercia nos Negócios da Justiça – refletida, por exemplo, em um de seus questionamentos mais frequentes, “Que tem havido hoje? Mande-me os telegramas” – certamente desgostava a Alencar, que se sentia impossibilitado de solucionar o que, a seu ver, seriam as questões prioritárias das lides ministeriais.

Ainda que assinasse seus bilhetes assegurando “ter a honra de ser de Vossa Majestade Imperial súdito fiel e reverente”⁵³⁷, não deixava de retorquir ao monarca. Uma das cartas que melhor ilustra o comportamento questionador do Ministro dos Negócios da Justiça é a de 27 de janeiro de 1869 (número 143), na qual Alencar escreve sobre a interrupção de um dos procedimentos administrativos implantados pelo soberano.⁵³⁸

O tom adotado nas cartas, como poder-se-á perceber, é o da típica distância que há costumeiramente entre o Imperador e um de seus súditos – ainda que o último fosse membro do ministério –, beirando, em alguns casos, rispidez por parte do monarca e, apesar da aparente subserviência, respostas que denotam o enfrentamento do político cearense.

Bilhetes sobre um caso de polícia

Afora os eventos rotineiros da vida política do Segundo Império, a que D. Pedro fazia questão de participar, um episódio em especial o aproximou consideravelmente do Ministro da Justiça: a manifestação dos estudantes da Escola Nacional de Engenharia e Medicina.

Em 27 de novembro de 1869, a atitude de um estudante e a reação da polícia causaram um motim que gerou intensa troca de bilhetes-cartas entre D. Pedro II e José de Alencar. Segundo narram os biógrafos, diante do Externato do Imperial Colégio de D. Pedro II, na tarde daquele dia, encontravam-se cerca de três ou quatro centenas de estudantes aguardando o início de exames preparatórios.

Exaltando-se um dos alunos, a polícia reagiu, decretando voz de prisão e dando origem ao conflito. Assim que soube dos acontecimentos, o Imperador redigiu um bilhete ao Ministro dos Negócios da Justiça (número 270). A situação, no entanto, não

1960:1041) lembra o auxílio do poeta Darcy Damasceno (1922-1988), então chefe da Seção de Manuscritos, na procura pelos bilhetes imperiais.

⁵³⁷ Esta era a “fórmula epistolar” utilizada por aqueles que se dirigiam ao monarca; não se tratava, pois, de uma exclusividade dos bilhetes alencarianos.

⁵³⁸ Nessa missiva, o romancista discorre sobre o recolhimento de informações, das distantes partes do país, por meio de recortes de jornal enviados diariamente ao monarca.

se acalmava, os conflitos intensificaram-se nos dias 28 e 29, pois os estudantes ameaçavam atacar o *Jornal do Comércio*, órgão conservador que apoiava a reação da polícia.⁵³⁹

A desordem crescia ainda mais com a participação dos alunos das escolas superiores; foi quando Alencar viu-se obrigado a tomar medidas de repressão, especialmente depois do caso de espancamento do tipógrafo do *Jornal do Comércio*, ocorrido na Rua do Sabão.

Esses fatos fizeram com que o Ministro da Justiça usasse de sua pena epistolar, mais de uma vez por dia, para informar o Imperador dos procedimentos que tomava.⁵⁴⁰ Os cinco bilhetes de Alencar sobre esse episódio são os que vão do número 182 ao 187.

O DEZESSEIS DE JULHO

Durante o período de transição ministerial, José de Alencar recebeu duras censuras por parte de ministros correligionários. É diante desse quadro político, que ele decide associar-se ao irmão, Leonel, e criar uma folha planejada para ser o “grande órgão dos conservadores”, que teria a finalidade de “sustentar e difundir os princípios do partido.”⁵⁴¹ O autor das cartas de Erasmo imaginava uma maneira de defender-se dos ataques do *Diário do Rio de Janeiro*, sob direção do Deputado Cardoso Fontes, amigo do Barão de Cotegipe, e das afrontas que provinham, principalmente, de outros dois membros do Gabinete Itaboraí (os ministros dos Negócios do Império e dos Estrangeiros), publicadas em jornais diferentes.⁵⁴² Em uma das cartas a Henrique Lucena (número 160), Alencar detém-se na exposição de informações sobre o *Dezesseis de Julho*, que circulou por um ano, entre 4 de julho de 1869 e 2 de julho de 1870.

⁵³⁹ De acordo com Kátia Garmes (2004:148), tanto “o *Dezesseis de Julho*, quanto o *Jornal do Comércio* haviam publicado a versão do chefe de polícia sobre o acontecido”; dado que acentuava a insatisfação estudantil e incitava a propagação da desordem pública.

⁵⁴⁰ Segundo o biógrafo Magalhães Júnior (1977:241), “tais cartas foram divulgadas pela primeira vez em artigo intitulado “Trezentos estudantes contra José de Alencar”, trazido a lume pelo *Jornal do Brasil* em 1957, quando este tinha Odylo Costa Filho (1914-1979) como redator-chefe.

⁵⁴¹ VIANA FILHO, Luís; opus citatum, p.183.

⁵⁴² Kátia Garmes (2004:134) lembra que era “comum, no período, fundar-se folhas de vida efêmera para defender ou atacar um ministério, para sustentar um partido no poder ou na oposição, jornais que não tinham características empresariais [...]” Recorda ainda que esses periódicos, “que privilegiavam a difusão de ideias com fins doutrinários, eram em número muito superior, no Segundo Reinado, àqueles informativos”; mas, no entanto, “pela defesa que faziam de uma parcialidade no poder, tinham vida efêmera, visto os empecilhos na publicidade [...]”

8.1 CORRESPONDÊNCIA ATIVA

90. **[Rio de Janeiro], sem data**⁵⁴³ – carta⁵⁴⁴ a Thomas Pompeu.

Nada tenho a acrescentar-lhe à minha carta passada.

Escrevi um artigo sobre a dúvida de que me falou; e falei ao Pedreira⁵⁴⁵, que ainda não me deu solução, mas que será obrigado a dá-la porque a dúvida começa a ser suscitada em diversos pontos e até nessa província.

Entendi-me com o Nabuco⁵⁴⁶ a respeito das notícias que me enviou; ele de novo assegurou-me o que já lhe mandei dizer; as suas intenções são sinceras assim como as de Paes Barreto⁵⁴⁷, que tem as melhores instruções. Agora permita-me que lhe fale da minha candidatura.

Respeito os seus compromissos; mas sempre lhe direi que os interesses das nossas ideias, os benefícios da nossa província, devem preferir às promessas pessoais.

O Partido Liberal do Ceará como de todo o Brasil precisa reabilitar-se; os dois deputados liberais da nossa província precisam trabalhar com bastante força para conseguir fazer alguma coisa.

O Dr., que tem a sua candidatura segura, julgará qual o companheiro que o pode melhor auxiliar nesse empenho; e dirá em sua consciência qual dos dois nomes, o do senador Paula Pessoa⁵⁴⁸ e do senador Alencar, merece mais consideração para o Ceará, e para as influências desta Corte.

Bem sei que não tenho títulos para obter a honra a que aspiro; mas quando o governo julga natural a minha candidatura, quando todos os chefes do Partido Liberal nesta Corte, e os senadores do Ceará (exceto um) a recomendam, parece-me que não pode ser tachada de desarrazoada uma tal pretensão.

Sou, com toda a estima e consideração

Seu am.º obr.º e sincero,

J. de Alencar

⁵⁴³ Embora a data da carta não esteja expressa, trata-se de 1856.

⁵⁴⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:14-15) e a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:149).

⁵⁴⁵ Trata-se, possivelmente, de Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), advogado e político carioca.

⁵⁴⁶ Referência a Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), político e jornalista pernambucano.

⁵⁴⁷ É possível que se trate de Francisco Xavier Paes Barreto (1821-1864), magistrado e político pernambucano.

⁵⁴⁸ Trata-se, provavelmente, de Vicente Alves de Paula Pessoa (1828-1889), juiz e político cearense que foi senador entre 1882 e 1889.

91. [Rio de Janeiro], 26 out.1856 – carta⁵⁴⁹ a Thomas Pompeu.

Dr. e Amigo.

Escrevo-lhe esta às pressas. Nada de novo tenho a dizer-lhe. Pelo *Diário* verá que fiz tudo o que pude. O Nabuco⁵⁵⁰ fez-me promessas, que creio sinceras. Em todo o caso não desanime; e comunique-me os fatos, porque estou resolvido a fazer o que nunca se fez até agora; isto é, provocar uma questão, e defender a nossa Província na alta imprensa da Corte, de modo que o governo se veja obrigado a dar-lhe atenção. Pode contar, o Sr. e os nossos amigos, que o Ceará agora tem uma folha diária na Corte; e isto me parece que vale um pouco.

Seu am.º obr.º

J. de Alencar⁵⁵¹

92. [Rio de Janeiro], sem data⁵⁵² – carta⁵⁵³ a Thomas Pompeu.

Dr. e Amigo.

Esta serve unicamente para recomendar-lhe a remessa das cartas inclusas. Nesta data escrevi ao Tavares, vigário de [...] Já escrevi ao Sarmento e ainda não tive resposta. O Leopoldino não me respondeu as duas últimas que lhe escrevi. Terá ele recebido? É só o que me inquieta, porque uma era resposta a duas; e não me tenha ele, a quem sou obrigado, por negligente em meus próprios negócios. Será bom perguntar-lhe se recebeu.

Não me incomodam os seus pedidos, ao contrário dão-me prazer. Assim pudesse eu satisfazer a todos. O que é necessário é que v. me advirta dos que devem passar em primeiro lugar. Antes de tudo o que diz respeito aos três círculos.

Sobre a criação da freguesia de M [...], o Bispo escreveu a meu Pai a carta que vai inclusa, e que é terminante.

Seu am.º obr.º

J. de Alencar

⁵⁴⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:15-16) e em Menezes (1977b:102).

⁵⁵⁰ Trata-se do político e jornalista pernambucano Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910).

⁵⁵¹ José de Alencar, enquanto redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, versa sobre as eleições para deputado, realizadas em 1856: os seus primeiros passos no universo político. Relembra-se que, em 1856, o jornalista cearense já havia prestado serviços para o *Correio Mercantil*, ligado ao Partido Liberal.

⁵⁵² Embora a data da carta não esteja expressa, trata-se de 1858.

⁵⁵³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:16-17).

93. [Rio de Janeiro], 20 abr.1859 – carta⁵⁵⁴ a Eusébio de Queirós.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro.

Vou fazer um pedido a V. Exa.; mas desejo que antes V. Exa. seja árbitro e juiz dele; se entender que é desarrazoado, desisto desde já.

Está vago o lugar de Consultor dos Negócios da Justiça, e consta-me que o Sr. Ministro⁵⁵⁵ não tenciona provê-lo atualmente; seria para mim uma felicidade servi-lo interinamente; e visto como naturalmente se terá de chamar um dos Diretores da Seção para este fim, a minha pretensão não me parece exagerada.

A questão para mim nessa interinidade não é o melhoramento de vencimentos; é sim habilitar-me a prestar melhores serviços, fazendo sobre diversos pontos da legislação civil, criminal ou comercial, trabalhos que o expediente diário da Secretaria não permite, apesar da boa vontade.

Se V. Exa. entender que esta aspiração não é mal cabida em mim, espero que me auxiliará nela, como tem feito constantemente; senão, ainda assim agradecerei o conselho que V. Exa me dará, e que previnirá uma decepção.

Sou com muita estima e consideração

De V. Exa.

Amigo muito obrigado e criado.

*José Martiniano de Alencar*⁵⁵⁶

94. [Rio de Janeiro], 22 abr.1859 – carta⁵⁵⁷ a Thomas Pompeu.

Não respondi à sua última carta porque entendi que não me ficava bem dar-me publicamente e pela imprensa, como chefe de um partido, arrogando-me um título, que só os liberais todos de comum acordo me podiam conceder.

⁵⁵⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:138-139) e em Menezes (1977a:80).

⁵⁵⁵ Trata-se do Barão de Muritiba, Manuel Vieira Tosta (1807-1896), Ministro da Justiça entre 21/03/1859 e 10/08/1859.

⁵⁵⁶ Objetivando alcançar o posto de Consultor Jurídico (em caráter interino), embora tivesse sido empossado há apenas cinco dias como Diretor da Segunda Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, José de Alencar escreve a Eusébio de Queirós, de grande influência no Partido Conservador; obtém o que desejava em maio de 1859, quando também recebe o título de Conselheiro.

⁵⁵⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:17-18) e Menezes (1977b:146-147).

Entretanto é verdade que se passava entre nós o que v. diz; que combinamos, visto estar meu pai fatigado e idoso, corresponder-se o partido comigo como seu legítimo representante nesta Corte.

Meu Pai, o Araripe e eu temos desaprovado completamente o rompimento do *Comercial*; e agora escrevemos ao Pe. Carlos, pedindo-lhe que retire o seu nome daquela folha; e creio que ele assim o fará.

V., porém me fará um obséquio especial, se nesta emergência evitar qualquer coisa que possa irritar o gênio forte de Pe. Carlos; depois que ele estiver calmo, nós, como amigos comuns, lhe diremos que ele não tem razão.

Toda a prudência é pouca nesta emergência delicada; e da sua parte será mais uma prova que v. dará do seu tino político; pois qualquer dissidência no partido faz mal a todos.

Se com a resolução que agora tomamos nada se obtiver, conte que então faremos de modo que isto se termine ou bem ou mal; embora nos pese rompermos a neutralidade que até agora conservamos na questão individual.

Sobre o Presidente⁵⁵⁸ tenho esperança que o veremos mudado, abertas as Câmaras, e substituído por homem prudente e sisudo, que administre a Província sem ódios nem despeito.

Tive há 15 dias uma conferencia com o Otaviano⁵⁵⁹ a respeito do modo de assegurarmos ao Ceará um órgão na imprensa da Corte; convencionamos que o *Mercantil* publicaria regularmente uma correspondência escrita por v. e quando fosse necessário artigos de redação sobre a política provincial.

Conto ir em novembro deste ano visitá-lo, e lá conversaremos sobre o que devemos fazer para as eleições, a fim de que não haja hesitações nas vésperas. Nesta data escrevo ao Leopoldino, de Inhamuns, dizendo que v. e o Araripe julgam conveniente a minha candidatura por aquele círculo; e pedindo-lhe me declare com franqueza a sua opinião. Se v. entender que é necessário reforce o pedido.

Me parece que sem desistir da oposição que faz ao Presidente, será conveniente que o *Cearense* atacasse com muita calma, escolhendo os fatos de mais importância e deixando outros de somenos. Acredito que este sistema muito apressaria a saída do João de Sousa.

Seu amigo muito obr.º

⁵⁵⁸ Trata-se de João Silveira de Sousa (1824-1906), advogado e político paraibano; foi presidente da província do Ceará entre 1857 e 1859.

⁵⁵⁹ Referência à Francisco Otaviano.

95. **Rio de Janeiro, 5 jun.1859** – carta⁵⁶⁰ a Thomas Pompeu.

Respondo a sua última. Agradeço-lhe infinitamente o interesse que toma pela minha candidatura. Nesta data escrevo aos nossos amigos de Inhamuns e Maria Pereira⁵⁶¹.

Nada lhe posso dizer sobre política, porque esta para mim ainda não se desenhou completamente a fisionomia que mais tarde deve tomar. O governo tem oposição nas Câmaras; oposição de conservadores, oposição de liberais. Mas o que quer esta oposição? Eis o que não sei, nem posso saber.

Querem o novo ministério do marquês de Olinda⁵⁶² e de Franco⁵⁶³. Mas esse ministério nenhum bem fez à nossa Província; esse ministério nem ao menos evitou que v. fosse excluído da Câmara, e que o Ceará perdesse o seu único representante liberal. O ministério atual, se ainda não nos fez bem, também não nos fez mal, e nem manifestou a intenção de o fazer; portanto, esperando que o digam, apesar dessas balelas de conservador puro que dá esperanças a Vieira⁵⁶⁴ e outros, não se previna contra eles. Esperemos: esperemos pelos fatos, e demos o devido desconto às palavras.

V. deve estar convencido de uma coisa; que um ministério inteiramente liberal é impossível hoje; até mesmo porque não vejo homens que o acompanhem; os mistos, como no passado, já a experiência mostrou que nada servem. Mas, perguntará, o que devemos esperar então?

O que eu espero é que talvez muito breve algum dos homens políticos que não estão estragados, tome a si a reorganização do país; que colocado entre uma e outra legislatura ele não tenha conveniências e interesses a respeitar, que se apóie na parte sã e melhor do país; e com sua influência faça sair da urna eleitoral uma câmara ilustrada, que o auxilie na sua obra de regeneração. Eis o que espero.

Sobre a demissão do Silveira⁵⁶⁵ nada se sabe ao certo, além do pedido de demissão.

Diga-me o que v. precisa a respeito da apresentação simultânea do Machado⁵⁶⁶ e Miguel pelo mesmo círculo [da Capital]; faça sobressair isto no *Cearense*,

⁵⁶⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:18-19) e em Menezes (1977b:147-148), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:92). A referida missiva enviada por Thomas Pompeu não foi localizada durante a pesquisa.

⁵⁶¹ Referência aos atuais municípios cearenses de Inhamuns Crateús e Mombaça.

⁵⁶² Trata-se de Pedro de Araújo Lima (1793-1870), político pernambucano.

⁵⁶³ É possível que Alencar esteja se referindo a Bernardo de Sousa Franco, o Visconde de Sousa Franco (1805-1875), magistrado e político paraense.

⁵⁶⁴ José de Alencar refere-se, possivelmente, a Miguel Fernandes Vieira (1816-1862), magistrado e político cearense.

⁵⁶⁵ Trata-se de João Silveira de Sousa (1824-1906), jornalista e político catarinense.

indiretamente; pode aproveitar-nos. Igual circunstância se dá no Icó⁵⁶⁷ entre Francisco Araújo Lima⁵⁶⁸ e J. V. D. Brandão⁵⁶⁹. Seria conveniente que a correspondência daí nisso falasse.

Disputando-se Vieira e Machado o círculo da Capital, a quem nos convém auxiliar?

São coisas que o Sr. melhor pode saber aí, do que eu.

Nos últimos *Cearense*⁵⁷⁰, apesar do que v. me diz, vejo ainda artigos contra o Pe. Carlos; e não os acho convenientes; deixe-o tranquilo; todos, e o senhor primeiro, ganham com isto.

Seu amº. obrº e colega,

J. de Alencar

Rio, 5 de junho de 1859.

96. Rio de Janeiro, 6 jun.1859 – carta⁵⁷¹ a Paulino Nogueira.

Rio, 6 de junho de 1859.

Respondendo à sua última carta. Agradeço-lhe infinitamente o interesse que tomou pela minha candidatura. Nesta data escrevi aos nossos amigos de Inhamuns e Maria Pereira.

Seu amigo muito obrigado,

*J. de Alencar*⁵⁷²

97. [Rio de Janeiro], 17 jul.1859 – carta⁵⁷³ a Paulino Nogueira.

Para mim é questão decisiva sair deputado na seguinte legislatura: se for mal sucedido, deixo-me de semelhantes ideias, divorcio-me da política e meto-me com os meus livros.

⁵⁶⁶ Possível referência a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1830-1902), político paulista.

⁵⁶⁷ Trata-se de um município cearense.

⁵⁶⁸ Possível referência a Pedro de Araújo Lima.

⁵⁶⁹ Trata-se de José Vicente Duarte Brandão (1829-1886), deputado pela província do Ceará e deputado suplente da Câmara dos Deputados Gerais entre 1857 e 1860.

⁵⁷⁰ Periódico sob direção de Thomas Pompeu.

⁵⁷¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:27).

⁵⁷² José de Alencar agradece ao primo pelo incentivo de sua candidatura como deputado pela província do Ceará, e refere-se aos correligionários cearenses das cidades de Inhamuns e Maria Pereira. Não foi possível localizar a missiva de Paulino Nogueira.

⁵⁷³ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Menezes (1977a:27-28) e em Viana Filho (1979:97). O biógrafo Raimundo de Menezes equivoca-se em sua transcrição, atribuindo a esta carta o desfecho da enviada a Thomas Pompeu, em 1856 (missiva 90).

Seria bom escolhermos um homem que soubesse dirigir a eleição, visto que eu pelo meu emprego aqui me custe não poderei assistir a elas.⁵⁷⁴

98. **Rio de Janeiro, 28 nov.1859** – carta⁵⁷⁵ ao Marquês de Paranaguá.

Ilmo.e Exmo. Sr. Conselheiro.

Consta-me que veio proposto do Ceará para Tenente Coronel de Santa Quitéria pelo atual Presidente, o Sr. João Antônio de Mesquita Magalhães.

É a pessoa em favor de quem já falei a V. Exa. e de novo me animo a pedir, confiado na extrema bondade com que V. Exa. se digna tratar-me.

O concorrente do Sr. Magalhães é o meu colega Dr. Paula Pessoa, filho do Senador, mas creio que foi isso uma lembrança do cunhado, e ignorada pelo Pai.

Esse moço de quem sou amigo tem outro futuro como magistrado para aspirar às portas de Guarda Nacional: por isso não receio que essa concorrência faça mal no espírito de V. Exa. ao meu recomendado.

Peço desculpa a V. Exa. por esta importunação: e releve-a a consideração e estima com que sou

de V. Exa.

Amigo muito obrigado e criado.

José Martiniano de Alencar

Corte 28 de novembro 59.

⁵⁷⁴ Ao final das eleições, José de Alencar sai vitorioso, como almejava.

⁵⁷⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:49). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DPP-28.11.1859-Ale.d-L.nº15 [p01] e I-DPP-28.11.1859-Ale.d-L.nº15 [p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Resp: a 29-11-59

W^{mo} e Ex^{mo} Sr

Congressistas.

28 nov. 1859

E. b... em consideração
e em...
for... proposta

Consta-me que veio proposto do Ceará para
Tenente Coronel de Santa Luzia, pelo actual
Presidente, o Sr. João Antonio de Mesquita
Magalhães.

E a pessoa em favor de quem foi fallar a V. Ex^{ta},
e de novo me animo a pedir, confiando na
extrema bondade com que V. Ex^{ta} se digna
tratar-me.

O concorrente do Sr. Magalhães é o Sr. Callego,
D. Paula Peres, filho do Sr. Peres, mas creio
que foi isso uma lembrança do Sr. Peres, e
ignorada pelo Sr. Callego.

Em nome de quem sou amigo tem outro

futuro como magistrado para arquirar os postos
de Guarda Nacional: porisso não receio que
essa concorrência faça mal no espirito de
V. Ex.^a as mes recommendados.

Pico desculpa a V. Ex.^a por esta importun-
nação; e releve-a a consideração e attenção
com que sou

Se V. Ex.^a

Muito muito obrigado e credo

João Martiniano de Almeida

Corte 28 de novembro - 59.

99. [Rio de Janeiro], sem data⁵⁷⁶ – carta⁵⁷⁷ a Thomas Pompeu.

Dr. Amigo.

Respondo as suas de 29 de março e 2 de abril. Agradeço-lhe de coração a parte que tomou em nossa aflição. – Agradeço-lhe em meu nome e no de toda a minha família.

Sobre o objeto de que V. trata na primeira de duas cartas, lhe direi: – Eu falei ao João de Almeida ele prometeu-me anular a qualificação de Inhamuns apesar do erro de cópia: assim [,] se o Joaquim Leopoldino fizer outra qualificação no [ilegível] domingo de abril, espero que será aprovada e então tudo correrá à medida dos nossos desejos.

Agora devo comunicar-lhe uma coisa, que V. pesará na devida consideração, dando-me a sua opinião com franqueza.

Sabe V. que meu Primo Pe. Carlos tem hoje grande indisposição contra o Ratisbona⁵⁷⁸, e procura fazer-lhe todo o mal pelo círculo do Crato. É esse o segredo como V. sabe de apresentação que ele faz do meu nome por aquele círculo: – declarando-me que se eu me não apresentar, apresenta-se ele. Entendi que o melhor meio de conciliar as coisas era deixar que me apresentassem pelo Crato mas com a condição de ser o Ratisbona meu suplente, e de apresentar-se o Pe. Carlos pelo Ouricuri em Pernambuco. Assim [,] se eu vencesse em Inhamuns pelo qual optava, era Ratisbona deputado: se não vencesse por aquele círculo, não se dava outra coisa além do que a hipótese [ilegível] pelo mesmo Ratisbona, que me escreveu estar pronto a ceder-me o círculo, se eu o quisesse.

Entretanto V. prevê o mal que me podia resultar dessa dupla apresentação se os nossos amigos de Inhamuns não estiverem prevenidos: se alguém não lhes fizesse sentir bem que a questão não é de círculo, mas de ideias [,] e que convém a todo o [ilegível] eleger-nos a V. e a mim na próxima legislatura.

Pense, e diga-me seu juízo – Não entra em mim como V. bem pode conhecer, veleidade de ser eleito por dois círculos [,] mas desejo de assegurar a minha eleição e também a do Ratisbona, que sem essa combinação será atrapalhada.

Só em setembro posso ir vê-lo. O falecimento de meu Pai não permite que eu arrede pé agora do Rio de Janeiro.

⁵⁷⁶ A Biblioteca Nacional data o recebimento da missiva: 21/04/1860.

⁵⁷⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:50-51) e há trechos que podem ser lidos em Menezes (1977b:154) e em Viana Filho (1979:97-98). O manuscrito autógrafo é conservado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (localização I-2,1,70).

⁵⁷⁸ Leandro Chaves de Melo Ratisbona (1824-1900), advogado e político liberal, eleito deputado pelo círculo do Crato.

O Paranaguá me prometeu nomear o Zabulon Juiz de Direito de Inhamuns [,] assim como o Pessoa para o Crato. Mas é preciso que o Carvalho requeira remoção; e que o Pessoa queira ir para o Crato.

Sobre a eleição de Assaré, já lhe disse que não tenho dúvida em despende o que for necessário e que comporte com as minhas forças; mas é preciso que V. me diga com quem me devo entender a respeito, e a quem se há de incumbir a direção da eleição ali.

Seu am.º mt.º obr.º

*J. de Alencar*⁵⁷⁹

⁵⁷⁹ Provindo de uma família “liberal”, Alencar já se sentia atraído pelo Partido Conservador, talvez, em função do grande apoio de Eusébio de Queirós, líder conservador.

D. Amigo

Respondo ás suas de 24 de março e 2 de abril. Agradeço-lhe
de coração a parte que tomou em minha afflictão e gratidão.
Mas em meu nome e de toda a minha família.

Sobre o objecto de que V. trata na primeira de
duas cartas, lhe deixo: - Que fallei no Voto de Haver de
e elle prometter-me succellar a qualificação do Tche-
meus apesar do erro de copiar: assim de o Joseph Leopoldo
fazer outra qualificação na 1.ª domingo de abril, espero
que seja approvado: e então tudo correrá a machadão
dos novos delegados.

Agora devo commensurar - lhe uma coisa, que V.
pensará na devida consideração, deixando-me a sua
opinião com franqueza.

Sabe V. que meu Primo Sr. Carlos tem hoje grande
indisposição contra o Ratinho, e procura fazer-lhe
tudo o mal pelo recanto do Crato. E' aqui o segundo
caso V. sabe de apresentação que elle faz de
meu nome por aquelle círculo: declarando-me

que se eu me não apresentar, apresente-se eu elle. Es-
tando que o melhor meio de conciliar os consus era
dizer que me apresentassem pelo Crato mas com
a condição de ser o Ratis bono meo defficiente, e
de apresentar-se o Dr. Carlos pelo Curiaury em
Pernambuco. Assim se eu venhesse ao Terth curiens
pelo qual aptaver, se Ratis bono defficiente: se
não venhesse por aquelle circulo, não se dava outra
conta além do que a hypothesis que fizera de pelo
mesmo Ratis bono, que me escrevese eitar prompto
a ceder-me o circulo, se eu o quizesse;

Entretanto V. prevê o mal que me poderia re-
sultar de se defficientemente apresentando ao os novos ami-
gos de Pernambuco e até estivessem prevenidos: se
alguém não lhes fizesse sentir bem que a questão
não é de circulo, mas de ideias: e que convém
a todo o traque **petar** - nos a V. e a mim
na próxima **legislatura**.

Pensei, e defino-me os q'ntos. - Não entra em minha
como V. bem pode conhecer, velles de de de de de de
por dois circulos: meu desejo de assegurar a minha
eleição, e tambem a do Rutei-bon, que sem uma
combinação seria atrapalhada.

É em setembro pouco ir me lo. O fallecimento
de meu Pa não permitte que eu arrede pe'
algora do Rio de Janeiro.

O Parauapeba me promette nomear. Tabulou
juiz de Direito de Guaranés assim como o Pez
para o Crato. Mas o preciso que o Carvalho re-
quererem pensão; e que o Pez queira ir
para o Crato.

Sobre a eleição de Assaré, já me disse que
não tenho duvida em depender o que for necessario
e que com ponto com minhas forças; mas
é preciso que V. me diga com quem me
devo entender a respeito, e a quem de modo

em ambas as direções de elevação ali.

Des. univ. mto obs.

J. de Almeida

Reg. n.º 146
1974

399859
1971

Recebida pelo
destinatário em 21-4-1860
Logo, e de abril, 1860.

Preço: Cr. 250,00

Comprada por Sr. J. de Almeida
de Vasconcelos, em 1971

100. [Rio de Janeiro], 6 maio 1860 – carta⁵⁸⁰ a Thomas Pompeu.

Rio, 6 de maio 1860.

Dr. Amigo

Tenho à vista as suas de 12 e 18 de abril. Recebi a certidão dos eleitores, e fico-lhe agradecido. Já escrevi ao presidente pedindo-lhe a demissão do delegado de Inhamuns: o Nabuco⁵⁸¹ disse-me também que lhe tinha escrito e ao juiz de direito daquela comarca. O Paranaguá⁵⁸² já decidiu o negócio do Milfont; mandei tirar-lhe carta, mas não ficou pronta para seguir por este pacote por causa de não haver tempo para a assinatura imperial. O ofício vai lotado em 400\$⁵⁸³ que a 40% importa em 160 mil-réis de direitos, com selo, fita e agência do procurador deve andar por 250\$ ou menos. Esse dinheiro v. pode entregar ao Braga.

Já lhe disse que o João de Almeida me prometeu insistir na anulação da qualificação de Inhamuns; ao receber sua carta falei-lhe de novo. Talvez a decisão vá por este vapor. Creio que brevemente teremos juiz municipal em Maria Pereira, e naturalmente o presidente não duvidará nomeá-lo delegado.

Resta das condições de que v. me fala a redução do número de eleitores: mas de que modo podemos obtê-la? Só me lembro do meio de que já falei de uma representação que provoque uma decisão do Ministério do Império. Fora este, só a verificação de poderes, o que é precário, pois põe em dúvida o diploma.

Do mesmo meio de representação deve v. usar a respeito da competência do juiz de paz da vila de São Francisco⁵⁸⁴: pois v. sabe perfeitamente que sem uma dúvida o governo não pode dar decisão. O juiz de paz que submeta a questão ao conhecimento do presidente; e este que a afete ao governo. Eu falarei ao João de Almeida.

As Câmaras ainda não se abriram. Desta vez creio que só para meados deste. Andar assim, que é bom andar. As províncias discutem atualmente como v. verá a responsabilidade dos ministros nos atos do Poder Moderador. Não me parece que há fermento no espírito público.

O *Jornal do Comércio* não desmentiu de sua antiga reputação. Depois de prometer-me formalmente proteger as nossas candidaturas, recusou-se a admitir a

⁵⁸⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:20-21) e em Menezes (1977b:156-157).

⁵⁸¹ Trata-se de José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878), magistrado e político baiano.

⁵⁸² Referência a João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912).

⁵⁸³ A moeda em vigor durante todo o século XIX era o real; portanto, trata-se de 400 réis.

⁵⁸⁴ A citada vila São Francisco encontra-se, atualmente, situada no bairro Bonsucesso, em Fortaleza.

correspondência, visto que diz ele que está comprometido com as Câmaras. Toda a proteção limitou-se a duas linhas em um artigo de notícias do norte, o qual v. já deve ter lido. A do *Diário* publicou-se.

Seu, etc.

P.S. V. refletiu bem que não me era possível aceitar a proposta do Dr. Leocádio Pessoa. A condição era impossível. Podia eu comprometer-me a trabalhar para que ele fosse despachado, mas afiançar, não.

101. **[Rio de Janeiro], 6 jun.1860** – carta⁵⁸⁵ a Thomas Pompeu.

Dr. Amigo.

Remeto-lhe por este pacote (segura) a carta do Milfont: importou em 224.360, como verá da nota inclusa.

Não podendo por agora obter a remoção do Zabulon para o Inhamuns, obtive do Nabuco que me recomendasse a ele, e a carta foi pelo vapor passado.

Quanto ao negócio do Crato v. opõe-me duas razões: a primeira que o Pe. Carlos está enganado e que todas as influências daquele círculo estão comprometidas com o Ratisbona; a segunda que o círculo não nos é favorável.

Não contesto o que v. diz sobre o compromisso com o Ratisbona, embora eu tenha cartas de Jardim e de Milagres⁵⁸⁶, das primeiras influências dali em que me asseguram acolher a minha candidatura. Mas a questão não é essa. Quando lhe falei sobre isso foi em virtude do que me escrevera o mesmo Ratisbona, dizendo-me que logo que perigasse o círculo de Inhamuns, ele me cederia o do Crato. A minha lembrança não era pois senão uma tradução dessa promessa. Se o compromisso do Ratisbona se opõe nelas, o que não será nas vésperas da eleição? É possível entre a eleição primária e secundária a substituição de um candidato por outro? Creio que não: e por isso foi aquela proposição que conciliava tudo.

Mas o dito por não dito. Insistirei pelo círculo de Inhamuns como foi sempre minha intenção: e como afirmei ao Joaquim Leopoldino. Tenho mais desejo de ser deputado

⁵⁸⁵ A transcrição integral da carta encontra-se em Menezes (1977a:21-23), a parcial pode ser lida em Menezes (1977b:158) e em Viana Filho (1979:91).

⁵⁸⁶ Referência a dois municípios cearenses.

por ali⁵⁸⁷ do que por qualquer outro círculo: mas tenho desejo sobretudo de ser deputado, para poder auxiliá-lo com força e eficácia.

Você deve estar convencido da necessidade de termos um deputado aqui, sobretudo agora que falta à província o único senador que a defendia ainda contra a influência dos *caracás*⁵⁸⁸ [sic]. Em deputado seja eu, ou seja outro em quem se acordar, deve ser eleito a todo o custo e com sacrifício: sacrifício que será compensado com as vantagens que se há de colher.

O que sucedeu da vez passada? Todos erramos. Eu tive uma veleidade de sair deputado pela Granja⁵⁸⁹ e tratei de mim. Ratisbona também ocupou-se com o Crato exclusivamente: você com a Imperatriz⁵⁹⁰. No fim de contas nenhum de nós saiu deputado. Entretanto, não faço estas considerações para fazê-lo mudar de opinião sobre o Crato, não. Quero marchar sempre de acordo com você.

Fala-se na questão do alargamento de círculos, que está na ordem do dia. O projeto será breve apresentado. O ministério parece forte e dá ares de sustentar-se.

Antes de ontem disse-me o Ferraz que amigo dele lhe havia escrito ter você censurando-o acremente em círculo. Neguei, dizendo-lhe que o conhecia, que era muito reservado em conversa: que me parecia o fato pouco provável. Prometeu-me apoio: veremos.

Adeus.

Disponha de quem é

Seu am.º mt.º obd.º

J. de Alencar

Inclusa lhe remeto uma carta para o Gonçalves Dias agradecendo-lhe a poesia que fez ao meu Pai.⁵⁹¹

⁵⁸⁷ Trata-se do círculo de Inhamuns.

⁵⁸⁸ Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:22), trata-se de partidários de um subgrupo do Partido Conservador durante o período monárquico.

⁵⁸⁹ Uma das primeiras vilas cearenses, fundada em 27/06/1776.

⁵⁹⁰ Teresa Cristina Maria de Bourbon-Duas Sicílias (1822-1889). Cf. notas da carta 72.

⁵⁹¹ Trata-se de poema que acompanhou a carta de Gonçalves Dias a José de Alencar; cf. missiva 74. Segundo observação do biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:158), a carta é tarjada de luto pela morte do Senador Alencar.

102. **[Rio de Janeiro], 22 jul.1860** – carta⁵⁹² a Thomas Pompeu.

Realmente é um terreno fofo e móbil esse de eleições. Na passada me dizia v. que tínhamos maioria na mesa, agora me comunica o contrário. Falharam pois as suas previsões.

O que é certo porém é que a eleição não se fará pelo atual regime. O alargamento dos círculos me parece que se fará, como v. verá das posições. O que nos deve pois preocupar agora é a união dos círculos: é sobre isso que lhe escrevi.

Nada mais me ocorre dizer-lhe pelo momento. A situação é indefinível; tudo está no vago: ninguém sabe o que nos trará o dia de amanhã. Fazem-se suposições, que não têm nenhum grau de certeza.

Adeus, etc.⁵⁹³

103. **Ceará, 12 nov.1860** – carta⁵⁹⁴ ao Marquês de Paranaguá.

Ilmo. Exmo. Amigo Sr. Conselheiro Paranaguá.

Cheguei a esta cidade no dia 2 do corrente com boa saúde e melhor viagem.

Ainda nada de positivo para dizer a V. Exa. a respeito da minha eleição. O Presidente⁵⁹⁵ recebeu-me como cavalheiro que é, e até esta data não tenho senão motivos de reconhecimento para com ele.

Sinto dizer a V. Exa. que apesar da sua bondade, apesar das provas tamanhas de consideração que recebi ultimamente de V. Exa. e do Governo Imperial, deu-se um fato em si bem insignificante, mas que me tem muito prejudicado.

Foi este fato a transferência do meu Padrinho João Franklin de Leiria de Tesoureiro desta alfândega para 2º Conferente, lugar inferior em merecimento e categoria. Esta quase demissão veio no mesmo paquete em que eu vim, e ignorando-a eu.

⁵⁹² A transcrição parcial da carta encontra-se em Menezes (1977b:158-159).

⁵⁹³ José de Alencar refere-se à crise do Partido Conservador. Na viagem à Fortaleza, realizada para pleitear a vaga de deputado, o escritor conhece o sobrinho, Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), que anos mais tarde escreverá o seu perfil literário. Nota-se que esta é a última missiva de teor político destinada a um membro do Partido Liberal; Kátia Garmes, (2004:41) assinala que, em 1859, há um anúncio da incompatibilidade de Alencar com o partido defendido por seu pai, “com o qual efetivamente rompe depois de sua eleição à Câmara pelo Partido Conservador”, pois julgava não ter tido o senador o reconhecimento merecido depois de tanto sacrificar-se pelos liberais.

⁵⁹⁴ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:52-53) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DPP-12.11.[1860]-Ale.d1-3-L.nº15), onde se localiza o manuscrito autógrafa.

⁵⁹⁵ Trata-se de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1823-1899), presidente da província do Ceará entre 1859 e 1861.

Meu padrinho é um antigo empregado. Tem 28 anos de serviços no lugar de Tesoureiro de que foi agora demitido: tem além disso serviços da independência. Ele pede agora a sua aposentadoria, e me parece de justiça concedê-la. Peço a V. Exa. que se interesse por ela como em negócio meu.

Deve V. Exa. estar lembrado de que o Pe. Pinto de Campos escreveu-lhe pedindo o lugar de Comandante Superior que está vago para esse meu Padrinho, que é aqui geralmente respeitado e estimado pelas pessoas de todos os credos. Estou em casa dele; e tendo sido visitado por homens de todas as cores políticas pude apreciar bem a consideração de que ele goza, e o sentimento geral que acompanham a sua demissão.

Seria pois além de um grande obséquio a mim feito, um ato acertado que V. Exa. praticaria nomeando-o para aquele lugar. Ele é agricultor; e dessa indústria teria o rendimento necessário para manter-se com decência, e fazer as despesas que aquele cargo sempre exige. Demais já tem o posto de Tenente Coronel Reformado da Guarda Nacional.

O atual Tenente Coronel que espera ser promovido a Comandante Superior não só não goza de simpatias, como tem contra si indisposições. A nomeação dele, independente do meu pedido, não me parece conveniente.

Fico descansado em que V. Exa. continuará a proteger-me mesmo de longe, e que não me deixará abandonado unicamente aos meus fracos recursos.

Sou com a mesma estima e consideração

De V. Exa.

Amigo muito obr.º e cr.º

José Martiniano de Alencar

Ceará, 12 de novembro.⁵⁹⁶

⁵⁹⁶ Já concorrendo pelo Partido Conservador, Alencar escreve ao Conselheiro Paranaguá, um dos líderes do partido.

M. da Silva Amigo ao Conselho Paranaense.

12 Nov. 1860

Cheguei a esta cidade no dia 3 do corrente com boa
saúde e melhor viagem.

Sen de nada de positivo para dizer a V. Ex. a
respeito da minha eleição. O Presidente recebeu-me
como cavalheiro que é, e até esta data não tenho
devido motivos de reconhecimento para com elle.

Sinto dizer a V. Ex. que apesar da sua bondade,
apesar das provas e amanhãs de consideração que re-
cebi ultimamente de V. Ex. e do Governo Imperial, des-
de um facto em si bem insignificante, mas que
me tem muito prejudicado.

Foi este facto a transporencia de meu Padrinho
João Franklin de Lima, de Theoureiro desta alfa-
nça para 2.º conferente, lugar inferior em me-
rito e categoria. Esta quasi demissão veio no
mesmo instante em que eu vi, e significando-o

meu Padrinho é um antigo empregado. Tem 28
anos de serviços no lugar de Theoureiro de

que foi agora demittido: tem alem d'isso servicos de
independencia. Elle pede agora a sua aposentadoria,
e me parece de justicia conceder-lhe. Peço a V. Ex.^a
que se interesse por ella como em negocio suo.

Sen. V. Ex.^a estar lembrado de que o P.^o Pinto de
Campos, exerceu - me pedindo - me o lugar de Com.^{te}
Superior que esta' vago para esse mes Padrinho, que
e' aqui geralmente respeitado e estimado pelas pessoas
de todas as credas. Estou em casa d'elle; e tendo lido
muito de bons nomes de todas as cosas politicas posso
appreciar bem a consideração de que elle goza, e
o sentimento geral que acompanha a sua demissão.

Teria pois alem de um grande obsequio a mim
feito, um acto de certo que V. Ex.^a praticaria, nomeando-o
para aquelle lugar. Elle e' agricultor; e dessa industria
tem o rendimento necessario para manter-se com de-
cencia, e fazer as despesas que aquelle cargo sempre
exige. Demais ja tem o posto de Tenente Coronel
Reposado de Guarda Nacional.

O actual Tenente Coronel que espera ser promovido
a Comte Superior não se não fora de diuipathias,
como tem contra di indisposições. A nomeação
delle, independente do meu pedido, não me
parece conveniente.

Desde decaendo em que V. Ex. continuará a
proteger-me mesmo de longe, e que não me
deixará abandonar unicamente aos meus
fracos recursos.

Seu com a mesma estima e consideração

Seu Ex.

amigo muito ob. e cr.

João Estertimans de Alencar.

Ceará. 12 de novembro.

104. **Ceará, 1 dez.1860** – carta⁵⁹⁷ ao Marquês de Paranaguá.

Ilmo. Exmo Sr. Conselheiro

Pelo vapor passado já escrevia a V. Exa. comunicando-lhe a minha chegada a esta capital e incomodando a V. Exa. em favor de meu Padrinho, o Tenente Coronel João Franklin de Leirias; e de novo insto com V. Exa., confiado na sua bondade, em pró daquela pretensão.

Nada posso ainda dizer de certo e positivo a respeito dos meus negócios eleitorais: porém me parecem eles bem encaminhados, e todos me asseguram feliz resultado. Não sei até que ponto são sinceros.

Desejo que V. Exa. goze sempre boa saúde, para satisfação de quem é com muito estima e consideração,

De V. Exa.

Amigo muito obr.º e cr.º

José Martiniano de Alencar

Ceará – 1 de Dez. 1860.⁵⁹⁸

⁵⁹⁷ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:54) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DPP-12.11.[1860]-Ale.d1-3-L.nº15), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁵⁹⁸ José de Alencar sai vitorioso nessas eleições.

M^{me} Ex^{ma} Sr.^a Conselheiro.

1 Dez 1860

Pelo vapor passado já escrevi a V. Ex.^a comunican-
do-me a minha chegada a esta capital, e recomen-
dando a V. Ex.^a em favor de meus Padrinhos o
Pseudo Coronel João Franklin de Lima: e de novo misto
com V. Ex.^a, confiado na sua bondade, em pro da
quella pretensão.

Nada posso ainda dizer de certo e positivo a' res-
peito dos meus negócios electoraes: porém me parecem
estar bem encaminhados, e todos me asseguram feliz
resultado. Não sei até que ponto são sinceros.

Desejo que V. Ex.^a goze sempre boa saúde, para a
ratificação de quem é com muita utilidade e con-
sideração,

De V. Ex.^a

seu muito ob.^o e c.^o

Cará - 1 de Dez. 1860.

João Martiniano de Albuquerque

105. **Ceará, 27 dez.1860** – carta⁵⁹⁹ ao Marquês de Paranaguá.

Ilmo. e Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro.

É sina minha, que não escreva daqui uma carta a V. Exa. que não seja para abusar da bondade com que me trata, fazendo-lhe um novo pedido: – mas a amizade de V. Exa. me desculpará.

O Dr. Miguel Fernandes Vieira⁶⁰⁰ se interessa pela divisão do Comando Superior de Inhamuns, criando-se um novo Comando em Quixeramobim que é comarca destricta sendo nomeado para este o atual Tenente Coronel Chefe do Estado Maior José Amaro Fernandes.

V. Exa. compreende o novo interesse que eu tenho em servir a uma pessoa que tanto se empenha pelo bom êxito de minha candidatura; e especialmente quando reconheço que a grande extensão do território que abrange o atual comando superior exige aquela divisão.

Espero pois que V. Exa. atendendo a razões de tanta valia me fará mais este obséquio, além dos inúmeros que já tenho recebido de sua bondade.

Sou com particular estima e elevada consideração

De V. Exa.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá

M. D. Ministro de Justiça

Amigo mto. obr.º e resp.^{or}

José Martiniano de Alencar

Ceará – Dezembro 27/60.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:55) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-DPP-12.11.[1860]-Ale.d1-3-L.nº15), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁰⁰ Então líder do Partido Conservador no Ceará.

⁶⁰¹ Carta de Alencar sobre negociações vinculadas às eleições para deputado pela província do Ceará, realizadas em 10/01/1861.

Mm. Ex^{ma} Amigo e Sr. Conde Meiro.

27 Dez. 1860

E' deia, minha, que não escreva daqui uma carta
a V. Ex^{ta} que não seja para abusar da bon-
dade com que me trata, fazendo-me um novo
pedido: - mas a amizade de V. Ex^{ta} me des-
culpava.

O Dr. Miguel Fernandes Vieira se interessa pelo
divisão do Commando Superior de Lukarimus,
creando-se um novo Commando em Guixore
mobim que e' Comarca districta, sendo no-
meado para este o actual Penente coronel
Chefe do Estado Major Jose Amaro Fernandes.

V. Ex^{ta} comprehende o vivo interesse que eu
tenho em servir a uma pessoa que tanto se
empenha pelo bom exito de minha causa.
natureza; e especialmente quando reconheço
que a grande extensão do territorio que abran-

a quella divisi^o.

Espero pois que V. Ex^a attendendo a' natureza de
tanta valia me pare' mais este obsequio, alem
dos ramos que ja tenho recebido de sua
bondade.

Don com particular estimo e deves de
consideração

Det. Enl

El me e Sr me Sr Conselho João Luctos de Cury
Paranaguá.

M. D. Ministre de Justice.

amigo mto obsequioso

Jo: Martiniano de Almeida

Ceasa - Decembro 27/60.

106. [Fortaleza], 29 dez.1860 – carta⁶⁰² a Luis Maciel.

Fui há dias a Aquirás⁶⁰³ e não tive o prazer de encontrá-lo, pois achava-se, segundo me disseram, nesta cidade. Já com antecedência tinha escrito a V. S^a. prevenindo-o de minha ida e o portador da carta não o encontrando voltou com ela.

Além do prazer de vê-lo, era meu fim, procurando-o, comunicar-lhe o acordo que tinha feito com o Dr. Miguel Fernandes Vieira, o qual aceitou a minha candidatura por este 1º círculo. A vista desse fato, julgo do meu dever pedir aos meus amigos, àqueles que se interessavam na minha eleição, que não façam o menor sacrifício em favor dela, por isso conto com a lealdade do Dr. Miguel Fernandes.

Não tenho V. S^a. por este círculo outro candidato senão eu, conforme teve a bondade de declarar-me, e achando-se a minha eleição segura, entendo que é inútil qualquer luta nesse colégio, sendo o completo abandono da eleição o maior serviço que V. S^a. e seus amigos me podem prestar, nas atuais circunstâncias.

Peço a V. S^a. que, consultando a respeito o Rev^{mo}. Sr. Vigário e outros seus amigos, me responda com brevidade.

Sou, etc.

107. [Rio de Janeiro], sem data⁶⁰⁴ – carta⁶⁰⁵ a Eusébio de Queirós.

Ilm.º e Exm.º Sr. Conselheiro

Cumpro com a recomendação de V. Exa., lembrando que o vapor do norte deve partir a 7 do corrente.

O círculo por que me apresento é o da Capital, por onde se apresenta igualmente o Miguel Fernandes, e talvez o Manuel⁶⁰⁶, se não entenderem que é muito, serem votados dois irmãos em um círculo de três deputados.

Sou com o maior respeito, estima e consideração

De V. Exa.

Amigo muito obrigado e criado

*José Martiniano de Alencar*⁶⁰⁷

⁶⁰² A transcrição parcial da carta encontra-se em Menezes (1977b:160) e em Viana Filho (1979:99).

⁶⁰³ Atual município do estado do Ceará.

⁶⁰⁴ Ainda que a carta não traga a data expressa, trata-se do ano de 1861.

⁶⁰⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:81) e a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:143) e em Viana Filho (1979:99).

⁶⁰⁶ Trata-se de Miguel (1816-1862) e Manuel Fernandes Vieira (1819-1879); irmãos, ambos magistrados e políticos cearenses.

108. **Ceará, 10 jan.1861** – carta⁶⁰⁸ a Eusébio de Queirós.

Ilm.º e Exm.º Sr. Conselheiro

Tive o prazer de receber a carta de V. Exa. datada de 15 de dezembro passado, a qual me encheu de satisfação pela certeza da saúde de V. Exa., e pela segurança que me dá sobre a minha eleição. Realmente hoje as promessas do Dr. Miguel Fernandes Vieira, já começaram a realizar-se; e tenho esperanças de que se cumprirão em tudo.

As eleições primárias correram tranquilas: não se reproduziram as cenas tristes que infelizmente se deram na Telha⁶⁰⁹ por ocasião da eleição paroquial.

Sou com a maior estima e consideração

amigo obrigado e criado

José Martiniano de Alencar

Ceará – 10 de janeiro de 1861.⁶¹⁰

109. **Ceará, 31 jan.1861** – carta⁶¹¹ a Eusébio de Queirós.

Ilmo. Exmo. Amigo e Sr. Conselheiro:

O resultado até hoje conhecido das eleições vai-me sendo favorável; e eu me apresso a comunicar a V. Exa., como ao primeiro a quem me cabe agradecer. Não sei o que terá havido nos colégios mais distantes; se porém não falharem as mais bem fundadas esperanças, devo crer que serei eleito, graças aos esforços e amizade de V. Exa. que para isso terá mais que nem um concorrido, pois eu considero o sacrifício do Dr. Miguel Fernandes Vieira mais feito a V. Exa. do que a mim, que não tenho títulos para merecê-lo.

⁶⁰⁷ Ainda que a carta não apresente data, trata-se do ano de 1861, quando Alencar e outros dois correligionários apresentam-se candidatos a Câmara dos Deputados pela província do Ceará.

⁶⁰⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:80-81) e em Viana Filho (1979:99), a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:144-145).

⁶⁰⁹ Trata-se, possivelmente, de referência a uma vila da província de Sergipe.

⁶¹⁰ Do Ceará, para onde viajara no segundo semestre de 1860 a fim de fortalecer sua candidatura para Deputado-Geral pela província natal, José de Alencar escreve ao amigo para lhe agradecer o apoio político, e confirma sua candidatura pelo primeiro distrito, assegurada por Miguel Fernandes Vieira, chefe dos carcarás (subgrupo do Partido Conservador).

⁶¹¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Viana Filho (1979:100).

Desejo que V. Exa. e toda a sua Exma. Família não tenham alteração em sua saúde.
Renovo a V. Exa. os protestos de minha muito particular estima e elevada consideração.

De V. Exa.

amigo muito obrigado e respeitador.

José Martiniano de Alencar

Ceará 31 de janeiro de 1861.

110. **Rio de Janeiro, 20 set.1861** – carta⁶¹² a destinatário não-identificado.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro.

Houve engano da parte de V. Exa. em supor que o Sr. José Raimundo de Vasconcelos é meu parente. Interesse-me sim por ele; como por um patricio, que na sua tribulação, valeu-se de quem pouco vale.

Não sabendo eu da natureza da falta desse empregado, se não que é ela grave, pois o afirma V. Exa., nada posso dizer em sua defesa; nem mesmo apelar da severidade do Sr. Ministro para a benevolência do Exmo. Sr. Conselheiro Paranhos:

Parece-me, que há pelas regiões financeiras alguma *malária*, que sopra nos modestos pedidos que eu possa fazer, e os aniquila: e se não me engano essa *malária* é classificada pelos melhores patológicos com o nome de *informação*.

Desculpe-me V. Exa. essa queixa íntima: e creia que qualquer que seja a resolução que tome neste ou em outro assunto que me interesse, permanecerá intacta a gratidão que devo a V. Exa. por outros motivos, e agora pela delicadeza com que se dignou de comunicar-me a sua decisão, antes de consumá-la.

Renovo os protestos da mais subida consideração, como quem é

de V. Exa.

Amigo obr.º e respeitador

José Martiniano de Alencar

Rio 20 de Setembro 1861.

⁶¹² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:56).

111. **Rio de Janeiro, 3 out.1861** – carta⁶¹³ a destinatário não-identificado.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro.

Pelo Ministério do Império se expediu um aviso mandando-me pagar a ajuda de custo que me competir como Deputado pela Província do Ceará.

A lei diz que aos Deputados dessa Província se pagam 700 [\$] por cada sessão. Aqui no Tesouro porém pretendem fazer uma distinção de vinda e volta.

Ora é axioma de direito que onde a lei não distingue não devemos distinguir; e por isso eu rogo a v. Exa., que a ser possível me salve da exceção que desejam fazer contra mim.

Neste negócio eu não peço senão equidade; - O Sr. Saraiva mandou pagar ajuda de custo ao meu Colega Dr. Silva Nunes: depois pagou-se igualmente ao Exmo. Sr. Conselheiro Henriques. Me parece que devo receber pela forma dos precedentes.

De V. Exa.

Am.º obr.º e respeitoso

José Martiniano de Alencar

Rio 3 de Outubro 1861.

P.S. O Sr. Conselheiro Henriques recebeu 250[\$] O total da soma marcada na Tabela para S. Paulo: acabo de verificar este precedente.

112. **Rio de Janeiro, 7 jan.1862** – carta⁶¹⁴ a destinatário não-identificado⁶¹⁵.

Ilmo. Amigo e Sr. Barroco.

Acabo de receber a sua estimável carta de 27 de dezembro p., e mal tenho tempo de respondê-la.

Não duvido que o Sr. Ministro da Justiça⁶¹⁶ aceda ao seu primeiro pedido de licença por um ano: eu lhe falarei a respeito na primeira ocasião em que estivermos juntos.

Quanto ao concurso do lugar de contador já foi ordenado; e se não me engano há promessa desse lugar a pessoa daí.

⁶¹³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:57).

⁶¹⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:106).

⁶¹⁵ Raimundo de Menezes afirma ser o destinatário da carta o “Sr. Barroco”; não foi possível localizar informações a respeito.

⁶¹⁶ Trata-se de Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato (1815-84), Ministro da Justiça entre 03/03/1861 e 24/05/1862 (<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>).

Estimo que seja feliz na sua nova empresa agrícola, e que concorra assim para aumentar a prosperidade de nossa Província com os seus incansáveis esforços.

Sou de V. S.

Am.º obr.º e afet.º

J. de Alencar

Rio – 7 de janeiro 1862

113. **Rio de Janeiro, 9 jan.1862** – carta⁶¹⁷ a destinatário não-identificado.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Recebida a 9 do corrente mês

O Sr. José Smith de Vasconcelos, negociante matriculado na Capital do Ceará, de grosso trato e talvez um dos que mais têm promovido o comércio de exportação direta para o estrangeiro: - requereu a S. M. Imperial em 1847 uma condecoração.

O seu requerimento documentado existe na Secretaria sob o nº 3.969. Teve do Presidente a melhor informação.

Ultimamente o Sr. Vasconcelos fez importantes donativos à Santa Casa de Misericórdia que se inaugurou naquela Capital e de que S. M. a Imperatriz se dignou de aceitar o título de Protetora.

Esses serviços constam dos dois ofícios que a ele dirigiram o Presidente e [Ministro] do Império⁶¹⁸ com data de 27 de março de 1861: cujo trecho vai junto por cópias.

Serviços tais como esses colocam o Sr. Vasconcelos na classe das pessoas de quem trata o Decreto ultimamente publicado; e por isso é de esperar da justiça e equidade de V. Exa. um benigno deferimento àquela pretensão.

José Martiniano de Alencar

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1862.⁶¹⁹

⁶¹⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:105-106).

⁶¹⁸ Referência a Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, que foi Ministro do Império entre 02/03/1861 e 24/05/1862.

⁶¹⁹ José de Alencar refere-se à condecoração que o nobre português havia solicitado a D. Pedro II. Passava pelas mãos do político cearense esse tipo de documentação visto que ele ocupava, naquele momento, o cargo de Consultor dos Negócios da Justiça.

114. [Rio de Janeiro], 14 jan.1862 – carta⁶²⁰ ao Conselheiro Sousa Ramos.

Ilm.º e Exm.º Sr. Conselheiro.

Se não me engano nos ofícios do Presidente do Ceará⁶²¹ se declara, não o valor, porém a quantidade e qualidade dos objetos oferecidos pelos Sr. José Smith de Vasconcelos. Convém ponderar, como já o foi verbalmente a V. Exa., que os objetos, se para a carta são insignificantes, no Ceará dobrarão de valor.

A caridade por meio da associação, que tão benéficos resultados têm produzido em toda a parte ali precisa de seu incentivo dado pelo Governo, para que se desenvolva. A Santa Casa que se acaba de instituir sob o Honroso Patrocínio de S. M. a Imperatriz, verá crescer o seu Patrimônio, se o primeiro exemplo for fecundo como espero.

Feitas estas reflexões que V. Exa. apreciará no seu alto critério, resta-me dizer unicamente em resposta à carta de V. Exa., que do Presidente ouvi desejar ele uma comenda da Rosa. Mas o Governo Imperial com a sua alta sabedoria, melhor julgará do serviço para graduar-lhe o merecido prêmio.

Tenho a honra de renovar a V. Exa., com a expressão do meu reconhecimento por tão subido favor, os protestos da minha maior estima e consideração.

De V. Exa.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José Ildefonso de Sousa Ramos

M. D. Ministro do Império.

Amigo mt.º obrg.º

José Martiniano de Alencar

115. Rio de Janeiro, [2] abr.1862⁶²² – carta⁶²³ a José de Vasconcelos.

Ilmo. Amigo Sr. J. Smith de Vasconcelos.

Até hoje o Sr. Ministro do Império⁶²⁴ não deu solução da promessa que nos fez; e tais coisas se têm passado que eu não possa infelizmente insistir com ele para abreviar o despacho prometido e *cuja justiça ele reconheceu*.

⁶²⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:99-100).

⁶²¹ Trata-se de José Antônio Machado (1782-1868), presidente da província do Ceará entre 12 de fevereiro e 5 de maio de 1862.

⁶²² Embora a data da carta não esteja legível, no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, ela é arquivada com a seguinte datação: 02/04/1862.

⁶²³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:59) e é conservada no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Entretanto não julgo o objeto prejudicado, nem perdida a esperança: creio que será somente um pouco mais demorado. Se V. Exa. viesse como me anunciou ao Rio de Janeiro, talvez isso apressasse a solução, porque se dirigiria diretamente ao Sr. Ministro, e com o conhecimento que já ele tem de sua pessoa, estou que lhe faria justiça.

Sou com estima e consideração.

De V. Exa.

Amº mto. obr.º afeto.º

J. de Alencar

Rio [ilegível] de abril 1862.

⁶²⁴ Referência a José Ildefonso de Sousa Ramos (1812-1883), Ministro dos Negócios do Império do Brasil entre 1861 e 1862. Trata-se, possivelmente, de questões referentes à política cearense, visto que Vasconcelos exercia atividades comerciais na província natal de José de Alencar desde que chegou ao Brasil, em 1831.

M^{me} Amédée J. Smith de Vasconcellos.

Ate hoje o Sr. Ministro do Imperio não deu solução
da promessa que nos fez; e todas as causas se têm
passando que eu não posso infelizmente resistir com
elle para abreviar o despacho promettido e cumprir justiça,
po' elle reconhecer.

Entretanto não julgo o objecto prejudicado, nem perdida
a esperança: creio que ainda somente um pouco mais
demorados. De V. P. mais como me annunciava ao
Rio de Janeiro, talvez isso apressasse a solução; porque
se dirigiria directamente ao Sr. Ministro, e com
o conhecimento que já elle tem de sua pessoa,
estão que lhe seria justiça.

Sou com estima e consideração

De V. P.

com a mais obsequiosa

J. de Alencar.

Rio de Janeiro abril 1862.

116. **Rio de Janeiro, 20 maio 1863** – carta⁶²⁵ a Joaquim Sombra.

Ilmo. Am. e Sr. Capitão J. J. de Souza Sombra.

Dissolvida a Legislatura a que tive a honra de pertencer pelo voto da grande maioria do 1º distr. de minha província, de novo me apresento aos meus dignos comprovincianos e com uma grande confiança que me é inspirada unicamente pela sua firmeza de princípios e minha lealdade às ideias constitucionais que levaram da primeira vez meu nome às urnas cearenses.

Sem dúvida V. S. compreende que honra e glória será para o Ceará mandar novamente à Representação Nacional os seus eleitos, quando a nação é consultada. Por esse motivo me animo a solicitar ainda uma vez a coadjuvação de V. S. à cuja legítima e grande influência devida eleição passada a brilhante votação desse colégio. Tudo espero do patriotismo e da amizade com que me honra

de V. S. am. e patr. e affect.

José Martiniano de Alencar

Rio. 20 de maio de 1863.

117. **[Rio de Janeiro], sem data**⁶²⁶ – carta⁶²⁷ ao Conselheiro João Viana⁶²⁸.

Ilmo. e Exmo. Conselheiro J. M. Lourenço Viana.

Tendo-me V. Exa. autorizado a invocar o seu ilustrado e severo testemunho a respeito da questão que presentemente discute da dissolução da Constituinte, vou rogar a sua resposta aos seguintes pontos:

1º - Qual o juízo que forma V. Exa. a respeito da exatidão dos fatos expostos nos artigos que ultimamente publiquei no *Jornal do Comércio*?

2º - Se na sessão de 10 de novembro, como V. Exa. me referiu, apareceram punhais, e foi algum membro da assembleia ameaçado de ser assassinado, e qual?

3º - Se eram da própria assembleia constituinte que partiam os apelos ao Imperador para que salvasse a ordem pública ameaçada pelos demagogos;

⁶²⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:61) e foi publicada no *Jornal do Comércio* em 01/05/1929.

⁶²⁶ Embora a data não esteja expressa, sabe-se que a missiva é de abril de 1863.

⁶²⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:147-148) e na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.164), de fevereiro de 1918. Cf. carta-resposta, número 212.

⁶²⁸ Trata-se de João M. Lourenço Viana.

4º - O que V. Exa. parecer conveniente para esclarecimentos dos fatos relativos à dissolução, de que foi coevo e testemunha.

Com a plena confiança que tenho no caráter severo e independente de V. Exa., espero se dignará responder-me, autorizando-me a publicar o seu testemunho valioso.

Sou com a maior estima e consideração

De V. Exa.

Atento vener.dor e obr.º

José Martiniano de Alencar

118. [Rio de Janeiro], sem data⁶²⁹ – carta⁶³⁰ a Hermann Kalkuhl.

Ilmo. Sr. Hermann.

Recebi os folhetos e os 121\$, metade do produto das *Cartas* e outros folhetos. Rogo-lhe o obséquio de retirar as *Cartas* da Casa dos Srs. Laemmert⁶³¹ com quem nada quero, pois não há muito serviam de exploradores de um pasquim nojento publicado contra mim por um indivíduo que o senhor talvez conheça.

Seu amº. obrº. e crº.⁶³²

119. Santos, 30 abr.1867 – carta⁶³³ a destinatário não-identificado.

Santos, 30 de abril de 1867.

Col.^a e Amigo.

Sei que vou interrompê-lo nas suas lides parlamentares, mas tenha paciência, é o caso em que de *minimis curat praetor*⁶³⁴, e o Sr. está pretor.

⁶²⁹ Embora a data não esteja expressa na missiva, trata-se de 1865, ano em que foi elaborado o primeiro conjunto de cartas assinadas por Erasmo.

⁶³⁰ A missiva encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:140).

⁶³¹ Trata-se do nome de família dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, fundadores da Tipografia Laemmert, em 1838, no Rio de Janeiro.

⁶³² Missiva sobre a *Resposta à 1ª Carta de Erasmo*, publicada sob o pseudônimo de Scaligero. A Livraria Laemmert foi também responsável pela venda do semanário *Questões do Dia*, de José Feliciano de Castilho e Franklin Távora (Viana Filho, 1979:237). Cf. texto “A poesia popular na pauta epistolográfica”, no sétimo capítulo desta dissertação.

⁶³³ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1330-1331, em Menezes (1977a:103-104) e em Viana Filho (1979:146).

⁶³⁴ A tradução dos termos latinos é “o pretor cuida também dos menores assuntos”.

Dizem que a solidão é a mãe das boas ideias; há de haver exceção, para confirmação da regra. Foi na solidão da Tijuca, sua conhecida, que nasceu; e foi na solidão destas plagas vicentinas, que amadureceu a ideia, que lhe desejo comunicar.

O impresso⁶³⁵ junto é a sua primeira forma, suscetível ainda de grandes melhoramentos. Lendo-o verá de que se trata, e avaliará do alcance do projeto, assim como dos benefícios da sua realização, das dificuldades de levá-lo a efeito e dos inconvenientes, que têm consigo as melhores intenções. Sobrarão os embaraços, sem dúvida; faltarão os recursos; mas quando o horizonte dessa ideia nos mostra – a dignidade do partido, a moralidade da política, e a verdade representativa, me parece que devemos esforçar-nos por atingir esse brilhante resultado.

Se pensar como eu, se confiar na ideia e a quiser adotar por sua, pode entre os seus amigos e nossos correligionários na Câmara dar-lhe o preciso desenvolvimento. Se não lhe parecer conveniente, peço-lhe que me comunique suas razões, porque elas me demoverão do propósito em que estou de levar ao cabo a empresa, já começada, e sob felizes auspícios em vários pontos do império. Aqui nesta província foi ela bem recebida e creio que brevemente a associação funcionará. Tais porém sejam as razões que os meus amigos apresentem em contrário, que se frustrará o trabalho já feito.

Seu col.^a e am.^o

J. de Alencar

120. **[Rio de Janeiro], 12 maio 1867** – carta⁶³⁶ ao Barão de Cotegipe.

Animado pela conversa que tive ontem com V. Exa. e pela bondade com que se dignou ouvir-me, incluso remeto as bases da associação projetada por alguns amigos. Estou certo que amparada ou melhor adotada por caracteres da têmpera do de V. Exa., que reúne a energia à ilustração, a ideia será breve uma realidade.

O ponto essencial é a associação, ou a reorganização do partido por meio de assembleias locais, que se comuniquem com o centro. O resto é a fórmula que se pode alterar, como for melhor, corrigindo-se, emendando, e omitindo-se muitas ideias que se acham no projeto. No meu modo de entender, seria importante que a associação fosse, pelo simples fato da sua organização, um protesto contra a atualidade; que ela representasse de certo modo a nova atitude do partido. Daí certas ideias que se acham

⁶³⁵ Trata-se, possivelmente, das *Bases da União Conservadora*.

⁶³⁶ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:147).

nas bases, e que à primeira vista parecem aí estranhas, pois participam mais de um programa do que de um regulamento.

O alto crédito de V. Exa. dispensa-me de mais observações. Aguardo as correções de V. Exa. para, de conformidade com elas, refazer o meu trabalho de modo que sirva de base à discussão dos nossos amigos.⁶³⁷

121. **[Rio de Janeiro], 14 jul.1867** – carta⁶³⁸ a João Andrade.

Estamos no mais perfeito acordo, como disse em sua carta de 27 do mês passado, a respeito da situação política e da atitude que devemos tomar. Por isso mesmo que “as mudanças políticas entre nós dependem de uma só vontade desatenta aos reclamos da opinião pública”, é necessário que não esperemos o poder dos caprichos dessa vontade, mas sim que a conquistemos pela razão e apoio da população.

O partido conservador é bastante numeroso, mas a falta de iniciativa dos seus diretores, a facilidade com que senadores o renegaram – dizendo em pleno parlamento que não pertencem a nenhuma facção, tem feito que apareça uma espécie de pudor nos homens de se confessarem conservadores; eles porém, não querem ser chamados assim. É preciso nobilitar o título, levantá-lo do pó onde o atiraram: feito isso, ver-se-á que partido numeroso e forte é o nosso.

Os ciúmes que levante porventura a organização do partido conservador, são os frutos da anterior desorganização; hão de logo desaparecer. Já temos aqui exemplos. Iniciada a ideia, surgiram mil escrúpulos. Apenas tomou ela corpo e começou a ser uma realidade, se desvaneceram aquelas suscetibilidades: o entusiasmo vai se desenvolvendo com o choque; e o entusiasmo dá às coisas uma cor sedutora.

Ninguém por mais elevado que seja gosta de ficar só. Ora quando o partido a que se pertence caminha, quem pára isola-se. Portanto, ainda com algum sacrifício faz-se um esforço e acompanha-se o movimento. Até agora reinava a confusão; os maiores inimigos do partido conservador, os que iam matando diziam-se conservadores, e não havia critério para os distinguir.

⁶³⁷ Procurando reorganizar o Partido Conservador, Alencar reúne alguns colegas de ministério para uma reunião em sua casa, onde seriam propostas as novas bases do partido. Cf. texto “Primeiras missivas”, na primeira parte deste capítulo.

⁶³⁸ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:147-148).

Estabeleçamos, pois, no seio do próprio partido o sistema representativo, que nos rege, eduquemo-nos aí para o governo. Dirija o partido a verdadeira opinião conservadora representada pelos seus chefes naturais e legítimos. Quanto à aliança liberal que se afastará de nós, devo dizer-lhe minha opinião. Ninguém se alia a uma parte fraca; salvo se é para empregá-la como instrumento. A aliança liberal também fugia de nós se continuássemos debandados. De resto eu não sou admirador das coalizões; e prefiro a dignidade do partido a alguns meses de poder partilhado e portanto estéril para as ideias [...] Confesso-lhe que ao empreender esse projeto animei-me com a convicção do apoio que encontraria na geração nova cuja seiva exuberante se estava desperdiçando em um silêncio inglório.

Como um dos mais distintos representantes dessa geração nova, sempre considereirei a V. Exa. desde que tive o prazer de conhecê-lo e o ensejo de apreciar a têmpera do seu caráter e a superioridade de seu espírito.

122. Rio de Janeiro, 21 nov.1867 – carta⁶³⁹ a Paulino Nogueira.

Tijuca 21 de novembro de 1867.

A sua carta de 22 de setembro me chegou às mãos quando estava em mudança para a Tijuca onde costumo passar o verão; por isso agora somente posso responder a ela.

Muito depois de recebida sua carta é que me foi entregue sua primeira correspondência que não se publicou por achar-se atrasada. Além disso a correspondência vinha escrita de ambas as faces do papel, o que na grande imprensa diária da corte é inadmissível pela rapidez com que é feito o trabalho. Cada tira é aqui dividida em 4 partes e cada uma distribuída por outros tantos compositores, de modo que não fiquem parados uns enquanto outros trabalham.

Espero que V. Sa. desempenhará a tarefa de que se incumbiu com satisfação geral: porque tenho notícia muito exata de seu talento e de sua atividade. Nisso presta V. Sa. serviço ao partido e a si.

Por cartas que recebi do nosso Dr. Jaguaribe soube que ele recebeu o batismo de fogo no ataque do nosso comboio⁶⁴⁰ pelas forças paraguaias em 24 de setembro. Será bom publicar aí o que me disse ele em sua carta: “No combate de 6 de outubro entre o

⁶³⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:203-204) e em Garmes (1998:63-64); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:150), que equivocadamente data a missiva de 14/07/1867.

⁶⁴⁰ Assinala-se que o termo é transcrito “comboy” por Otacílio Colares e Kátia Garmes.

arroio Llando e D. Solano estando já a cavalaria aliada em desordem foi o batalhão, composto na maior parte do corpo da Polícia Cearense que decidiu a vitória a nosso favor, deixando mortos perto de mil paraguaios e em nosso poder mais de duzentos prisioneiros. Depois que esse bravo batalhão carregando com denodo fez o inimigo recuar, nossa cavalaria restabeleceu-se e desbaratou os paraguaios”.

Por aqui pela corte acredita-se geralmente que a guerra toca seu termo. Vi uma carta do Sr. Marquês de Suevas⁶⁴¹ que augura sua breve conclusão. Também é convicção geral que a conclusão da guerra, será o fim do vergonhoso domínio progressista.

Recomende-me à sua família, a quem a minha envia cumprimentos.

De V. S.

Amº col. e parente afet.º

J. de Alencar

123. Rio de Janeiro, 30 dez.1867 – carta⁶⁴² a Paulino Nogueira.

Rio de Janeiro 30 de dezembro 1867.

Ilmo. Sr.

Reuniu-se nesta corte, no dia 21 do corrente, uma numerosa assembleia do partido Conservador, que por deliberação unânime resolveu propor aos nossos Amigos das Províncias a ideia de uma associação que funcione em todo o império.

Para a execução deste fim organizou-se com respectivo Estatuto a associação central da Corte e por sua parte aprovou o projeto de Bases da união conservadora para submetê-lo à consideração geral do partido. O resumo da sessão, bem como a lista do Conselho Diretor, foi publicado na folha de 22 e as Bases na folha de 29 do *Correio Mercantil*, órgão de ideias conservadoras.

Fazendo a V. S.^a esta comunicação esperamos de sua bondade e dedicação ao partido se dignará se transmitir aos nossos correligionários da Província para que resolvam sobre a conveniência da associação. No caso de merecer ela sua adesão, convém que se funde aí desde logo o respectivo grêmio, a fim de instalar-se brevemente em todo o império a União Conservadora.⁶⁴³

⁶⁴¹ Viana Filho transcreve “Marquês de Caxias”.

⁶⁴² A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:205-206), em Garmes (1998:65), e em Menezes (1977a:31-32; 110).

⁶⁴³ Assinala-se que este parágrafo foi transcrito apenas por Raimundo de Menezes; Otacílio Colares e Kátia Garmes não o incluíram em suas transcrições.

Aproveitamos a ocasião de manifestar a V. S.^a as nossas considerações e estima.

Presidente

Barão de Muritiba

Secretário

*José Martiniano de Alencar*⁶⁴⁴

124. **Rio de Janeiro, sem data**⁶⁴⁵ – carta⁶⁴⁶ a destinatário-desconhecido.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Suscitando-se a dúvida a respeito da concessão de *habeas-corpus* no caso da prisão para recrutamento, declaro a V. Exa. o seguinte:

O aviso n. 83, de 20 de outubro de 1843, considerou incompetente o recurso de *habeas-corpus* no caso de prisão para recrutamento; mas, sendo um dos fundamentos dessa decisão a diversidade de ordem e de hierarquia entre a autoridade recrutante e a autoridade judicial, esse fundamento não existe no caso de prisão ordenada por uma autoridade policial simplesmente nessa qualidade, pois tais atos estão virtualmente sujeitos ao exame dos tribunais quando restrinjam a liberdade individual.

Se para subtrair uma prisão do conhecimento do poder judiciário, incumbido de garantir a segurança individual, bastasse a declaração de ser para o recrutamento tornar-se-ia ilusória a importante instituição do *habeas-corpus*.

Faz-se indispensável que a prisão tenha o caráter militar pelo fim, como pela autoridade que a ordenou, para caber na exceção do art. 179 § 10 da 2ª parte da Constituição, como já foi decidido pelo aviso nº 71, de 1º de maio de 1858, que a prisão por ela ordenada torna-se uma prisão militar, e tem nesse caráter a presunção constitucional da legalidade, que exclui a intervenção do poder judiciário pela garantia do *habeas-corpus*, até que por lei se determine o contrário.

Deus guarde V. Exa.

José Martiniano de Alencar

Ao Sr. Presidente da Província de [...]

[1868]⁶⁴⁷

⁶⁴⁴ Com esta carta de José de Alencar ao primo, também membro do Partido Conservador, é possível observar os passos para a formação da União Conservadora, o que mostrava a instabilidade do partido.

⁶⁴⁵ Embora a data da carta não esteja expressa, Raimundo de Menezes afirma que foi escrita em 1868.

⁶⁴⁶ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:109-110). Segundo o biógrafo, trata-se de “carta-circular”.

125. **Rio de Janeiro, 8 jan.1868** – carta⁶⁴⁸ a Paulino Nogueira.

Tijuca, 8 de janeiro de 1868.

Ilmo. Colega e Am.º

Imediatamente que recebi sua correspondência a remeti ao *Correio Mercantil*, onde creio que será hoje publicada. Como já ali conhecem a letra e a sigla do meu colega, melhor será remeter diretamente a correspondência à redação da folha.

A respeito do domínio progressista e sua continuação também eu cedo à lógica dos Srs. Leão Veloso e Meira⁶⁴⁹; o Imperador quer esta ordem de coisas; e a prova é que ela existe. Mas para se querer esta ordem de coisas, não sendo um mau homem, como não é o Sr. D. Pedro 2.º, é preciso que ele seja caprichoso. A mudança da política, a que aludo na minha carta passada, não seria outra coisa senão novo capricho do Imperador; e destes não estão livres os progressistas, pela mesma razão de seu atual poderio. O Imperador, que os vê soberbos e ufanos de si, já está cogitando consigo no meio de os virar de cambalhotas. *Parcere subjectis et debellare superbos*⁶⁵⁰ – é toda a política imperial.

Agradeço a meu colega e aos outros amigos a lembrança que tiveram de mim para representar no Centro da união Conservadora nessa Província. Tão lisonjeira prova de distinção me honraria no último ponto; mas eu devo esquivar-me a ela pelo interesse de nossa Província. Eu que tenho no Conselho do Centro um cargo importante, de 1.º Secretário: esse mesmo aceitei e desejei porque sentia a necessidade de levar à execução a ideia por mim concebida. A não ser isto, ou preferia ficar na sombra, e trabalhar como simples soldado. Recaindo a escolha de representante no Dr. Araújo Lima, ou em outro que aos nossos amigos pareça digno, e ele que ligue o Ceará ao Centro Conservador, será mais forte.

Georgiana se recomenda comigo à prima Iaiá e a toda a família.

Creia-me

seu colega, parente e am.º obr.º

J. de Alencar

⁶⁴⁷ Raimundo de Menezes assinala que “a carta foi publicada no *Correio Paulistano*, de 29/10/1868, segundo informação do Prof. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo”.

⁶⁴⁸ A transcrição integral da carta encontra-se em Colares (1977:201-202) e em Menezes (1977a:32-33), a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:149).

⁶⁴⁹ É possível que José de Alencar estivesse se referindo aos políticos Pedro Leão Veloso (1828-1902) e Olinto José Meira (1829-1901).

⁶⁵⁰ Trata-se de um verso extraído do canto VI da *Eneida*, de Virgílio, cuja tradução é “Poupar os submetidos e abater os soberbos”.

126. **Rio de Janeiro, 20 jul.1868** – carta⁶⁵¹ a Paulino Nogueira.

Tenho a honra de comunicar a V. S. que S. M. o Imperador houve por nomear-me Ministro dos Negócios da Justiça.

Nas circunstâncias melindrosas em que se acha o país é necessário o concurso de todos os cidadãos para superar as dificuldades do presente.

Confio, pois, no zelo e dedicação de V. S. que há de auxiliar-me no empenho de honra que acabo de contrair com o nosso país.

Sou com estima e consideração

De V. S.

Am.º obr.º e at.º venor.

J. de Alencar

Corte, 20 de julho de 1868.

127. **[Rio de Janeiro], sem data** – carta⁶⁵² ao Conselheiro Pinto e Silva.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro Antônio da Costa Pinto.

Particular.

Incluso remeto a V. Exa. o Aviso que mandei expedir em resposta ao seu ofício de 17.

Como governo não pode ser outra minha resposta. Como particular porém lembro-me que há vinte anos ainda bem moço aprendi pelo exemplo de um amigo de V. Exa. que já não existe, a respeitar suas virtudes e seu caráter.

Sob a evocação dessa memória venerada, resolvi-me remeter-lhe confidencialmente o Aviso para que V. Exa. resolva o que julgar mais digno de sua pessoa; ou suprimi-lo, ou havê-lo como recebido.

Se as expressões de seu ofício foram involuntárias V. Exa. decidirá se há meio de as retirar e com elas a resposta do governo. Se porém foram intencionais, nesse caso ficarão as coisas no estado a que chegaram: e eu terei cumprido meu dever como autoridade, e como homem.

Sou com toda consideração

de V. Exa.

Atento venerador

José Martiniano de Alencar.

⁶⁵¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:24) e a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:230). Nota-se que há um equívoco do biógrafo, visto que a atribui a 02/07/1868; no entanto, o convite para integrar o ministério foi feito a Alencar em 15/07/1868.

⁶⁵² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:106).

128. **[Rio de Janeiro], sem data** – carta⁶⁵³ a destinatário não-identificado.

Exmo. Amigo e Colega.

Rogo a V. Exa. o especial obséquio de me devolver com suas judiciosas observações o projeto que tive a honra de entregar a V. Exa. em uma das anteriores conferências. Desejo que lhe seja visto até amanhã pelo Exmo. Sr. Conselheiro Paranhos e Antão.

Sempre e com toda a consideração.

De V. Exa. am. afetuoso e colega

J. de Alencar

129. **[Rio de Janeiro], sem data** – carta⁶⁵⁴ a D. Pedro II.

Senhor.

O ministro da Áustria procurou-me para que eu impetrasse em seu nome a Vossa Majestade Imperial a Graça do Súdito de sua nação Edoardo Masehek.

Peço portanto permissão a Vossa Majestade Imperial para submeter-lhe o requerimento daquele réu com a informação prestada pelo respectivo juiz. A circunstância atenuante da provocação parece incontestável.

Igualmente peço vênica para apresentar a Vossa Majestade Imperial a súplica do súdito italiano Carlo Andrassy, a qual me chegou por intermédio do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros⁶⁵⁵ e em virtude de solicitação do Barão Cavalchini.⁶⁵⁶

Vossa Majestade Imperial se dignará resolver em Sua alta Sabedoria como for justo.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

*José Martiniano de Alencar*⁶⁵⁷

⁶⁵³ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:87).

⁶⁵⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:111) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d18 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d18 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafa.

⁶⁵⁵ Referência a José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.

⁶⁵⁶ Trata-se do Barão Cavalchini Garofoli, então Ministro Plenipotenciário do rei da Itália.

⁶⁵⁷ Segundo Garmes (apud COSTA, 1985:333), “entre as atribuições do Poder Moderador estava a de perdoar e moderar penas impostas aos réus condenados por sentença.” Essa missiva é um exemplar típico das que compunham a correspondência estabelecida entre Alencar e o monarca, que versava basicamente sobre nomeações, concessão de recursos de graças, problemas relativos aos períodos eleitorais e a ocorrências policiais, além de outros temas burocráticos.

1868

O ministro d'estera procura-me
para que eu impetrasse em seu
nome de Vossa Magestade Imperial
a Graça do Subdito de seu
nascido Edoardo Marchetti.

Pes, portanto, permitto a
Vossa Magestade Imperial, para
submeter-me a requerimento dequelle
rei, com a informacão prestada
pelo respectivo juiz. A circumstancia
atenuante de provocacão, parece
incontestavel.

Igualmente peço venha para
apresentar a Vossa Magestade Imperial
a supplica do Subdito italiano
Carlo Androssy, a qual me chegou
por intermédio do meu secretario

dos negócios estrangeiros e em virtude
da solicitação do Barão Cavalchini.

Vossa Magestade Imperial se dignou
resolver em sua alta sabedoria
como por justo.

Penho a honra de ser

a Vossa Magestade Imperial

seu muito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

130. [Rio de Janeiro], sem data⁶⁵⁸ – carta⁶⁵⁹ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a Vossa Majestade Imperial o ofício do Presidente de S. Paulo e documentos que o acompanharam relativos às ocorrências de Taubaté.

Não os remeti mais cedo, porque necessitava tê-los presente enquanto redigia o Aviso que vou expedir ao Presidente, em resposta ao seu Ofício de 4 do corrente.

A respeito da eleição nada há de extraordinário. O último telegrama de ontem dava notícia de ter comparecido a votar na respectiva freguesia o Sr. Marquês de Olinda. Creio que o informante deu importância a essa notícia por considerar a presença daquela pessoa como um protesto tácito ao manifesto da oposição. Não sei se o fato teria na mente de quem o praticou essa significação.

De Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar.

⁶⁵⁸ Embora não se tenha a data oficial do envio da missiva-bilhete, sabe-se que o Imperador responde a esta carta com um bilhete, em 11 de setembro de 1868 (número 229).

⁶⁵⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:70), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:195-196) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012 [d09 p01] e II-POB-Maço 143-Doc.7012 [d09 p04]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Penho a honra de remetter a
Vossa Magestade Imperial a
officio do Presidente da S. Paulo
e documentos que o acompanharem
relativos as occorrenças de
Pombal.

Não os remetto mais cedo, porque
necessitava te-lo presente enquanto
redigiria o Aviso que vou expedir
ao Presidente, em resposta ao
seu Officio de 4 do corrente.

A respeito da eleição nada
há de extraordinario. O ultimo
telegramma de Montevideo dava a
noticia de ter comparecido a
votar na respectiva frequencia
o Sr. Marquez de Olinda. Creio
que o informante deu importancia
a essa noticia por considerar
a presença daquella pessoa como
um protesto tacito ao manifesto

da apparição . Não sei se o facto
teria na mente de quem o praticou
essa significação.

De Vossa Magestade Imperial

subdito fiel e leal

João Martiniano de Almeida.

131. **[Rio de Janeiro], sem data** – carta⁶⁶⁰ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de submeter a Assinatura de Vossa Majestade Imperial o decreto de remoção do Bacharel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, atual Juiz Municipal de Buíque em Pernambuco para o termo de Lençóis na Bahia.

Este Bacharel já foi experimentado em uma comissão da mesma natureza e desempenhou-a perfeitamente. O Sr. Conde de Baependi⁶⁶¹ o nomeou delegado de Águas Belas, onde prestou importantes serviços. Tenho de sua inteligência, energia e critério as melhores informações.

O decreto deve seguir amanhã: pelo pacote inglês com a confidencial inclusa ao Presidente de Pernambuco em cuja capital se acha atualmente o Bacharel Trigo de Loureiro.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para apresentar a despacho amanhã: alguns negócios urgentes.

De Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e dedicado
José Martiniano de Alencar

⁶⁶⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:110) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d14 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d14 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁶¹ Referência a Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, (1812-87), político carioca.

Tenho a honra de submeter a Vossa Magestade Imperial o decreto de remoção do Bel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, actual Jari Municipal da Baixa em Pernambuco para o termo de licença na Bahia.

Este Bel já foi experimentado em uma commissão da mesma natureza e desempenho - a perfeitamente. O Sr. Conde de Balsemão o nomeou delegado de Aguas Belhas, onde presta importantes serviços. Tenho de sua intelligencia, energia e exatidão as melhores informações.

O decreto deu origem amanha pelo paquete n.º 12 com a confidenciaal inclusa ao Presidente de Pernambuco, em cujo capital se acha actualmente o Bel Trigo de Loureiro.

Pelo permisso a Vossa Magestade Imperial para apresentar a S. Magestade amanha alguns negocios urgentes.

De Vossa Magestade Imperial,

Subdito. pil. e. des. e. so

Jo. Martini. e. de. e. so.

132. [Rio de Janeiro], sem data – carta⁶⁶² a D. Pedro II.

Senhor.

A respeito das ocorrências desagradáveis da Vila da Floresta em Pernambuco, ainda não recebi comunicações do Presidente daquela Província.

Acho estranho que o Presidente as não remetesse ao Governo, ou que tendo remetido ficassem desde ontem até esta hora retidas no Correio. Em qualquer dos casos o Governo providenciará para que se regularize este serviço.

O Chefe de Polícia de Pernambuco em carta particular de 11 do corrente me comunica que a Província ficava em paz, como V.Majestade Imperial pode ver do original incluso.

O Exmo. Sr. Brio de S. Lourenço, Presidente da Bahia a última hora em carta datada de 12 do corrente, me escreve que receberá naquele momento Ofícios de Pernambuco sobre as ocorrências de [...], e ia dar as providências necessárias.

A respeito de Inhambupe na Bahia, creio que o Ofício incluso da Presidência satisfará completamente a Vossa Majestade Imperial. As palavras da carta acima referida me tranquilizam. “Sobre a Província nada ainda posso dizer, senão que ela pouco cuidado dará ao Governo Imperial.

Logo que receber do Correio os Ofícios de Pernambuco, terei a honra de comunicar a Vossa Majestade Imperial os próprios originais e o mais que constar da minha correspondência particular e que sirva para esclarecer o objeto.

De Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar

⁶⁶² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:112) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d13 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d13 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Senhor

A respeito das occorrencias desagradaveis da villa de Floresta em Pernambuco, ainda não recebi communicação do Presidente daquelle Provincia.

Acho estranho que o Presidente as não remettersa ao Governo, ou que as tendo remettidas ficassem deinde montem até esta hora retidas no Correio. Em qualquer dos casos o Governo providenciara para que se regularize este servico.

O Chefe de Policia de Pernambuco em carta particular de 11 do corrente me communica que a Provincia ficava em paz, como V. Magestade Imperial pode ver do original incluso.

O Comendador Barão de S. Lourenço, Presidente da Bahia a ultima hora em carta datada de 12 do corrente, me escreve que recebera naquella momento officio de Pernambuco sobre as occorrencias de Paracatu, e ia dar as providencias necessarias.

A respeito de Pernambuco na Bahia, creio que o officio incluso da Presidencia satisfara completamente a Vossa Magestade Imperial. As palavras da carta acima referida me tranquillizaõ: "Sobre a Provincia nada mais da

para direi, semo que ella pouco cuida do davi
ao Governo Imperial.

Logo que reciba do Correio as Affeições de
Pernambuco, terei a honra de communicar
a Vossa Magestade Imperial as proprias originaes
e o mais que coustas da minha correspondencia
particular e que sirva para esclarecer o objecto.

De Vossa Magestade Imperial

subdito fiel e reverente

João Martiniano de Albuquerque.

133. [Rio de Janeiro], 21 jul.1868 – carta⁶⁶³ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de comunicar a V. Majestade Imperial que até este momento não consta no Ministério da Justiça que o Dr. Dória pedisse exoneração do cargo de chefe de polícia da Província da Bahia.

Por esta razão, e atento a urgência da medida [,] entendi que não devia ser reformado, mas sim expedido o decreto que ontem à noite V. Majestade Imperial se dignou a assinar.

V. Majestade Imperial resolverá.

De V. Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Ministro da Justiça

Ministério da Justiça

21 de julho de 1868

10 1/2 da manhã.⁶⁶⁴

⁶⁶³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:66) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁶⁴ Segundo assinala Kátia Garmes (1988 apud CALMON, Pedro; 2004:143), dentre as atribuições do Ministério da Justiça estavam o cuidado dos “assuntos da justiça civil e criminal, dos negócios eclesiásticos, da nomeação de todos os magistrados, dos ofícios e empregos pertencentes à organização judiciária, da inspeção das prisões e da segurança pública”. Cf. carta-resposta, número 215.

1868

Penho a honra de communicar a V. Magestade
Imperial que ate este momento nao cousta
no Ministerio da Justica, que o D. Doria
pede exoneração do cargo de chefe de policia
da Provincia ~~de~~ Bahia.

Por esta razão, e attenta a urgencia da medida,
entendi que nao devia ser reformado, mas
sim expedido o decreto que hauteu a sorte
V. Magestade Imperial se dignou assinar.
V. Magestade Imperial resolveu a'.

De V. Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.
Ministro da Justica.

Ministerio da Justica
21 de julho de 1868
10^h da manhã.

134. **Rio de Janeiro, 28 ago.1868** – carta⁶⁶⁵ ao Visconde de Itaboraí.

Ministério dos Negócios da Justiça.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1868.

Ilmo. Exmo. Sr.

Em solução ao aviso de V. Exa. de 3 do corrente mês, tenho a honra de comunicar-lhe que por decreto nº 4239⁶⁶⁶, datados de ontem, houve por bem Sua Majestade o Imperador criar na Província de Goiás o ofício de Escrivão Privativo do Juízo dos Feitos da Fazenda.

Aproveitando o ensejo, reitero os meus protestos de estima e consideração a V. Exa., a quem Deus guarde.

José Martiniano de Alencar

Visconde de Itaboraí

[ilegível]

⁶⁶⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:67) e o manuscrito autógrafo é conservado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (localização I-5,30,17).

⁶⁶⁶ O decreto a que se refere Alencar é de 27/08/1868, e foi redigido nos seguintes termos: “Atendendo ao que me representou o Presidente da Província do Bahia, hei por bem decretar o seguinte: Art. 1º Fica extinto o batalhão de infantaria nº 111, organizado nas freguesias de Cotegipe, Maré e Matoim da Província da Bahia, passando as respectivas praças para o batalhão nº 8 da Guarda Nacional da mesma Província. Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 3425 de 23/03/1865. José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte sete de agosto de mil oitocentos [e] sessenta e oito, quadragésimo sétimo da independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. José Martiniano de Alencar.” *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1868*, página 502, vol. 1, pt. II (Publicação Original).

2.^a Secção

I-530,17

Ministerio dos Negocios da Justica
Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1868.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.
Sr. Visconde de Itaboraity.

Em solução ao e triso de V. Ex.^a de 3 do corrente mes,
tenho a honra de communicar lhe que por decreto
n.^o 4238, datado de hontem, Heure por bem Sua Ma-
gestade O Imperador Crea na Provincia de Goyas o of-
ficio d'Escrivão privativo do juizo dos Feitos da Fa-
zenda.

Aproveitando o ensejo, reitero os meus protectos d'esti-
ma e consideração a V. Ex.^a, a quem Deos Guarde.

Jos. Martiniano de Albuquerque.

Sr. Visconde de Itaboraity.

W. G. 68
Exp. 1. 69. 68. 35

135. [Rio de Janeiro], 8 set.1868 – carta⁶⁶⁷ a D. Pedro II.

Senhor.

Neste momento escrevi a V. Majestade Imperial, remetendo os telegramas hoje recebidos a respeito da eleição⁶⁶⁸, dando conta do que havia.

Parece verificado o plano do abandono por parte da oposição, e daí a tranquilidade que tem reinado em todas as freguesias.

Os jornais de amanhã desmentirão as notícias dadas hoje pelo *Diário do Povo*: notícias que não passam de um tecido de invenções fantasiadas adrede para atenuar a impressão da derrota completa.

Uma prova disso é o seguinte fato. Em uma publicação de hoje feita no *Jornal do Comércio* o Dr. Dias da Cruz diz que sua vida foi ontem na matriz ameaçada. Apenas li esta declaração hoje pela manhã ordenei ao Dr. Chefe de Polícia que prestasse informações sobre o ocorrido; e neste instante recebo a resposta declarando que o presidente da mesa paroquial não foi nem de leve tocado, achando-se a seu lado o Dr. 2º Delegado pronto a coadjuvá-lo na manutenção da ordem.

Amanhã será publicada esta comunicação, bem como os avisos que mandei expedir.

O telegrama nº 29 agora mesmo recebido diz; [sic] como verá V. Majestade Imperial [,] que a oposição voltou à eleição na Freguesia do Engenho Velho, com sintomas de querer perturbar a ordem pública. O Dr. Chefe de Polícia deu providências; e eu acabo de ordenar-lhe a maior vigilância. Do que ocorrer darei prontamente parte a V. Majestade Imperial de quem sou

fiel e reverente súdito

José Martiniano de Alencar

⁶⁶⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:68); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:196). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁶⁸ Referência às eleições realizadas em setembro de 1868, depois da dissolução da Câmara dos Deputados, ocorrida em 20/07/1868. Como Ministro dos Negócios da Justiça, José de Alencar era o responsável pela manutenção da ordem durante os processos eleitorais.

Neste momento escrevi a V. Magestade Imperial, remettendo os telegramas hoje recebidos a respeito da eleição e dando conta do que havia.

Parece verificando o plano de abandono por parte da opposição, e dahi a tranquillidade que tem reinado em todas as freguesias.

Os jornais de amanhã desmentirão as noticias dadas hoje pelo Diario do Povo; noticias que são puras de um tecido de invenções fantasmagoricas e abstrahidas para attenuar a impressão da derrota completa.

Uma prova disso e o seguinte facto. Em uma publicação de hoje feita no Jornal do Commercio o Dr. Dias da Cruz diz que sua vida foi hontem na matris ameaçada. Apennas li esta declaração hoje pela manhã ordenei ao Dr. Chefe de Policia que prestasse informacoes sobre o occorrido; e neste instante recebo a resposta declarando que o presidente da mesa parochial não foi nem de seu lado, achando-o a seu lado o Dr. Delegado prompto a condemnar a manutenção da ordem.

Amanha sera' publicada esta communicação, bem como os avisos que mandei expedir.

O telegrama n.º 29, agora meo recebido diz, como verã V. Magestade

Imperial que a opposição voltou a
eleição no Progresso de Engenheiro
Velho, com symptomas de querer
perturbar a ordem publica. O
Dr. Chefe da Policia deu providencias;
e eu acabo de ordenar-me a
maior vigilancia. De que occor-
darei promptamente parte a V.
Majestade Imperial de quem
sou

seu e reverente subdito

João Martiniano de Almeida.

136. [Rio de Janeiro], 9 set.1868 – carta⁶⁶⁹ a D. Pedro II.

Senhor.

A necessidade de permanecer nesta Secretaria para providenciar sobre qualquer emergência da eleição me inibiu de ir hoje receber as ordens de V. Majestade Imperial.

O processo eleitoral tem ocorrido com a maior regularidade e sossego. O plano de abandono das urnas posto em prática pela oposição foi um meio de dissimular a derrota completa que viu inevitável pela fisionomia da população no primeiro dia da eleição.

Inclusos tenho a honra de remeter a V. Majestade Imperial os telegramas hoje recebidos. A apuração da Candelária está terminada. Essa freguesia é o termômetro da opinião circumspecta da corte: acresce que a mesa ali era toda da oposição. Entretanto apesar de haverem pleiteado até o fim, obtiveram os liberais apenas 81 votos para o seu primeiro candidato, enquanto os conservadores tiveram 64 para seu último.

Estou preparando os documentos oficiais para desmentir as falsas imputações que a oposição fez hoje ao governo a respeito de sua atitude na eleição. Essa atitude não podia ser mais leal e franca do que foi

de V. Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Secretaria dos Negócios da Justiça⁶⁷⁰

9 de setembro de 1868.

⁶⁶⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:69) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:195-196). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁷⁰ Durante o processo eleitoral de setembro de 1868, os liberais acusam o Partido Conservador de práticas violentas.

1868

A necessidade de permanecer nesta Secretaria para providenciar sobre qualquer emergência da eleição, me inhibiu de ir hoje receber as ordens de V. Magestade Imperial.

O processo eleitoral tem corrido com a maior regularidade e segredo. O plano de abandonar das urnas posto em pratica pela opposição foi um meio de assegurar a derrota completa que era inevitavel pela preponderancia da população no primeiro dia da eleição.

Incluo tenho a honra de remetter a V. Magestade Imperial os telegrammas hoje recebidos. A apuração da Candelaria esta terminada. Essa frequencia e o thermometro da opinião circumscripta da corte: aerece que a mara ali era toda da opposição. Entretanto apenas de haverem pleiteado ate o fim obtiveram os liberais apenas 81 votos para seu primeiro candidato, emquanto que os conservadores tiveram 64 para seu ultimo.

Estou preparando os documentos offocies para desmentir as falsas imputações que a opposição fez hoje ao governo e respeito de sua attenção na eleição. Essa attenção não podia ser mais franca e leal do que foi.

De V. Magestade Imperial

Secretaria dos Negocios do Imperio
9 de setembro de 1868.

Subdito fiel e reverente
João Martiniano de Almeida.

137. **[Rio de Janeiro], sem data**⁶⁷¹ – carta⁶⁷² a D. Pedro II.

Tenho a honra de submeter à alta Consideração de Vossa Majestade Imperial os inclusos Recursos de Graça sobre quais darei as informações necessárias, quando Vossa Majestade Imperial se digne de ordenar-me.

Poucos são os telegramas hoje recebidos a respeito da eleição, sinal de que ela prossegue tranquilamente.

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar.

⁶⁷¹ Embora não se tenha a data precisa desta carta-bilhete, trata-se de documento epistolar redigido durante as eleições para deputado em setembro de 1868.

⁶⁷² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:70) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

1868

Penho a honra de submeter a' alta Consideração
de Vossa Magestade Imperial os vultuos
Recursos de Graça, sobre quaes darei as informações
necessarias, quando Vossa Magestade Imperial se
Digne de ordenar-me.

Pouco sei os telegramas hoje recebidos a respeito
da eleição, signal de que ella prosegue tranquila-
mente.

De Vossa Magestade Imperial

Subscrito fiel e reverente

João Martiniano de Albuquerque.

138. [Rio de Janeiro], 18 set.1868 – carta⁶⁷³ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a V. Majestade Imperial as inclusas comunicações do Presidente da Bahia⁶⁷⁴ sobre as tristes ocorrências de S. Miguel e Lençóis.

Compreendo quanto elas devem afligir o Coração de V. M. I., sempre solícito pelo bem dos seus súditos. Mas só a civilização crescente do país adoçará, no interior, os costumes, de modo a tornar impossíveis fatos desta ordem. O Brasil é muito grande e muito vasto para atingir a sua virilidade em tão poucos anos.

De Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Secretaria da Justiça 18 de setembro de 1868.

⁶⁷³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:71) e a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:234). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁷⁴ Trata-se de Francisco Gonçalves Martins (1807-1872), Visconde de São Lourenço.

1868

Pouvo a honra de remetter a V. Magestade
Imperial as incluzas communicacões do
Presidente da Bahia sobre as tristes occorrencias
ant. Miguel e Leocadia.

Comprehendo quanto devem ellas affligir o
Coracao de V. Magestade Imperial, sempre
solicito pela bem de seus subditos. Mas co
a civilizacao crescente do pais, adoece o interior
os costumes, de modo a tornar impossiveis factos
dento ordens. O Brasil e' muito grande e
muito vasto para attingir a sua civilizacao
em tao poucos annos.

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Joze Martiniano de Albuquerque.

Secretaria da Justica, 18 de Setembro de 1868.

139. [Rio de Janeiro], 28 set.1868 – carta⁶⁷⁵ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial os decretos inclusos para que Vossa Majestade Imperial se Digne assiná-los.

Basta que sejam eles publicados no dia 30 para nos vapores de 1º do mês seguirem se expedirem [sic] para o norte e o sul as respectivas comunicações.

De vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça

em 28 de setembro de 1868.

⁶⁷⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:71) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

1868

Tenho a honra de apresentar a Vossa
Majestade Imperial os decretos incluídos
para que Vossa Majestade Imperial
se Digne assigná-los.

Basta que sejião elles publicadas no dia
30 para os vapores de 1.º de mar seguirem
se expedirem para o norte e o sul as
respectivas communicações.

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

Secretaria de Estado do Império do Brasil
em 28 de Setembro de 1868.

140. **Rio de Janeiro, 8 out.1868** – carta⁶⁷⁶ a Paulino Nogueira.

Gabinete do Ministro da Justiça

Rio, 8 de outubro de 1868.

Primo e Amigo.

Já lhe dei minha opinião a respeito de sua candidatura pelo 3º distrito do Ceará, que acho a mais natural e legítima; e entendo que você deve persistir nela, apesar do que dizem do Ceará.

De lá recebi ultimamente cartas falando em transferência de sua candidatura para o 2º distrito, como um meio de arredarem o Paulino⁶⁷⁷, cuja candidatura parece está incomodando a certa gente.

Em minha opinião você não deve consentir em semelhante transferência.

Seu primo

*J. de Alencar*⁶⁷⁸

141. **Rio de Janeiro, 28 nov.1868** – carta⁶⁷⁹ a Thomas Pompeu.

Gabinete do Ministro da Justiça.

Rio, 18 de novembro de 1868.

Ilm. Exmo. Sr. Senador T. Pompeu de Sousa Brasil

Lembrando-me da recomendação de V. Exa. a respeito da pretensão do Coronel José Gomes Rodrigues d'Albuquerque, sinto dizer-lhe que não pôde essa representação ser atendida porque das informações oficiais obtidas provou-se a mudança de residência.

Sentindo profundamente não ter podido aproveitar aquela ocasião de ser agradável a V. Exa., que se interessava pelo pretendente, renovo as expressões de subida estima e distinta consideração com o que sou

de V. Exa.

Am.º obr.º e patrício

J. de Alencar

⁶⁷⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:33).

⁶⁷⁷ É possível que José de Alencar estivesse se referindo ao político carioca Paulino José Soares de Souza II (1834-1901).

⁶⁷⁸ Alencar refere-se às eleições para a Câmara dos Deputados, que voltaria a se reunir em maio de 1869.

⁶⁷⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:25).

142. **Rio de Janeiro, 27 jan.1869** – carta⁶⁸⁰ a destinatário não-identificado.

Particular.

Exm.º Amigo e Colega.

Não tendo ido hoje à cidade por causa do temporal, que ainda não cessou, somente às 5 horas da tarde recebi aqui a carta de V. Ex.^a; e portanto foi-me impossível assistir à conferência.

Presumo que o assunto importante é a guerra. Sabe V. Exa. que neste ponto estou de perfeito acordo com o Sr. Visconde de Itaboraí, na urgente necessidade de reduzir as despesas, conservando apenas no Paraguai a força precisa para aniquilar os destroços de López⁶⁸¹. Não sei que notícias recebeu o Governo Imperial do Sr. Marquês de Caxias⁶⁸² a respeito da exata situação do López, creio, porém, que, ainda admitidas as exagerações do *Jornal do Comércio*, pode-se assegurar que a guerra está concluída.

Será o motivo da conferência o desejo que porventura manifesta o Sr. Caxias de retirar-se? Esta dificuldade é grave e convém empregar os meios para removê-la.

Amanhã conto ir a cidade, se o tempo mo permitir, e então conversarei mais largamente com V. Ex.^a Se não me for possível porém arrostar a intempérie, peço a Ex.^a o obséquio de comunicar-me o que se tiver resolvido.

Sou com estima e consideração

de V. Ex.^a

Am.º col.^a afet.º e obr.º

J. de Alencar

Em 27 de janeiro 1869.

⁶⁸⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1331-1332 e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:179). O manuscrito autógrafo é conservado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (localização I-3,6,7).

⁶⁸¹ Trata-se do paraguaio Francisco Solano López (1827-1870), militar que exerceu a função de presidente vitalício do Paraguai durante a Guerra Cisplatina.

⁶⁸² Referência a Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), militar carioca e futuro Duque de Caxias.

Caro Amigo e Collega.

I-3.6,7

Particular
//
Não tendo sido hoje a cidade por causa do
temporal, que ainda não cessou, somente as
5 horas da tarde recebi aqui a carta de
V. Ex. e portanto foi-me impossível assistir
às conferências.

Premiso que o assunto importante é a guerra.
Sabe V. Ex. que neste ponto estou de perfeito
acordo com o Sr. Visconde de Itaboraity, na
urgente necessidade de recorrer ao despendo, conser-
vando apenas ao Paraguay as forças precisas para
amortizar os destroços do Lopez.

Não sei que noticias recebe o Governo Imperial
do Sr. Marquez de Caxias a respeito da exacta
situação do Lopez, creio porém a minha admittida
das as exagerações do Journal do Commercio,
pode-se assegurar que a guerra está concluída.

Sei o motivo da conferencia o desejo que
por ventura manifestou o Sr. Caxias de retirar-se?
Esta difficuldade é grave e convém empregar
o melhor para resolvê-la.

Amanha conto a cidade, e o tempo
me'o permitir, e entao conversarei mais
largamente com V. Ex.^a Li nao me por
posivel porra arrotar a intemperie,
pelo a V. Ex.^a o abrigio de communicar-me
o que se tiver resolvido.

Seu com estima e consideração

de V. Ex.

com muito affecto sobre

J. de Almeida.

Em 27 de Janeiro 1867.

143. [Rio de Janeiro], 27 jan.1869 – carta⁶⁸³ a D. Pedro II.

Senhor.

No último despacho de sábado 23 do corrente, dignou-se Vossa Majestade Imperial de notar a falta do *extrato dos jornais*, que cessou acerca de três meses.

Sendo para mim assunto de muito alcance político, apesar de sua pouca importância administrativa, entendi que devia comunicar minha resolução ao gabinete, antes de submetê-las respeitosamente à alta consideração de Vossa Majestade Imperial.

O *extrato dos jornais*, segundo uma tradição corrente, foi criado em 1854. Desejando o Conselheiro Nabuco de Araújo⁶⁸⁴, então Ministro da Justiça, facilitar ao Soberano uma rápida apreciação da imprensa do país, ordenou aos presidentes a remessa dos periódicos publicados nas respectivas províncias; e encarregou a um empregado da Secretaria de Estado a tarefa de extrair deles em resumo quando houvesse de importante.

Recebendo em cada dia de despacho, uma dessas resenhas, Vossa Majestade Imperial marcava à margem os pontos sobre que desejava mais amplas informações; e neste sentido se expediam aos presidentes avisos reservados, cujas respostas eram levadas à Presença Imperial.

Uma vez instituído, se manteve este serviço sem interrupção durante 14 anos. Encontrei-o em vigor quando a 16 de julho passado Vossa Majestade Imperial se dignou confiar-me a repartição da Justiça; mas conhecendo eu desde muito quanto essa praxe era inútil à administração e prejudicial à Coroa, resolvi suprimi-la, ao menos durante minha permanência no ministério.

O *extrato dos jornais* é um serviço inteiramente estranho à repartição da Justiça. Os regulamentos que determinam a competência deste ministério não mencionam semelhante trabalho, nem o incumbem a alguma das quatro seções que compõem a secretaria.

⁶⁸³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:72-73), a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:219-220) e em Viana Filho (1979:199). Segundo Kátia Garmes, a carta foi publicada, em 01/05/1929, no *Jornal do Comércio* (RJ).

⁶⁸⁴ José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878) foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça do Gabinete Abaeté (1858-1859), substituído pelo Marquês de Muritiba, em 1859.

É para notar, Senhor, que o próprio ministro, instituidor deste serviço, o omitisse no regulamento n. 2.350 de 5 de fevereiro de 1859, que reorganizou a repartição da Justiça. O mesmo silêncio houve no regimento interno aprovado por decreto nº 3.445 de 12 de abril de 1865⁶⁸⁵, e na última reforma efetuada pelo decreto de 25 de abril de 1868.

Tem portanto esse trabalho um caráter clandestino, que repugna em um documento oficial, especialmente em um documento destinado ao Soberano. O empregado incumbido de extratar os jornais é distraído das funções que a lei expressamente lhe designou.

Mas, Senhor, outra foi a minha decisiva.

Essa inspeção minuciosa que Vossa Majestade Imperial desejava exercer sobre o país na melhor intenção e com o pensamento de bem usar de sua alta e benéfica atribuição moderadora, toma aos olhos da nação um aspecto que não se coaduna, nem com o espírito sinceramente constitucional do Soberano, nem com a dignidade de seu ministro da Justiça.

Entende a opinião pública e mui sensatamente, que o zelo de Vossa Majestade Imperial em investigar do procedimento das autoridades subalternas, é sintoma infalível, ou de uma incessante desconfiança no ministro, ou de um exercício pessoal da atribuição executiva.

O ministro de Vossa Majestade Imperial faltaria à lealdade e dedicação devidas a seu Monarca, se não houvesse abolido um estilo que expunha a Coroa, desairando o seu gabinete.

Com o mais profundo acatamento, Senhor, aguardarei as ordens de Vossa Majestade Imperial.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 27 de janeiro de 1869.

⁶⁸⁵ Cf. o decreto em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3445-12-abril-1865-554627-norma-pe.html>, onde há também a publicação original.

144. [Rio de Janeiro], sem data⁶⁸⁶ – carta⁶⁸⁷ ao Barão de Muritiba.

Ilmo. Exmo. Sr. Barão de Muritiba.

Confidencial.

Vou expor a V. Exa. como prometi, as razões por que hesito em concordar com a opinião de meus colegas sobre a concessão imediata do título de Duque ao Exmo. Sr. Marquês de Caxias.

O ilustre general merece do país por seus relevantes serviços o maior galardão: mas este deve para honra de ambos, do país como do general, não só ter o cunho da legitimidade, porém merecer a consagração do voto nacional.

A Constituição confere ao Poder Executivo no artigo 102 § II⁶⁸⁸ a atribuição de conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado.

Entendem muitos que essa atribuição pode ser concedida discricionariamente, não só concedendo o Poder Executivo as distinções, como criando-as a seu arbítrio.

Minha opinião diverge. Penso que em nosso país só há um poder criador, que é o Legislativo, expressão da vontade nacional. Os mais são poderes meramente de aplicação.

No exercício dessa atribuição do artigo 102 § II, nosso governo, na falta de uma lei regulamentar, adotou os estilos que vigoravam em Portugal, e que têm sido os nossos desde a criação do império. Se desde então se faz sentir a necessidade de uma lei que ratifique esses estilos, muito mais quando se trata de inová-los, admitindo-se uma distinção de subido valor até hoje desconhecida em nosso país.

Concedido em virtude dessa lei e portanto previamente consagrado pelo voto nacional o título terá um realce digno dos gloriosos serviços que a Nação deseja remunerar na pessoa do Exmo. Sr. Marquês de Caxias. A intervenção do Poder Legislativo neste caso não é somente recamada pelo espírito da Constituição, como por uma necessidade pública do maior alcance.

⁶⁸⁶ Embora a carta não apresente uma data definida, foi redigida entre fevereiro e março de 1869, segundo observa o biógrafo Magalhães Jr. (1977:220).

⁶⁸⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Magalhães Jr. (1977:220-222) e em Menezes (1977a:67-68), a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:243-244). O fac-símile do rascunho da missiva foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde é conservado o manuscrito autógrafo.

⁶⁸⁸ Texto original: “Do Poder Executivo. Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado. São suas principais atribuições: II. Nomear Bispos, e prover os Benefícios Eclesiásticos.”

Nos governos como o nosso de base democrática é sempre de sábia política obter do próprio elemento popular as instituições mais aderentes ao trono e mais próprias a robustecer a Monarquia.

Confesso que tamanha satisfação terei em concorrer para que a Assembleia Geral decrete uma tal remuneração correspondente à glória de Caxias; quanto me incomoda a ideia de tomar parte, como ministro, na criação de uma nova espécie de título, por ato do Poder Executivo.

Talvez me engane, mas se não é essa a lição que tenho dos países constitucionais representativos, quando se trata de conferir a um cidadão benemérito algum prêmio extraordinário, é o Poder Legislativo que se incube como o mais competente de exprimir a gratidão nacional.

Outras razões que atuaram em meu espírito estão hoje felizmente prejudicadas por circunstâncias posteriores.

Sou, com estima e consideração,

de V. Exa.

am. crd.º e at.º ven.

*J. de Alencar*⁶⁸⁹

⁶⁸⁹ Ao sair das Forças Brasileiras, durante a Guerra do Paraguai, e voltar ao Brasil, em 15/02/1869, o Marquês de Caxias seria homenageado com o título de Duque (reservado aos príncipes da família imperial), por sugestão do Barão de Muritiba. Consultado a respeito, José de Alencar discorda da opinião favorável dos colegas alegando que, apesar dos méritos do militar, somente o Poder Legislativo poderia lhe atribuir tal título. No entanto, o argumento do Ministro da Justiça não foi considerado e, a 23/03/1869, o Marquês se torna Duque de Caxias.

~~Particular~~ Confidencial

Vou expor a V^{ra} E^a ^{como prometto,} as razões porque hereto em concordância com a
opinião de meus collegas sobre a concessão imediata do
título de duque ao Ex^{mo} Sr. Marquês de Casimiro.

O illustre general merece do país por seus relevantes serviços
o maior galardão; mas este deve para honra de ambos, do
país ^{como} do general, não se ter o cunho da legitimidade, ^{podem} ~~se~~
^{receber} a consagração do voto nacional.

A Constituição confere ao Poder Executivo no art. 102 § 11
a attribuição de conceder títulos, honras, ordens militares e
distinções em recompensa de serviços feitos ao estado.

Entendem muitos que essa attribuição pode ser exercida
discrecionariamente, não se concedendo o Poder Executivo as
distinções, como creando-as a seu arbitrio.

Minha opinião ^{diverge} ~~poem a contraria~~. Penso que em nosso
país se ha um poder creador, que é o Legislativo, ~~o~~ expressão
da vontade nacional. Os mais são poderes meramente de
applicações.

No exercicio dessa attribuição do art. 102 § 11, nosso governo
na falta de uma lei ^{regulamentar} ~~ofensiva~~ adoptou os stylos que vigoravam
em Portugal, e que tem sido os nossos desde a criação do imperio.

de onde entao se faz antes a medida de uma lei que
relatave com artigos; muito mais quando se trata de
impostos, admitte-se uma distincão de ^{subdo} esse valor
este hoje desconhecido em nosso pais.

Concedido em virtude dessa lei e portanto previamente
consagrado pelo voto nacional o titulo ~~terá~~ ^{será} ~~uma~~ ^{uma} realce
digno dos gloriosos servicos que a nação ~~de~~ ^{depois} remunerar
na pessoa do Sr. Marguer de Casar.

A intervenção do Poder legislativo neste caso ^{nao e' somente} ~~mas~~
e reclamada pelo espirito da Constitucão, como por uma
necessidade publica do maior alcance.

Nos governos como o nosso de base democratica e sempre
de subin politica em obter da ~~o~~ ^o proprios elementos populares as
intervencoes mais salubres ao throno e mais proprias a
robustecer a monarchia.

Confesso que tamanha satisfacão ~~terei~~ ^{terei} em concorrer
para que a Assembleia Geral decreta uma ^{alta} remuneraçao
correspondente a gloria do Marguer de Casar; quanto
me incomoda a ideia de tomar parte, como ministro,

no creacão de uma nova especie de titulo, por+eto do P. Excmo.

Talvez ~~esteja~~ ^{me engane} ~~em~~ ^{em} erro; mas si não era a lição que
 tenho dos paizes courts e ticovas representativas, ~~seja~~ ^{coste das}
 quando se trata de conferir a' um ~~homem~~ ^{homem} ~~de~~
~~algum~~ ^{algum} premio extraordinario, a ~~Poder Executivo~~ e'
~~se~~ ^{se} ~~recomenda~~ ^{recomenda} ~~de~~ ^{de} ~~um~~ ^{um} ~~comitê~~ ^{comitê} ~~de~~
 Poder Legislativo que ~~se~~ ^{se} ~~recomenda~~ ^{recomenda} ~~de~~ ^{de} ~~um~~ ^{um} ~~comitê~~ ^{comitê} ~~de~~
 Outros raios que actuavam em meu espirito, então hoje
 facilmente prejudicadas por circunstancias posteriores.
 Sou com este me e com o seu

207

am. G. e att. how?

Jul.

145. [Rio de Janeiro], 1 fev.1869 – carta⁶⁹⁰ a D. Pedro II.

Senhor.

Continuou o processo eleitoral na melhor ordem, com exceção unicamente da freguesia da Ilha do Governador.

Acabo de saber que ali houve um tumulto na igreja, provocado por Carrilho, ultimamente demitido de suplente do subdelegado. Já para ali seguiu o 2º delegado.

A oposição se absteve, menos na freguesia de S. Cristóvão onde apresentou-se para sustentar uma chapa conservadora dissidente.

A ausência da luta legal é realmente um mal; mas a responsabilidade dele recai toda sobre a oposição que não cumpre seu dever de oposição e de modo algum sobre o Governo que lhe garantiu a liberdade das urnas.

Do que souber sobre a ocorrência da Ilha do Governador, me apressarei em dar conta a Vossa Majestade Imperial.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

*José Martiniano de Alencar*⁶⁹¹

⁶⁹⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:74) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁹¹ José de Alencar relata as ocorrências relacionadas ao pleito de 11/04/1869 para a Câmara dos Deputados.

Continuam o processo eleitoral na melhor ordem, com excepção unicamente da frequência da Lha do Governador.

Acabo de saber que ali houve um tumulto na igreja, provocado por Carrizho, ultimamente demittido de suppente do subdelegado. Já para ali seguiu o 2.º Delegado.

A opposição é absteve, menos na frequência dos Christãos onde apresentam-se para sustentar uma chupa contraria, dividida.

Amanha da luta legal e realmente um mal; mas a responsabilidade de elle recai toda sobre a opposição que não cumpre um dever de opposição, e de modo algum sobre o Governo que lhe garante a liberdade das urnas. Do que vouther sobre a occurencia

da Ilha do Governador, me apresentarei
em dar conta a' Vossa Magestade
Imperial.

Seu a vossa de ser

de Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano dos Reis e os.

146. [Rio de Janeiro], 1 fev.1869 – carta⁶⁹² a D. Pedro II.

Tenho a honra de transmitir a Vossa Majestade Imperial a carta inclusa do Dr. Chefe de Polícia sobre as ocorrências da Ilha do Governador, que nenhuma gravidade tiveram, e igualmente a parte telegráfica sobre o processo eleitoral das outras freguesias.

O presidente da Bahia⁶⁹³ remeteu-me os três números inclusos do jornal onde foram inseridos os documentos e notícias sobre os fatos da anulação do seminário do processo Pedro Moniz, e das ocorrências que por esse motivo se deram na Cachoeira.

O Presidente de Pernambuco⁶⁹⁴ remeteu-me a inclusa confidencial com o relatório do Dr. Chefe de Polícia sobre os acontecimentos de Nazaré.

Ontem fui informado de que João Nunes Ramalho, ultimamente nomeado Juiz Municipal do Patrocínio é homem de péssimo caráter, já processado por crimes de rapto e roubo. Em um documento inserido no Relatório do Ministério da Justiça lê-se a respeito desse Bacharel o seguinte: “a imbecilidade e subserviência do Bacharel José Nunes Ramalho.”

Peço pois permissão a Vossa Majestade Imperial para antecipando seu augusto pensamento, submeter à Imperial Assinatura um decreto cassando essa nomeação, que ainda não produziu seus efeitos legais. Convém que o ato seja publicado amanhã.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar

⁶⁹² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:75) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:196); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 143-Doc.7012 [d08 p01] e II-POB-Maço 143-Doc.7012 [d08 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁶⁹³ Referência a Francisco Gonçalves Martins (1807-1872), Barão e Visconde de São Lourenço.

⁶⁹⁴ Trata-se de Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama (1812-1887), Conde de Baependi.

Tenho a honra de transmitir a Vossa Magestade Imperial, a carta inclusa do Sr. Chefe de Polícia sobre as occorrenças de Ilha do Governador, que me honram, graças de de vossa Magestade, e igualmente a parte telegraphica sobre o processo eleitoral das outras frequezas.

O Presidente da Bahia remetteu-me os tres numeros inclusos do jornal onde foram inseridos os documentos e noticias sobre os factos da acção do denunciante do processo Pedro Moura, e das occorrenças que por esse motivo se deram na Cachoeira.

O Presidente de Pernambuco remetteu-me a inclusa confidencial com o relatório do Sr. Chefe de Polícia sobre os acontecimentos de Nasaretta.

Vou ter fui informado de que João Nunes Ramalho, ultimamente

nomeado Juiz Municipal de Patrocínio
é homem de poucos caracter, já processado
por crimes de rapto e roubo. Em um docu-
mento enviado ao Relatorio do Ministerio
da Just. se lê a respeito desse Bacharel
o seguinte: "a inbecillidade e subver-
são do Bacharel João Vimer Ramalho."

Pelo voso premissas a Vossa Magestade
Imperial, para cumprando seu augusto
pensamento, submetto a Imperial Magestade
um decreto cassando essa nomeação,
que ainda não produziu seus effectos
legaes. Consem que o acto seja publicado
amanhã.

Penho a honra de ser

de Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Albuquerque.

147. [Rio de Janeiro], 13 mar.1869 – carta⁶⁹⁵ a destinatário não-identificado.

Ilmo. Exmo Amigo Colega e Sr.

Particular.

Não obstante meu incômodo faria tenção de ir hoje ao despacho; porém minha mulher passou uma noite péssima, e eu estou aqui porque meu sogro e sogra estão na cidade.

Rogo para V. Exa. ainda uma vez o obséquio de apresentar por mim a assinatura imperial os decretos que vão na pasta.

Amanhã regresso à cidade com a família, se não houver algum transtorno. E esta semana irei a S. Cristóvão para fazer os despachos de J. Municipais porque V. Exa. se interesse.

Sou com estima e consideração.

De V. Exa.
Am. e col. mto. obr.
J. de Alencar

⁶⁹⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:76).

148. [Rio de Janeiro], 1 abr.1869 – carta⁶⁹⁶ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo. Exmo. Amigo Sr. Visconde de Itaboraí.

Particular

1 de abril de 1869.

Hesitei um momento de remeter a V. Exa. a inclusa carta oficial e somente por consideração à pessoa de V. Exa. a quem venero.

O receio de causar-lhe um desgosto, tolheu-me desta, como de outras vezes. Decidiu-me porém a convicção de que retirando-me do governo, arredo em vez de criar dificuldades.

Senti com efeito que no ministério tornei-me um embaraço. Tenho ideias talvez excêntricas sobre governo; não me eduquei devidamente para a política militante; em uma palavra não sou homem prático.

Aquela suspeita que eu tinha de longa data e que manifestei a V. Exa. e a nossos ilustres colegas no dia da organização do gabinete tornou-se em convicção, sobretudo nestes últimos dias.

Na opinião da maioria do gabinete falta-me o tino preciso para escolher um empregado de minha imediata confiança como seja o chefe de polícia da corte; e falta-me também a lição da experiência para dirigir-me em minhas relações com os subordinados.

Para fazer agora a minha aprendizagem, parece tarde e inoportuno.

Minha substituição não incomodará V. Exa. Sobram no partido conservador homens habilitados e de prestígio que robusteçam ainda mais o gabinete.

Entretanto se V. Exa. entender que minha retirada antes de escrito o relatório da repartição pode colocar em embaraço meu sucessor, sujeitar-me-ei ao adiamento por alguns poucos dias quantos bastem para concluir a tarefa.

Sempre, com respeito e estima

de V.

Exa. am°. obr°. at°. venor.

*José de Alencar*⁶⁹⁷

⁶⁹⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:77), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:172-173); o fac-símile da missiva foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Ex.ª Sr. Cat. de V.ª Sr. Visconde de Itaboraí

Particular

1 de abril de 1867

Hesitei no momento de remetter a V.ª a minha carta official e somente por consideração a pessoa de V.ª a quem venho.

O receio de causar-lhe um desgosto, talhes-me desta, como de outros meus desistências por causa da convicção de que retirando-me do governo, arrastaria, em vez de aliviar, dificuldades.

Senti com affeito que os ministerios tornam-se um embaraço. Tenho ideias talves eccentricas sobre governos; não me adequo devidamente com a politica militante; em uma palavra não sou homem pratico.

Aquella suspeita que me tinha de longa data e que manifestei a V.ª a respeito dos illustres collegas no do da organização do gabinete, tornou-se em convicção sabendo muito ultimamente.

Na opinião da maioria do gabinete falta-me o tem preciso para estabelecer uma empregada de minha immediata confiança; como seja o chefe de policia da corte; e falta-me tambem a licça de experiencia para dirigir-me em muitas relações com os subordinados.

Para fazer agora minha aprendizagem, parece tarde e inopportuno.

Minha substituição não incommodaria a V.ª. Sabra-se ao portos como os homens habilitados e de prestigio que robusteciam ainda mais o gabinete.

Entretanto si V.ª entender que minha retirada parte de scripto e se vi a regencia pode collocar em embarras meus successores, sujeitando-me ainda mais por alguns poucos dias quantos bastem para concluir a tarefa.

Sempre, com respeito e estima

De V.ª

am.º, ob.º, att.º am.º

J. M. Alencar

⁶⁹⁷ Desentendendo-se frequentemente com o Ministro da Marinha, e notando as críticas e o parco apoio dos outros colegas do Gabinete Itaboraí às suas propostas de reforma, Alencar começa a cogitar a possibilidade de retirar-se do ministério; contudo, deixa o cargo apenas em 09/01/1870.

149. [Rio de Janeiro], sem data⁶⁹⁸ – carta⁶⁹⁹ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de submeter a Alta Consideração de Vossa Majestade Imperial os Recursos de Graça que me parecem nas circunstâncias de merecerem a Augusta Clemência no dia de Sexta-Feira Santa.

Nesta escolha determinei-me já pela gravidade das penas, já pelas informações favoráveis que tem os réus.

Creio ter assim cumprido a ordem que Vossa Majestade Imperial dignou-se dar-me segunda-feira.

Tiram-se cópias da correspondência com o Presidente da Relação, que Vossa Majestade Imperial manifestou desejo de ver; e logo que estejam prontas cumprirei o dever de levá-las à Augusta Presença.

Tenho a honra de ser, Senhor

De Vossa Majestade Imperial

Súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

⁶⁹⁸ Embora a carta não tenha data expressa, trata-se de resposta a um bilhete (número 251) do Imperador, segundo observação de Kátia Garmes.

⁶⁹⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:78) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d16 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d16 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Tenho a honra de submeter a
Alta Consideração de Vossa Magestade
Imperial os Recursos de Graça
que me parecem nas circunstâncias
de merecerem a Augusta Clemência,
no dia da Sexta Feira Santa.

Nessa escolha determinei-me
já pela grandeza das penas,
já pelas informações favoráveis
que tem o réu.

Creei ter assim cumprido a
ordem que Vossa Magestade
Imperial dignou-se dar-me
segunda vez.

Recebo as copias da correspondência
com o Presidente da Relação, que
Vossa Magestade Imperial manifestou
desejo de ver; e logo que integros
promptos cumprirei o dever de
levar-las a Augusta Presença.

Penho a vossa de ser, Senhor

Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida

150. [Rio de Janeiro], 14 abr.1869 – carta⁷⁰⁰ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo Exmo. Sr. Visconde de Itaboraí.

Em 14 de abril de 1869.

Comunicando a V. Exa. a resolução que tomei depois de muito refletida, é de meu dever expor com franqueza os motivos que me determinaram.

Sabia antes de ser ministro quanto essa posição era difícil, principalmente em nosso país. Para mim a considerava impossível. Hábitos inveterados no sistema de nosso governo me apresentavam esse cargo sob o aspecto de uma permanente coação que tolhia as inteligências e enevoava os caracteres.

Os nove meses decorridos me confirmaram praticamente na convicção que eu tinha. Com os estilos adotados em nosso país, o cargo de ministro não é comparável, nem com o bem público, nem com as legítimas suscetibilidades do homem elevado a tão importante posição.

A maneira por que entre nós se entende a solidariedade ministerial importa a anulação completa da personalidade do ministro.

É regra até agora observada que todos os assuntos dependentes de decreto devem ser tratados em conferência e decididos à maioria de votos, se não há acordo. Com semelhante sistema o ministro de uma repartição fica reduzido em matéria de sua exclusiva competência a mero autômato, movido por alheia vontade.

Quanto a mim sabe V. Exa. que sempre rejeitei até a possibilidade de uma tal situação. Não referendi até que não fosse *meu*. Se porém não sofri a imposição de vontade estranha, tive de lutar com a resistência oposta à minha iniciativa a ponto de convencer-me que não poderei fazer mais do que o expediente.

Com o uso que no Brasil tem o decreto, resquício do antigo regime português, está um ministro inibido de resolver por si a respeito do provimento de qualquer emprego, seja embora de escrivão de alguma vila insignificante, ou de subdelegado na corte. A energia dos primeiros agentes do executivo, daqueles que devem dar o impulso à administração fica embotada. Por mais robustas que sejam as convicções do indivíduo, por mais firme que tenha o caráter, seus atos ministeriais se ressentem de uma tibieza e lentidão funestas à causa pública, e a reputação do homem político.

⁷⁰⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:79-84) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:173-174).

Não obstante esse constrangimento, deliberei por mim e sem hesitação ou demora, sempre que julguei necessário. A consequência porém era que eu me considerava a cada instante, sob a iminência de uma questão de gabinete. A falta de confirmação de um ato meu, ou a denegação de uma medida essencial, importava a perda de força moral e portanto a retirada imediata.

Que nobres estímulos de trabalho pode haver em um ministro incessantemente possuído da ideia de que sua administração não tem amanhã? De quais vistas largas será capaz um pensamento de governo sem horizontes, vivendo do dia-a-dia, para rotineiro expediente?

Já não falo dos embargos a que ficam sujeitos os negócios públicos com tal método de trabalho. Talvez pareça de pouca monta esse inconveniente aos que não calculam o tempo inutilmente consumido com excessiva fadiga na marcha complicada do menor papel. Coisa que um ministro deverá resolver na mesma hora, atualmente correndo muito depressa os costumados trâmites, leva o espaço de semanas e meses.

A solidariedade ministerial longe de ganhar com semelhante concentração, perde muito. São justamente essas questões pequeninas as que sobretudo agitam e fermentam o amor próprio. Há nobreza e mérito em submeter-se o homem político às legítimas conveniências de seu partido, quando se tratam altas questões, mas sujeitar-se um ministro ao quinau ou ao capricho de seus colegas em matéria peculiar a sua repartição, é coisa que a delicadeza tolera, mas o brio nunca.

No que aí deixo exposto não há alusão ou laivo de ressentimento contra os distintos membros do gabinete de 16 de julho e muito menos contra seu ilustre chefe. Duvido que outro ministério houvesse mais unido pela consideração recíproca e em cujo seio os negócios se tratassem com tanta circunspeção e mútua deferência. De V. Exa. somente direi que um só momento não vacilaram o respeito e estima que tributo a seu caráter.

É indispensável porém, senhor Visconde, discriminar bem a solidariedade do gabinete da responsabilidade individual de cada ministro. Cumpre honrar a confiança que reúne cidadãos dedicados a mesma causa, possuídos das mesmas ideias. Com essa franqueza não se abala nem de leve a integridade do gabinete; antes se consolida, imprimindo à ação acorde dos ministros um cunho de nobre espontaneidade.

O atual sistema da constante fiscalização do gabinete sobre cada um de seus membros, ao passo que não evita os maus ministros, tão frequentes neste país, impede que se formem os bons, os excelentes estadistas.

Depende também a iniciativa do ministro de suas relações com a coroa.

Minha opinião a respeito do pleno exercício do poder executivo pelo gabinete é conhecida. Posso resumi-la em uma observação prática.

Os erros e injustiças que a coroa por ventura impede com sua interferência nas nomeações não produzem tão grave detrimento ao país, como a perplexidade que semelhantes óbices imprimem ao ministério, abalando a consciência da própria força e relaxando-lhe a energia tão necessária para realizar grandes reformas ou corrigir antigos abusos.

A verdadeira garantia da moralidade de uma administração não é o exame prévio de cada um de seus atos; mas a escolha do homem a quem se confia a autoridade e o programa que ele se compromete realizar. O ministro probo encher-se-á tanto mais de escrúpulos, quanto for absoluta a confiança nele depositada; porque acima da responsabilidade legal há para o homem de bem a responsabilidade moral.

Não trato porém aqui deste ponto. Minha resolução não foi determinada por ato algum da Coroa, na qual ainda não encontrei obstáculo real, senão escrúpulos respeitáveis, inspirados pelo caráter íntegro do Imperador. Destes escrúpulos, uns, entendi que devia acatá-los; outros, os desvaneceu o princípio da confiança.

Para não reproduzir a cada instante e sobre qualquer acidente entre a iniciativa do ministro e a opinião do gabinete, julguei mais conveniente colocar a questão em um ponto de vista geral.

Devo pois declarar a V. Exa. que julgo indispensável a adoção de uma prática mais regular, que em relação à parte da justiça resumo nas proposições seguintes:

1º As bases das reformas legislativas, a abertura de créditos, a realização de qualquer serviço não autorizado no orçamento; as mercês pecuniárias não concedidas por lei e as nomeações de chefes de polícia, excetuado o da corte, serão deliberados em conferência.

2º As instruções para execução das leis, ainda mesmo por decreto; a nomeação de qualquer funcionário, salva a exceção acima declarada e toda a matéria do expediente será da exclusiva competência do Ministro da Justiça que resolverá por si, quando não julgue conveniente consultar seus colegas, e despachará com Sua Majestade sempre que for necessário e independente do Conselho de Ministros.

3º Todos os atos do Ministério da Justiça terão imediata publicação e aqueles que por sua natureza devam ficar em reserva serão comunicados na primeira conferência e Conselho de Ministros, ao qual será presente no fim de cada mês o balanço detalhado da despesa secreta.

4º O ministro da justiça por sua parte se absterá de intervir em negócios de outras repartições, salva a nomeação de presidentes de província, chefes de missão diplomática, generais em chefe de terra e mar e os atos específicos na cláusula 18.

Desta forma o ministro terá ação; e o gabinete devidamente instruído de seus atos, usará do direito de exigir a demissão daquele membro que contrariar suas vistas.

Outro ponto.

Além da coação em que me coloco a respeito do expediente administrativo uma solidariedade exagerada até a uniformidade, atua em mim também uma consideração ainda mais poderosa.

Reconheço que no verdadeiro ponto da solidariedade, onde ela deve ser inabalável, no pensamento político do ministério, eu me acho mal colocado. A indiferença com que foram colhidos meus projetos de reforma e os sintomas de surda, mas profunda divergência⁷⁰¹, me convencem que estou fazendo um sacrifício estéril.

Há nos meus projetos, apenas esboçados, ideias capitais de que não devo prescindir, porque as considero indispensáveis ao desenvolvimento nacional. São elas:

1º - Independência do poder judicial não só pela inamobildade da magistratura vitalícia, como pela exclusiva competência dos tribunais para *aplicação das leis*, isto é, para a coerção individual.

2º - Recurso ao poder judiciário por habeas-corpus em todo o caso de constrangimento ilegal; e ainda mesmo militar, logo que se promulgue o código.

3º - Separação absoluta entre as funções judiciárias e as funções policiais; e a consequente incompatibilidade dos respectivos funcionários.

4º - Júri no crime e cível. No crime referindo-se o julgamento ao tribunal togado, quando não se reúna conselho no prazo legal. No cível à escolha do autor. A qualidade de jurado será, em vez de ônus, um direito político do cidadão ativo.

5º - Prisão preventiva só em crime inafiançável, depois de coligida a prova de criminalidade, não sendo o réu domiciliado, e não havendo decorrido o prazo de dois anos da data do crime.

6º - Abolição da pena de morte e substituição dela por um regime penitenciário rigoroso em que o isolamento seja interrompido somente, a juízo do facultativo, para não comprometer a vida ou a razão do condenado.

⁷⁰¹ É provável que José de Alencar estivesse se referindo à reforma da Guarda Nacional e dos Sistemas Judiciário e Eleitoral, e à contrariedade que sentia ao ver a insistente intromissão do Ministro da Marinha nos negócios da Justiça.

7º - Um código do processo civil simplificando as fórmulas, admitindo a discussão oral, no julgamento da causa e tomando sumária a execução da sentença, a qual uma vez passada em julgado só pode ser alterada em revista.

8º - A instituição de uma milícia, sem postos e honras, para auxiliar a polícia em cada município, podendo o cidadão isentar-se do serviço por meio de uma contribuição anual. Guarda nacional voluntária, como um direito, não mais como um ônus.

Se alguma destas reformas pode ser adiada estou profundamente convencido que da próxima realização do complexo delas depende o futuro do país, e a força do partido conservador.

Quanto às ideias do gabinete de que tenho conhecimento, a eleição direta censitária ofende a constituição, como já declarei em conferência. Assim pensando não posso partilhar a responsabilidade de qualquer reforma nesse sentido.

Expondo a V. Exa. estas considerações, não foi meu desígnio formular condições para minha permanência no ministério. Conheço-me. Faltam-me títulos para impor minhas ideias, embora não me falte a coragem de combater por elas.

Propus-me unicamente a justificar minha retirada agora, e minha escusa em qualquer emergência futura, que acredito não se dará.

Rogo, pois, a V. Exa. se digne solicitar a Sua Majestade o Imperador a graça de exonerar-me do cargo de Ministro da Justiça.

Esta determinação, creia V. Exa., não é pretexto para subtrair-me às responsabilidades do poder. Partilhei com o ministério de 16 de julho a que tive a honra de pertencer as mais graves [sic]; e continuaria a arrostá-las, senão me faltasse o apoio de uma confiança mútua, sem a qual eu sinto-me deprimido por uma constante suspeita.

Tenho a honra de ser

De V. Exa.

Amigo, respeitador e crº

*José Martiniano de Alencar*⁷⁰²

⁷⁰² Cf. texto “Cartas de um ministro”, na primeira parte deste capítulo.

151. [Rio de Janeiro], sem data⁷⁰³ – carta⁷⁰⁴ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de submeter a alta Consideração de Vossa Majestade Imperial o esboço do projeto sobre reforma judiciária e as primeiras folhas do relatório da repartição. Para não demorar deixei de corrigir as provas, cujos erros Vossa Majestade Imperial se Dignará de relevar. Brevemente terei a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial o esboço da reforma policial e da guarda nacional.

Usando da autorização que Vossa Majestade Imperial Dignou-se dar-me, tenho a honra de propor a Vossa Majestade Imperial a designação do Bacharel Guilherme Cordeiro de Araújo Cintra para Juiz de Direito de Palma em Goiás; a nomeação do Bacharel Francisco José Cardoso Guimarães para Juiz de Direito de Solimões no Amazonas; a nomeação do Bacharel Henrique Pereira de Lucena para Juiz de Direito de Teixeira na Paraíba; e a exoneração que solicitou o Chefe de Polícia do Pará Bacharel Genuário Campello Peres Ferreira.

Tenho a honra, senhor, de ser de Vossa Majestade Imperial.

Súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

⁷⁰³ Segundo observa Kátia Garmes, a missiva (cuja data de elaboração não está expressa) é de princípio de maio de 1869. Cf. missiva 255.

⁷⁰⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:85) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d15 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d15 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Tenho a honra de submeter á alta Consideração
de Vossa Magestade Imperial o esboço do
projecto sobre reforma judiciaria e as
provisões feitas do relatório de repartição.
Para não demorar de mais a corrigir as
provas, expoz a Vossa Magestade Imperial
a Dep.ª de relevar. Provavelmente terá
a honra de apresentar a Vossa Magestade
Imperial o esboço da reforma policial
e da guarda nacional.

Quando da authorisação que Vossa
Magestade Imperial dignou-se dar-me,
tenho a honra de propor a Vossa Magestade
Imperial - a designação do Pol. Guilherme
Cordoni de Araújo Cintra para juiz de
Direito de Palma em Goyaz; a nomeação
do Pol. Francisco José Cardoso Guimarães
para juiz de Direito de dolimovens na
Amazonas; a nomeação do Pol. C. de
Pereira de Lucena para juiz de Direito
de Tussira na Parahyba; e a exonera-
ção que colicito o Chefe de Polícia
do Pará Pol. Giovanni Campello Pires
Reveres.

Tenho

Quero a honra, senhor, de ser de
Vossa Magestade Imperial

desaíto feul e reverente

João Martiniano de Almeida

152. [Rio de Janeiro], 13 maio 1869 – carta⁷⁰⁵ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo. Exmo. Amigo e Sr. Visconde de Itaboraí.

Tenho a honra de submeter à ilustrada consideração de V. Exa. uma parte do relatório na qual há algumas ideias, sabe que não houve tempo de discutirmos pela rapidez do trabalho.

Devo ler o Relatório no sábado: por isso rogo a V. Exa. o obséquio de passar com a possível brevidade as provas ao Exmo. Sr. Ministro do Império, o qual por sua vez me faria o favor de submetê-las a alguns de nossos colegas, de modo que as vejam todos antes de ser lido o relatório.

Sou com maior estima e consideração.

De [ilegível]

am.º e col. obr.º cri.º respeitador.

José Martiniano de Alencar

13 de maio 1869

⁷⁰⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:86) e o fac-símile do rascunho da carta foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se localiza o manuscrito autógrafo.

M^{to} Amigo e hon. Visconde de Itaboraity

Pendo a honra de submeter á illustrada consideração de V. Ex.^a uma
parte do relatório na qual ha algumas ideias, sobre que não houve
tempo de discutirmos pela rapidez do trabalho.

Deus ler o relatório ao sabbaço; por isso rogo a V. Ex.^a o abrigio
de passar com a possível brevidade ao parecer ao Ex.^{mo} Sr. Ministro
do Imperio, o qual por sua vez me fará o favor de submettê-lo a
alguns dos nossos collegas, de modo que os vejamos todos antes
de dar lido o relatório.

Com mais attenção a consideração

De V. Ex.^a

an.^o, e coll.^o do ex.^o secretario

José Martiniano de Almeida

13 de maio 1869

153. [Rio de Janeiro], 14 maio 1869 – carta⁷⁰⁶ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a assinatura de Vossa Majestade Imperial o decreto declarando sem efeito a nomeação do Bacharel Antonio Augusto da Costa Barradas para Juiz Municipal de Santos.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para apresentar igualmente o Relatório da Repartição da Justiça que deve ser lido amanhã na Câmara dos Deputados, e o esboço do projeto sobre organização judiciária, trabalhos já conhecidos por Vossa Majestade Imperial.

Em uma segunda edição farei no esboço algumas correções de acordo com a opinião que Vossa Majestade Imperial Dignou-se manifestar-me ontem.

Sou com o mais profundo respeito

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar

Em 14 de maio de 1869.

⁷⁰⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:88) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d01 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Deixo a honra de apresentar a Vossa Magestade Imperial o decreto declarando sem effeito a nomeação do Bel. Antonio Augusto da Costa Barreiros para Juiz Municipal de Santos.

Pelo permissionário a Vossa Magestade Imperial para apresentar igualmente o Relatório da Repartição da Justiça, que deve ser lido amanhã na Câmara dos Deputados, e o subco do projecto sobre organização judiciária, trabalhos já concluídos por Vossa Magestade Imperial.

Em uma segunda edição farei no subco algumas correções, de accordo com a opinião que Vossa Magestade Imperial dignou-se manifestar-me hontem.

Sou com o mais profundo respeito

De Vossa Magestade Imperial
subdito fiel e devoto

154. [Rio de Janeiro], 31 maio 1869 – carta⁷⁰⁷ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca

Apresento-me candidato a uma das vagas de senador por nossa província.

Se tiver a honra de merecer o apoio de V. Sa. e de seus amigos, receberei essa prova de confiança como uma aprovação de minhas ideias e de meu procedimento político.

Em todo caso, porém, prende-me a gratidão à minha província que espontaneamente me honrou com o título de seu representante na Câmara temporária.

Nessa qualidade, e em qualquer outra, me empenharei por seu melhoramento e pela prosperidade nacional.

Sou com estima e consideração

de V. S.

Am.º, patr.º e att.º ven.or

J. de Alencar

155. Rio de Janeiro, 14 jun.1869 – carta⁷⁰⁸ ao Visconde de Itaboraí.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1869.

Desejando apresentar-me candidato a uma das vagas de senador por minha província, nada resolvi antes de conhecer a opinião de meus ilustres colegas do gabinete.

O ministério, a que tinha a honra de pertencer, considerou a minha candidatura natural e legítima, por ser eu filho do Ceará e seu representante em duas legislaturas.

Firmada então essa resolução, entendi que não devia manifestá-la à minha província antes de a comunicar a Sua Majestade o Imperador; nesse desígnio dirigi-me ao Paço de São Cristóvão no dia 31 de Maio, véspera da partida do pacote do norte.

Não pedi vênica à Sua Majestade o Imperador, pois não a julgo necessária para exercer um direito de cidadão. Tive a honra de declarar ao mesmo Augusto Senhor, que resolvendo apresentar-me candidato, era de meu dever comunicar-lhe esse fato, que podia em seu alto critério alterar minha posição em relação à Corte.

⁷⁰⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:207) e em Menezes (1977a:33-34); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:256).

⁷⁰⁸ A missiva encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1332-1333, em Orico (1929:141-144) e em Menezes (1977a:69-71); a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:224-225) e em Viana Filho (1979:175-176).

Sua Majestade o Imperador dignou-se de responder-me que ele apreciaria mais de minha parte a abnegação; que esta porém não era um dever, e sim um mero alvitre pessoal.

Tomei a liberdade de observar a Sua Majestade o Imperador que eram frequentes os exemplos de ministros candidatos à senatoria; contudo julgando agora a Coroa existir certa incompatibilidade moral entre essa candidatura e a posição de ministro, eu deixava o governo a fim de pleitear a eleição como particular.

Sua Majestade o Imperador não aceitou esta solução de que V. Ex. já tinha conhecimento prévio; e limitou-se a repetir que nenhum dever me inibia de ser candidato; acrescentando que em meu caso não se apresentaria.

Permaneci portanto no ministério e na minha resolução. Embora acate muito a opinião de Sua Majestade o Imperador, entendo que sua alta posição o inibe de bem apreciar certas questões de dignidade cívica.

Ocorreram porém a respeito da Presidência do Ceará, circunstâncias que V. Ex. não ignora. O Imperador recusou para aquele cargo o Dr. Leandro Bezerra Monteiro, primeiramente lembrado. Recusou depois a nomeação do Dr. Henrique Pereira Lucena para lugar de 1º vice-presidente.

Finalmente recusou ontem a nomeação do Desembargador Freitas Henriques, apresentado nestes últimos dias para o cargo de Presidente pelo Exmo. Sr. Ministro do Império.

A persistência de Sua Majestade neste ponto revela um sentimento de desconfiança gerado por minha presença no ministério. Entende a coroa que a minha candidatura pode influir sobre a pureza da eleição do Ceará; e exige garantia na pessoa de certo e determinado presidente.

É pois de meu dever e de minha dignidade retirar-me do gabinete em que sou um obstáculo, deixando assim o ânimo imperial perfeitamente tranquilo.

Se na noite de 31 de Maio no Paço de São Cristovão Sua Majestade o Imperador se houvesse dignado aceitar esta solução, que eu lhe propus de modo formal, a questão estaria desde muito terminada.

Compreendo não só a nobreza, com a utilidade da abnegação, sobretudo nas épocas difíceis, em que os cidadãos elevados às primeiras posições devem dar exemplos de dedicação e desinteresse. Mas abnegação em meu conceito, não é a simples recusa de uma posição, só pelo prazer frívolo de a recusar. Se assim fosse eu não faria parte do

gabinete de 16 de Julho. Também não é abnegação a renúncia de um direito, pelo receio de incorrer em um alto desagrado.

Abnegação em política entendo eu que é o sacrifício do interesse privado ao bem público. Não descobrindo em que minha candidatura depende do voto popular e da escolha da Coroa, que a pode arredar, seja pernicioso ao país, não devo por mera ostentação repudiar uma posição a que aspira todo o homem político no Brasil.

Para mim abnegação era retirar-me do ministério e pleitear a eleição como particular. Essa não foi aceita; ofereço melhor, não só deixo o governo como prejuízo uma aspiração legítima. Creio que bem correspondo aos sentimentos da Coroa.

Rogo pois a V. Ex. se digne solicitar de Sua Majestade o Imperador a designação do meu sucessor, podendo V. Ex. se julgar conveniente, levar esta carta ao conhecimento ao mesmo Augusto Senhor.

Com a maior estima e consideração.

De V. Ex.

Amigo, muito respeitoso e criado.

José Martiniano de Alencar

156. [Rio de Janeiro], 20 jun.1869 – carta⁷⁰⁹ a D. Pedro II.

Senhor.

A respeito da queixa dos urbanos cabe-me informar a Vossa Majestade Imperial com o ofício que neste momento recebo do Dr. Chefe de Polícia.

O atraso do pagamento e a causa da má vontade com que se presta ao serviço: esse atraso provém da demora por parte do Tesoureiro da Polícia na remessa das contas pagas, sem o que o Tesouro não pode adiantar a prestação.

Já estão dadas as providências necessárias e ao meu alcance. Sou com o mais profundo respeito.

De Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 20 de junho de 1869.

⁷⁰⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:89) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d03 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

A respeito da quitação das Urbanas
cabe-me informar a Vossa Magestade
Imperial com o officio que neste
momento recebo de Sr Chefe de
Policia.

O atraso do pagamento e' a causa
da má vontade com que se presta
os serviços: esse atraso provem da
demora por parte do Thesoureiro da Policia
na remessa das contas pagas, sem
o que o Thesouro não pode adiantar
a quitação.

Ja estão dadas as providencias
necessarias e as medidas
dão com o mais prompto effecto

A Vossa Magestade Imperial

Subscrito pelo e novamente

João Montezinos de Alencar

157. [Rio de Janeiro], 20 jun.1869 – carta⁷¹⁰ a D. Pedro II.

Senhor.

Por equívoco da secretaria em vez do decreto de recondução do Bacharel Luciano Rangel de Azevedo no termo de Pomba em Minas⁷¹¹, como eu tive a honra de propor a Vossa Majestade Imperial, lavrou-se decreto nomeando o Bacharel Gama Cerqueira⁷¹².

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para desfazer o engano, submetendo à Sua Imperial Assinatura hoje mesmo outro decreto, a fim de ser amanhã publicado a retificação.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 20 de junho de 1869.

⁷¹⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:89) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d02 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷¹¹ Referência à cidade Rio Pompa, fundada em 1831, localizada na zona da mata mineira.

⁷¹² Trata-se de Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1842-1907).

1869

Por equívoco da Secretaria em vez do
decreto de recondução do Pz. Luciano
Rangel de Almeida no termo de Pomba
em Minas, como se tem a honra
de propor a Vossa Magestade Imperial,
lavoura - o decreto nomeando o Pz.
Gonça Corrêas.

Pelo permissão a Vossa Magestade
Imperial para despor o engenho,
submettendo o d. da Imperial signature
hoje mesmo outro decreto, após de
se annueta publicada a ratificação.

Pelo a honra de ser

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

158. [Rio de Janeiro], 23 jun.1869 – carta⁷¹³ ao Barão de Lucena.

Ilmo Amigo Sr. Dr. Lucena.

Esta já o deve achar no Ceará, no exercício de seu novo emprego, no qual desejo e espero que dê mais uma prova de seu grande merecimento.

Já deve saber que sou candidato a um dos lugares na lista sêxtupla dessa província. Conto com sua amizade, em favor desta pretensão, se a julgar legítima. Sem prejuízo de seu caráter oficial pode fazer muito em meu favor por suas relações particulares.

Devo preveni-lo de que há aí um grupo⁷¹⁴ que há de querer hostilizar-me. Aqui mesmo se trama alguma coisa, embora sem base. Inculcam que não tenho idade; outros dizem que não convém a minha eleição porque se diria que o Governo trabalhou para a anulação da eleição com este fim. Tudo são pretextos para arredar um nome que os incomoda. Nem o Governo interveio na questão da anulação que foi obra do partido; nem eles se animam a dizer isto de frente, mas à sorrelfa.

Bom é que V. Exa. e nossos Amigos estejam prevenidos a este respeito, para neutralizarem tais manejos.

Seu col. e amº afetº.

José de Alencar

23 de junho 1869.

159. [Rio de Janeiro], sem data⁷¹⁵ – carta⁷¹⁶ a Pedro II.

Consta-me que em alguns jornais de oposição se lê uma censura ao Governo Imperial e especialmente ao Ministério da Justiça por ter pago artigos, que se publicam no *Jornal do Comércio* sob a rubrica de comunicados. Asseguro a Vossa Majestade que é falso.

Durante meu ministério ainda não se despendeu um real, pela despesa secreta, com a imprensa ou qualquer outro interesse pecuniário. Posso assegurar a V. Majestade que não se despenderá com ciência minha, enquanto tiver a honra de ser seu Ministro da Justiça.

⁷¹³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:90) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:177).

⁷¹⁴ Segundo o biógrafo Luís Viana Filho (1979:176), “os conservadores separavam-se em dois grupos, um dos quais fortemente hostil a Alencar.”

⁷¹⁵ Embora a data da missiva não esteja expressa, trata-se de 1869.

⁷¹⁶ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:184).

O balanço da verba despesa secreta, durante minha administração, é tão transparente, que pode ser publicado integralmente. Terei a honra brevemente de submeter a V. Majestade Imperial este documento.⁷¹⁷

160. [Rio de Janeiro], sem data⁷¹⁸ – carta⁷¹⁹ ao Barão de Lucena.

Ilmo Exmo Sr. Dr. Henrique Pereira de Lucena.

No intuito de promover os legítimos interesses de nosso partido e defender a ideia conservadora no Brasil, fundou-se nesta Corte por esforço de alguns amigos uma folha intitulada *Dezesseis de Julho*.

Ainda modesta, deve tomar proporções mais largas, como convém ao órgão de um grande partido, logo que receba dele todo o apoio e coadjuvação que deve esperar.

É do interesse das influências conservadoras nas diversas localidades manter e ampliar esta imprensa que pode prestar importantes serviços.

O partido conservador, depositário de tão respeitáveis tradições, deve ao país este exemplo moralizador de sustentar sua imprensa com o simples concurso individual de seus membros, sem nenhum subsídio do governo.

Este fato será mais uma revelação da força da ideia conservadora no Brasil e sobretudo da moralidade da situação.

Como correligionário me dirijo a V. Exa. uma das principais e legítimas influências dessa Província, e confio de sua dedicação ao partido que se associa ao nosso pensamento.

Sou com estima e consideração

de V. Ex^a.

Afet^o am.^o colega e at.^o ven.^{or}

J. de Alencar⁷²⁰

⁷¹⁷ Como Ministro dos Negócios da Justiça, Alencar adianta-se na defesa de possível acusação de D. Pedro II quanto ao uso de verbas secretas para corromper a imprensa; acusação recorrente contra os ministros durante o Segundo Império. Segundo Kátia Garmes (2004:135), José de Alencar preocupava-se em esclarecer a origem do dinheiro que financiava os projetos pessoais do Ministro da Justiça enquanto membro do Partido Conservador, no caso, a fundação do *Dezesseis de Julho*. Para ele, a “imprensa de um partido, mesmo no governo, deveria ser mantida por seus membros e não com o dinheiro público”; é em função desse princípio que Alencar passa a se corresponder com correligionários conservadores.

⁷¹⁸ Segundo Kátia Garmes (1998:97), embora não seja possível ler o dia e o mês em que a missiva foi redigida, sabe-se que ela é “posterior a 4 de julho, data do surgimento da folha.”

⁷¹⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:97), a transcrição parcial da missiva pode ser lida em Viana Filho (1979:184). O texto epistolar encontra-se integralmente transcrito em Menezes (1977a:95-96) e em Menezes (1977b:252-253), que, no entanto, determina como destinatário de Alencar o político Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha.

161. **Rio de Janeiro, 12 jul.1869** – carta⁷²¹ a Paulino Nogueira.

Rio, 12 de julho de 1869.

Ilmo. Sr. Dr. Paulino Nogueira B. da Fonseca.

A resposta de V. S. que devidamente aprecio por significar a aprovação de minhas ideias e procedimento político, dá-me certeza de que posso contar com o seu valioso apoio bem como o de seus amigos.

Agradecendo a V. S. esta prova de confiança, a que não posso ser indiferente, aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração com que sou

de V. S.

Amigo afetuoso, parente obrigado e criado

J. de Alencar

162. **[Rio de Janeiro], 15 jul.1869** – carta⁷²² a Paulino Nogueira.

Ilmo. Col. Am.º e Sr.

Pelos jornais, nada sobre o incidente que teve lugar na Câmara. O Araripe e o Jaguaribe me contaram as particularidades. O despeito surdo dos Deputados que nos são adversos prorrompeu; falo dos deputados cearenses. Embora, depois de verem frustradas suas esperanças, fizessem ardentes protestos, a verdade é que as máscaras caíram.

Esse procedimento prescreve a linha de procedimento que devemos seguir. Não convém abrir hostilidades com homens que se dizem conservadores; e que podem estar arrependidos; minha opinião é que devemos apenas deixá-los entregues a si; usem de seus recursos; não os hostilizemos, porém não os apoiemos.

Eu tanto mais inclino-me a esta neutralidade, quanto estou convencido que estas hostilidades surdas não têm outro alvo senão minha pessoa; eu os incomodo no ministério; por isso desejam livrar-se desse pesadelo.

⁷²⁰ Cf. o texto “O Dezesesseis de Julho”, na primeira parte deste capítulo.

⁷²¹ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:206) e em Menezes (1977a:34).

⁷²² A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:199-200) e em Menezes (1977a:34-35), a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:250) e em Viana Filho (1979:185).

Ora, não quero que minha pessoa seja causa de uma cisão no partido; embora tal cisão, longe de o enfraquecer, o fortaleça.

Só no caso de começarem eles as hostilidades contra nós, devemos assumir a mesma posição. Dada essa hipótese, espero de nossos amigos dedicados que não sofrerão impassíveis uma posição injusta, o que é mais ingrata.

Muito confio eu na sua inteligência, na sua atividade e dedicação. Estou convencido que identificado com a nossa causa, que também é a sua, envidará todos os esforços para que triunfe a lealdade sobre o ardil e a perfídia. Recomendo a meus amigos três nomes para a lista sêxtupla: o do Araripe, do Jaguaribe e o meu; quanto aos outros não posso contar por ora; mas farei se me constar que há da parte dos invejosos e despeitados a intenção de hostilizar-nos. Não faltam candidatos pelo Ceará e muito dignos. Responda-me; e diga-me com franqueza o que pensa a respeito da situação aí, e da marcha que convém dar aos negócios. Sobretudo peço-lhe reservas; em política é a primeira condição do sucesso. Lembre-se das pretensões que devem levantar duas vagas possíveis na deputação; seu interesse é o silêncio por enquanto. De minha parte pode contar com toda a boa vontade a seu respeito; desta vez não me moverão escrúpulos de ofender suscetibilidades de uma família que, tendo recebido de mim as melhores provas de lealdade, responde-me agora com uma guerra mesquinha.

Recomendações à sua mulher e família.

Seu particular

amigo, colega afetuoso,

J. de Alencar

163. **[Rio de Janeiro], 15 jul.1869** – carta⁷²³ ao Visconde de Itaboraí.

Exmo. Amigo [ilegível] Visconde de Itaboraí

Tomando a resolução constante de minha carta inclusa me assalta um receio; o de contrariar V. Exa. a quem eu acato e venero. Minha retirada do ministério não causa transtorno ao governo; antes remove-lhe dificuldades tanto em relação aos amigos, como aos adversários. Compreenda V. Exa. que minha situação no gabinete em relação

⁷²³ O rascunho da carta integralmente transcrito pode ser encontrado em Garmes (1998:91) e em Viana Filho (1979:185). Parte do fac-símile do rascunho autógrafo foi concedida pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

à questão da presidência do Ceará não é decorosa. O Imperador assumiu uma posição que me é hostil; e nessa posição é servido pela morosidade de certas resoluções. Data do princípio de mês passado esta questão. Não desejo incomodar a V. Exa. referindo pequenos incidentes, que nada importam; prefiro um amigo a um diploma de senador. Tenho conhecido que o ministério é um elemento dissolvente, que ataca até as coisas mais sagradas.

Caro amigo Sr. Visconde de Albuquerque.

Tomando a resolução constante de minha carta n.º 1,
de me levantar um recio; e de contrariar a V.ª
a quem eu sento a venero.

Minha retirada do ministério não causa transtornos
ao governo; antes remove as difficuldades tanto
em relação aos amigos, como aos adversários.

Compreendo V.ª que minha ^{atuação, no gabinete} ~~posição~~
em relação a questão da presidência de Ceará não é decorosa.

O Imperador assume uma posição ^{que não é} ~~hostil~~
hostil; e a minha posição ~~é~~ ^é ~~hostil~~
é ~~hostil~~ pela ~~atuação~~ ^{motivação}
de certas realidades. ~~Deixa de principio de uma~~
~~de um meu ministério~~ ^{que ha assim} ~~perda de esta questão.~~

Não desejo incomodar a V.ª referindo pequenos
incidentes, que nada importam. [~~Referi~~ ~~um~~ ~~facto~~]
^{preferi} ~~um~~ ^{um} amigo, ~~um~~ ^é ~~um~~ ^{um} diploma de senador.
Pouco conhecido que o ^{ministério} ~~gabinete~~, é um elemento
desolvente ~~to~~ que ataca até as causas mais
sagradas, ~~a~~ ~~Política~~ ~~em~~ ~~geral~~

164. [Rio de Janeiro], 17 jul.1869 – carta⁷²⁴ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a V. Majestade Imperial um reservado, neste momento recebido do Presidente da Bahia⁷²⁵ sobre algumas ocorrências que ali houve por ocasião do encerramento da Assembleia.

Tenho a honra de enviar igualmente os papéis relativos a Lorenas.

Com o mais profundo respeito,

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e obediente.
José Martiniano de Alencar

Em 17 de julho de 1869.

⁷²⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:92) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d06 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷²⁵ Trata-se de Francisco Gonçalves Martins (1807-1872), Visconde e Barão de São Lourenço, presidente da província da Bahia entre 1868 e 1871.

Senhor.

Penho a honra de remetter a V. Magestade
Imperial um resumo do, neste momento
recibido do Presidente da Bahia sobre
algumas occorrencias que ali houve por
ocasião do encerramento da Assemblha.

Penho a honra de encerrar igualmente
o papel relativo a' doencas.

Com o mais profundo respeito,

de Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e obediente

João Martiniano de Almeida.

Em 17 de julho de 1869.

165. [Rio de Janeiro], 31 jul.1869 – carta⁷²⁶ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Col. Am.º Dr. Paulino

Rogo-lhe o obséquio de fazer chegar a seu destino as cartas inclusas, que para mais segurança remeto por esta via.

Depois de minha última carta, em que lhe falei a respeito da atitude dos quatro deputados nossos patrícios na questão da confiança; parece que eles reconheceram que não tinham marchado com a devida prudência. Tendo esperança de que se restabelecerá completamente a harmonia.

Peço-lhe que dê andamento aos concursos de ofícios de justiça. Convém prover esses lugares a respeito dos quais tenho recebido vários pedidos a que desejo atender.

Recomende-me à sua família; e faça-me o favor de comunicar-lhe que Georgiana deu à luz uma menina no domingo, 26 do corrente.

Seu parente amigo colega afetuoso

*J. de Alencar*⁷²⁷

166. [Rio de Janeiro], 4 ago.1869 – carta⁷²⁸ ao Conselheiro Nicolau da Gama.

Ilmo. Exmo. Sr.

Por um engano, que verbalmente explicarei a V. Exa. somente hoje às 11 horas da manhã, voltando de S. Cristóvão, me foram entregues na Câmara os dois convites que V. Exa. me fez a honra de dirigir por ordem de Sua Majestade o Imperador, para jantar no Paço Imperial nos dias 30 de julho e 2 de agosto. Embora me fosse impossível comparecer no primeiro dia, por causa de moléstia grave de pessoa de minha família, esse impedimento não se dava no segundo dia.

Apresso-me em levar ao conhecimento de V. Exa. esta ocorrência, tanto mais porque não tendo a mínima ciência do convite, cometi além da falta do não comparecimento, a falta de não ter apresentado a Sua Majestade o Imperador as razões de minha ausência, pedindo-lhe desculpa dela.

Sou com a maior consideração e estima.

De V. Exa.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro Nicolau Antonio do Vale Nogueira da Gama.

Amº afetº. vener.

José Martiniano de Alencar

⁷²⁶ A carta integralmente transcrita encontra-se em Menezes (1977a:36) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:177).

⁷²⁷ Ao final de sua missiva, José de Alencar menciona o nascimento de sua segunda filha, Clarice, batizada pelo tio Leonel.

⁷²⁸ A carta integralmente transcrita pode ser encontrada em Garmes (1998:93) e o fac-símile da carta autógrafa foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Pia 4 de Agosto de 1869.

Ilmo. Ex. Sr.

Por um engano, que verbalmente explicarei a V. Ex.^a somente hoje ás 11 horas da manhã, voltando de S. Christovão, me foram entregues na Camara os dois convites que V. Ex.^a me fez a honra de dirigir por ordem de Sua Magestade o Imperador, para jantar no Paço Imperial nos dias 30 de Julho e 2 de Agosto. Embora me fosse impossivel comparecer no primeiro dia, por causa de molestia grande de pessoa de minha familia, esse impedimento não se dava no segundo dia.

Apressado em levar ao conhecimento de V. Ex.^a esta occorrença, tanto mais porque não tendo a minima sciencia do convite, commetti alem da falta do não comparecimento, a falta de não ter apresentado a Sua Magestade o Imperador as razões de minha ausencia, pedindo-lhe desculpa della.

Sou com a maior consideração e estima

De V. Ex.^a

Ilmo. Ex. Sr. Conselheiro Nicolau Antonio do Valle Nogueira da Gama.
am. affecto a V. Ex.^a
João Martiniano de Almeida.

167. [Rio de Janeiro], 1 set.1869 – carta⁷²⁹ a Paulino Nogueira.

1º de setembro de 1869.

Vou responder a sua carta de 4 de agosto, recebida depois da partida do último vapor.

Li com atenção as considerações que faz a respeito da nossa atividade política; e estou com elas de perfeito acordo. Não me cabe a ofensiva, não, mas somente a defensiva. Esta, porém, deve ser perspicaz e prudente para derrotar quaisquer planos contrários e menos leais. Para isso conto com o concurso dos amigos sinceros e dedicados.

Quanto às candidaturas, eu tomo o maior interesse pelas três que menciona em sua carta, a do Araripe, do Jaguaribe e a minha; se elas triunfarem obtendo os primeiros lugares na lista, teremos alcançado tudo quanto desejamos como bem diz V. Exa.. O Araújo devia procurar-me ultimamente para combinar a organização de uma chapa: não concordei, porque sabia que com essa organização da chapa eles só pretendiam excluir o Araripe.⁷³⁰ O que me parece melhor é que se forme aí na Capital entre os amigos a chapa, que melhor convenha aos interesses do partido. Neste ponto confio tudo da prudência dos nossos amigos da Capital.

O que precisamos ter muito em vista é o manejo que possa haver no sentido de arredar qualquer dos nomes por que nos empenhamos da lista, ou de diminuir-lhe a votação. Para isso toda a atenção não será demais.

Se a exclusão do Domingos da lista sêxtupla acarretar qualquer séria dificuldade pelos elementos da família, me parece preferível excluir qualquer outro nome que não tenha preponderância na província. Em verdade, o Domingues tem elementos, o que não acontece ao Figueira⁷³¹, cuja eleição de deputado foi devida, sabe V. Sa. a quem. Não obstante, o Ministro da Justiça não tem nenhum deputado tão hostil *in petto*⁷³². Não se devia fazer oposição em voz alta; mas não cessar de censurar e criticar.

Entretanto, eu não lhe dou peso algum a isto; e não lhe sou hostil nem ele a qualquer outro. Comunico-lhe isto em amizade e reserva.

Recomendações à sua Exma. Família, de minha mulher e minhas.

Sou com estima,

⁷²⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:208-209) e em Menezes (1977a:36-38), a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:253) e em Viana Filho (1979:185-186). Nota-se que Otacílio Colares, equivocadamente, transcreve a carta e a atribui a data de 1/12/1864.

⁷³⁰ O período foi transcrito por Raimundo de Menezes da seguinte maneira: “O amigo Lima [provável referência a Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda] procurou-me ultimamente para combinar a organização de uma chapa; não concordei porque sabia que com essa organização de chapa ele só pretendia excluir o Araripe”.

⁷³¹ Trata-se, possivelmente, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1809-1878), magistrado e político cearense, então candidato do grupo oposto ao de Alencar.

⁷³² Secretamente, em caráter sigiloso.

seu amigo, colega particular, afetuoso e obrigado,

J. de Alencar

Incluso lhe remeto um exemplar do discurso que proferi na Câmara. Alguns amigos o mandaram imprimir com elogios que não mereço [9 de agosto: *Fala no Trono e Voto de Graças*].⁷³³

168. **Rio de Janeiro, sem data**⁷³⁴ – carta⁷³⁵ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Itaboraí

Nada sei a respeito de Manuel Viera Armond de quem trata a carta do Sr. Senador Otaviano, e portanto nada posso dizer a V. Exa. que o habilite a responder.

A meu ver esta carta não tem outro fim senão mostrar o desagrado em que incorri para com aquele senhor, que ainda há bem pouco dirigiu-se a mim, e bem o podia fazer agora sobre negócio de minha repartição.

Entendeu melhor queixar-se a V. Exa. de mim, ou talvez do *quer que seja de superior e misterioso*, a que obedeço. Nisso não teve ele intenção de prestar a V. Exa. a devida homenagem; mas sim de amesquinhar-me. O meio é *digno da pessoa*.

Sou com a maior consideração e respeito

de V. Exa.

Am.º obr.º e respeitador

José Martiniano de Alencar

Incluso restituo a V. Exa. a carta do Sr. Otaviano, como V.Exa. me recomendou e era de meu dever.

Manoel Vieira Armond

Guarda da 1ª Compia. de [caB.]⁷³⁶

⁷³³ Alencar escreve sobre sua candidatura ao Senado pela província do Ceará. Segundo informações do biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:253), durante mais de três anos o cargo estava vago, sendo os últimos ocupantes da vaga Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), o Marquês de Abrantes, em 1840, e o Conselheiro Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), entre 1849 e 1865. Com esta carta, nota-se que Alencar recomendou, além de seu nome, mais dois (Araripe e Jaguaribe) para a composição da lista sêxtupla.

⁷³⁴ Embora a data não esteja expressa, a carta foi escrita, possivelmente, em setembro de 1869; período em que Alencar enfrentou a ferrenha oposição dos liberais na Câmara e no Senado em função da violência que permeava o processo eleitoral em 1869, quando a Câmara dos Deputados voltava a ser aberta

⁷³⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:107) e o fac-símile da carta foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontra o manuscrito autógrafo. Segundo observação do arquivo, trata-se de carta-resposta de maio de 1868; contudo, a datação está equivocada, visto que o Gabinete Itaboraí inicia suas atividades em julho de 1868.

⁷³⁶ Observa-se, nesta carta, o desentendimento ocorrido entre José de Alencar e Francisco Otaviano, que, enquanto Senador (1867) e membro do Partido Liberal, escreveu a Itaboraí apontando a fragilidade do processo eleitoral, cuja ordem deveria ser supervisionada pelo Ministro dos Negócios da Justiça (1977 apud “Beotices” in *O protesto*; GARMES, 2004:141).

Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Lavoura

Nada sei a respeito de Manoel Vieira
Arnaud de quem trata a carta do
Sr. Senador Octaviano; e portanto
nada posso dizer a V. Ex. que o
habilite a responder.

A' mim ver esta carta não tem outro
fim senão mostrar o desagrado em
que me vem para com aquelle senhor,
que ainda ha bem pouco tempo dirigiu-
se a mim, e bem o podia fazer agora
sobre negocios de minha repartição.

Então melhor queixar-se a V. Ex.
de mim, ou talvez de que que
seja de superior e misterioso, a' que
obedeço. Não tem elle intenção
de prestar a V. Ex. a devida homenagem;
mas sim de amesquilhar-me. O
meu e' signo da pessoa.

Ha com a maior consideração e respeito

Se V. Ex.

an. e ab. e resp. dos

João Martiniano de Albuquerque

Inclusa retetiva a V. Ex. a carta do Sr.
Getaciano, com V. Ex. me recomendar a
em de um dever. —

Manuel Vieira Arnaud.

Guarda do l.º Comp. no 1003.

169. [Rio de Janeiro], 18 set.1869 – carta⁷³⁷ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de remeter a Vossa Majestade Imperial dois ofícios ontem recebidos, que contém matéria de alguma importância.

As comunicações da Província da Bahia sobre Lençóis, me foram pedidas ontem pelo Sr. Barão de Cotegipe que tem de usar delas na discussão de um requerimento apresentado na Câmara dos Senadores; por isso não as enviei a Vossa Majestade Imperial. Em cartas de 11 e 14 o Vice-Presidente assegura-me que está restabelecida completamente a tranquilidade pública naquela localidade.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e dedicação, Senhor,

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 18 de setembro de 1869.⁷³⁸

⁷³⁷ A carta encontra-se integralmente em Garmes (1998:94) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d08 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷³⁸ Com esta missiva, é possível notar as dificuldades relacionadas ao pleito para o preenchimento da Câmara dos Deputados, que ainda vinha ocorrendo nas províncias nordestinas.

1869

Pucko a honra de remetter a Vossa Magestade Imperial dois officios hontem recebidos, que contem materia de alguma importancia.

As communicacoes da Presidencia da Bahia sobre Leucis, me foram pedidas hontem pelo seu Barão de Catigpe que tem de usar dellas no discurso de um requerimento apresentado na Camara dos Deputados; porisso nao os enviei a Vossa Magestade Imperial. Em cartas de 11 e 14 o Vice-Presidente assegura-me que esta restabelecida completamente a tranquillidade publica naquella localidade.

Pucko a honra de ser com o mais profundo respeito e devida encoima, Senhor,

De Vossa Magestade Imperial

18-IX - 69

Em 18 de Setembro de 1869.

Subscrito fiel e reverente
João Martiniano de Albuquerque.

170. **Rio de Janeiro, 22 set.1869** – carta⁷³⁹ a Paulino Nogueira.

Corte, 22 de setembro 1869.

Ilmo. Amigo e Colega Dr. Paulino

Tenho presente a sua de 5 do corrente em que me descreve a situação da província de um modo favorável às nossas aspirações. Assim continue essa situação, como espero.

A organização da chapa era conveniente; mas não foi impossível. Imposta por nós teria mais inconvenientes do que vantagens. Este ponto já está resolvido pelo tempo que não permite mais cuidar das chapas.

Vejo o que me diz a respeito dos empenhos e recomendações do Figueira⁷⁴⁰. Ele é homem sério; ninguém pede mais. Estou porém que o Presidente [da Câmara] saberá dar o devido apreço a essas recomendações que são sempre feitas em termos hábeis, e que não podemos ir ao ponto de perturbar o processo eleitoral e voto espontâneo do partido.

Agradeço-lhe cordialmente as expressões de amizade que empregou a respeito do discurso por mim proferido na Câmara. Creia que o sucesso obtido por esse discurso me satisfaz sobretudo, porque dava razão aos meus amigos e patrícios, contra esse grupo de Figueira e outros que não cansavam de *murmurar* contra mim, e ainda murmuram, porém mais baixinho. Já deve ter recebido um exemplar que lhe mandei do avulso que aqui ficou.

Agora que vou ficar mais descansado dos trabalhos da Câmara, tratarei dos negócios de Santana, tanto a respeito da magistratura, como da Guarda Nacional.

O Frutuoso ainda não foi nomeado porque deve ter reparado que nenhum despacho de juiz de direito tenho feito desde junho: só depois de encerradas as câmaras poderei atender a esse ramo. Não creio na indisposição de que V. S. me fala em sua carta da parte das influências do Icó, pois de todos tenho recebido cartas muito explícitas. Talvez a tenham fomentado ultimamente de cá. Para isto é que V. S. e nossos amigos devem estar muito atentos e vigilantes.

Sou como sabe

seu amigo e particular colega.

Aft. c.º obr.º

*J. de Alencar*⁷⁴¹

⁷³⁹ A carta encontra-se integralmente em Colares (1977:211-212) e em Menezes (1977a:29-30), a transcrição parcial pode ser encontrada em Viana Filho (1979:187).

⁷⁴⁰ Trata-se, possivelmente, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1809-1878), magistrado e político cearense.

⁷⁴¹ Em 09/09/1869, Alencar profere um discurso de muito sucesso em defesa dos conservadores.

171. [Rio de Janeiro], 23 set.1869 – carta⁷⁴² ao Barão de Lucena.

Ilmº Amigo e Col. Dr. Lucena.

Aproxima-se a eleição de 12 e convém que meus amigos redobrem de esforços e de vigilância para que vejamos realizadas nossas comuns aspirações.

Contando-o no número de meus amigos, e um dos mais prestimosos e sinceros, desde já lhe agradeço o empenho, que estou certo farei para que sejam bem votados os três nomes por que me interesso o do Araripe, do Jaguaribe e meu.

Disponha da boa vontade de quem é com estima e apreço

de V. Exª.

Am.º col. afetº.

*José Alencar*⁷⁴³

172. [Rio de Janeiro], 24 set.1869 – carta⁷⁴⁴ a destinatário não-identificado.

Exmo. Amigo Sr. Conselheiro.

Como hoje conversamos, falei ontem ao Exmo Sr. Visconde de Itaboraí sobre a conveniência da resolução prorrogando o orçamento, segundo o que ontem havíamos concordado.

Esta manhã depois que V. Exa. deixou-me em casa, chegou o Sr. Visconde de Itaboraí de volta do senado, onde não houve sessão, e disse-me que julgava conveniente a nossa ideia da resolução, e que no mesmo acordo estavam nossos colegas os Srs. Barão de Cotegipe e Muritiba.

Para não demorar a realização de medida que muito convém seja logo levada a efeito, aqui se copiou o projeto de resolução que tenho a honra de submeter à aprovação de V. Exa. Se V. Exa. concordar com a forma, ou me devolva imediatamente para entender-me com o Pereira de Silva, ou V. Exa. pode diretamente entender-se com ele de modo que a resolução seja apresentada hoje sem falta.

Sou com estima e súbita consideração.

De V. Exa.

Am.º col. afet.º obr.º cr.º

J. de Alencar

Em 24 de setembro 1869

⁷⁴² A carta encontra-se integralmente em Garmes (1998:95), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:186).

⁷⁴³ Referência à eleição senatorial, realizada em 12/10/1869.

⁷⁴⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:96) e é conservada pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Exmo. Sr. Luiz Gonzaga Coutinho.

Com. Sr. Luiz Gonzaga Coutinho, fui-lhe honrada a Exma.
Sr. Visconde de Itaboraity sobre a conveniencia
da realucação prorrogando o pagamento, segundo
o que honraria Maurianno concordado.

Esta manhã depois que V. Exa. desai-
ou em casa, chegou o Sr. Visconde de Itaboraity
de volta do Senado, onde não houve reunião,
e disse-me que julgava conveniente a nova
idea da realucação, e que no mesmo accordo
estavam nossos collegas de Sr. Barros da
Catejira e Muritiba.

Para não demorar a realucação de medida
que muito convém logo levada a effecto,
agora se expõe o projecto de realucação que
tenho a honra de submeter a approvação
de V. Exa. Si V. Exa. concordar com a forma,
ou me devolva immediatamente para enten-
der-me com o Presim de Hilary, ou V. Exa.
pode directamente entender-se com elle

de modo que a revolução seja apresentada
hoje sem faltas.

Sou com extrema e subida consideração

Seu Ex.

am. e coll. affect. ab. cr.

J. A. M. Lencar.

Em 24 de dezembro. 1869.

173. [Rio de Janeiro], 30 set.1869 – carta⁷⁴⁵ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Amigo e Colega.

Já pelo vapor de 23 respondi à sua última carta e nada tenho agora a acrescentar-lhe.

É natural que ao receber esta a eleição esteja feita ou fazendo-se. Assim tenha ela corrido conforme os nossos desejos.

Por aqui os negócios vão regularmente apesar dos grandes esforços que fez a oposição para criar embaraços ao governo. Ultimamente recorreram à invenção das crises. Não há dia em que não inventem alguma.

No princípio da sessão ocuparam-se com o Sr. Antão e comigo. Saímos do ministério não sei quantas vezes: eu daí recebi cartas que já me davam como fora do gabinete.

Agora deixaram-nos descansados e começaram com os Srs. Cotegipe e Paulino. Hão de cansar.

Não tenha o menor receio pela situação, e pelo gabinete no qual ela está encarnada. As maiores dificuldades já foram vencidas.

Seu primo amigo obrigado e afetuoso,
*J. de Alencar*⁷⁴⁶

Em 24 de setembro 1869.

174. [Rio de Janeiro], 9 out.1869 – carta⁷⁴⁷ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a alta Consideração de Vossa Majestade Imperial algumas Petições de Graça entre as quais se acha a do Bacharel Antonio Caetano de Almeida Bahia, uma das mais modernas, que emitem nesta Secretaria de Estado.

Tenho a honra de ser, Senhor

De Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e dedicado

José Martiniano de Alencar

Em nove de outubro 1869.

⁷⁴⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:38) e a transcrição parcial pode ser encontrada em Menezes (1977b:250).

⁷⁴⁶ Carta que Alencar redige ao primo acerca dos ataques que recebia dos deputados do Ceará. Segundo o biógrafo Raimundo de Menezes (1977b:250), os jornais cearenses chamam o Gabinete Itaboraí de “Ministério da Guarda Nacional”, visto os atos do Ministro da Justiça, “nomeando e demitindo elementos da corporação naquela província”.

⁷⁴⁷ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:98) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d07 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

1869

J. M. de M. de M.

Penho a honra de apresentar a
alta Consideração de Vossa
Majestade Imperial algumas
Peticões de Graça entre as
quas se acha a do Bacharel
Antonio Caetano de Almeida
Barra, uma das mais modernas,
que existe nesta Secretaria de
Estado.

Penho a honra de ser, Senhor

de Vossa Majestade Imperial

175. [Rio de Janeiro], 12 out.1869 – carta⁷⁴⁸ ao Barão de Lucena.

Aproxima-se a eleição de 12 e convém que meus amigos redobrem de esforços e de vigilância para que vejamos realizadas nossas comuns aspirações. Contando-o no número de meus Amigos, e um dos mais prestimosos e sinceros, desde já lhe agradeço o empenho, que estou certo fará para que sejam bem votados os três nomes por que me interesse, o do Araripe, do Jaguaribe e meu.

176. [Rio de Janeiro], 17 out.1869 – carta⁷⁴⁹ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Col. e Amigo

Apreciei como de costume sua carta de 26 de setembro p.p. pela descrição exata e muito judiciosa que me faz do estado da política e nossa província, principalmente a respeito da questão eleitoral.

Deduzo do que me diz, que a eleição foi feita com hostilidade de parte do Manuel Fernandes Vieira⁷⁵⁰ e seus íntimos ao nome do Araripe e meu. Sendo assim não compreendo como V. S^a. e nossos Amigos em vez de concentrarem os esforços a favor desses dois nomes, hostilizados se interessaram por um 4º que pode ser o *tertius gaudet*⁷⁵¹ com prejuízo do Araripe e também meu.

Como porém sei o interesse que V.S. toma principalmente pela candidatura do Araripe e minha, fico tranquilo, pois acredito que não tomaria aquela resolução se visse que ela de algum modo podia prejudicar-nos.

Contudo a consequência natural desse estado de coisas parece ser esta. Nossos amigos aceitarão os quatro nomes que são recomendados de preferência a outros. O mesmo sucederá em relação aos deles. A probabilidade da maior votação é pois para aquele que for aceito por uns e outros, como o Figueira. Enfim a esta hora a questão deve estar decidida, embora ainda não conhecido o resultado.

⁷⁴⁸ A transcrição parcial da carta encontra-se em Viana Filho (1979:186).

⁷⁴⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Colares (1977:210-211) e em Menezes (1977a:38-39); a transcrição parcial pode ser encontrada em Viana Filho (1979:186-187).

⁷⁵⁰ Trata-se de Manuel Fernandes Vieira (1819-1879), magistrado e político cearense.

⁷⁵¹ Traduzindo a expressão latina, lê-se: “o terceiro se alegra/regozija”.

Pelo *Santos se beijam os altares*, diz-me V. S^a. em referência a certas recomendações. É bem verdade; assim como não é menos que mais vale ter devoção por um santo só do que com muitos.

Agradeço-lhe as palavras amigas a respeito de meus discursos. Já lhe tenho lido seu artigo da *Constituição* e vi nele a expansão de sua amizade e seu entusiasmo, sem o qual nada se faz neste mundo de grande notável.

Meus respeitos à Iaiá, a quem Georgiana abraça e se recomenda.

Seu am.^o certo part.te e afet.^o col.^a

J. de Alencar

17 de outubro de 1869.

Sobre a política, o Jaguaribe lhe dirá em que deram os arreganhos da oposição.⁷⁵²

177. [Rio de Janeiro], 23 out.1869 – carta⁷⁵³ a D. Pedro II.

Senhor.

Entre os decretos que tenho a honra de submeter a Assinatura de Vossa Majestade Imperial vai o do Bacharel Aurélio Ferreira Espinheira para Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte, cuja nomeação Vossa Majestade Imperial se dignou de aprovar no despacho de quarta-feira.

A respeito de João da Cunha Correia consta o seguinte.

Era ele delegado de Tefé no Amazonas. Queixando-se o cidadão Granadeiro José Antônio Ordones contra ele ao Presidente⁷⁵⁴ por abuso de poder, ordenou-se aquele Presidente por Aviso de 16 de março que o mandasse responsabilizar.

Com o mais profundo respeito e dedicação, tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 23 de outubro 1869.

⁷⁵² Alencar relata ao primo o ataque subliminar de seus adversários no Ceará, que deixaram de votar em Araripe.

⁷⁵³ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:98) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d09 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d09 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷⁵⁴ Trata-se de João Wilkens de Matos (1822-1889), Barão de Maruiá, presidente da província do Amazonas entre 26/11/1868 e 08/04/1870.

Lecture.

679

Entre os decretos que tenho a
honra de submeter a S. Magestade
de Vossa Magestade Imperial,
vem o do Bel. Senhorio D. Carlos
Esperança para chefe subleito
ao Rio Grande do Norte, e
nomeando Vossa Magestade
Imperial se dignar de
aprovar no despacho de que
se trata.

A respeito de João de Cunha
Correia colista a seguinte.

Em elle delige do subleito no
Amoroso. Queimado - e o
ci de das grande. João Antonio
Ordener contra elle no Presidente
por abuso de poder; ordenou
de a quella Presidente por

Aviso de 16 de março que o
mandante responsabilizar.

Com o mais profundo respeito
e dedicação, tenho a honra
de ser

Seu Vossa Magestade Imperial

desta feita a reverente

João Martiniano de Almeida

Em 22 de outubro 1889.

178. [Rio de Janeiro], 28 out.1869 – carta⁷⁵⁵ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial as inclusas comunicações que neste momento recebi; uma do Chefe de Polícia sobre uma denúncia de moeda falsa; uma do Presidente de Sta. Catarina⁷⁵⁶ sobre as ocorrências de Camboriú; uma do Presidente do Rio Grande do Sul⁷⁵⁷ sobre as ocorrências de Jaguarão. O Juiz de Direito daquela comarca continua a proceder do mesmo modo.

Com o mais profundo respeito e dedicação tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 28 de outubro 1869.

⁷⁵⁵ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:99) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d10 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷⁵⁶ Trata-se de Carlos de Cerqueira Pinto, presidente interino da província de Santa Catarina entre 30/08/1868 e 11/01/1869.

⁷⁵⁷ Referência a João Sertório, presidente da província do Rio Grande do Sul entre 14/06/1869 e 29/08/1870.

Tenho a honra de apresentar a
 Vossa Magestade Imperial as seguintes
 communicações que neste momento
 recebi; uma do Chefe de Policia
 sobre uma denuncia de uma da
 faldas; uma do Presidente de
 St. Catharina sobre as occurrencias
 de Camboris; uma do Presidente
 do Rio Grande do Sul sobre as
 occurrencias de fagoceros? O
 Juri de Direito de quella comarca
 continua a proceder do mesmo
 modo.

Com o mais profundo respeito
 e dedicacão tenho a honra
 de ser

Seus... Magestade Imperial

Em 28 de outubro 1869.

Subscrito pelo Reverente
 Lourenço Martins de Almeida

179. [Rio de Janeiro], sem data⁷⁵⁸ – carta⁷⁵⁹ ao Barão de Lucena.

Compreendo seu pesar e a comoção do espírito em que estava ao escrever-me sua carta de 13 de outubro. Nada incomoda mais do que as perfídias; e se estas reúnem a indiferença dos amigos dá em verdade que desesperar um santo.

Não se aflija porém com estas coisas. Todos estamos sujeitos a ser vencidos nas lutas. Os Manuéis Fernandes⁷⁶⁰ caem e ficam no pó. Os Araripes se levantam mais fortes para se elevarem mais alto. Quanto a mim estou preparado para tudo, ser não sei se o 2º, como o 3º, 4º ou 7º.

Esta vaga de senador foi um lanço da fortuna que a preparou e dispôs até certo ponto. O fato de ser chamado ao ministério em 16 de julho de 1868, de ser anulada a eleição em maio de 1869, e de ter eu atravessado a sessão do ministério, apesar da má vontade surda de muita gente, são sinais visíveis da fortuna. Mas também sei que ela é vária e caprichosa. O suplício de Tântalo⁷⁶¹ é a história de todos os dias. A sorte leva o homem até o ponto de colher o alvo de seus desejos e quando está a apossar-se desce a onda e o homem vê fugir-lhe o que tanto cobiçava.

Sou filósofo, pois, a respeito deste como de outros pontos. Se desejei ser senador era para ver se me é dado juntar alguns serviços reais ao país. Sabe que sem emancipar-se em homem de certas eventualidades, não pode contar com sua permanência na vida política. Basta o capricho de um presidente para que o cidadão mais importante do Brasil deixe de ser deputado.

Às vezes quero crer que seria mais feliz se fosse para um escritório de advogado, onde pela primeira vez tive o prazer de vê-lo. Dir-me-ão que posso ser senador: Quem sabe? Senador quer dizer o *diabo no couro*, a tentação da tribuna que chama o homem e o provoca. Ora, eu sou daqueles que não se podem entregar por metade a uma coisa. Se for senador creio que serei sempre pobre, entretanto, como simples advogado, poderei garantir o futuro de meus filhos, para quem eu olho como pai e como cidadão. Se Deus me der que eu eduque meu filho, como eu desejo, creio que terei com ele prestado o

⁷⁵⁸ A missiva foi redigida depois das eleições senatoriais ocorridas em 12/10/1869.

⁷⁵⁹ A carta encontra-se parcialmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1333 e 1334, em Menezes (1977a:73-74), em Menezes (1977b:261) e em Viana Filho (1979:177).

⁷⁶⁰ Trata-se de Manuel Fernandes Vieira (1819-1879), magistrado e político cearense.

⁷⁶¹ Referência a Tântalo, personagem da mitologia grega, e ao castigo imposto em razão de ter assassinado o filho, Penélope, e o servido para os deuses. “Tão perto, tão distante”: Tântalo foi deixado em um vale onde a fartura de água e comida era grande, no entanto, não podia saciar a sede e a fome.

melhor serviço ao país, dando um cidadão útil, que há de fazer alguma coisa em seu benefício, eu o espero.

Desculpe esta palestra íntima a que fui arrastado pela amizade que lhe tenho.

Há em sua carta um trecho que eu considero como não escrito: é o da sua exoneração. Deve continuar, até mesmo para que se agunte a arrogância dos *manuéis* e dos *gonçalves*.⁷⁶²

180. [Rio de Janeiro], 20 nov.1869 – carta⁷⁶³ a D. Pedro II.

Senhor.

Insistindo o Senhor Marechal Fonseca Costa⁷⁶⁴ por sua demissão, peço permissão a Vossa Majestade Imperial para submeter [à] sua augusta aprovação e assinatura o incluso decreto.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Senhor

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 20 de nov de 1869.

⁷⁶² Após receber carta de consolo por não ter sido escolhido senador, apesar de ser o candidato eleito com o maior número de votos, Alencar escreve ao amigo Henrique Pereira de Lucena.

⁷⁶³ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:100) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-POB-Maço 149-Doc.7198 [d01 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷⁶⁴ Trata-se, possivelmente, de Manuel Antônio da Fonseca Costa (1803-1890), o Marquês da Gávea, que foi Comandante Superior da Guarda Nacional.

Senhor.

Junista do o. Sr. Marshal Fonseca
 Costa por sua demissão, pco
 permissão a Vossa Magestade
 Imperial para submeter a Sua
 Augusta approvaçã e assignatura
 o incluzo Decreto.

Tenho a honra de ser com o
 mais profundo respeito, Senhor
 De Vossa Magestade Imperial

181. [Rio de Janeiro], 27 nov.1869 – carta⁷⁶⁵ a destinatário não-identificado.

Gabinete do Ministro da Justiça

Exmo. Am.º e colega

Achando-me constipado, não julgo prudente expor-me à intempérie; e por isso rogo a V. Exa. se digne desculpar-me perante Sua Majestade o Imperador por minha ausência no despacho de hoje.

Há dois meses e meio que sou de uma assiduidade monótona; é preciso quebrar essa monotonia.

Sou com estima e consideração

de V. Exa.

Am.º col. afet.º obr.º

J. de Alencar

182. [Rio de Janeiro], 28 nov.1869 – carta⁷⁶⁶ a D. Pedro II.

Senhor.

Já deve ter subido à Augusta Presença de Vossa Majestade Imperial o ofício do Chefe de Polícia⁷⁶⁷ que por esquecimento deixei de enviar esta manhã; mas que tive a honra de enviar logo depois.

Não tendo ainda recebido participação oficial a respeito do conflito com os estudantes, não posso cumprir a ordem de V. M. I. a respeito da publicação imediata dessa comunicação.

Já recomendei ao chefe de polícia que retificasse no jornal⁷⁶⁸ de amanhã as inexatidões das notícias dadas nas folhas de hoje; me parece que isso basta para destruir qualquer má impressão, até que sejam publicadas as partes oficiais.

É verdade que urbanos nenhuma confiança inspiram; e a este respeito por diversas vezes já tive a honra de anunciar minha opinião perante V. M. I.. Não há muito tempo, o

⁷⁶⁵ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:84-85).

⁷⁶⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:101), a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:235) e em Viana Filho (1979:197). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d12 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d12 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo. Nota-se que, equivocadamente, Kátia Garmes (1998:101) atribuiu a elaboração da carta ao dia 21/11/1869.

⁷⁶⁷ Referência ao Chefe de Polícia Francisco de Faria Lemos (1828-1904), que por decreto de 30/04/1864, foi transferido da província de Pernambuco para a Corte; assumindo sua função em 24/04/1869.

⁷⁶⁸ Segundo Raimundo de Menezes (1977b:235), trata-se do *Jornal do Comércio*.

chefe de polícia puniu severamente a um, por ter empregado armas sem necessidade, para efetuar uma prisão. Aprovando esse procedimento, recomendei-lhe o maior rigor na repressão de semelhante abuso.

Creio poder assegurar a V. M. I. que a autoridade procederá da mesma forma, a respeito de quaisquer excessos que porventura se tenham dado sábado em relação aos estudantes.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor,

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

*José Martiniano de Alencar*⁷⁶⁹

Em 28 de novembro de 1869.

⁷⁶⁹ Cf. texto “Cartas de um ministro”, na primeira parte deste capítulo.

Luzhor.

Já dem. ter subido a seguinte Presença
de Vossa Magestade Imperial e officio
do Chefe de Polícia que por esquivamento
dizei de enviar esta manhã; mas
que tem a honra de enviar logo depois.

Não tendo ainda recebido participação
official a respeito do conflicto com
os estudantes não posso cumprir a
ordem de Vossa Magestade Imperial
a respeito da publicação immediata
dessa communicação.

Já recomendei ao Chefe de Polícia
que ratificasse no jornal de amanhã
as inexactidões das noticias dadas
nas folhas de hoje; me parece que
isto basta para destruir qualquer
ma impressão; até que sejam publicadas
as partes officiaes.

E' verdade que os urbanos nenhuma
confiança inspiram; e a este respeito
já diversas vezes já tive a honra
de annunciar minha opinião perante
Vossa Magestade Imperial. Não ha
muito tempo o Chefe de Polícia

peço novamente a sua por ter
empregado armas sem necessidade
para effectuar uma prisão. Approvando
seu procedimento, recomendo - Me
o maior rigor nas repetições de
semelhante abuso.

Cris poder assegurar a Vossa
Majestade Imperial que a autoridade
procederá da mesma forma e respeito
de quem quer que seja que por ventura
se tenha de onde sabido em relação
aos estudantes.

Tenho a honra de ser com o
maior profundo respeito e acatamento,
Senhor,

Seu. Majestade Imperial

Subscrito pelo e remente

João Martiniano de Almeida.

Em 28 de novembro de 1867.

183. [Rio de Janeiro], 28 nov.1869 – carta⁷⁷⁰ a D. Pedro II.

Senhor.

Da participação do Chefe de Polícia, que inclusa tenho a honra de enviar a Vossa Majestade Imperial não consta que houvesse ferimentos.

O Dr. Faria Lemos me inspira a maior confiança quer por seu espírito de justiça quer por sua atividade e zelo. Me parece que se houvesse ferimentos, nem ele os ignoraria, nem deixaria de reprimir com a maior severidade semelhantes excessos.

Em seu ofício encontro o mesmo espírito de moderação que tem manifestado em todas as ocasiões.

Contudo neste momento exijo novas informações, das quais darei conta a Vossa Majestade Imperial; e recomendo toda a prudência, conforme as ordens de Vossa Majestade Imperial.

Tenho a honra de ser, Senhor,

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 28 de novembro de 1869.

⁷⁷⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:102) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d11 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d11 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafa.

1869

Da participação do Chefe de Polícia,
que inclusive tem a honra de
enviar a Vossa Magestade
Imperial, não conta que houvesse
permissões.

O Sr. Faria Lemos me inspira a
maior confiança, quer por seu
espírito de justiça, quer por sua
actividade e zelo. Me parece que
se houvesse permissões, nem elle
as ignoraria, nem deixaria de
reprimir com a maior severidade
semelhantes excessos.

Em seu officio encontra o
mesmo espirito de moderação
que tem manifestado em todas
as occasiões.

Contudo neste momento exige
novas informações, das quaes

darei conta a Vossa Magestade
Imperial; e recomendo toda
a prudencia, conforme os ordens
de Vossa Magestade Imperial.

Atueis em nome de lei, Senhor.

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

Em 26 de novembro de 1889.

184. [Rio de Janeiro], 29 nov.1869 – carta⁷⁷¹ a D. Pedro II.

Senhor.

Hoje os estudantes da Escola Central e de Medicina percorreram várias ruas da cidade, ameaçaram as tipografias do *Jornal do Comércio* e 16 de Julho.

Dei ordem ao Chefe de Polícia para que fizesse dispersar o ajuntamento ilícito na forma da lei, havendo-se porém com prudência no emprego da força.

Não posso considerar como travessuras de rapazes os desacatos à segurança individual e à propriedade, praticados por moços de 18 anos e mais, sobretudo quando eles são inspirados⁷⁷² por alguém que deseja criar embaraços ao governo.

Os estudantes não trazem espada, mas usam projéteis contra os quais as mãos dos agentes da autoridade nada podem. É preciso atemorizá-los, para evitar-lhes mal maior.

Isto não quer dizer que [não]⁷⁷³ se reprimam severamente os abusos da força. Agora mesmo recomendo ao Dr. Chefe de Polícia que faça punir um urbano, que me consta acutilou alguns estudantes em desafronta de epíteto injurioso.

Tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar

Em 29 de nov. de 1869.

⁷⁷¹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:103) e em Magalhães Jr. (1977:240), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:197). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d20 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d20 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷⁷² Ratifica-se, aqui, a correção feita por Kátia Garmes à transcrição de Magalhães Jr., que no lugar de “inspirados” escreve “justificados”.

⁷⁷³ O termo “não” foi incluído também na transcrição de Magalhães Jr.

Hoje os estudantes da escola central
e da medicina percorreram varias
ruas da cidade, ameaçando as
typographias do Jornal de Commercio
e Deveres de Juntos.

Dei ordem ao Chefe de Policia
que fizesse despersar o aglomera-
mento illicito na forma da lei,
havendo - a porém com prudencia
no emprego de forza.

Não posso considerar como
travessuras de rapazes os descalos
a suprança individual e a
propriedade praticados por
moços de 18 annos e mais;
sobretudo quando elles são mis-
ericordiosos por alguém que deseja
criar embaraccos ao governo.

Os estudantes não tiveram

espada, mas não de proclamar
contra a guerra as mãos dos
agentes de autoridade nada
podemos. É preciso atenuá-las,
para evitar um mal maior.

Leto não quer dizer que
se reprimam excessivamente os
abusos da força. Agora mesmo
recomendo ao Sr. Chefe de
Polícia que faça punir um
urbano, que me conta acu-
tilou alguns estudantes em
desaproveito de um epitheto
injurioso.

Onde a honra de
seu

Seu V. Magist. de Imperial

Subdito fiel e reverente
João Martiniano de Azevedo.

Em 29 de nov. 1889.

185. [Rio de Janeiro], 29 nov.1869 – carta⁷⁷⁴ a D. Pedro II.

Senhor.

Até agora não me consta que se dessem novas ocorrências.

Tomaram-se todas as providências necessárias para prevenir a reprodução dos ajuntamentos. Confio muito na moderação e na energia do Chefe de Polícia.

A respeito da ocorrência da Rua do Sabão, informou-me o Chefe de Polícia que nada lhe constou.

Apresentou-se na repartição um estudante queixando-se de ter sido espadeirado. Foi logo examinado pelos médicos que não lhe acharam a menor vermelhidão sequer.

Como este são muitos outros fatos.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e dedicação.

De Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 29 de nov. de 1869.

⁷⁷⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:104) e em Magalhães Jr. (1977:240), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:197). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d21 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d21 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

Me agora não me conta que
a deves novas ocorrências.

Tomara - e todas as providências
necessárias para prevenir a
reprodução dos ajustamentos.
Confio muito na moderação
e energia do chefe de Polícia.

A respeito da ocorrência
da Rua do Sabão informo -
me o chefe de Polícia que
não lhe conta.

Apresenta - e na repartição
um estudante querendo - e
de ter sido espediando. Foi
logo examinado pelos médicos
que não lhe acharam a
menor enfermidade. Segue.

Como este não remette outros

factor.

Tenho a honra de ser com
o mais profundo respeito
e dedicação

Seu Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

Em 27 de nov. 1869.

186. [Rio de Janeiro], 29 nov.1869 – carta⁷⁷⁵ a D. Pedro II.

Senhor.

Já tive a honra de escrever a Vossa Majestade Imperial comunicando que a cidade estava tranquila e que nenhum ajuntamento houvera depois de três horas da tarde.

Dizia-se que o novo ajuntamento se projetava para as 5 horas na Praça da Constituição⁷⁷⁶; porém nada houve.

Às oito horas, estive na Polícia e soube que reinava perfeita tranquilidade. Informei-me novamente do fato do urbano que acutilou um estudante: nada consta. O que há de exato é terem os estudantes assaltado os urbanos postados nas ruas como sentinelas; foi preciso tirá-los das mãos, do contrário seriam estrangulados.

Amanhã terei a honra de comunicar pelo telégrafo a Vossa Majestade Imperial de hora em hora o que for ocorrendo.

Rogo a Vossa Majestade Imperial que me desculpe o papel em que escrevo, pois a esta hora (10,1/2), e na Tijuca, onde acabo de chegar, não tenho outro.

Com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor,

de Vossa Majestade Imperial
súdito fiel e reverente
José Martiniano de Alencar

⁷⁷⁵ A transcrição integral da carta encontra-se em Garmes (1998:105) e a parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:241). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (I-POB-Maço 149-Doc.7198 [d02 p01] e I-POB-Maço 149-Doc.7198 [d02 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

⁷⁷⁶ A Praça da Constituição foi renomeada Praça Tiradentes, localizada no Rossio. (Coaracy, 1955:82).

D 7198

M. 149

Cabinete do Ministro

dos

negócios de justiça

Senhor.

1869

Já tive a honra de escrever à Vossa
Majestade Imperial comunicando
que a cidade estava tranquilla
e que nenhum ajuntamento houvera
depois de trez horas da tarde.

Dizia-se que novo ajuntamento
se projectava para 5 horas na
Praça da Constituição; porém
nada houve.

As oito horas estive na Policia,
e sabe que reinava perfeita tran-
quillidade. Informei-me novamente
do facto do nobre que acutilara
um estudante; nada cousta. O que
ha de exacto é terem os estudantes
assaltado os nobres portadores
mas uns como sentinellas; foi

preciso tirá-las das mãos, do contrario
serão estranguladas.

Amanha terá a honra de com-
municar pelo telegrapho a Vossa
Majestade Imperial de hora
em hora o que for occorrendo.

Rogo a Vossa Magestade
Imperial me desculpe o papel
em que escrevo: por a esta hora 10 1/2
a na Pizica onde acabo de
chegar, não tenho outro.

Com o mais profundo respeito
e acatamento, Senhor,

De Vossa Magestade Imperial

Subdito fiel e reverente
João Martiniano de Almeida.

187. [Rio de Janeiro], 29 nov.1869 – carta⁷⁷⁷ a D. Pedro II.

Senhor.

Tenho a honra de enviar a Vossa Majestade Imperial a participação do Chefe de Polícia, a qual será publicada amanhã; se Vossa Majestade me fizer a graça de a devolver em tempo.

Confirma-se o que ontem tive a honra de dizer a Vossa Majestade Imperial. Não houve ferimentos.

Com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor, tenho a honra de ser

de Vossa Majestade Imperial

súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 29 de novembro de 1869.

⁷⁷⁷ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:104) e a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:197). O fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d19 p01]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

1869

Pello a honra de enviar q' Vossa
Majestade Imperial a participacão
do Chefe de Policia, a qual sera
publicada amanha; si Vossa
Majestade me perir a graca
de a devolver em tempo.

Conferencia - a o que mantem ter
a honra de dar a Vossa
Majestade Imperial. Nos
nosse perimentos.

Com o mais profundo respeito
e acatamento, Senhor, Tenho
a honra de ter

De Vossa Magestade Imperial

Em 29 de novembro de 1869.

Substituto fiel e reverente
João Martiniano de Almeida.

188. [Rio de Janeiro], sem data⁷⁷⁸ – carta⁷⁷⁹ ao Visconde do Rio Branco.

Não foi para inquirir das tropelias de uma pequena autoridade local, nem para submeter à censura prévia qualquer nomeação de cargo subalterno que a nação criou um poder supremo, seu primeiro e augusto representante. A missão dessa razão superior, é, como diz a Constituição, “velar na manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos [...]”

O imperador deve discutir com o seu conselho de ministros os grandes assuntos políticos, o pensamento das reformas legislativas, as questões importantes da alta administração, e sobretudo a realização do programa que consagrou a situação.

As más nomeações, e as injustiças ou tropelias que porventura a Coroa impedisse com a sua interferência não produziram tão grande mal ao país, como o entorpecimento que semelhantes óbices causam no ministério, tirando-lhe a consciência de sua força e abalando a energia necessária para realizar reformas importantes e salutares. Quanto mais elevado o soberano se mantém em relação ao governo, mais impera, mais longe vê e melhor aprecia como a nação é governada.

189. Rio de Janeiro, 30 nov.1869 – carta⁷⁸⁰ a destinatário não-identificado.

Ilmo. Sr.

Cumpro um dever agradecendo a V. S. o voto com que me honrou na última eleição para Senador.

Recebi esse voto como a continuação da confiança com que já por duas vezes me distinguiu nossa ilustrada província, e também como uma aprovação de meus atos.

Para ter direito à minha dedicação não precisava o Ceará de cumular-me de benefícios.

Sou com muita consideração e estima

de V. S.

Amigo patr.º e at.º vem.

José Martiniano de Alencar

Corte, 30 de novembro de 1869.⁷⁸¹

⁷⁷⁸ Embora a data da carta não esteja expressa, trata-se de uma missiva redigida durante o período do conflito da polícia com os estudantes da Escola de Medicina.

⁷⁷⁹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:199).

⁷⁸⁰ A missiva encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:105).

⁷⁸¹ Segundo nota do biógrafo Raimundo de Menezes (1977a:105), Alencar dirigia-se a um dos eleitores do município cearense de Aquiraz; e complementa, afirmando que a missiva foi entregue à Reitoria da Universidade do Ceará, tratando-se de “original encontrado pelo Promotor de Aquiraz (CE), entre outros papéis concernentes a uma questão de terras”.

190. [Rio de Janeiro], 23 dez.1869 – carta⁷⁸² ao Visconde de Itaboraí.

Em 23 de dezembro de 1869.

Exmo. Sr. V. de Itr.

Na carta inclusa solicito minha demissão.

Não é meu fim criar dificuldades a V. Exa. mas ao contrário removê-las, portanto pode V. Exa. adiar por poucos dias se julgar indispensável a apresentação de minha carta ao Imperador.

Embora desde este momento me considere estranho ao ministério guardarei a respeito a necessária reserva ate que V. Exa. delibere com seus colegas sobre a reorganização do gabinete.

É natural que eles já tenham pensado sobre este importante assunto e que removida a dificuldade, aquela organização não se demore como convém.

Sou com estima e [apreço]

de V. Exa.
Am.º af.º obr.º
J. de Alencar

191. [Rio de Janeiro], 23 dez.1869 – carta⁷⁸³ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo. Exmo. Sr. Visconde de Itaboraí.

Tendo V. Exa. de preencher a pasta da agricultura⁷⁸⁴, minha retirada resolve as dificuldades da reorganização do gabinete.

Rogo pois a V. Exa. se digne solicitar de Sua Majestade o Imperador a graça de minha demissão.

Tenho a honra de ser com estima e distinta consideração

de V. Exa.
Am.º afetuoso e at.º ven.º
José Martiniano de Alencar

⁷⁸² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:108-109) e a primeira parte do fac-símile da carta autógrafa foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se conserva o manuscrito autógrafo.

⁷⁸³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:108) e o fac-símile do rascunho foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde é conservado o manuscrito autógrafo.

⁷⁸⁴ Referência a Joaquim Antônio Fernandes de Leão, Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (pasta criada em 1860), que pedira afastamento do cargo.

Mme. E. de Vicuña a Statouhy

Desde V. Ex. de fornecer a parte da agricultura, minha
retirada resolve as dificuldades da reorganização do
gabinete.

Rogo pois a V. Ex. se dignar solicitar de Sua Magestade
o Imperador a graça de minha demissão.
Tenho a honra de ser
seu com esta minha e distincta consideração

Se V. Ex.

com affecto e attenção

João Martagiano de Almeida

Em 23 de dezembro de 1869.

Exmo. Sr. V. Ex.

Na carta minha ^{solicitante} (minha demissão).

Na ~~carta~~ ^{em meu favor} ~~de V. Ex.~~ criar dificuldades a V. Ex.

mas os contrários remove-las, portanto possível, assim por
pouco como se julgar indispensável a apresentação de minha
carta ao Imperador.

Embora desde este momento me considere também ao ministerio
providos ao respeito a necessária reserva que V. Ex. delibera
com seus collegas sobre a reorganização do gabinete.
É natural que elle já tenha pensado sobre esta

192. [Rio de Janeiro], 11 jan.1870 – carta⁷⁸⁵ ao Visconde de Itaboraí.

Ilmo. Exmo. Sr. V^C Itaboraí.

Anunciando a recepção do decreto pelo qual S. M. o Imp. houve por bem conceder-me a demissão que pedi do cargo de ministro Secr. de est. dos negócios da justiça, devo agr. a V. Exa. o comb. que se dignou de em mim depositar, sentindo profundamente não ter podido a ela corresponder.

A coadjuvação que eu posso prestar a V. Exa. embora sempre sincera, e em qualquer circunstância de nenhum valor, mas creio que em minha posição atual ela pelo menos deixará de ser prejudicial aos negócios públicos e aos interesses do Partido Conservador, de que V. Exa. é o chefe.

Tenho a honra de ser com a maior estima, respeito e consideração.

De V. Exa.

Am.º mto. obr.º at.º e afetuoso

J. de Alencar

193. [Rio de Janeiro], 15 jun.1870 – carta⁷⁸⁶ ao Barão de Lucena.

Ilmº Amigo Col.

Agradeço-lhe de coração as boas palavras que me dirigiu em sua carta de 25 de maio p.p. Na ocasião em que sofremos a injustiça e a deslealdade de amigos em quem se confiou, e necessário ao homem para não descrer de tudo, receber dos bons caracteres provas de sincera amizade.

Coloquei-me em uma posição na qual pouco valimento posso ter para com o governo; mas também acho-me mais livre e independente para auxiliar meus amigos.

Sou com estima e consideração.

De V. Ex^a

Am.º col. afet.º

*J. de Alencar*⁷⁸⁷

⁷⁸⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:114).

⁷⁸⁶ A missiva encontra-se parcialmente transcrita em Garmes (1998:116).

⁷⁸⁷ Alencar compartilha com o antigo desafeto o desgosto de não ter sido escolhido, pelo monarca, Senador pela província do Ceará, apesar de eleito na lista sêxtupla.

194. [Rio de Janeiro], 21 dez.1870 – carta⁷⁸⁸ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Am.º e Sr. Dr. P. Nogueira

Deu sumo prazer o recebimento de sua prezada carta de 4 do corrente.

Fique certo de que apreciando em extremo sua correspondência, não atribuiria em caso algum a interrupção dela a causa [sic] que podem prevalecer para outros, mas não para caracteres como o seu.

Habitado desde muito às expressões excessivamente benévolas com que aprecia meus atos, eu embora as atribua antes a certa necessidade de expansão das almas entusiásticas, não posso deixar de agradecer e regozijar-me com a aprovação de um homem de inteligência e coração.

O combate a que v. alude não foi agora interrompido por um armistício. O último recontro teve lugar na Câmara no dia 9. Mais tarde lhe remeterei alguns exemplares desses discursos para que faça o favor de distribuir pelos amigos.

Muito sinceramente senti não vê-lo aqui do nosso lado, coadjuvando-nos com sua palavra e conselho. Creia que se dependesse de mim o teria feito; mas ainda tenho esperanças de ver realizado esse desejo nosso, e sua justa aspiração.

Felizmente, nosso amigo Desembargador Jaguaribe foi chamado ao poder; e ele é uma garantia eficaz contra essa política mesquinha e irrisória, que está desgostando aí os verdadeiros conservadores. Eu alegrei-me muito com a entrada do Jaguaribe; sentindo apenas que não se realizasse logo em princípio.

Queria Deus que meu Padrinho a esta hora já esteja restabelecido de seus incômodos para sossego e tranquilidade dos que o amam.

Muitas recomendações nossas à Iaiá, a quem Georgiana abraça.

Sempre com estima

seu am.º certo e col. afet.º

*J. de Alencar*⁷⁸⁹

⁷⁸⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:39-40).

⁷⁸⁹ José de Alencar se refere à candidatura senatorial do primo Paulino Nogueira, na qual não conseguiu posto; no entanto, Jaguaribe, outro parente seu, saiu vitorioso. A carta de 04/12/1870, a que se refere o romancista cearense, não foi localizada.

195. [Rio de Janeiro], 14 fev.1872 – carta⁷⁹⁰ ao Barão de Lucena.

Sua carta penhorou-me; é uma atenção delicada que agradeço; e deixou-me a mais agradável impressão em um tempo em que a lealdade e a sinceridade andam tão vasqueiras.

Quaisquer que fossem meus interesses nessa província eu não os sustentaria por modo algum com sacrifício de meus amigos, ainda mais neste tempo em que a política para o homem sisudo só traz dissabores.

Acho que v. procede muito convenientemente deixando um cargo que não condiz com sua categoria de magistrado.

Aqui me tem sempre disposto a prestar-lhe o que quiser de minha insuficiência. E pode ficar certo de que irei tomar as providências que pede.

Amigo e colega
respeitoso e obr.º
José de Alencar

196. [Rio de Janeiro], 14 jun.1872 – carta⁷⁹¹ a Paulino Nogueira.

Recebi há dias sua carta datada da Bahia e escrita nas vésperas de sua partida para o Ceará, onde vai pleitear sua candidatura, que eu julgo das mais legítimas e naturais e pela qual faço votos muito sinceros.

Desejo vê-lo no parlamento; e acredito que suas aspirações nobres, seus entusiasmos pela boa causa, eficazmente auxiliado por seus talentos lhe traçarão uma bela carreira. Também sou candidato, e só confiado na influência e dedicação de meus amigos, se eles entenderem que me devem dar ainda uma vez essa prova honrosa de sua confiança. Sobretudo espero naqueles de cuja amizade e influência tenho já não equívocos testemunhos; e nesse número, escuso dizer, que o conto no primeiro plano. Diga-me com franqueza em que posso auxiliar e acredite que o farei prontamente com o maior prazer.

Sempre com verdadeira estima e consideração

seu am.º part. afet. criad. obrg.
*J. de Alencar*⁷⁹²

⁷⁹⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Obra Completa* de José de Alencar, vol. IV, Epistolário, p.1334, em Garmes (1998:117) e em Menezes (1977a:74-75); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:239).

⁷⁹¹ A transcrição integral da missiva encontra-se em Colares (1977:208) e em Menezes (1977a:40-41), a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:242).

197. [Rio de Janeiro], 30 set.1872 – carta⁷⁹³ a Paulino Nogueira.

Ilmo. Amigo Sr. Dr. Paulino.

Achando-me hoje bastante incomodado não posso escrever-lhe de meu punho como desejava, para agradecer-lhe a parte importante que teve na inclusão de meu nome na chapa conservadora para deputado.

Fá-lo-ei aqui onde espero vê-lo breve ocupar o lugar a que o elevou a justiça dos nossos comprovincianos, que reconheceram enfim os seus talentos e serviços. Peço-lhe que me desculpe para com os outros amigos, pela falta que involuntariamente e bem a meu pesar cometo de não escrever-lhes nesta ocasião.

Sou com estima e consideração

de V. S.

Am.º col. e parente obrd.º

*J. de Alencar*⁷⁹⁴

198. Ceará, 5 jul.1873 – carta⁷⁹⁵ ao Visconde do Rio Branco.

Animado pelas palavras benévolas de V. Exa. a Companhia de Estrada de Ferro de Baturité⁷⁹⁶ recorre à Assembleia Geral para obter uma garantia de juros, com que possa completar seu capital.

Parece-me de toda justiça essa pretensão, e não creio que o fato de ser cearense me constitua suspeito nesta matéria. Acresce que além de justa, é de grande utilidade não só para a província, como para o Tesouro que obterá considerável aumento de renda com o desenvolvimento da agricultura em um dos mais férteis municípios do Ceará.

⁷⁹² Em princípios de dezembro de 1872 ocorrem as eleições para a Câmara dos Deputados; Alencar e seu primo são candidatos.

⁷⁹³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:41) e em Colares (1977:198); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:242), que em nota de rodapé, afirma que a missiva é conservada no IHGB do Ceará.

⁷⁹⁴ Sem o apoio do governo, José de Alencar via de longe a “luta entre conservadores, carcarás, divididos no Ceará em miúdos e graúdos” (Viana Filho, 1979:242), facção pela qual era candidato. No entanto, o ex-Ministro dos Negócios da Justiça e o primo são eleitos para a legislatura de 1872 a 1875 graças aos amigos da família Alencar.

⁷⁹⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:119), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:254).

⁷⁹⁶ Trata-se da primeira estrada de ferro cearense, que ligava Fortaleza ao norte da província, onde se localiza Baturité. A principal finalidade da ferrovia era transportar a produção agrícola do interior do Ceará para o litoral. Entre 1873, data do início das atividades, e 1909, a ferrovia operou com o nome de Estrada de Ferro de Baturité; a partir de 1910, passa a compor a chamada Rede de Viação Cearense.

Estou convencido, eu fui levado a essa convicção por informações das pessoas mais competentes, que o ônus da garantia será nominal, ou ao menos de pouca duração, porquanto logo que a Estrada chegue a Baturité poderá distribuir dividendo de 12%. Isto pode-se obter com facilidade desde que as obras prosseguirem simultaneamente nas 3 seções de 6 léguas cada mina.

O Ceará confia o seu futuro industrial da proteção de V. Exa. que na alta posição que tão dignamente ocupa, é o mais competente para avaliar o progresso que tem feito essa província nos últimos tempos, e com seus recursos próprios. Já é tempo de merecer alguma conguinação [sic] do Governo Geral.

Quanto a mim, reconhecendo o meu nenhum valimento para proteger a causa do progresso industrial do Ceará, terei feito muito se minhas palavras moverem o ânimo de V. Exa. a ser-lhe favorável.

Sou com a maior consideração e respeito

de V. Exa.

Muito at.^o ven.^{or} e amigo obr.^o

José Martiniano de Alencar

Ceará 5 de julho de 1873⁷⁹⁷

199. [Rio de Janeiro], 6 set.1873 – carta⁷⁹⁸ ao Visconde do Rio Branco.

Desde já agradeço a V. Exa. em nome do Ceará o vigoroso impulso que vai receber a agricultura desta província com a realização da via férrea de Baturité, realização de que já não é lícito duvidar em vista do que V. Exa. me fez a honra de anunciar na sua carta de 2 de agosto próximo passado.⁷⁹⁹

Se como cearense devo ser reconhecido a V. Exa. pelo grande benefício feito à minha província; particularmente lisonjeia-me que podem ter concorrido, embora em mínima parte, para esse resultado, como V. Exa. se digna manifestar, aludindo à informação que tomei a liberdade de prestar-lhe.

Em um dos próximos dias, talvez a 14, se inaugure a primeira légua de via-férrea cearense; e o entusiasmo que nessa ocasião se há de observar, será em muita parte

⁷⁹⁷ Em meio à elaboração do *Nosso Cancioneiro*, Alencar retorna à terra natal por motivos de saúde, e se interessa pela construção da estrada de ferro que ligaria Fortaleza a Baturité.

⁷⁹⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:121), a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:254).

⁷⁹⁹ A missiva mencionada é a de número 272.

devido à esperança fundada na promessa de V. Exa., que uma fiança do Governo Geral é garantia provincial, fiança que permitirá levantar todo o capital necessário para levar a estrada ao município mais produtor da província.

Os ares natais têm-me com efeito restaurado as forças, mas ainda não consegui completo restabelecimento.

Sou com particular estima e consideração

de V. Exa.

Amigo, admirador e mto. resp. criado

José Martiniano de Alencar

200. **Rio de Janeiro, 9 fev.1877** – carta⁸⁰⁰ ao Barão de Lucena.

Exm.º Am.º e Sr. Desembargador Lucena.

Felicito-o por sua chegada a essa província⁸⁰¹, em cuja administração vai prestar novos e relevantes serviços ao país.

A pedido de um amigo e colega a quem prezo, tomo a liberdade de apresentar a V. Exa. o Sr. Antonio Vicente da Costa, que tem uma [pretensão] nessa província, e para quem peço a V. Exa. sua costumada benevolência.

Queira V. Exa. apresentar meus respeitosos cumprimentos à exma. família, e dispor de quem e com particular estima e consideração.

De V. Exa.

Amº col. e obr.º cr.º

José de Alencar

Corte 9 de fevereiro de 1877.

201. **[Rio de Janeiro], 17 ago.1877** – carta⁸⁰² à Câmara Municipal de Fortaleza.

Ilm.ºs e Exm.ºs Sr.ºs

Tenho a honra de remeter a essa Ilustríssima Câmara Municipal a quantia de quatrocentos cinquenta mil réis (450\$000) importância de um pequeno trabalho literário

⁸⁰⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:127).

⁸⁰¹ Referência à Bahia, onde Henrique Pereira de Lucena exerceria o cargo de presidente da província entre 1877 e 1878.

⁸⁰² A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:128); foi publicada no jornal *Constituição*, de Fortaleza, em 08/09/1877.

que fiz a pedido de um jornal desta Corte, e cujo produto destinei para as vítimas da seca, que está assolando a nossa província.

Sinto que minhas posses não me permitam coadjuvar os esforços dessa Ilustríssima Câmara, de uma maneira mais eficaz, e contribuir com mais importante subsídio para alívio das populações reduzidas a míngua por tamanha calamidade.

Consola-me porém o fato da geral simpatia que há despertado a sorte de nossa província, e que mostra quanto o povo cearense tem sabido merecer por seu gênio laborioso e seu nobre caráter a estima de seus irmãos.

Essa Ilustríssima Câmara dará a pequena quantia que lhe remeto o destino conveniente, de modo que apesar de sua insignificância produza a maior soma de alívio para os pobres de seu termo.

Deus guarde às Vs. Exas.

Ilm.º e Exm.º Sr. Barão de Ibiapaba⁸⁰³, presidente e mais vereadores da Câmara Municipal da cidade da Fortaleza.

*José Martiniano de Alencar*⁸⁰⁴

202. [Rio de Janeiro], 14 out.1877 – carta⁸⁰⁵ ao Barão de Lucena.

Exmº [Amº] e Col.

Sabe quanto sou amigo do Dr. F. Alcoforado, meu colega e companheiro de casa em S. Paulo.

Em 1868, quando tive alguma influência na política, meu desejo sincero foi ver a V. Exa. e a ele na Câmara dos Deputados [,] eleitos por Pernambuco; mas para isso era preciso desmentir o programa do Sr. Itaboraí e eu não o podia fazer; outros o fizeram.

O Alcoforado vai ainda uma vez interrogar a esfinge das urnas; e eu peço-lhe que o ajude nessa pretensão, já que V. Exa. não se apresenta, como tinha direito de a fazer.

Nossos respeitos a Exma. Sra. D. Zília e a toda a família.

Com particular estima.

De V. Exa.

Amº col. afet. obrº

José de Alencar

⁸⁰³ Trata-se de Joaquim da Cunha Freire (1827-1907), político cearense; então presidente da Câmara Municipal de Fortaleza.

⁸⁰⁴ A seca ocorrida entre 1877 e 1879 assolou o nordeste brasileiro, especialmente a província do Ceará.

⁸⁰⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:130).

203. [Rio de Janeiro], sem data – carta⁸⁰⁶ a D. Pedro II.

Senhor.

Por equívoco subiu à assinatura de V. M. Imperial uma consulta cuja resolução foi escrita sob um anterior despacho. Esse despacho dado por engano deveria ter sido *eliminado*, não o sendo por esquecimento do oficial de gabinete.

Esperando da extrema benevolência de V. M. Imperial que desculpe essa irregularidade, de novo tenho a honra de submeter a sua augusta assinatura dita Resolução, que V. M. Imperial se dignou de tomar no último despacho.

Inclusa apresento a V. M. Imperial a informação dada pelo Comandante Geral do Corpo de Urbanos sobre o guarda José de Albuquerque. A respeito do crime de resistência o Dr. Chefe de Polícia me prometerá proceder as necessárias investigações.

Descansava eu nessa promessa quando hoje fui surpreendido pela publicação das certidões, que a polícia ainda não pudera obter! Talvez não haja uma falta, mas em todo caso houve infelicidade.

Acabo de dar ordem para que José de Albuquerque fosse expulso da Guarda Urbana, e não pude eximir-me de estranhar a ignorância em que se achava o Comandante daquela Guarda a respeito desse fato público e notório.

Tenho a honra de ser de

V. M. Imperial

Súdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

⁸⁰⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita em Garmes (1998:113) e o fac-símile da missiva foi concedido pelo Museu Imperial/IBRAM/MinC (II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d17 p01] e II-POB-Maço 147-Doc.7122 [d17 p02]), onde se localiza o manuscrito autógrafo.

9
1868
1869

Por equívocos entre as assignaturas
de V. M. Imperial uma consulta
cuja Resolução foi enviada sob
um anterior despacho. Este despacho
dado por engano deveria ter sido
eliminado, mas o sendo por
esquecimento do official de gabinete.

Esperando da extrema benevolência
de V. M. Imperial que desculpe
essa irregularidade, de novo
tenho a honra de submeter a
sua augusta assignatura dita
Resolução, que V. M. Imperial
se dignar de tomar no ultimo
despacho.

Inclusa apresento a V. M. Imperial
a informação dada pelo Com.^{te}
Geral do Corpo de Mobrarmos sobre
o grande Jor de Albuquerque. A
reputo do crime de resistência
o Sr. Chefe de Policia me promettera
proceder as necessarias investigações.

Descumpra em minha promessa
quando hoje fui informado de
pela publicação das certidões, que
a policia ainda não podera obter!
Talvez não haja mais falta, mas
em todo caso houve infelicidade.

Acabo de dar ordem para que Jose
de Albuquerque fosse sepultado na
Gravata Urbana, e não pude eximi-
me de estranhar a ignorancia em
que se achava o Commandante
d aquella Gravata a respeito duma
facto publica e notorio.

Pouco a honra de ser de

V. M. Imperial

seu muito fiel e reverente

João Martiniano de Almeida.

204. **[Rio de Janeiro], sem data**⁸⁰⁷ – carta⁸⁰⁸ ao Visconde de Itaboraí.

Tendo hoje em Conselho proposto a demissão do Comandante Superior da Guarda Nacional⁸⁰⁹, S. M. o Imperador resolveu adiar a sua decisão. A vista do que se tem passado a este respeito, entendi que não me cumpria reiterar em conselho a proposta. Mas, no estado da questão e sobretudo depois da insistência do Comandante Superior a demora de sua demissão tira-me a força moral sem a qual não poderei bem servir a S. M. o Imperador e responder pela obediência à lei [...]

Não sendo possível a demissão imediata do Comandante Superior, rogo a V. Exa. se digne solicitar da Coroa a minha, que resolve todas as dificuldades e tranquilizará o ânimo de S. M. o Imperador quanto aos receios que ainda nutre a respeito da medida.

205. **[Rio de Janeiro], sem data**⁸¹⁰ – carta⁸¹¹ ao Visconde de Itaboraí.

Exmo. Sr. Visconde de Itaboraí:

A carta de V. Exa. é mais uma prova de sua bondade e mto me penhorou mas acredito haver compreendido o pensamento de V. Exa.

Como chefe de um partido V. Exa. tem uma grave responsabilidade; e deve ao país conta desta situação.

Se V. Exa. consultasse unicamente suas inspirações não aceitaria o poder; e aceitando-o o abandonaria apenas encontrasse obstáculos desses que repugnam a um caráter nobre.

Tenho também o desvanecimento de crer que V. Exa. desejaria resolver a coalizão em meu favor; mas a razão política é aquela a que sobre todas deve atender o chefe de um gabinete e de um partido.

O Sr. Barão de Cotegipe é dos membros mais importantes do ministério [,] sua retirada criaria sérios embaraços, que só poderiam ser vencidos por grande energia, talvez impossível no estado atual dos espíritos.

⁸⁰⁷ Embora a data da missiva não esteja expressa, trata-se da primeira tentativa que José de Alencar empregou para distanciar-se do gabinete.

⁸⁰⁸ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:181).

⁸⁰⁹ Trata-se de Manuel Antônio da Fonseca Costa (1803-1890), o Marquês da Gávea, militar carioca que foi Conselheiro do Exército e Comandante Superior da Guarda Nacional.

⁸¹⁰ Ainda que a data da missiva não esteja expressa, trata-se do mesmo período da carta anterior.

⁸¹¹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:182-183) e o fac-símile do rascunho autógrafo foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde é conservado.

Eu ao contrário, retirando-me do ministério resolvo dificuldades, e removo embaraços. V. Exa. portanto não deve hesitar na opção, assim como eu não hesitei desde que compreendi minha posição no gabinete. Afasto-me, levando comigo a grande satisfação de prestar a meu partido ao menos esse serviço negativo.

Pode portanto V. Exa. tentar da reorganização do gabinete que eu sinceramente desejo e espero se efetue.

Conto ir amanhã a cidade; e previnirei a V. Exa. conforme seu desejo.

Sou com particular estima e distinta consideração

De V. Exa.

Am.º affectº resp^{or} e obr cr.º

*Jose*⁸¹²

⁸¹² O Visconde de Itaboraí, chefe do ministério conservador, via-se em situação difícil diante do pedido de demissão do Barão de Cotegipe, que tinha como parceiros na resolução Paranhos e o Visconde de Muritiba. Desde setembro de 1869, o Ministro da Marinha solicitava exoneração a Itaboraí; apoiando-o, seguem o Ministro dos Estrangeiros e o Ministro da Guerra.

Acabam de recp. - e de arte
grande recp. - e de arte.

Em seguida chegou a carta

Em Lisboa, 15 de Setembro.

A carta do Sr. L. mais uma prova de
seu bom senso e de seu bom
juízo. A carta foi compreendida
perfeitamente.

perfeitamente do Sr.

Como chefe de um partido do Sr. tem uma
grande responsabilidade; e deve
contar
para ~~o~~ esta situação.

Se o Sr. consultasse mais os seus
juízos não accitaria o poder; e accitando-o
abandonaria apenas encontrasse
obstáculos de
esta natureza que se referem a um carácter
nobre.

Pelo também o desvanecimento de creio que
o Sr. desejaria receber a collação em seu
favor; mas a razão politica; aquella que
deve todas
deve attender o chefe de um partido e
de um partido, ~~tudo se refere ao Sr.~~

O Sr. Barros de Castro é um dos membros
mais importantes do ministério e de

retirada era de duas embarcações, que se poderiam
ser movidos por grande energia, talvez
impossível no estado actual dos espiritos.

Em contrario, retirando-me dos ministerios
resolvo difficuldades, e remove embaracas.
V. Ex. portanto não deve hesitar na operac.
de adiar a despartida de quem se o
assim como se não hesitar de quem comparecer de
effecto sobre o gabinete. Não querendo
muito por isso a responsabilidade
hesitar. Apartado de me, levando consigo a
grande interferencia de prestar a ^{de menor} parte de
esse serviço regular.

Em quanto não me tem afastado
da parte de V. Ex. foi um peido affecto.

~~momento em que se encontrava~~ V. Ex.
~~deixando a parte de V. Ex.~~ ^{de menor} parte de V. Ex.
Podendo portanto

Com a ~~partida de V. Ex.~~

Tratar da reorganizacao do gabinete
que se ~~espera~~ sinceramente desejo e espero
se effectuar a ~~parte de V. Ex.~~

~~Para tal se faz a V. Ex. de~~ ~~momento~~
~~a parte de V. Ex.~~ ~~de menor~~
~~parte de V. Ex.~~ ~~de menor~~
~~parte de V. Ex.~~ ~~de menor~~

de menor parte de V. Ex.

Conto com a ~~parte de V. Ex.~~ e a ~~parte de V. Ex.~~
permanecer a V. Ex. conforme em desejo.

Com a ~~parte de V. Ex.~~ ^{de menor} parte de V. Ex.
e distincta com a ~~parte de V. Ex.~~

De V. Ex.

de menor parte de V. Ex.

De V. Ex.

8.2 CORRESPONDÊNCIA PASSIVA

206. [Rio de Janeiro], 28 dez.1855 – carta⁸¹³ de Luiz Pedreira.

Ilmo. Sr. Dr.

A prova de que há exageração nos artigos da *Folha de Campos* a respeito do abandono em que se acha a Vila de Itapemerim – está além do que consta oficialmente no “Correio de Vitória” de 19 do corrente nº 99, pág. 1ª, col. 3ª, onde se lê o seguinte:

“De uma carta de Itapemerim que nos foi confiada, extraímos o seguinte:

“A epidemia reinante depois de ter feito seus estragos por Guaraperi, Benevente, Perina e Itabapoama, parece querer abandonar aqueles lugares: outro tanto não acontece nesta vila onde continua a fazer terríveis estragos: até hoje (14) têm falecido na vila 110 pessoas, e na fazenda do Moqui, pertencente ao Exmo. Barão de Itapemerim, 28 escravas, havendo grande número nas enfermarias. Na vila existem 5 médicos e grande quantidade de medicamentos que têm sido enviados pela presidência.

“O Exmo. Barão de Itapemerim tem se tornado digno de nossa gratidão pelo zelo que tem mostrado em bem da humanidade aflita desta infeliz vila. O nosso digno vigário tem sido incansável, já socorrendo os infelizes doentes no leito da dor, já ministrando os recursos espirituais e já dando sepultura aos mortos etc. etc.”.

Como ainda ontem no seu diário se reproduziu um extrato de uma folha de Campos figurando aquela vila em abandono, por isso, contando com a sua bondade lhe envio o trecho supra.

Sempre com particular considerações

De Vr. Cr.

Am.º e obr.º col.^a

L. Pedreira

[À margem]

Part. Previno-o de que é injusta a queixa de transferências continuadas que ultimamente se tem dado das audiências do Ministro do Império. Além de nunca me negar, quando estou em casa como é notório, desde muito tempo, isto é, desde que se encerraram as câmaras só me recordo de ter deixado de dar audiência na Secretaria na última 3ª feira, por ter sido dia natal, não marcando outro dia nesta semana, porque logo

⁸¹³ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:158-159) e na *Revista do Brasil* (nº 29, ano III, vol. VIII, p.66-67), de maio de 1918.

no seguinte dia (anteontem) falei a muita gente em minha casa antes e depois do Despacho Ministerial. Fora disto creio que houve uma 3ª feira em que fiz transferir a audiência para outro dia – forçado por objeto de serviço público extraordinário.

Devo também informar-lhe amigavelmente que – tendo feito anunciar nos jornais ultimamente audiências na Secretaria nas 3ª feiras das 11 horas às 3 da tarde – isto é – 4 horas seguidas, e em minha casa, para quem não quiser ir à Secretaria, nos ditos dias das 6 às 10 horas da manhã, fiz declarar por edital na Secretaria que além disto eu seria encontrado em casa todas as quartas-feiras e sábados – das 6 da manhã às 9.

Só haverá pois razão de censura – se a qualquer hora dos ditos dias eu não for encontrado, sem ser por motivo muito justificado de serviço público, que nem sempre pode ser previsto.

Quanto à demora do expediente na Secretaria do Império, e a outras acusações à mesma Secretaria, o Sr. Oficial Maior trata de responder a isto.

O que lhe afirmo é que nem tenho nomeações demoradas de empregos vagos, nem me ocorre negócio algum do expediente que esteja demorado por minha culpa, isto é, por depender “somente” de despacho meu.

A este respeito conversaremos.

207. [Bahia], 17 fev.1856 – carta⁸¹⁴ de Ângelo Ferraz.

Meu caro Dr.

Debalde lhe tenho escrito, uma única sua lembrança não hei recebido. Da presença em todas as épocas as coisas dependem. Este pensamento que facilmente se lhe pode neste ponto aplicar, cabe especialmente aos meus amigos eleitorais. Não obstante a guerra que sofri conto com a vitória, e o governo para excluir-me do 1º lugar da lista sêxtupla souo e traserou [sic], fez o que nunca pensei. Por meu lado procurei satisfazer o seguinte preceito que me impus – não distrair um só voto do Ministro da Marinha – apesar de tudo quanto por ele e dele sofri.

Inclusa achará a apuração de alguns colégios. Somente em março aí estarei. Lembranças ao Leonel, e ao nosso Poeta,

Seu amigo afetuoso,

Silva Ferraz

⁸¹⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:160-161) e na *Revista do Brasil* (nº 29, ano III, vol. VIII, p.68), de maio de 1918.

Votação dos colégios da cidade Bahia, Cachoeira, Feira, Purificação, Mata de S. João, Santo Amaro, S. Francisco, Jaguaribe, Nazaré, Valença, Taperoá, Camamu, Inhambupe, Maragojipe e Alagoinhas, exclusive a de Freguesia de São Filipe e Oliveira, sobre que há vícios, e se tomaram em separado:

Wanderley.....	1.068
Ferraz.....	905
Pinheiro.....	729
Inocêncio Marques.....	688
Zacarias.....	674
Souto.....	672
João Joaquim.....	633
Cornélio França.....	504
Torquato.....	503
Mercelino de Brito.....	501
Casimiro Madureira.....	440

Esta é a apuração mais exata: as que andam impressas o não são, e contém os votos eivados de nulidade, e que por isso se tomaram em separado.⁸¹⁵

208. [Rio de Janeiro], 1 out.1857 – carta⁸¹⁶ de José do Amaral.

Ilmo. Sr. Dr. José Martiniano de Alencar.

Acabo de ler no *Diário* um artigo relativo às nossas questões com o Paraguai e tomo a pena para agradecer a V. S.^a as palavras cheias de benevolência com que naquele escrito me obsequiou.

Penso que, fora do nosso Gabinete, ninguém sabe o que se passou entre mim e o Presidente do Paraguai, porque o governo imperial tem guardado a esse respeito um silêncio inqualificável que deixa triunfante as calúnias publicadas pelo Sr. López.

Requeri a minha aposentadoria e espero consegui-la. Logo que me vir livre das peias oficiais lá vou explicar ao público todo esse negócio e tousear [sic] o tirano do Paraguai como ele merece.

No entanto devo dizer a V. Sa., em duas palavras, o motivo das queixas do Sr. López contra mim.

⁸¹⁵ Com esta carta, o Barão de Uruguaiana, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, escreve a respeito das eleições de 1856, quando Alencar é candidato a deputado pelo Ceará pela primeira vez.

⁸¹⁶ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.173-174), de junho de 1918, e em Menezes (1977a:163-164); a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:108).

S. Ex.^a, depois de um mês de negociações durante o qual sofri muita grosseria, muito insulto e muitas alusões provocadoras relativamente à nossa pacífica expedição de 1855, negou-me de repente e sem motivo tudo quanto a muito custo já me havia concedido.

Nessa ocasião devia subir para Mato Grosso o vapor *Iaporá*. López queria obrigá-lo a tomar práctico; eu entendia que à vista do tratado o vapor tinha direito de subir livremente.

Esta circunstância deu motivo a uma discussão em que López tratou-me como se eu fora seu súdito. Para mostrar-lhe que o não era, dei-lhe eu o ultimatum nestas palavras: –“Amanhã o *Iaporá* há de subir sem práctico paraguaio. Mande lançar-lhe balas se lhe parece isso fácil”.

No dia seguinte cumpri a minha palavra. Pus-me a bordo do *Maracanan* que estava pronto para combate de sentinela ao vapor paraguaio *Tacuan* que podia dar uma abordagem ao *Iaporá*. Este subiu para Mato Grosso sem práctico. O *Maracanan* esperou mais de uma hora pelas balas do Sr. López e como até as 9 horas elas não apareceram, desceu o *Maracanan* vagarosamente o rio e viemos em paz para o Paraná.

O governo imperial tem dado a López uma importância vergonhosa para nós. Estamos fazendo um papel tristíssimo.

O visconde de Uruguai deixou-nos triunfantes em Caseros em 1852 e nós temos retrogrado até o ponto em que nos achamos.

Não me fio em cartas e por isso não sou mais extenso.

Dê V. Sa. as suas ordens ao que se confessa com toda a consideração.

De Vossa Senhoria
Amigo e criado e obrigado

*José Amaral*⁸¹⁷

209. [Rio de Janeiro], sem data⁸¹⁸ – carta⁸¹⁹ do Conselheiro Cândido de Oliveira.

Ilmo. Sr. Dr. Alencar.

Li com particular interesse os dois excelentes artigos que V. S. publicou no seu *Diário* em refutação da doutrina expendida no recente folheto escrito pelo Dr. Torres Homem, sobre os impostos, dos quais teve V. S. a bondade de dar-me conhecimento.

⁸¹⁷ José Maria do Amaral, escrevendo ao redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, defende-se das acusações de inabilidade e precipitação por ter deixado o Paraguai em função do conflito com Carlos López, pai de Francisco Solano López, que anos mais tarde comandaria as tropas paraguaias contra o Brasil.

⁸¹⁸ Raimundo de Menezes indica que a missiva possa ser de 03/07/[1858].

⁸¹⁹ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:169-170) e na *Revista do Brasil* (nº 35, ano III, vol. IX, p.349-350), de novembro de 1918.

No meu entender não se pode refutar essa doutrina com mais lucidez e força de argumentação, do que fizera V. S. nas referidas publicações; porquanto não há aí um só raciocínio, que não assente sobre fatos averiguados; e por outra parte são estes fatos da ordem daqueles, que a ciência econômica tem reconhecido como a expressão prática da verdade dos seus princípios.

Essa doutrina, que V. S. agora combate com decidida superioridade, é uma verdadeira antigualha, que apenas mereceria as honras de uma discussão séria há um bom século atrás ou ainda mesmo nos belos tempos de Colbert: e, se não fora a consideração em que tenho os talentos do seu autor, ou antes *restaurador*, eu não hesitaria em dar-lhe merecida qualificação de *ciência antediluviana*, bem digna de figurar com honra entre as profundas lucubrações arqueológicas de *Mr. Vadins*, ciosa raça de *bípedes*, hoje extinta, de que nos falou há dias o “Correio Mercantil”.

Desculpe-me V. S. este gracejo, e considere-me entre os seus justos apreciadores.

De V. S. Vend. Obr.

C. Batista de Oliveira

210. [Porto Alegre], 23 jul.1858 – carta⁸²⁰ de Ângelo Ferraz.

Ilmo. Sr. Dr. Alencar,

O seu correspondente Bittencourt sem razão plausível, e unicamente porque desejava que eu fizesse quanto lhe viesse à cabeça, declarou-se em oposição, e por consequência talvez para aí escreva contra mim.

Nesta conjuntura, valendo-me das nossas antigas relações lhe rogo que me forre ao desprazer de ver o seu jornal nas fileiras dos meus contrários.

Nada mais difícil do que viver no meio de homens que pleiteiam por seus ódios, vinganças etc.; felizmente, porém, o geral desta Província é excelente e sustento a política que sigo.

Aqui estou às suas ordens, como

Seu colega e amigo obr.º

Silva Ferraz

⁸²⁰ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:161) e na *Revista do Brasil* (nº 29, ano III, vol. VIII, p.68-69), de maio de 1918.

211. [Rio de Janeiro], 19 abr.1860 – carta⁸²¹ do Marquês de Paranaguá.

Meu amigo e Col.^a Sr. Alencar,

Recebi a sua carta de hoje. Bem vejo os embaraços com que deve lutar depois do grande revés que acaba de sofrer com a morte de seu Pai; faço plena justiça à sua dedicação e zelo pelo serviço: não precisa pois dar a explicação dessa pequena demora a que alude. Também eu neste momento é que chego da audiência. Não sei se da Secretaria lhe mandariam as consultas resolvidas ultimamente para fazer menção das importantes. Há alguns objetos que se prendem à administração da justiça, de que mandei tomar nota para o relatório e que também se lhe devia ter mandado.

Tem mandado notícia de uma Consulta resolvida em 25 de novembro de 1857 sobre o procedimento de Párocos que casam menores sem consentimento de seus Pais ou Tutores? Talvez sirva para o projeto; mandei buscá-la.

Escrevo às carreiras estes apontamentos sobre diversos pontos de que já tratamos. Sou

seu amigo af.so e Col.^a

J. L. C.^a Paranaguá

19 de abril [1860].

212. [Rio de Janeiro], 4 abr.1863 – carta⁸²² do Conselheiro João Viana.

Permita V. Exa. que aqui mesmo responda aos quesitos acima indicados, e o farei como coevo e testemunha ocular dos mesmos fatos em que eles tiveram lugar.

Quanto ao 1º - Que tanto julguei exato e judicioso o juízo crítico por V. Exa. formado e descrito nos artigos a que se refere, sobre os fatos que produziram a dissolução da Constituinte, que eu mesmo, pela primeira vez, sem ter ralação com V. Exa., o procurei em sua casa para lhe agradecer esse mesmo juízo crítico, que um dia será confirmado pela História imparcial, quando as paixões e os delírios dos partidos e da demagogia tiverem desaparecido.

⁸²¹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.174), de junho de 1918, e em Menezes (1977a:164-165).

⁸²² A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.165), de fevereiro de 1918, e em Menezes (1977a:148-149).

Quanto ao 2º - Bem que eu não tivesse presente a essa sessão de 10 de novembro, pois que, nessas ocasiões, todo o Cidadão honesto e pacífico se recolhe espavorida, foi público e notório, que a sessão se tornou sobremaneira tempestuosa e revolucionária a ponto de muitos Deputados tremarem da sua existência, por se dizer que muita Gente do Povo, que invadiu o próprio recinto da Assembleia, estava armada de punhais; e tão verossímeis eram essas vozes que ainda hoje existe o oficial da Secretaria da Justiça (João Tibúrcio), que me disse, que tremendo também pela vida do Deputado seu Tio o Marquês de Caravelas, se foi postar por detrás da Cadeira dele com uma Pistola para o defender contra qualquer tentativa de agressão.

Quanto ao 3º - Sei, e foi público e notório, que do seio da Assembleia saíam de hora avisos ao Imperador pedindo-lhe que salvasse a ordem pública ameaçada pela desenfreada demagogia.

Quanto ao 4º - Para responder a este quesito seria preciso remontar à origem de todos os fatos os quais, analisados, necessariamente deviam produzir como produziram o desfecho da revolução do dia 7 de abril, revolução de que ninguém se quis considerar autor nem mesmo cúmplice; tal era o horror de que imediatamente que ela foi consumada, toda a população até mesmo os que nas trevas e nos clubes a promoveram se acharam possuídos e consternados, temendo cada qual pela sorte do Brasil.

O que posso asseverar, e consta oficialmente os jornais desse tempo, é que esses mesmos homens que figuraram e tiveram celebridade na Constituinte, foram alternativamente furiosos Tribunos e Demagogos e aferrados Monarquistas, segundo as posições em que se achavam. O que posso assegurar, e já é reconhecido pela História Se houve erros durante o curto tempo do seu infeliz reinado, esses erros não nasceram dele, mas sim dos homens a quem ele encarregou o governo do País, homens que ele procurou em todas as classes; e tanto é exata esta asserção, que eu ouvi da própria boca do Imperador Pedro I, indignado pela guerra que lhe faziam, as seguintes memoráveis palavras: - Eu era um menino de 22 anos quando me entreguei em corpo e alma aos Brasileiros, e eles me maltrataram e caluniaram as minhas mais puras e sinceras intenções.

Obedecendo ao preceito de V. Exa., tenho expendido o meu juízo e opinião sobre os quesitos que se dignou submeter à minha apreciação, apreciação tanto mais franca, verídica e sincera, quanto é certo que nada devi ao Imperador Pedro I, o qual talvez não gostasse de mim.

Tenho a honra de ser

De V. Exa.

O mais respeitador e obr.º

João Mag. Lourenço Viana

S. C. 4 de abr.de 1863⁸²³

213. **Rio de Janeiro, 10 nov.1863** – carta⁸²⁴ do Barão de Pirapama.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro J. M.de Alencar.

Sinto muito não poder satisfazer, como desejava ao pedido de V. Exa., porque hoje apenas conservo ideias vagas e confusas do que se passou nas sessões de 10 e 11 de novembro da Assembleia Constituinte, recordando-me porém perfeitamente da Sessão do dia 12, em que se verificou a dissolução.

Não há dúvida de que as Sessões foram agitadas e tempestuosas, mas não tenho lembrança da ocasião em que foi levantada a Sessão, nem ouvi as vozes que se soltaram na presença do Imperador. Também não sei se do seio da Assembleia partiram avisos ao Imperador para que salvasse o país, pois tais avisos, a serem verídicos, deveriam ser feitos em segredo, e sem se comunicarem a ninguém.

Quanto à mutilação e supressão de alguns discursos proferidos nos dias 10, 11 e 12, parece-me que a razão não foi outra, senão a de não estarem presentes seus autores para reverem e corrigirem, pois que havia falta de taquígrafos, e a publicação andava muito atrasada.

É o que se me oferece a dizer a V. Exa., de

Quem sou com maior estima e consideração

Respeitoso e obrigado venerador

Barão de Pirapama

S. C. 10 de Novembro

de 1863.

⁸²³ Cf. missiva 117.

⁸²⁴ A carta encontra-se integralmente transcrita em Menezes (1977a:150) e na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.166), de fevereiro de 1918; o fac-símile da missiva foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se localiza o manuscrito autógrafo.

M. J. P. Secretário de Estado de Minas.

Sinto muito não poder satisfazer, como desejava, ao pedido de V. Ex.^{cia}, pois que hoje apenas conservei idéas vagas e confusas do que se passou nas Sessões de 10 e 11 de Novembro da Assembleia Constituinte, recordando-me porém perfeitamente da Sessão do dia 12, em que se verificou a dissolução.

Não ha duvida de que as Sessões foram agitadas e tumultuosas, mas não tenho lembrança da ouatoria em que foi levantada a Sessão, nem ouvi as vozes que se saltaram na presença de Imperador. Também não sei se da Assembleia partiram avisos ao Imperador para que salvasse o país, pois tais avisos, a serem verdadeiros, deverião ser feitos em segredo, e sem se communicarem a ninguém.

Quanto á mutilação e supressão de alguns discursos proferidos nos dias 10, 11, e 12, parece-me que a razão não foi outra, se não a de não estarem presentes os seus autores para os reterem e corrigirem, pois que havia falta de tachygraphos, e a publicação andava muito atrasada.

He o que se me offerece a dizer a V. Ex.^{cia}, de

Escrevo com a maior estima e consideração.

Respeitoso e obrigado Venerados

Barão de Pirapama.

S. C. 10 de Novembro
de 1867.

214. **Rio de Janeiro, 17 nov.1863** – carta⁸²⁵ do Visconde de Maranguape.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro José de Alencar.

Acuso a recepção da carta com que V. Exa. honrou-me a 10 do corrente, e passo a dar cumprimento aos seus desejos.

1º ponto:

Se na sessão de 10 de novembro de 1823 houve grande tumulto no recinto da Assembleia, aparecendo ali muitos cidadãos armados de punhais e pistolas?

Resposta:

A Câmara estava nesse dia apinhada de povo, que ia assistir aos debates e tinha já ocupado, além das galerias, as salas e corredores contíguos ao recinto da Câmara.

A requerimento do Sr. deputado José Martiniano de Alencar foram admitidas no recinto da Câmara as pessoas que puderam ali caber.

Pedindo a palavra o Sr. deputado Andrada Machado, houve rumor entre os espectadores que nos sitiavam, no recinto e nas galerias, dando sinais de aprovação; o Sr. Presidente João Severiano Maciel da Costa advertiu-lhes que ele faria cumprir o regimento da casa, se iguais manifestações se reproduzissem. Por algum tempo ainda orava o Sr. deputado Andrada Machado, sem que houvesse necessidade de verificar-se a ameaça do Sr. Presidente. Logo que sentou-se aquele deputado ergueu-se o Sr. deputado Sousa França e retirou-se da casa, depois de pedir com instância ao Sr. Presidente que levantasse a sessão. Posto que este Sr. não motivasse o seu pedido obteve-se a explicação do seu procedimento: por detrás da cadeira em que estava sentado vira ele um homem armado de pistola, cujo cabo estava todo de fora. Essa ocorrência levou o Presidente a consultar a mesa sobre o que conviria fazer se os trabalhos da Câmara fossem perturbados de maneira que se pudesse recear algum fato deplorável. Eu, o Sr. Miguel Calmon, assim como os outros dois Secretários, concordamos em que se levantasse a sessão.

Ao Sr. Andrada Machado sucedeu na tribuna o Sr. Martim Francisco, e então começou a haver algum rumor, que o Sr. deputado José de Alencar procurava quando foi-lhe possível serenar, instando com os espectadores para que se conservassem silenciosos e em atitude respeitosa. Aplacou-se por algum tempo a agitação, mas de

⁸²⁵ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.166-167), de fevereiro de 1918, e em Menezes (1977a:150-152). O fac-símile da carta autógrafo foi concedido pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

repente em um tópico do discurso do Sr. Martim Francisco, que mais agradou os muitos espectadores, levantou-se um grande alarido e amotinaram-se os espectadores, apesar dos constantes porfiados esforços que fez o Sr. José de Alencar para manter o sossego e a ordem.

Na forma do que tinha assentado, o Sr. Presidente levantou a sessão.

2º ponto.

Se na ocasião em que o Presidente levantou a sessão o tumulto tinha cessado ou crescera ao contrário?

Resposta:

Estava no auge.

3º ponto.

Se no dia 11 a sessão continuou tumultuária, pela agitação do povo que concorria às galerias?

Resposta:

Não houve tumulto. Houve, porém, muita gente que foi retirando-se logo que constou que grande força encaminhava-se ao Paço da Câmara.

Bem pudera dar-lhe amplos esclarecimentos, se ainda conservasse os apontamentos que tinha para um dia escrever a história desses acontecimentos, mas inutilizei-os, porque ainda seria muito cedo, por mais tempo que eu viva, para tocar em fatos, que interessam a muitos indivíduos, uns ainda vivos, ainda que poucos, e outros, que tomam muito a peito a causa dos que deixaram de existir, acontecendo assim ver-me eu talvez, com diz o poeta, *laudatus ab his, culpatus ab illis*⁸²⁶, sem ter entretanto de tudo quanto avançasse, a certeza que tenho, quando, interpretando fielmente os meus sentimentos, afirmo a V. Exa. que cordialmente me prezo de ser

Seu muito at.º, v.or am.º e cr.º m.to obrg.do

Rio, 17 de novembro de 1863

*Visconde de Maranguape*⁸²⁷

⁸²⁶ A tradução dos termos latinos é “elogiado por uns, massacrado por outros”.

⁸²⁷ Com esta missiva, o magistrado e político pernambucano refere-se à primeira assembleia constituinte brasileira, que entrou em vigor em 1823, logo após a independência.

Ex.^{ma} e Ex.^{ma} Srs. Conselheiros José de Alencar

cheios a recepção da carta com que N. E. honrou-nos
a 10 do corrente, e prap^o a dar cumprimentos aos seus desejos
1.^o ponto.

Si na sessão de 10 de Novembro de 1823 houve grande
tumulto no recinto da Assembléa, apparecendo alli muitos
cidadãos armados de pumbras e pistolas?

Resposta

A camara estava nesse dia apinhada de povo, que se
apostou aos debates e tinha já occupado, além das galerias, as
salas e corredores contiguos ao recinto da camara.

o requerimento do S^r. deputado José Martiniano de Alencar
foram admittidos no recinto da camara as pessoas que
pudéram alli caber.

Pedindo a palavra o S^r. deputado Andrade Alachado,
houve rumor entre os espectadores que nos situavam, no recinto
nas galerias, dando signaes de approvação; o S^r. Presidente
João Severiano Alaciel da Costa (depois Alarquer de Lucena)
advertio-lhes que elle faria cumprir o regimento da casa, se
iguas manifestações se reproduzissem. - Por algum tempo
ainda ouvi o S^r. deputado Andrade Alachado, sem que houvesse
necessidade de verificar-se a ame^{ça} do S^r. Presidente.
Logo que sentou-se aquelle desistido, ergueu-se o S^r.
deputado Louro Franco e retirou-se da sala, depois de pedir

com instancia ao Sr. Presidente que levantasse a sessão. - Logo que
este Sr. não motivasse o seu pedido obteve-se a explicação
do seu procedimento: por detrás de cadeiras em que estava sentado
vira elle um homem armado de uma pistola, cujo cabo estava
to de fogo. - Essa occorrença levou o Presidente a consultar
sobre o que convier fazer n. os trabalhos da camara
seem perturbados de maneira que se pudessem recuar algum facto
deploravel. - Eu, o Sr. Miguel Calmon (hoje Margue de Abreu),
apim como os outros dois Secretarios concordamos em que se
levantasse a sessão.

Logo Sr. André de Albuquerque succediu, na tribuna, o Sr.
Martim Francisco, e entao começou a haver algum rumor,
que o Sr. deputado José de Alencar procurou quanto foi
possivel serenar, instando com ^{os espectadores} ~~os~~ para que se conservassem
silenciosos e em attitudo respeitosa. - Applaudiram-se por
algum tempo a agitação, mas de repente em um topico do
discurso do Sr. Martim Francisco, que antes agradou a
muitos espectadores, levantou-se um grande alarido, e
armotinaram-se os espectadores, apesar dos constantes e
profiados esforços que fez o Sr. José de Alencar para
manter o sossego e a ordem.

Na forma do que tinha sido apentado, o Sr. Presidente
levantou a sessão.

2.º ponto

Si na occasião em que o Sr. Presidente levantou a sessão se

tumulto tinha cessado, ou crescerá ao contrario? -

Resposta:

- Estava no seu auge -

3.º ponto

Si no dia 11 a república continuou sua marcha pela agitação do povo que concorria ás galerias?

Resposta:

Não houve tumulto. Havia, porém, muita gente, que foi retirada logo que constou que grande força encaminhava-se ao Paço da Câmara.

Penso que deira dar-lhe amplos esclarecimentos, e ainda conservarei os apontamentos que tinha para um dia escrever a historia desses acontecimentos, mas, ~~estou~~ inutilmente, porque ainda seria muito cedo, por mais tempo que eu viva, para tocar em factos, que interessam a muitos indivíduos, uns ainda vivos, ainda que poucos, e outros, que tomam muito a peito a causa dos que deiscaram de existir, e como tendo a pieira ver-me em talves, como diz o poeta, laudatur ab his, ~~et~~ culpatur ab illis, sem ter, entretanto, de tudo quanto avance a certeza que tenho, quando, interpreto fielmente os meus sentimentos, affirmo a V. Ex. que cordialmente me presso de ser

Seu m.º att.º por amor e respeito ao

17 de Novembro de 1863.

Visconde de Albuquerque

215. **[Rio de Janeiro], 21 jul.1868** – bilhete⁸²⁸ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Parece-me que o Damião não havia de dizer-me que pedira sua demissão se não o tivesse feito.

O vapor parte de tarde e ainda tenho tempo de assinar outro decreto.

Se falo assim é porque sempre desejo evitar, quando é possível, um modo menos conciliador de conseguir o mesmo fim.

D. Pedro 2.^{o829}

216. **[Rio de Janeiro], 12 ago.1868** – bilhete⁸³⁰ de D. Pedro II.

A questão preliminar é delicada. Há acórdão ou relação em contrário ao parecer da seção, mas eu adoto este; porque julgo que o princípio, que cumpre respeitar, é o da lei, cuja pena deve ser imposta quando se perpetrar o crime. Em todo o caso comutarei na imediata.

12 d'agosto de 1868.

217. **[Rio de Janeiro], 13 ago.1868** – bilhete⁸³¹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Sem ter tempo de examinar o fato a que se refere a carta que acompanha o ofício do vice-presidente de Minas; mas à vista da representação deste e do parecer do Ministério aguardo o decreto para assiná-lo. Basta mandá-lo na pasta; não é preciso que o Sr. venha.

D. Pedro 2.^o

⁸²⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:114).

⁸²⁹ Cf. carta 133.

⁸³⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:115).

⁸³¹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:114).

218. **[Rio de Janeiro], 14 ago.1868** – bilhete⁸³² de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Se a sua opinião em tese não se verifica no fato eu perdoo ao réu se ele já não tem cumprido toda a pena. Contudo julgo pela decisão da relação que o juiz aplicou a pena da lei.

14 de agosto de 1868.

219. **[Rio de Janeiro], 14 ago.1868** – bilhete⁸³³ de D. Pedro II.

Como parecer

Não quero se mande à seção a petição de Pais Barreto: pois não era de pena capital, nem envolvia questão de direito.

220. **[Rio de Janeiro], 14 ago.1868** – bilhete⁸³⁴ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

As petições que não levam nota estão no caso de ser indeferidas.

D. Pedro 2.º

221. **[Rio de Janeiro], 31 ago.1868** – bilhete⁸³⁵ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Conheço o Padre Toledo desde 1842 e sei que sua influência é má. Costa Guimarães atual Delegado de Taubaté casou uma filha com um filho do Padre Toledo e tendo sido liberal a princípio virou-se conservador desde a presidência do Homem de Melo. O conhecimento que infelizmente tenho da política, segundo alguns a compreendem por força faz-me recear o que sucedeu, e a publicação feita no *Jornal do Comércio* de hoje, e os papéis que o Sr. me mandou e restituo não mudaram a minha opinião; Costa Guimarães procedeu como partidário embora eu não possa desde já formar juízo [...] seguro a respeito de alguns dos delitos que se imputam ao Moreira de Barros que julgo

⁸³² A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:115).

⁸³³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:115).

⁸³⁴ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:115).

⁸³⁵ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:116).

homem íntegro e mostrou muito espírito de justiça na presidência das Alagoas. Não sei como o compreenderam nos artigos 265 e 273 do Código Criminal.

Também foi nomeado delegado do termo de Paraibuna em São Paulo um indivíduo acusado com muito fundamento de ter tentado contra vida de agente consular Português da localidade. Examine esses jornais.

Admira que um vice-presidente paulista não saiba de certos fatos, mas assim acontece quando as influências locais é que apontam os nomes dos escolhidos e são estes em grande número.

D. Pedro 2.º

222. **[Rio de Janeiro], 3 set.1868** – bilhete⁸³⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Os sucessos da Bahia têm sido muito lamentáveis e cumpre punir os culpados.

A linguagem do comandante superior interino de Lençóis é muito exagerada, assim como a do comandante do destacamento Érico, que muito bem demitido foi.

Chamo sua atenção para o artigo que cortei dum jornal da Bahia.

*D. Pedro 2.º*⁸³⁷

223. **[Rio de Janeiro], 5 set.1868** – bilhete⁸³⁸ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Mande as consultas que estão dependentes de solução.

É preciso adiantar o despacho destes papéis. Até o próximo despacho aviarei essas consultas e depois irá me mandando as petições de graças já instruídas.

D. Pedro 2.º

224. **[Rio de Janeiro], 7 set.1868** – bilhete⁸³⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Há dias que leio queixas nas folhas contra autoridades da Glória e aí é que já se deram distúrbios tendo aparecido capangas no princípio do processo eleitoral.

⁸³⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:120-121).

⁸³⁷ Nota-se, neste bilhete, a preocupação com os conflitos do período que antecedeu as eleições de 07/09/1868.

⁸³⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:121).

⁸³⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:116-117).

Espero que o chefe de Polícia vigiará [sic] o procedimento dos seus subordinados e proporá de pronto as medidas necessárias, podendo o Sr. mandar-me os decretos judiciais a qualquer hora. Hoje estou aqui no Paço da cidade e depois à volta do teatro em S. Cristóvão.

Há um telegrama sem número, talvez 11.º ou 12.º, e falta um destes.

D. Pedro 2.º

7 de 7br.º de 1868.

É bom desmentir quanto antes as oficie ao *Diário do Povo* no que ele diz dos Arsenais e tudo mais que pode exacerbar paixões.

225. **[Rio de Janeiro], 8 set.1868** – bilhete⁸⁴⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

O telegrama 26 agradou-me. Temia que a oposição volte [sic] a pleitear a eleição nas outras freguesias. Lerei o que disserem as folhas d'amanhã em resposta ao *Diário do Povo*; sua resposta documentada, e de caráter oficial é que inspirará confiança.

D. Pedro 2.º

8 de 7br.º de 1868.⁸⁴¹

226. **[Rio de Janeiro], 8 set.1868** – bilhete⁸⁴² de D. Pedro II.

Rio, 8 de 7br.º de 1868.

Sr. Alencar.

Muito folgo com a sua declaração a respeito das eleições, e espero que se tenha realizado o que sempre desejei; inteira liberdade de voto conforme nossos maus hábitos o permitem por ora; mas dando a autoridade o bom exemplo.

D. Pedro 2.º

⁸⁴⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:117).

⁸⁴¹ Cf. carta 135.

⁸⁴² A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:117).

227. [Rio de Janeiro], 8 set.1868 – bilhete⁸⁴³ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Convém que sejam desmentidas quanto antes, as asserções do *Diário do Povo* de hoje relativas ao processo eleitoral.

Como têm aparecido tantos inspetores de quartirão e outras autoridades a tomarem nota dos votantes?

Há muita exageração provavelmente no artigo; mas eu sei infelizmente o que são as eleições entre nós.

Que tem havido hoje? Mande-me os telegramas.

D. Pedro 2.^a

8 de 7br.º de 1868

228. [Rio de Janeiro], 9 set.1868 – bilhete⁸⁴⁴ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Como tem corrido o processo eleitoral?

Já falei em despacho sobre a declaração dos motivos da abstenção do partido liberal nas eleições, e cumpre que se tirem bem a limpo as petas arguidas; porque a ilusão não deve durar, e se pessoas tão conceituadas, como vejo assinadas na declaração, a fizeram sem exame consciencioso dos fatos, é indispensável que o público o saiba, por meio de declarações, outro meio baseado em documentos ou afiançado pelos nomes dos que as assinarem fazendo-as de modo a pelo menos darem lugar a que se examinem asserções que não sejam vagas. No boletim eleitoral publicado pela polícia vejo que não há precisão em certos pontos. O fato de aliciação de votos nos Arsenais, embora eu não culpe os diretores, seria muito grave. Há muitos chefes inferiores neles e o que eles recomendarem a seus inferiores não pode considerar-se como meio pedido.

Enfim espero que pelo menos o governo ficará bem escoimado perante o público das acusações feitas a indivíduos, cujo procedimento ele tem dever e direito de vigiar.

D. Pedro 2.º

9 de 7br.º de 1868⁸⁴⁵

⁸⁴³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:121).

⁸⁴⁴ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:118).

⁸⁴⁵ Cf. carta 136.

229. **[Rio de Janeiro], 11 set.1868** – bilhete⁸⁴⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

O Presidente de São Paulo teria motivo para mandar o chefe de Polícia a Taubaté a fim de julgar o procedimento do delegado; mas eu pela leitura do processo e de tudo o que tem publicado as folhas entendo que o delegado não pode continuar como tal.

Vi hoje a declaração do Lamego; mas a acusação referiu-se a ambos os arsenais e nunca desconfiei do procedimento individual de seus diretores; mas o Sr. disse-me que estava colhendo documentos para contrariar acusações aliás tão vagas de declaração dos chefes da oposição, e eu aguardo a publicação que se fizer.

D. Pedro 2.º

11 de 7br.º de 1868.

230. **[Rio de Janeiro], 18 set.1868** – bilhete⁸⁴⁷ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Nada digo de Pernambuco porque não tenho ainda todos os atos precisos para julgar de como lá se tem feito as eleições; mas, como sabe, muito espero do caráter do Conde de Baependi.

O presidente da Bahia mostrou querer ser justo, mas eu não conservarei o novo comandante do destacamento que quis entrar em Lençóis com o Calmon de cujo caráter já tive ocasião de lhe falar parecendo-me inconveniente sua reintegração no comando. A nomeação do Dr. Abreu para delegado de Lençóis acho-a muito acertada.

D. Pedro 2.º

18 de 7br.º de 1868.⁸⁴⁸

⁸⁴⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:118-119).

⁸⁴⁷ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:119).

⁸⁴⁸ Cf. carta 138.

231. **[Rio de Janeiro], 24 set.1868** – bilhete⁸⁴⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Angélica de Giovanni não está no caso de se perdoar, apesar do péssimo procedimento de Lubeck.

Cumpre pedir informações sobre a petição de Anastácio Gomes Ferreira. Os requerimentos que levam folha de canto dobrado tudo no caso de ser indeferidos.

A Luis Mariano dos Santos. Descontando-se o tempo em prisão simples, descontar a 6.^a parte.

Comutação da pena de José Lourenço da Silva conforme o Sr. consultou. Perdão aos outros; Antônio Pires Pinheiro só tem prevenções contra si.

D. Pedro 2.º

24 de 7br.º de 1868.

232. **[Rio de Janeiro], 28 set.1868** – bilhete⁸⁵⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Mando-lhe o número junto sobre guardas nacionais, que estão no destacamento da Fortaleza de Santa Cruz, onde acabo de estar.

D. Pedro 2.º

28 de 7br.º de 1868.⁸⁵¹

233. **[Rio de Janeiro], 26 out.1868** – bilhete⁸⁵² de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Perdoo aos réus, cujos requerimentos não levam canto de folha dobrado. Sem mais informações sobre a pretensão do réu Francisco Cordeiro Xavier não posso resolver.

⁸⁴⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:119-120).

⁸⁵⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:120).

⁸⁵¹ Cf. carta 139.

⁸⁵² A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:120).

Conte-se ao réu José Alvarim o tempo que esteve preso antes da sentença condenatória.

D. Pedro 2.º

234. **[Rio de Janeiro], 18 nov.1868** – bilhete⁸⁵³ de D. Pedro II.

Qual o motivo da demora que consta do documento nº 1 ter havido na solução por parte do Ministério da Justiça da dúvida que suscitou a execução do decreto de comutação de Antônio Pereira de Melo?

Pelos papéis que examinei e o que me consta das relações em que se achavam as autoridades judiciais e policiais de Paranaguá, inclino-me a pensar que o Juiz Municipal Correia demorou em seu poder os autos contrariamente ao que devia.

Li num diário que em São Paulo estavam recrutando empregados da linha telegráfica da Corte para Santos, o que muito prejudica o serviço.

18 de 9br.º de 1868

235. **[Rio de Janeiro], 13 dez.1868** – bilhete⁸⁵⁴ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Entendo que o subdelegado da Glória não cumpriu a lei, mas levado pelo mau hábito em que estão as autoridades policiais de prenderem [...] escrúpulos; e o que somente se [...] pelo castigo de quem assim procede, ou pelo menos [...] reprovação de tais atos [...] só depende do Governo.

[...] informação sobre a prisão de [...] Soares do Nascimento na freguesia [...] Bom Conselho não me convence [...] que ele não fosse esperado e pro[va] que as autoridades acham mais fácil meter os presos no tronco.

Não achei nos *Jornais da Bahia*, que recebi, a promoção contra os indigitados réus do espancamento de Pedro Muniz.

D. Pedro 2.º

13 de 10br.º de 1868

⁸⁵³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:122).

⁸⁵⁴ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:122).

236. **[Rio de Janeiro], 14 dez.1868** – bilhete⁸⁵⁵ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Esteve cá a família de Vicente José Ramos e trouxe-me copiados 5 requerimentos feitos ao chefe de Polícia e ao Sr.

Não os mando; porque já o Sr. conhece seu conteúdo.

Referem que o urbano que promoveu rumor pronunciado a 6 no artigo 116 do Código e pelo que também tenho lido nas folhas públicas cumpre examinar como procedeu esse urbano.

A Justiça decidirá, e foi isto que eu disse, quando me entregaram os papéis.

D. Pedro 2.º

14 de 10br.º de 1868

Esqueceu declinar no decreto incluso relativo ao réu José Gomes da Silva Ribeiro que a pena será cumprida na Ilha de Fernando.

237. **[Rio de Janeiro], 30 dez.1868** – bilhete⁸⁵⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Perdoo a Antônio Maria Pinto, por ter já cumprido a pena em que comutaria àquela, a que foi condenado, se em tempo houvesse eu considerado o parecer do diretor geral da Secretaria, embora não entre eu na apreciação da 2ª questão que ele suscita; a Emídio Machado da Silveira e sua mulher, a Hilário Ramos de Oliveira, e a Miguel Rodrigues da Silveira.

Para resolver a respeito dos requerimentos de Manuel José de Sousa Leite e de Bento Lopes da Cunha, careço de saber como o 1º procedeu, na qualidade tomada de urbanos, com referência sobretudo às acusações de que forma o processo, e José Rodrigues da Silva, na qualidade de delegado de Vila-Bela, em relação às acusações que lhe fizeram Rodovalho e Irmão constam da *Revista Comercial* de 21 de maio de 1867.

Julgam ter recebido o novo requerimento de Manuel Eufrásio Correia; porém não o tenho encontrado.

D. Pedro 2.º

30 de 10br.º de 1868

⁸⁵⁵ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:123).

⁸⁵⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:123-124).

238. **[Rio de Janeiro], 3 jan.1869** – bilhete⁸⁵⁷ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Joaquim Breves fez chegar a meu conhecimento o papel incluso.

Julgo que é preciso olhar com toda atenção para o estado da Comarca de S. João do Príncipe. As eleições ontem à parte.

D. Pedro 2.º

239. **[Rio de Janeiro], 6 jan.1869** – bilhete⁸⁵⁸ de D. Pedro II.

P.^a o Ministro da Justiça

Creio que o pretendente pode pagar 200\$000 para o principal estabelecimento de caridade de Paranaguá.

Entendo que não convém que o suplicante continue a ser delegado de Paranaguá, sobretudo durante esta época eleitoral.

O Juiz de Direito Belarmino tem me falado sobre seu despacho para qualquer comarca onde possa educar os filhos. Respondi-lhe que falaria ao Sr., e concorreria para que o interesse geral se conciliasse com o dele; pois o tenho na conta de bom magistrado.

240. **[Rio de Janeiro], 9 jan.1869** – bilhete⁸⁵⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Não veio o ofício que motivou a repreensão ao ex-tenente-coronel João Crisóstomo Monteiro.

Da leitura dos papéis depreendo que o guarda-nacional Marcelino Carlos Pinto não procedeu conforme a disciplina, o razão alegada no requerimento de passagem dum batalhão para outro parece fútil.

D. Pedro 2.º

⁸⁵⁷ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:124).

⁸⁵⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:124).

⁸⁵⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:125).

241. **[Rio de Janeiro], 18 jan.1869** – bilhete⁸⁶⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Perdoo aos réus Manuel dos Reis e Sousa; Dâmaso Marques do Vale, e Bartom Wembec.

Desejo saber que idade tem Frederico Cabindo.

Ainda estou examinando o processo de José Esteves de Siqueira Junior.

D. Pedro 2.º

242. **[Rio de Janeiro], 31 jan.1869** – bilhete⁸⁶¹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Como vai o processo eleitoral? Provavelmente sem luta legal, infelizmente.

*D. Pedro 2.º*⁸⁶²

243. **[Rio de Janeiro], 1 fev.1869** – bilhete⁸⁶³ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Não veio a carta do chefe de Polícia sobre as ocorrências eleitorais da Ilha do Governador.

Parece-me que chamei sua atenção para os precedentes de João Nunes Barreto, quando foi proposto como Juiz Municipal do Patrocínio, e não sei como Sr. Secretário da Justiça não são conhecidos os atos do que já serviram cargos judiciários.

*D. Pedro 2.º*⁸⁶⁴

244. **[Rio de Janeiro], 2 fev.1869** – bilhete⁸⁶⁵ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Não achei a carta do chefe de Polícia entre os papéis que ontem me mandou.

O chefe de Polícia não foi para S. João do Príncipe?

⁸⁶⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:125).

⁸⁶¹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:125).

⁸⁶² O monarca refere-se às eleições para a Câmara dos Deputados, realizadas em 25/04/1869.

⁸⁶³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:126).

⁸⁶⁴ Cf. cartas 145 e 146.

⁸⁶⁵ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:126).

Amanhã, nos diários começarei a informar-me do que houve no Passa-Três. Já disse o que pensava dos contrários a Joaquim Bueno.

D. Pedro 2.º

245. [Rio de Janeiro], 17 fev.1869 – bilhete⁸⁶⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Sem mais informações hesito em perdoar ao réu João Filipe da Silva.

Perdoo aos réus: Joaquim Teodoro Persinto; Raimundo Dias de Macedo e Josefino Lopes de Figueiredo.

D. Pedro 2.º

246. [Rio de Janeiro], 3 mar.1869 – bilhete⁸⁶⁷ de D. Pedro II.

Justiça [sic]

A nomeação do filho do Barão do Turvo para assistir à eleição de *Passa-Três* não foi acertada.

O auto de corpo-de-delito é muito insuficiente.

A prisão de Vitor Tertuliano feita pelo subdelegado dos Prazeres na Bahia não me parece ter sido legal.

Chamo a atenção para as nomeações da polícia de Franca de que fala a Correspondência do suplemento do *Jornal do Comércio* de antes de ontem, e o que se diz na correspondência de Minas aí publicado a respeito do procedimento do presidente nas eleições dessa Província. A publicação do ofício do Barão de Pintangui no *Jornal do Comércio* de hoje exige que o Presidente de Minas prove que não desmerece do conceito em que o tinha e se firmou depois que lhe ouvi a declaração de como procederá na eleição.

Perdoarei a Davi Norato em dia de Sexta-feira maior.

Reserve outros processos devidamente informados para serem examinados nesse dia.

⁸⁶⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:126-127).

⁸⁶⁷ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:127).

247. **[Rio de Janeiro], 14 mar.1869** – bilhete⁸⁶⁸ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Perdoo aos réus Francisco José Gomes; Joaquim José de Magalhães Requião e Antônio Mina, lavrando-se o perdão deste no dia de Sexta-feira Santa.

Concordo com os pareceres da seção; devendo-se fazer o exame de sanidade no réu Adão, para que não deixe de cumprir-se o que dispõe o artigo 64 do Código Criminal.

Preciso de examinar o processo inicial de injúrias contra o réu Joaquim Bernardino de Sena.

D. Pedro 2.º

14 de março de 1869

248. **[Rio de Janeiro], 22 mar.1869** – bilhete⁸⁶⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Pela exposição de crédito vejo que ainda há juízes de direito avulsos. Algumas ajudas de custo parecem-me exageradas; como poderei especificar em despacho.

Desejo ter o ofício de 12 de fevereiro do Presidente da Relação e aviso em resposta de 29 do mesmo mês, e a correspondência por motivo da suspeição do Juiz dos Órfãos.

Noto que o chefe de Polícia referindo-se a ofício do delegado de Quixaromobim somente falou do Comandante-superior.

Sobre os requerimentos de graça resolvo deste modo:

José Simões Ramos; informe-se sobre a moléstia que ele alega; José Antônio Correia; providencie-se, conforme o parecer de Vitório de Barros, de 17 de 7br.º de 1867.

Comuto a pena de Joaquim José do Canto no mínimo.

Perdoo à Valeriano Demétrio da Silva; Joaquim Piumbi; Zeferino Soares; Pedro Lourenço da Silva; Pedro Gomes Faria Sambambaia; José Estasnislau de Moraes; Manuel Soares Ilheo; Aniceta; e Francisco José de Sousa.

Os decretos destas graças devem ser lavrados e assinados Sexta-feira Santa.

Mande-me requerimentos de perdão, que talvez possam voltar com as precisas informações até Sexta-feira Santa.

D. Pedro 2.º

⁸⁶⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:128).

⁸⁶⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:128-129).

249. **[Rio de Janeiro], 24 mar.1869** – bilhete⁸⁷⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Mande instruir estas petições. A do réu [...] talvez a possa examinar na 6^a fr.^a

D. Pedro 2.º

250. **[Rio de Janeiro], 26 mar.1869** – bilhete⁸⁷¹ de D. Pedro II.

Perdoo aos réus José Antônio de Sousa, Antônio Cabinda e Antônio Luís de Macedo.

Fica para examinar o processo de Manuel José de Campos.

Venham os processos e informações sobre os réus por quem pediu o Capelão da Casa de Correição, menos os que foram já perdoados e Manuel José de Campos.

251. **[Rio de Janeiro], 2 abr.1869** – bilhete⁸⁷² de D. Pedro II.

Para o Ministro da Justiça.

Não julgo suficientes as informações e noto o pedido de mais força nas vésperas das eleições.

Lembro a cópia da correspondência entre o Ministério da Justiça e o Presidente da Relação do Rio, que há tempo pedi.

Desejo ser informado sobre a prisão do guarda-nacional Azevedo, de que tem falado há dias as folhas públicas.

252. **[Rio de Janeiro], 12 abr.1869** – bilhete⁸⁷³ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Pelos ofícios que restituo do Chefe de Polícia parece que ele conhecia o ajuste a respeito dos passageiros que as autoridades hajam de fazer desembarcar de paquetes estrangeiros e que o cumpriu; mas o Sr. disse-me que era desaprovado o procedimento

⁸⁷⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:129).

⁸⁷¹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:129).

⁸⁷² A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:129-130).

⁸⁷³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:130).

do Chefe de Polícia, e talvez o seja por não se haver dado o caso de poder ser detido esse passageiro.

O Azevedo foi solto?

Creio que conviria que se publicasse sua soltura e o dia dela.

D. Pedro 2.º

253. **[Rio de Janeiro], 26 abr.1869** – bilhete⁸⁷⁴ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

A informação é pouco satisfatória.

Naturalmente publicar-se-á o discurso, e ninguém mais do que eu deseja que as eleições d'ontem provem, sobretudo, como elas tem se feito, a estragar politicamente nossa pátria, melhorem por meio da reforma.

D. Pedro 2.º

254. **[Rio de Janeiro], 28 abr.1869** – bilhete⁸⁷⁵ de D. Pedro II.

[Ao Ministro da] Justiça.

Comparando a Proposta com uma lista anexa reparei que oficiais das residências muito distantes entre si fazem parte das mesmas companhias.

Provavelmente esta proposta devia ter sido precedida de outras informações que não estão juntas.

255. **Rio de Janeiro, 7 maio 1869** – bilhete⁸⁷⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Restituo a parte noticiosa de seu relatório. Apenas lembro a supressão de algumas palavras, onde uma cruz a lápis.

Estive examinando o projeto dele de organização judiciária.

⁸⁷⁴ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:130).

⁸⁷⁵ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:131).

⁸⁷⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:131).

Sobre as propostas que faz em sua carta de ontem falaremos quando nos encontrarmos.

D. Pedro 2.º

256. **[Rio de Janeiro], 1 jul.1869** – bilhete⁸⁷⁷ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Nenhum dos peticionários cujos requerimentos se acham estão no caso de graças.

Não vieram as informações que pedi sobre o procedimento do delegado do termo de Vila Bela do Príncipe de que trata a petição do Barão Lopes da Cunha.

A de Antônio Ribeiro de Meireles não está devidamente instruída.

D. Pedro 2.º

257. **[Rio de Janeiro], 5 jul.1869** – bilhete⁸⁷⁸ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Espero-o hoje às 6 1/2.

Respondo agora 3 horas; porque estive na cidade.

D. Pedro 2.º

258. **[Rio de Janeiro], 7 set.1869** – bilhete⁸⁷⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

É preciso não demorar a nomeação de Juiz Municipal para Lençóis. A força que o Vice-Presidente mandou é pequena e cumpre investigar os motivos das duas desordens.

Como lhe disse o ex-presidente do Peru Prado chegou no Paraná e exigem a prudência e nossas relações com o atual governo dessa República que se procure saber qual o seu procedimento em relação aos dois vapores no Império, e no *Rio da Prata* para onde ele provavelmente há de seguir se não seguiu já.

Os papéis relativos ao atentado contra o Juiz Municipal de *Maria-Pereira* revelam falta de providência de parte da presente administração da Província do Ceará e

⁸⁷⁷ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:131-132).

⁸⁷⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:132).

⁸⁷⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:132-133).

desejaria mesmo que não se demorasse até 18 dias quanto a demissão do antigo delegado militar e a viagem do novo para o seu termo, se partiu nesse mesmo dia.

D. Pedro 2.º

7 de 7br.º de 1869

259. **[Rio de Janeiro], 9 set.1869** – bilhete⁸⁸⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Perdoo aos réus Antônio Raimundo de Araújo e Albino Ribeiro da Cunha.

Resolvo como parecer as consultas da seção de Justiça sobre as petições de graça que restituo assim como outros processos que acabo de examinar.

D. Pedro 2.º

9 de 7br.º de 1869

260. **[Rio de Janeiro], 10 set.1869** – bilhete⁸⁸¹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Desejo ter até 3^a fr.^a da semana que vem informações a respeito de José Pedro da Silva Mascarenhas, quanto ao processo, que ele sofreu, e no qual foi absolvido pelo Júri, no mês de julho.

D. Pedro 2.º

10 de 7br.º de 1869

261. **[Rio de Janeiro], 14 set.1869** – bilhete⁸⁸² de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Logo que tiver as informações a respeito do Mascarenhas, mande-mas.

D. Pedro 2.º

⁸⁸⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:133).

⁸⁸¹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:133).

⁸⁸² A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:133).

262. [Rio de Janeiro], 18 set.1869 – bilhete⁸⁸³ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Desejo ler um extrato dos números do periódico “Liberal” de que falam os ofícios do Presidente das Alagoas. Espero que a eleição nova de S. Miguel não seja como a de 7 de setembro do ano passado. O delegado de então foi conservado?

Parece-me que Antônio Rodrigues dos Santos não foi regularmente pronunciado em Catolé e o delegado não podia demorar o andamento do processo.

Ler atentamente a correspondência da Bahia do *Jornal do Comércio* de hoje, e o que nele se publicou a respeito dos sucessos de Lençóis. O que disse o Dr. Ramos servirá para esclarecimento do Governo; pois cumpre ouvir sempre as duas partes. Convém por isso muito publicar logo as informações, que o Governo receber das autoridades, sobre as censuras que se lhes fizerem.

D. Pedro 2.^o⁸⁸⁴

263. [Rio de Janeiro], 25 set.1869 – bilhete⁸⁸⁵ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Do que marquei nos ofícios a respeito dos negócios de Lençóis já me [...] respeito administração como penso sobre este assunto.

Quando vai o Juiz municipal? A [...] é urgente. Se não houver muito cuidado pode reaparecer a desordem.

Veja o que pode fazer a bem da pessoa que me entregou a inclusa exposição.

D. Pedro 2.^o

25 de 7br.^o de 1869

⁸⁸³ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:134).

⁸⁸⁴ Cf. carta 169.

⁸⁸⁵ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:134).

264. **[Rio de Janeiro], 9 out.1869** – bilhete⁸⁸⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Tenho dúvida de admitir a opinião do Juiz de Direito, sobre a natureza do crime, pelo qual foi condenado o Dr. Almeida Bahia, mas desejo ouvir ainda o parecer do Sr. a fim de saber se devo perdoar ou comutar a pena.

Noto que, sendo o requerimento do Dr. Bahia de julho, só me chegasse hoje devidamente instruído, visto influir a resolução sobre o exercício de direitos importantes do peticionário.

*D. Pedro 2.*⁸⁸⁷

265. **[Rio de Janeiro], 17 out.1869** – bilhete⁸⁸⁸ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Em relação ao decreto declarando avulso o Juiz de Direito Afonso de Carvalho, refiro-me ao que escrevi ontem a seu colega de Império, sobre a proposta daquele individuo para presidente de S. Catarina.

A leitura do ofício do vice-presidente da Bahia de 11 do corrente toma ainda mais necessária, segundo penso, a ida do Chefe de Polícia a comarca dos Lençóis.

Sobre a natureza do crime cometido em Lençóis nada posso dizer por isso, senão que o estão aí capitulando de sedição, e que se tal crime se cometeu a fala do encerramento da Assembleia Geral legislativa não podia assegurar que durante a sessão legislativa não fosse perturbada a tranquilidade pública.

Mas tudo isto é de pouca importância à vista da necessidade de que os cargos policiais nessa comarca não sejam ocupados por quem alimente abusos. Por isso insisto na ida do Chefe de Polícia, da qual o vice-presidente da Bahia nada diz. A moderação não deve ser unicamente empregada para com o Spínola, e cumpre que isto se recomende ao presidente.

D. Pedro 2.^o

⁸⁸⁶ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:135).

⁸⁸⁷ Cf. carta 174.

⁸⁸⁸ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:135).

266. **[Rio de Janeiro], 20 out.1869** – bilhete⁸⁸⁹ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Das petições de graça resolvo: como pede, relativamente às de João Joaquim Alves de Azevedo; José Alves de Matos, e Manuel Pereira Ferraz, parecendo-me que o segundo devesse ter sido processado por um crime de calúnia.

Cumpre mandar examinar por alguma junta o estado sanitário do réu Manuel Bernardes da Silva, para depois decidir o que for justo.

D. Pedro 2.º

267. **[Rio de Janeiro], 23 out.1869** – bilhete⁸⁹⁰ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Vai assinado o decreto de remoção do Moreira, feita segundo a opinião do Sr.; porém não conforme o que penso por mim a respeito do fundamento da remoção.

Creio que convém examinar ainda o que se deu com João da Cunha Correia.

*D. Pedro 2.º*⁸⁹¹

268. **[Rio de Janeiro], sem data** – bilhete⁸⁹² de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

A justificação do plano de organização do 8.º batalhão não veio datado e assinado, ou falta alguma página?

Servirá o oficial de secretário Gesteira o lugar de quartel-mestre também como o proposto, tendo aquele as obrigações de seu emprego?

Noto a falta da proposta de João José da Silva Melo para alferes.

Justiça

A informação do Comandante do Corpo de Urbanos não satisfaz, e são precisos exemplos para que haja de parte dos oficiais e soldados desse corpo o procedimento que devem ter.

⁸⁸⁹ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:136).

⁸⁹⁰ A transcrição integral do bilhete encontra-se em Menezes (1977a:136).

⁸⁹¹ Cf. carta 177.

⁸⁹² O bilhete encontra-se integralmente transcrito em Menezes (1977a:113-114).

269. **Viena, 19 nov.1869** – carta⁸⁹³ do Barão de Itaúna.

Viena, 19 de novembro de 69

Exmo. Am.º e Sr. Cons.º Alencar.

Estou longe, muito longe das terras da pátria, mas um dia, ou talvez uma hora não se passa sem que ela e os amigos ocupem meu pensamento. Leio aqui o que se passa em nosso país, e essa leitura que me põe ao fato do que aí ocorre, deparou-me mais um motivo para fortificar mais e mais a estima que lhe consagro, e o distinto juízo em que sempre tive seu merecimento literário.

Receba pois um apertado abraço pelo seu magnífico discurso proferido no Senado em 3 de setembro por ocasião da discussão do orçamentos da justiça. Como ficou *pequenino* entre as mãos do – Fanadinho – o *esbelto e bonito* Sr. Zacarias!!!

Por tal fato meus cordiais parabéns. Adeus, meu amigo, aqui para pouco lhe posso prestar; mande-me porém suas ordens e verá que perto ou longe sou sempre com a maior cordialidade.

Seu amigo e patrício do C.

*Itaúna*⁸⁹⁴

270. **[Rio de Janeiro], 27 nov.1869** – bilhete⁸⁹⁵ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

O Chefe de Polícia deu-me parte do que houve hoje com os estudantes, mas julgo que ainda não estava informado de que alguns urbanos, feriram a alguns dos rapazes, que convém tratar, como tais, além de que toda a moderação, sem haver aliás falta de energia, é pouca em semelhantes ocasiões.

Espero que 2.ª fr.ª tudo se passe bem.

D. Pedro 2º

27 de 9bro. de 1869.

⁸⁹³ A transcrição integral da carta encontra-se na *Revista do Brasil* (nº 30, ano III, vol. VIII, p.174), de junho de 1918, e em Menezes (1977a:165-166); a parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:189).

⁸⁹⁴ Com esta carta, escrita na Áustria, Cândido Borges Monteiro parabeniza Alencar pelo discurso de 06/09/1869 cujo tema era Zacaria de Góes e Vasconcellos.

⁸⁹⁵ O bilhete encontra-se integralmente transcrito em Magalhães Jr. (1977:237) e em Menezes (1977a:136).

271. [Rio de Janeiro], 5 mar.1870 – carta⁸⁹⁶ de emissário não-identificado.

Conversei já com seu mano e nosso amigo Dr. Leonel; e combinamos o que nos parece melhor fazer-se. Parece-me inconveniente que morra o *16 de Julho*, que aliás tem tantos e tão bons elementos de vida: a sua morte agora poderia mesmo justificar o que disseram há pouco os adversários sem consciência e sem lealdade. Sinto não poder agora tomar parte ativa em quaisquer deliberações a respeito. Sigo amanhã para Porto Alegre, onde vou tomar o meu lugar de deputado provincial e para onde peço as suas ordens até abril. Já disse porém ao Leonel e agora lhe confirmo que o que V. Ex.^a e ele fizeram terá a minha plena e completa aprovação e adesão. A absoluta e ilimitada confiança que depositava no bom senso, critério, e alta inteligência, e elevado caráter de V. Ex.^a antes de ser Ministro e quando o era, permanece intacta ainda hoje, e espero permanecerá sempre.⁸⁹⁷

272. [Rio de Janeiro], 2 ago.1873 – carta⁸⁹⁸ do Visconde do Rio Branco.

Ilmo. Sr. Conselheiro José Martiniano de Alencar.

Tenho presente a sua carta de 5 de julho p. findo. Parece-me ela anunciar que o clima de sua província natal lhe vai restaurando as perdidas forças⁸⁹⁹, o que muito me alegra.

A intervenção de V. Exa. a favor da estrada de Baturité não é suspeita, mas legítima, e o seu juízo do mais alto valor para mim.

A sessão vai adiantada, e as aspirações provinciais ameaçam tudo complicar, à iniciativa de qualquer medida parcial, e por isso já se trata de uma autorização, que, se passar muito aproveitará a estrada de Baturité. Como quer que seja, fique V. Exa. certo

⁸⁹⁶ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:211).

⁸⁹⁷ Sabe-se apenas que esta missiva foi escrita por Silva Nunes, que se interessava pelo *Dezesseis de Julho*, considerado uma “trincheira contra o ‘poder pessoal’ de D. Pedro” (Viana Filho, 1979:211), embora o periódico, sem apoio político dos conservadores, viesse a encerrar suas atividades em julho de 1870.

⁸⁹⁸ A carta encontra-se integralmente transcrita Magalhães Jr. (1977:322) e em Garmes (1998:120); a transcrição parcial pode ser lida em Viana Filho (1979:254).

⁸⁹⁹ Referência à viagem de José de Alencar ao Ceará, em junho de 1873, realizada com a finalidade de amenizar problemas de saúde. É durante essa viagem que o escritor conhece João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), historiador cearense.

de que a sua intervenção neste negócio dá-lhe para mim um cunho de interesse público, e que farei quanto esteja de minha parte para que essa empresa seja auxiliada.

Sou, com profunda estima e consideração,

De V. Exa.

muito atento amigo e criado.

*Visconde do Rio Branco*⁹⁰⁰

273. **Lisboa, 8 set.1877** – carta⁹⁰¹ de Henriques Leal.

Exmo. amigo e Sr. Cons. José de Alencar

Lisboa, 8 de setembro de 1877.

Obrigadíssimo pela sua estimada carta de 21 de julho deste ano. Ainda mais obrigado pelos esforços que empregou para que me fosse mantida a comissão. Com a sinceridade de suas promessas contava eu, e por essa parte estava tão descansado que entendi ser-lhe ofensivo o importunar com cartas solicitando sua eficaz intervenção.

Tenho lido com muito interesse e indizível prazer seus triunfos oratórios, e admirame que tenha tido forças para estar sempre na brecha; só entranhado patriotismo e a consciência do dever obrigam-no a sacrificar assim uma saúde tão necessária e preciosa para a família e para as letras.

Com a chegada do Imperador é possível que haja mudança ministerial, e se entrar algum⁹⁰² de suas íntimas relações e que se avente mandar comissionários à exposição de Paris, rogo-lhe que interceda por mim lembrando que já está na Europa, sendo a ajuda de custo para passagens muito mais módica, que com mais umas 60 libras mensais de gratificação, além das que já tenho, e isto durante 3 ou 4 meses, será bastante. Com os conhecimentos de ciências naturais e outros mais creio que poderei observar e traçar um relatório que diga um pouco mais do que outros que têm aparecido sem trazer ao menos alguma utilidade prática.

⁹⁰⁰ O Visconde do Rio Branco responde à carta (número 198) de José de Alencar. A Estrada de Ferro do atual município cearense de Baturité, a primeira ferrovia do Ceará, foi inaugurada em 1873. A EFB nasceu da sociedade entre o Senador Thomas Pompeu de Sousa Brasil, Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), o negociante inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro civil José Pompeu de Albuquerque Cavalcante. Em 1910, a Estrada de Ferro de Baturité foi ligada à Estrada de Ferro de Sobral, dando origem à Rede de Viação Cearense.

⁹⁰¹ A carta encontra-se integralmente transcrita na *Revista do Brasil* (nº 26, ano III, vol. VII, p.169), de fevereiro de 1918, e em Menezes (1977a:154-55); a transcrição parcial pode ser lida em Magalhães Jr. (1977:367) e em Viana Filho (1979:275).

⁹⁰² O biógrafo Raimundo Magalhães Jr., inclui a palavra *ministro* neste trecho.

Com suas ocupações e lidas parlamentares nem mais se lembrou de mandar-me dizer a data da prisão do padre e do príncipe encoberto de que trata a *Sinópsia* do Abreu e Lima para que eu possa descobrir alguns pormenores no Limoeiro ou no Arquivo Ultramarino.

Está a parecer-me que com a mudança de gabinete terá fim o meu degredo e que volverei à pátria⁹⁰³. Então estreitaremos nossas relações, sendo tão semelhantes nossos hábitos de retiro e conchego de família.

Queira ter a bondade de receber e transmitir à exma. esposa e aos filhos os sentimentos de estima e de saudade de minha mulher, filhos e meus.

Creia-me com a maior estima e gratidão.

De V. Exa.

Am.º obr.º confr.e at.º e admirador

*Dr. Henriques Leal*⁹⁰⁴

274. **[Rio de Janeiro], sem data**⁹⁰⁵ – bilhete⁹⁰⁶ de D. Pedro II.

Sr. Alencar.

Mande-me hoje o que receber da Bahia sobre os sucessos de São Miguel, em Nazaré, e dos Lençóis⁹⁰⁷, que tanto me contrastam.

Espero que as autoridades mesmo inferiores não tenham concorrido para eles.

D. Pedro 2.º

Basta responder-me depois de 12, que só às 2 estarei de volta em casa.⁹⁰⁸

⁹⁰³ Henriques Leal refere-se ao término da gestão de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, chefe do gabinete conservador entre 1875 e 1878, que passaria o cargo para o Visconde de Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, primeiro-ministro liberal que ficaria no poder entre 1878 e 1880.

⁹⁰⁴ Pressentindo mudanças ministeriais com o retorno de D. Pedro II de sua segunda viagem ao exterior, o político maranhense que, em 1873 já tinha se correspondido com José de Alencar, pede auxílio ao escritor cearense mais uma vez; mas a “carta chegou à Corte quando Alencar já estava à morte” (Magalhães Jr., 1977:366).

⁹⁰⁵ Embora a data não esteja expressa no bilhete, sabe-se que se trata de setembro de 1868, período das ocorrências mencionadas.

⁹⁰⁶ O bilhete encontra-se integralmente transcrito em Menezes (1977a:113) e a transcrição parcial pode ser lida em Menezes (1977b:234).

⁹⁰⁷ É possível que o Imperador esteja se referindo aos atuais municípios baianos: São Miguel das Matas, Nazaré e Lençóis.

⁹⁰⁸ Resposta de D. Pedro II referente à carta sobre perturbações da ordem pública ocorridas na província da Bahia durante as eleições de 07/09/1868. Cf. carta 224.

275. **[Rio de Janeiro], sem data**⁹⁰⁹ – carta⁹¹⁰ do Visconde do Rio Branco.

Perdoe o meu zelo. Tive denúncia de que preparam-nos uma demonstração nas galerias, onde também temos amigos. Parece-me conveniente que V. Ex.^a recomende ao Chefe de Polícia que tome as cautelas de costume, sem aparato de força, para não parecer medo, nem provocação. V. Ex.^a, se ainda não falou com ele, pode chamá-lo aí à Secretaria enquanto nos espera.⁹¹¹

276. **[Rio de Janeiro], sem data** – carta⁹¹² do Visconde de Itaboraí.

Fui a São Cristóvão⁹¹³ e o Imperador explicou-me o motivo que o levou a desejar que se tomasse ainda uma deliberação sobre o Comandante da Guarda Nacional⁹¹⁴, mas terminou dizendo-me que não quer criar embaraços ao Ministério. Por muito ocupado, não posso hoje procurar V. Ex.^a: fá-lo-ei amanhã, antes do meio-dia, em sua casa ou na Secretaria. Sou, como devo,

De V. Ex.^a.

Col. e am.º mt.º obr.º

V. de Itaboraí

277. **[Rio de Janeiro], sem data**⁹¹⁵ – carta⁹¹⁶ do Visconde de Itaboraí.

Permita V. Exa. que eu dê como não recebida a sua carta de hoje. Parece-me que foi mal interpretado o que lhe comuniquei esta manhã. Peço-lhe que me diga quando poderei procurar a V. Exa. para explicar-lhe melhor o meu pensamento.⁹¹⁷

⁹⁰⁹ Embora a data da missiva não esteja exposta, trata-se de julho de 1868, período em que sobe ao poder o Ministério Itaboraí, conservador.

⁹¹⁰ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:160).

⁹¹¹ Com maioria liberal na Câmara, a subida de um gabinete conservador era como um “golpe de estado” desferido pelo ‘poder pessoal’ de D. Pedro (Viana Filho, 1979:160). Com receio da apresentação do novo ministério que, em geral, ocorria festivamente, Rio Branco, então Ministro dos Estrangeiros, escreveu a Alencar.

⁹¹² A carta encontra-se integralmente transcrita em Viana Filho (1979:181).

⁹¹³ Referência ao Palácio ou Paço de São Cristóvão, de onde D. Pedro II administrava o país.

⁹¹⁴ Trata-se de Manuel Antônio da Fonseca Costa (1803-1890).

⁹¹⁵ Ainda que a data da missiva não esteja expressa, trata-se de 15/12/1869, mesmo dia em que Antão Fernandes se demite do gabinete.

⁹¹⁶ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:192).

⁹¹⁷ Com a demissão de Antão Fernandes, Itaboraí vê-se obrigado a reorganizar o gabinete. Pede a José de Alencar que o autorize a comunicar a sua solicitação de afastamento a Cotegipe; no entanto, “sem que se

278. **[Rio de Janeiro], 4 jan.1870** – carta⁹¹⁸ do Visconde de Itaboraí.

Confidencial:

De acordo com os outros nossos colegas estou tentando a reorganização do Gabinete; mas não assentamos ainda na escolha dos novos Ministros; e por isso rogo a V. Exa. que me permita demorar mais alguns dias a exoneração que, pela sua carta de 23 do mês passado, me incumbiu de solicitar do Imperador.⁹¹⁹

279. **[Rio de Janeiro], sem data**⁹²⁰ – carta⁹²¹ do Visconde de Itaboraí.

Enviando-lhe junto o Decreto, pelo qual Sua Majestade o Imperador houve por bem conceder a V. Exa. a exoneração que pediu do cargo de Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, devo repetir-lhe que sinto vivamente ver o gabinete privado da esclarecida e muito valiosa coadjuvação de V. Exa.. Acredite que sou com a mais cordial afeição [...]

Visconde de Itaboraí

saiba por que” (Viana Filho, 1979:192), no mesmo dia, volta atrás em sua decisão; pede a Alencar que dê a carta como não recebida.

⁹¹⁸ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:192-193).

⁹¹⁹ Nova carta sobre a crise ministerial e a dificuldade que Itaboraí enfrentava para reorganizar o gabinete.

⁹²⁰ Embora a data não esteja expressa, é possível que a carta tenha sido redigida em 10/01/1870, logo após a exoneração de Alencar do ministério.

⁹²¹ A carta encontra-se parcialmente transcrita em Viana Filho (1979:194).

9. Notas expandidas da correspondência alencariana

Em uma tentativa de minimizar o número de notas de rodapé que estariam presentes no transcorrer da dissertação, assim como de evitar repetições desnecessárias, optou-se pela elaboração de três listagens que poderão auxiliar os leitores interessados nas seguintes informações: abreviaturas presentes na correspondência alencariana, dados biográficos dos correspondentes, e periódicos citados nas cartas.

9.1 ABREVIATURAS PRESENTES NA CORRESPONDÊNCIA

Presentes em praticamente todas as cartas, as abreviaturas eram elementos frequentes na prática escrita, na qual está incluída a composição de missivas, até o século XIX. Não se trata de termos fundamentais para o entendimento das mensagens – diferentemente do que ocorria nas cartas dos séculos precedentes –, mas sim de elementos gráficos que demonstram o nível de (im)pessoalidade da relação epistolar estabelecida.

Abreviaturas nos Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX, de Maria Helena Ochi Flexor, foi o livro consultado para a elaboração da lista de abreviaturas que se encontra na sequência (em ordem alfabética); das mais usuais nos séculos que a pesquisa da historiadora compreende – e, por isso, registradas – às variações que José de Alencar e seus correspondentes apresentam em seus textos epistolares.

ABREVIATURA	OBSERVAÇÕES
<i>admdor. / admor.</i>	as abreviaturas correspondem a <i>admirador</i> .
<i>afet.^o / af.so / afeto^o / aff.so / aft.</i>	as abreviaturas correspondem a <i>afetuoso</i> , utilizadas durante os séculos XVIII e XIX.
<i>am. / am.^o</i>	as abreviaturas correspondem a <i>amigo</i> , utilizadas do século XVII ao XIX.
<i>at.^o / at.</i>	as abreviaturas correspondem a <i>atencioso</i> , utilizadas do século XVIII ao XIX.

<i>coll.a / col. / col.^a</i>	as abreviaturas correspondem a <i>colega</i> , utilizadas no século XIX.
<i>c.^o / cr.do / cr.^o / crd.^o</i>	as abreviaturas correspondem a <i>criado</i> , utilizadas entre os séculos XVI e XIX.
<i>mt.^o / mto.</i>	as abreviaturas correspondem a <i>muito</i> , utilizadas entre os séculos XVI e XIX.
<i>obrg.^o / obrd.^o / obr.^o / obr. / obd.^o</i>	as abreviaturas correspondem a <i>obrigado</i> , utilizadas entre os séculos XVIII e XIX.
<i>p.p.</i>	a abreviatura corresponde a <i>próximo passado</i> , utilizada principalmente entre os séculos XVIII e XIX.
<i>patr.^o</i>	patrício
<i>respor / resp.^{or}</i>	as abreviaturas correspondem a <i>respeitador</i> , utilizadas no século XIX.
<i>S. C.</i>	São Cristóvão (RJ)
<i>Sas.</i>	a abreviatura corresponde a <i>senhoria</i> , utilizada entre os séculos XVIII e XIX.
<i>ven.^o / ven. / venor / vener. / vener.dor / vdor</i>	as abreviaturas correspondem a <i>venerador</i> , utilizadas durante o século XVIII.
<i>verd.^o</i>	verdadeiro
<i>7br.^o / 8br.^o / 9br.^o / 10br.^o</i>	as datas correspondem a <i>setembro, outubro, novembro e dezembro</i> , frequentemente utilizadas nos bilhetes redigidos por D. Pedro II; trata-se de referências usuais entre os séculos XVI e XIX.

9.2 DADOS BIOGRÁFICOS DOS CORRESPONDENTES

Sessenta e sete é o número de personalidades, da política e das letras, cujas missivas trocadas com José de Alencar encontram-se transcritas nesta dissertação. Para a elaboração da listagem que segue – contendo sucintos dados biográficos – foram consultados basicamente, além da bibliografia convencional, dois sites, o da Academia Brasileira de Letras (www.academia.org.br) e do Senado Federal (www.senado.gov.br), que muito auxiliaram na elaboração dos textos. Ressalta-se que os nomes foram grafados exatamente como aparecem nos cabeçalhos que acompanham as cartas.

Alphonse de Lamartine	Alphonse Marie Louis de Prat de Lamartine (1790-1869), escritor e político francês.
Américo Guimaraes	Américo Militão Freitas Guimaraes (1825-1896), político cearense; presidente da província do Ceará em 1889.
Ângelo Ferraz	Ângelo Moniz da Silva Ferraz (1812-1867), magistrado e político baiano.
Antônio Cunha	Antônio Luís Fernandes Cunha, Primeiro Secretário do Conservatório Dramático Brasileiro.
Auguste Sisson	Sébastien Auguste Sisson (1824-1893), biógrafo e desenhista natural da Alsácia e radicado no Rio de Janeiro em 1852. É considerado o “iniciador da caricatura de costumes e de sátira pessoal como parte integrante dos periódicos ilustrados” (Lima, 1963:94).
Augusto Zaluar	Augusto Emílio Zaluar (1826-1882), poeta e jornalista português que se mudou para o Rio de Janeiro em 1850.
Baptiste Garnier	Baptiste Louis Garnier (1823-1893), editor francês que se mudou para o Rio de Janeiro entre 1837 e 1838, onde abriu sua livraria (Pinheiro, 2004:01-02). A Garnier Frères, editora francesa, foi fundada em 1833 por Auguste (1812-1887) e Hyppolyte (1815-1911), irmãos de Baptiste Louis.
Barão de Cotegipe	João Maurício Wanderley (1815-1889), magistrado e político baiano.
Barão de Itaúna	Cândido Borges Monteiro (1812-1872), médico e político carioca.
Barão de Lucena	Henrique Pereira de Lucena (1835-1913), magistrado e político pernambucano.
Barão de Muritiba	Manuel Vieira Tosta (1807-1896), magistrado e político baiano.
Barão de Pinto Lima	Francisco Xavier Pinto Lima (1832-1901), o Barão de Pinto Lima, Ministro da Marinha (1864-1865) e presidente das províncias do Rio de Janeiro (1874-1878), Rio Grande do Sul (1870-1871) e São Paulo (1872).
Barão de Pirapama	Manoel Ignácio Cavalcanti de Lacerda (1799-1882), advogado e político pernambucano; senador entre 1850 e 1882.
Benjamin Galvão	Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), médico e filólogo gaúcho.
Carlos Gomes	Antônio Carlos Gomes (1836-1896), compositor brasileiro nascido em

	Campinas/SP.
Castro Alves	Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871), escritor baiano.
Conselheiro Pinto e Silva	Antônio Carlos da Costa Pinto e Silva (1827-1877) foi presidente das províncias da Paraíba, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro.
Conselheiro Sousa Ramos	José Ildefonso de Sousa Ramos (1812-1883), advogado e político mineiro.
D. Pedro II	D. Pedro II do Brasil ou Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (1825-1891), Imperador entre 1840 e 1889.
Diogo de Bivar	Diogo Soares da Silva de Bivar (1785-1865), advogado e jornalista português.
Domingos Jaguaribe	Trata-se de Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890), juiz e político cearense, primo de José de Alencar. Jaguaribe se casou com Clodes Alexandrina Santiago de Alencar, sobrinha do escritor, filha de Leonel de Alencar e de Maria Xavier da Silva Pereira de Carvalho.
Eusébio de Queirós	Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara (1812-1868), advogado angolano, Ministro da Justiça (1848-1852), Deputado-Geral e Senador pela província de Pernambuco entre 1854-1856 e 1861-1868.
Félix Ferreira	Segundo Kátia Garmes (1998:15), Félix Ferreira foi jornalista e amigo que trabalhou com José de Alencar no <i>Diário do Rio de Janeiro</i> .
Francisco de Oliveira Sobrinho	Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho (1844-1897), magistrado, político e escritor cearense.
Francisco Otaviano	Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), jornalista carioca.
Gomes de Castro	Augusto Olímpio Gomes de Castro (1836-1909), advogado e político maranhense; senador entre 1894 e 1909.
Gonçalves Dias	Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), poeta e dramaturgo maranhense.
Henriques Leal	Antônio Henriques Leal (1828-1885), político e escritor maranhense.
Hermann Kalkhul	Trata-se do guarda-livros da Livraria Garnier, ou seja, “empregado do comércio, ou profissional autônomo, que tinha por função fazer o registro da contabilidade e das transações de uma empresa de negócios, escriturando seus livros mercantis [Atualmente substituído pelo técnico em contabilidade, ou, quando se exige nível universitário, pelo contador.]”; definição extraída do <i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 1.0</i> .
João Andrade	João Alfredo Correia de Oliveira Andrade (1835-1915), político pernambucano.
João Serra	João Duarte Lisboa Serra (1818-1855), presidente da província da Bahia em 1848.
Joaquim Serra	Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888), jornalista, político e literato brasileiro.
Joaquim Sombra	Joaquim José de Sousa Sombra (1819-1911), militar cearense.
José de Vasconcelos	José Smith de Vasconcelos (1817-1903), ou Barão de Vasconcelos, aristocrata português.
José do Amaral	José Maria do Amaral (1813-1885), médico e advogado carioca.
José Torres	José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869), magistrado e político mineiro.

Júlio Ribeiro	Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), jornalista e escritor mineiro.
Justiniano da Rocha	Justiniano José da Rocha (1812-1862), jornalista, advogado e político carioca.
Juvenal Galeno	Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931), poeta cearense, autor de <i>Lendas e Canções Populares</i> (1865). Segundo Manoel Nobre (1974:109), “Juvenal Galeno se tornara a figura dominante no meio literário, chegando a montar uma tipografia denominada ‘do Comércio’, para publicar suas obras.
Leonel de Alencar	Leonel Martiniano de Alencar (1832-1921), irmão de José de Alencar; segundo filho da família.
Lúcio de Mendonça	Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909), jornalista, magistrado e escritor carioca; foi fundador da Academia Brasileira de Letras.
Luís Guimarães Júnior	Luís Caetano Guimarães Júnior (1847-1898), diplomata e escritor carioca.
Luis Maciel	Luis Inácio de Oliveira Maciel, político.
Luiz Pedreira	Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886), advogado e político carioca.
Machado de Assis	Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), escritor carioca.
Manuel de Assis Mascarenhas	Manuel de Assis Mascarenhas (1805-1867), magistrado e político goiano.
Marquês de Abrantes	Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865), advogado baiano e senador pela província do Ceará.
Marquês de Olinda	Pedro de Araújo Lima (1793-1870), político pernambucano.
Marquês de Paranaguá	João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), advogado e político piauiense.
Marques Lisboa	Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), militar gaúcho.
Nicolau Nogueira da Gama	Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama (1802-1897), político e militar mineiro; foi conselheiro imperial e visconde.
Paulino de Souza	Paulino José Soares de Souza II (1834-1901), político carioca.
Paulino Nogueira	Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1842-1908), advogado e político cearense.
Pereira da Silva	Trata-se, possivelmente, de José Luís A. Pereira da Silva.
Quintino Bocaiúva	Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva (1836-1912), jornalista e político carioca.
Salvador de Mendonça	Salvador de Menezes Drummond Furtado de Medonça (1841-1913), advogado, jornalista e escritor carioca.
Thomas Pompeu	Thomas Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), sacerdote e político cearense; foi duas vezes deputado além de ter exercido a função de senador pela província do Ceará entre 1865 e 1877.

Visconde de Benalcanfor	Ricardo Augusto Pereira Guimarães (1830-1889), português.
Visconde de Itaboraí	Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), jornalista e político carioca.
Visconde de Maranguape	Caetano Maria Lopes Gama (1795-1864), magistrado e político pernambucano.
Visconde de Ourém	José Carlos de Almeida Areias, (1825-1892), advogado e político carioca.
Visconde de Sapucaí	Cândido José de Araújo Viana (1793-1875), magistrado e político mineiro.
Visconde do Rio Branco	José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), jornalista e político baiano.
Visconti Coaracy	José Alves Visconti Coaracy (1837-1892), crítico teatral e romancista carioca; publicou <i>Amor que mata</i> (1873) e <i>Galeria Teatral</i> : esboços e caricaturas (1884).

9.3 PERIÓDICOS CITADOS NAS CARTAS

Foram, pelo menos, dez os periódicos frequentemente mencionados na correspondência alencariana. A seguir, apresentam-se alguns dados que lhes são referentes.

• *A Marmota Fluminense* (RJ, 1852-1857)

Com edições às terças e sextas-feiras, e impresso pela empresa tipográfica Dois de Dezembro, de Francisco de Paula Brito (impressor da Casa Imperial), o periódico *A Marmota Fluminense: jornal de modas e variedades* tinha como sua principal marca a “ampla liberdade de imprensa”; tratava-se de “uma série de publicações que apresentavam alguns ensaios de caricatura.”⁹²² Vale recordar que o periódico de Paula Brito sofreu mudanças de nome que, por vezes, podem causar transtornos aos pesquisadores: chamando-se inicialmente *A Marmota na Corte* (1849-1852), tornou-se *A Marmota Fluminense* (1852-1857), para finalmente denominar-se *A Marmota* (1857-1861 e 1864).

• *A República* (RJ, 1870)

Resultante da fusão dos jornais *Correio Nacional* e *Opinião Liberal*, *A República* foi veículo de divulgação do “célebre Manifesto do Partido Republicano”⁹²³, em dezembro de 1870. Quintino Bocaiúva foi um dos principais redatores do periódico, que começou a circular na capital do império durante as últimas décadas do século XIX. Tratava-se de um órgão do Partido Republicano Brasileiro e do Clube Republicano que, além de ter reunido “os melhores elementos da literatura e da imprensa [...] pregou a separação entre a Igreja e o Estado, combateu o castigo corporal nas forças armadas e defendeu a federação.”⁹²⁴

Cearense (CE, 1846-1891)⁹²⁵

Trata-se de um periódico citado em algumas das cartas da correspondência alencariana. No entanto, a proximidade de seu nome com o de outro jornal do mesmo século pode

⁹²² BAHIA, Juarez; opus citatum, p.73.

⁹²³ FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*, p.343.

⁹²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, p.244-245.

⁹²⁵ Todas as citações foram extraídas de NOBRE, Manoel Nourival. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, p.60, 67, 68, 82 e 181.

gerar mal-entendidos. Em 1825, “precisamente à véspera de empossar-se José Félix mais uma vez, na Presidência da Província [do Ceará], a 12 de janeiro, [publicou-se] *O Cearense*”. O artigo definido que acompanha o nome do jornal, que “teria atravessado um dos períodos mais conturbados da história cearense, pois [...] circulava ainda no ano de 1828”, o diferencia do periódico presente nas missivas de José de Alencar. O *Cearense*, de que fala o escritor-político, foi um jornal liberal que tinha como concorrente o *Pedro II*, de posicionamento conservador. Segundo Manoel Nobre, o “*Cearense*, aparecido a 4 de outubro de 1846, saiu da Imprensa Nacional de Barbosa, da Tipografia Brasileira de Paiva & Cia., das de Francisco Luís Vasconcelos e de João Evangelista e, finalmente, da sua própria. Os liberais, evidentemente, enfrentaram certas dificuldades para publicar o referido órgão, que, no entanto, somente desapareceu em 1891.” Ainda segundo o historiador, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, sobrinho de José de Alencar, foi um dos fundadores do *Cearense*, “órgão do Partido Liberal da Província do Ceará.”

• *Correio Mercantil* (RJ, 1848-1868)

O *Mercantil*, como pode ser encontrado nas cartas de Alencar, pertencia a Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, “que entregou a sua direção ao genro, Francisco Otaviano de Almeida Rosa [em 1853].” Por adotar uma “posição política [mais liberal que conservadora], no sentido partidário [,] era vibrante, movimentado, atraente, e logo se tornou o órgão mais difundido”⁹²⁶ de seu período de existência. Segundo Gondin da Fonseca⁹²⁷, “Machado de Assis foi revisor do *Correio* de 1858 a 1860.”

• *Dezesseis de Julho* (RJ, 1869-1870)

Segundo recordações do Visconde de Taunay⁹²⁸, em fins de 1869 – ainda ministro do Gabinete Itaboraí – José de Alencar e o irmão Leonel julgaram “[...] dever fundar a folha *16 de Julho* para [defesa] dos ataques e insinuações do jornal conservador *Diário do Rio*, que, segundo a voz geral, recebia inspirações diretas de outros membros prestigiosos do ministério, barão de Cotegipe e Paulino Souza.”

⁹²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, p.218.

⁹²⁷ FONSECA, Gondin; opus citatum, p.313.

⁹²⁸ TAUNAY, Affonso d’Escagnolle; opus citatum, p.178.

• *Diário do Rio de Janeiro* (RJ, 1821-1878)

O *Diário*, como muitas vezes aparece na correspondência de José de Alencar, foi o primeiro jornal diário publicado no Brasil. O periódico, fundado por Zeferino Vito de Meireles, teve sua circulação interrompida entre 1859 e 1860. “Machado de Assis, José de Alencar e Ferreira Viana [trabalharam] na redação do *Diário*, ou *Diário do Vintém*, como era popularmente chamado, por custar seu exemplar um pataco⁹²⁹ ou 40 réis.” Com linha editorial favorável à independência política do Brasil, “nos seus 57 anos de existência, o *Diário* muda várias vezes de posição política e de direção.”⁹³⁰

• *Jornal do Brasil* (RJ, 1891)

Ainda em circulação, O *Jornal do Brasil* foi fundado por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo. Nasceu “com a primeira Constituição Republicana” e teve como missão, segundo escreve Joaquim Nabuco pouco depois de sua fundação, “educar os nossos amos para a grande função neutra e nacional que lhes demos a 15 de novembro.” É válido lembrar que “antes do *Jornal do Brasil* de 1891, circulam dois outros [de mesmo nome]: um, de 1867, duas vezes na semana e só para assinantes, mantém-se até 1868; o outro, diário, é de 1871”⁹³¹ (1972 apud COTRIM e MASSON⁹³²; BAHIA, 1990:114).

• *Jornal do Comércio* (RJ, 1827)

O *Jornal do Commercio*, como era grafado, ainda existe. Quando fundado, tratava-se de “mais um exemplo de imprensa independente que [encontrou] espaço em meio às publicações predominantemente oficiosas, e provisórias, dessa fase. Sucede o *Diário Mercantil* (1824-27) como resultado de uma manobra política e comercial do seu fundador, o impressor Pierre Plancher-Seignot, [que] adquire de Francisco Manuel Ferreira & Cia., por um conto de réis, o título do *Diário Mercantil*. Seu propósito é editar, em lugar do *Diário*, o *Jornal do Commercio*, com seções de preços correntes, notícias marítimas, movimento de importação e exportação, que suas oficinas publicavam em folhetos.”⁹³³

⁹²⁹ Segundo definição do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (versão eletrônica), trata-se de “moeda antiga de bronze que valia 40 réis”.

⁹³⁰ BAHIA, Juarez; opus citatum, p.61-81.

⁹³¹ Ibidem, p.114.

⁹³² A referência completa é COTRIM, Álvaro e MASSON, Nonato. *Cadernos de jornalismo e comunicação*, jan-fev de 1972.

⁹³³ BAHIA, Juarez; opus citatum, p.39-40.

• *Questões do Dia* (RJ, 1871)

Segundo Gladstone Chaves de Melo⁹³⁴, a *Questões do Dia* era “uma revista-panfleto que se editou aqui no Brasil sob a orientação e coordenação de José Feliciano de Castilho, cujo pseudônimo era Lúcio Quinto [sic] Cincinato. Vários nela colaboraram, escolhendo cada qual um falso-nome”. O autor de *Alencar e a “língua brasileira”* acredita que só tenham sido publicados quarenta números “enfeixados em dois volumes: *Questões do Dia – Observações Políticas e Literárias*, escritas por vários e coordenadas por Lúcio Quinto Cincinato.”

• *O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos úteis* (RJ, 1877-1880)

Tendo como editor-chefe o português Augusto Emílio Zaluar, *O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos úteis*, tinha como objetivo estabelecer a “formação de um pensamento genuinamente brasileiro, no qual ciência e literatura tivessem um lugar de destaque.”⁹³⁵ A modernidade do periódico, que teve apenas quarenta números levados a público, encontrava-se na reunião e apresentação das novas ideias e inovações tecnológicas do período. Segundo Moema Vergara, *O Vulgarizador* “publicava em suas páginas tanto obras literárias de José de Alencar e Araripe Jr., quanto os trabalhos dos cientistas nacionais, como Batista de Lacerda e Barbosa Rodrigues”, além de textos que estimulavam a reflexão acerca do processo de libertação da mão-de-obra escrava.

⁹³⁴ MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a “língua brasileira”*, p.15-16.

⁹³⁵ VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência, Cultura e Público: periódicos científico-literários no Rio de Janeiro oitocentista*. Artigo publicado no XXIV Simpósio Nacional de História promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, p.01.

Referências

a) Obras de José de Alencar

ALENCAR, José de. *Obra Completa*, vols. I, II, III e IV. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.

ESTEVES, Manuel e PROENÇA, M. Cavalcanti (introdução e notas). *O Nosso Cancioneiro: cartas ao Sr. Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.

b) Obras sobre crítica textual e edótica

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Editora, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Humanitas, 2005.

CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil; GIL, Beatriz Daruj (org.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas nos Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Secretaria da Cultura e Arquivo do Estado de São Paulo, 2008.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Paleografia e Tipologia Documental*. São Paulo: Humanitas, 2010.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: EDUSP, 1994.

c) Obras sobre epistolografia

BECKER, Colette. “Le discours d’escorte: l’annotation et ses problèmes (à propos de la correspondance de Zola)” in FRANÇON, André; GOYARD, Claude (orgs.) *Les correspondances inédites*. Paris: Economica, 1984 (tradução para uso didático de Claudio Hiro).

BOUVET, Nora Esperanza. *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEMÉTRIO. *Sobre o estilo*. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini. *On Style*. Cambridge: Havard University Press, 1973.

DIAZ, Brigitte. *L’épistolaire ou la pensée nomade*. Paris: PUF, 2002.

DIAZ, José-Luiz (org.). *Romantisme: j’ai toujours aimé les correspondances*. Revue du dix-neuvième siècle (AIRE), nº 90. Paris, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Dunod, 1998.

LANSON, Gustave. *Essais de méthode de critique et d'histoire littéraire*. Paris: Hachette, 1965.

NEVES, Luiz Filipe Baêta. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Exercícios críticos: leituras do contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2008.

ROGER, Chartier. (org.). *La correspondence: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Fayard: Paris, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.); ROQUETTE, José Ignacio. *Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

d) Obras sobre José de Alencar

ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página: a dupla narrativa em José de Alencar*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *José de Alencar: perfil literário*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia, 1894.

ASSIS, Machado de. *Crítica Teatral*. Rio de Janeiro: Editora W. M. Jackson, 1959.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, 43^a ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis/INL/MEC, 1979.

CAMPATO JR., João Adalberto. *Retórica e Literatura: o Alencar Polemista nas Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Scortecci, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*, 11^a ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Cartas de Erasmo: José de Alencar*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Edusp, 1953.

COLARES, Otacílio. *Lembrados e Esquecidos III: ensaios sobre a literatura cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1977.

- ELIAS, Rita de Cássia. “O tísico José de Alencar e as porradas literárias”. *Revista Insight Inteligência*: outubro, novembro, dezembro de 2003, p.149-158.
- FARIA, João Roberto Gomes. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. (org.). *Machado de Assis: do teatro (textos críticos e escritos diversos)*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GARMES, Kátia Mendes. *Achados e esquecidos de José de Alencar: cartas e textos políticos*. São Paulo: dissertação de mestrado (FFLCH/USP), 1998.
- _____, Kátia Mendes. *O terrível amolador: romantismo e política em José de Alencar*. São Paulo: tese de doutorado (FFLCH/USP), 2004.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a “língua brasileira”*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1977a.
- _____, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977b.
- MOTTA, Arthur. *José de Alencar: o escritor e o político, sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1921.
- NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- ORICO, Oswaldo. *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1929.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.
- RIBEIRO, Maria Aparecida. “O saí e a serpente: diálogos entre José de Alencar e Pinheiro Chagas”, artigo publicado na *Revista de Letras*, nº 29(2), p.75-82, vol. 1 – jan./jul., 2009.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

PERIÓDICO

Revista do Brasil. São Paulo, 1918 (ano III), vols. VII, VIII e IX.

e) Obras sobre o século XIX

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

FONSECA, Gondin. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma-editora, 1941.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Brasília: Editora Souza, 1954.

GUINSBURG, Jacob (org.). *O Romantismo*, 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II: fastígio (1870-1880)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.

MEDAGLIA, Julio. *Música, maestro! do canto gregoriano ao sintetizador*. São Paulo: Globo, 2008.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986.

NOBRE, Manoel Nourival. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*, 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Baptiste Louis Garnier: o homem e o empresário*. Artigo publicado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa e Universidade Federal Fluminense, em 2004.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*, 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIVALDO, Coaracy. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Reminiscências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908.

VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência, Cultura e Público*: periódicos científico-literários no Rio de Janeiro oitocentista. Artigo publicado no XXIV Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, em 2007.

f) Outras obras consultadas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos, 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COUTINHO, Eduardo F. e OLIVEIRA, Teresa Cristina Meireles de. (orgs.). *Empréstimo de ouro*: cartas de Machado de Assis a Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

HINRICHS, Mary Stanley. *Le Cours Familier de Littérature de Lamartine*. Paris: Societé d'édition "Les Belles-Lettres", 1930.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Banco Sudameris-Brasil; Brasília: INL, 1988.

MINILLO, Márcia Maria; TONSO, Lívia de Caroli (coord.). *Dicionário Biográfico Universal Três*, 4 vols. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1983.

PINHO, Wanderley (org.); GUIMARAENS FILHO, Alphonsus (estabelecimento de texto). *Cartas de Francisco Otaviano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.

SILVA, Alberto da Costa e. *Castro Alves: um poeta sempre jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*: Wilde, Rilke e Tsvetaeva (os aventureiros do absoluto). Rio de Janeiro: Difel, 2011.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1981.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

Nova Enciclopédia Barsa. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 2000.

SITES CONSULTADOS (EM ORDEM CRONOLÓGICA DE ACESSO)

<http://gallica.bnf.fr/searchInPeriodique?spe=&arkPress=cb32751772x/date>, acesso em 02/02/11.

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?&fq=dc.contributor.author%3AAlves%2C%5C+Castro%2C%5C+1847%5C-1871>, acesso em 23/02/11.

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1640&li=11&lcab=1861-1863&lf=11, acesso em 01/03/2011.

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=708&sid=268>, acesso em 26/04/11.

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?&fq=dc.contributor.author%3ACoaracy%2C%5C+Jos%C3%A9%5C+Alves%5C+Visconti%2C%5C+1837%5C-1892>, acesso em 29/04/2011.

<http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/presidentes>, acesso em 05/05/2011.

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2071&li=27&lcab=1906-1908&lf=27, acesso em 05/05/2011.

<http://www.museusdoestado.rj.gov.br/teatro/PESQUISA/TEATRO%20NO%20RJ/O%20TEATRO%20NO%20RIO%20DE%20JANEIRO.pdf>, acesso em 04/08/11.

Anexos

ÍNDICE ONOMÁSTICO DOS CORRESPONDENTES DE JOSÉ DE ALENCAR⁹³⁶ (correspondências ativa e passiva)

	PÁGINAS
ALENCAR, Leonel de [Alencar, Leonel Martiniano de]	52, 54, 57
ALVES, Castro [Alves, Antônio Frederico de Castro]	162, 172
AMARAL, José do [Amaral, José Maria do]	372
ANDRADE, João [Andrade, João Alfredo Correia de Oliveira]	230
ASSIS, Machado de [Assis, Joaquim Maria Machado de]	122, 156
Barão de Cotegipe [Wanderley, João Maurício]	229
Barão de Itaúna [Monteiro, Cândido Borges]	405
Barão de Lucena [Lucena, Henrique Pereira de]	65, 304, 305, 321, 326, 332, 356, 358, 361, 362
Barão de Muritiba [Tosta, Manuel José Vieira]	269
Barão de Pinto Lima [Lima, Francisco Xavier Pinto]	41, 44
Barão de Pirapama [Lacerda, Manuel Inácio Cavalcanti de]	377
BIVAR, Diogo de [Bivar, Diogo Soares da Silva de]	151
BOCAIUVA, Quintino [Bocaiúva, Quintino Antônio Ferreira de Sousa]	80, 153
Câmara Municipal de Fortaleza	361
CARTAS-ABERTAS	143
CASTRO, Gomes de [Castro, Augusto Olímpio Gomes de]	81
CASTRO, Luís [Castro, Luís Joaquim d'Oliveira e]	142
COARACY, Visconti [Coaracy, José Alves Visconti]	135, 169
Conselheiro Cândido de Oliveira [Oliveira, Cândido Batista de]	373
Conselheiro João Viana	227, 375
Conselheiro Pinto e Silva [Silva, Antônio Carlos da Costa Pinto e]	235
Conselheiro Nicolau da Gama [Antonio do Vale Nogueira da Gama]	312
Conselheiro Sousa Ramos [Ramos, José Ildelfonso de Sousa]	224
Conselheiro Souza Ferreira	111
CUNHA, Antônio [Cunha, Antônio Luís Fernandes]	152

⁹³⁶ As indicações presentes no índice estão grafadas como aparecem nos cabeçalhos que acompanham as cartas; ao lado, encontra-se o nome completo de cada uma das referências.

D. Pedro II [Gonzaga, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael]	236, 239, 242, 245, 248, 252, 255, 257, 259, 261, 267, 274, 277, 283 291, 296, 300, 302, 304, 310, 318, 324, 327, 330, 333, 335, 339, 342, 345, 348, 351, 363, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 408
DIAS, Antônio Gonçalves [Dias, Antônio Gonçalves]	154
DIAS, João [Dias, João Paulo Ferreira]	45
FERRAZ, Ângelo [Ferraz, Ângelo Moniz da Silva]	371, 374
FERREIRA, Félix	77
GALENO, Juvenal [Costa e Silva, Juvenal Galeno da]	132
GALVÃO, Benjamin [Galvão, Benjamin Franklin Ramiz]	145
GARNIER, Baptiste [Garnier, Baptiste Louis]	112, 134
GEYLER, Carlos	148
GOMES, Carlos [Gomes, Antônio Carlos]	155
GUIMARÃES JÚNIOR, Luís	165, 168
GUIMARÃES, Américo [Guimarães, Américo Militão Freitas]	52
JAGUARIBE, Domingos [Jaguaribe, Domingos José Nogueira]	112, 114
KALKUHL, Hermann – guarda-livros da Garnier	228
LAMARTINE, Alphonse de [Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de]	75, 149, 150
LEAL, Henriques [Leal, Antônio Henriques]	163, 167, 407
LISBOA, Marques [Lisboa, Joaquim Marques]	151
MACEDO, Antônio de [Macedo, Antônio Teixeira de]	164
MACIEL, Luis [Maciel, Luis Inácio de Oliveira]	219
Marquês de Abrantes [Almeida, Miguel Calmon du Pin e]	80
Marquês de Paranaguá [Paranaguá, João Lustosa da Cunha]	197, 209, 214, 216, 375
MENDONÇA, Lúcio de [Mendonça, Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de]	171
MENDONÇA, Salvador de [Mendonça, Salvador de Menezes Drummond Furtado de]	49
NOGUEIRA, Paulino [Fonseca, Paulino Nogueira Borges da]	51, 53, 56, 196, 231, 232,

	234, 235, 263, 298, 306, 312, 314, 320, 324, 326, 357, 358, 359
OLIVEIRA SOBRINHO, Francisco de [Oliveira Sobrinho, Francisco Antônio de]	134
OTAVIANO, Francisco [Rosa, Francisco Otaviano de Almeida]	69, 72, 73, 104
PEDREIRA, Luiz [Ferraz, Luiz Pedreira do Couto]	67, 370
POMPEU, Thomas [Brasil, Thomas Pompeu de Sousa]	39, 40, 44, 74 191, 192, 193, 195, 200, 206, 207, 209, 263
QUEIRÓS, Eusébio de [Câmara, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso]	68, 75, 79, 193, 219, 220
redatores da <i>Revista Lux</i>	135
redatores de <i>A República</i>	131
RIBEIRO, Júlio de [Ribeiro, Júlio César Ribeiro Vaughan]	171
ROCHA, Justiniano da [Rocha, Justiniano José da]	68
SERRA, João [Serra, João Duarte Lisboa]	146
SERRA, Joaquim [Serra Sobrinho, Joaquim Maria]	144, 166
SILVA, Pereira da [Silva, José Luís A. Pereira da]	67
SISSON, Auguste [Sisson, Sébastien Auguste]	100
SOMBRA, Joaquim [Sombra, Joaquim José de Sousa]	46, 47, 51, 56, 133, 227
TORRES, José [Torres, José Joaquim Fernandes]	120
VASCONCELOS, José de [Vasconcelos, José Smith de]	224
Visconde de Benalcanfor [Guimarães, Ricardo Augusto Pereira]	142, 170
Visconde de Itaboraí [Torres, Joaquim José Rodrigues]	250, 281, 286, 294, 298, 307, 315, 354, 356, 366, 409, 410
Visconde de Maranguape [Gama, Caetano Maria Lopes]	380
Visconde de Ourém [Areias, José Carlos de Almeida]	65
Visconde de Sapucaí [Viana, Cândido José de Araújo]	153
Visconde do Rio Branco [Paranhos, José Maria da Silva]	353, 359, 360, 406, 409
ZALUAR, Augusto [Zaluar, Augusto Emílio]	144
DESTINATÁRIOS/EMISSIONÁRIOS NÃO-IDENTIFICADOS	40, 42, 45, 62, 221, 222, 223, 228, 233, 236, 264, 280, 321, 335, 353, 406